



ENSINO, COMUNICAÇÃO e DEZINFORMAÇÃO

- Volume II -

Letramento e Educação Midiática

Organizadores:

Gilson Pôrto Jr.

Luiz Antonio Botelho Andrade

Danilo de Melo Souza



Observatório
Edições

Audiodescrição:

Capa do Livro Ensino, Comunicação e Desinformação. Volume II: Letramento e Educação Midiática. Organizadores: Gilson Pôrto Jr., Luiz Antonio Botelho Andrade e Danilo de Melo Souza. Publicado sob o selo Observatório Edições. Capa retangular vertical com fundo em cores quentes e frias, com imagens de meios e espaços de comunicação desfocados. A capa apresenta um design abstrato e colorido, com diversas linhas e formas geométricas sobre um fundo predominantemente azul escuro. As linhas e formas são desenhadas em várias cores, como verde, rosa, branco e roxo, criando uma sensação de movimento e complexidade. O título do livro está centralizado na parte inferior da imagem, com a palavra "Desinformação" destacada em letras maiúsculas, sendo que a letra "S" está invertida em amarelo, chamando a atenção. No rodapé a logamarca, alinhado à direita: Observatório Edições e alinhado à esquerda o nome dos organizadores Gilson Pôrto Jr., Luiz Antonio Botelho Andrade e Danilo de Melo Souza. Fim da audiodescrição.

Gilson Pôrto Jr.
Luiz Antônio Botelho de Andrade
Danilo de Melo Souza
(Org.)

ENSINO, COMUNICAÇÃO E DESINFORMAÇÃO: letramento e educação midiática

Observatório Edições
2024

Diagramação/Projeto Gráfico: Gilson Pôrto Jr./ Sinomar Soares de Carvalho Silva.

Arte de capa: Adriano Alves.

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.



Todos os livros publicados pelo Selo Observatório/OPAJE estão sob os direitos da Creative Commons 4.0
https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E59

Ensino, Comunicação e Desinformação: vol. 2 – Letramento e Educação
Midiática / Organização: Gilson Pôrto Jr., Luiz Antonio Botelho Andrade,
Danilo de Melo Souza. -- Palmas, TO: Observatório Edições, 2024.
283 p.

Inclui bibliografia
ISBN 978-65-981820-7-6

1. Letramento. 2. Educação Midiática. 3. Comunicação. 4. Mídia. I. Pôrto
Jr., Gilson. II. Andrade, Luiz Antonio Botelho. III. Souza, Danilo de Melo.

CDD 372.6
CDU 371.3
LCC LC149

Marcelo Diniz – Bibliotecário – CRB 2/1533. Resolução CFB 184/2017.

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Observatório Edições e/ou do OPAJE/UFT. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais. Todos os artigos passaram por avaliação dos pares.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

REITOR
Prof. Dr. Luís Eduardo Bovolato

Pró-Reitor de Graduação
Prof. Dr. Eduardo Cezari

VICE-REITOR
Prof. Dr. Marcelo Leinerker
Costa

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação
Prof. Dr. Raphael Sanzio Pimenta

Pró-Reitor de Extensão e Cultura
Profa. Dra. Maria Santana Ferreira dos Santos

Núcleo de Pesquisa e Extensão Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (OPAJE-UFT)

Dra. Erika da Silva Maciel
Dr. Francisco Gilson Rebouças Pôrto Junior
Dr. Fernando Rodrigues Peixoto Quaresma
Dr. José Lauro Martins
Dr. Nelson Russo de Moraes
Dr. Rodrigo Barbosa e Silva
Dra. Marli Terezinha Vieira

**SELO EDITORIAL Observatório/OPAJE
CONSELHO EDITORIAL**

PRESIDENTE
Prof. Dr. José Lauro Martins

Membros:

Prof. Dr. Nelson Russo de Moraes
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP),
Brasil

Prof. Dr. Rodrigo Barbosa e Silva
Universidade do Tocantins (UNITINS), Brasil

Prof. Dr. Rogério Christofoleti
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Brasil

Profa. Dra. Maria Luiza Cardinale Baptista
Universidade de Caxias do Sul; Universidade Federal do
Amazonas, Brasil

Profa. Dra. Thais de mendonça Jorge
Universidade de Brasília (UnB), Brasil

Prof. Dr. Fagno da Silva Soares
Clío & MNEMÓSINE Centro de Estudos e Pesquisa em História
Oral e Memória – Instituto Federal do Maranhão (IFMA), Brasil

Prof. Dr. Luiz Francisco Munaro
Universidade Federal de Roraima (UFRR), Brasil

Prof. Dr. José Manuel Pelóez
Universidade do Minho, Portugal

Prof. Dr. Geraldo da Silva Gomes
Universidade Estadual do Tocantins, Brasil

Como Referenciar ABNT NBR 6023/2018

Documento no todo

PÔRTO JR, Gilson; ANDRADE, Luiz Antonio Botelho; SOUZA, Danilo de Melo (org.). **Ensino, Comunicação e Desinformação: vol. 2 – Letramento e Educação Midiática**. Palmas, TO: Observatório Edições, 2024. 283 p. ISBN 978-65-981820-7-6.

Nos Capítulos

SOBRENOME, Nome; SOBRENOME, Nome. Título do capítulo. //: PÔRTO JR, Gilson; ANDRADE, Luiz Antonio Botelho; SOUZA, Danilo de Melo (org.). **Ensino, Comunicação e Desinformação: vol. 2 – (Des)construindo conceitos**. Palmas, TO: Observatório Edições, 2024. ISBN 978-65-981820-7-6.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO / 9

Luiz Antônio Botelho Andrade

PREFÁCIO / 11

Luiz Antônio Botelho Andrade, Danilo de Melo Souza e Francisco Gilson Rebouças Pôrto Júnior

Capítulo 1 – A ERA DA DESINFORMAÇÃO E A IMPORTÂNCIA DA OFERTA DE EDUCAÇÃO MIDIÁTICA PARA PESSOAS IDOSAS / 17

Janaina Silva de Souza, Márcia Maria e Silva e Ruth Maria Mariani Braz

Capítulo 2 – LETRAMENTO E MULTILETRAMENTOS: navegando entre a informação e as fakes news / 57

Ivana Carvalho e Gerlinde Agate Platais Brasil Teixeira

Capítulo 3 – A IMPORTÂNCIA DA ALFABETIZAÇÃO MIDIÁTICA NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO / 81

Leiliane Domingues da Silva e Dagmar de Mello e Silva

Capítulo 4 – A EDUCAÇÃO E AS ESCOLAS NA MIRA DA DESINFORMAÇÃO / 99

Danilo de Melo Souza e Francisco Gilson Rebouças Pôrto Júnior

Capítulo 5 – EDUCAÇÃO, EDUCOMUNICAÇÃO E ENSINO NAS PESQUISAS DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DA REGIÃO NORTE / 117

Vilson Junior Santi e Leila Adriana Baptaglin

Capítulo 6 – O DESAFIO DE ROMPER A VIOLÊNCIA SIMBÓLICA ATRAVÉS DA ALFABETIZAÇÃO MIDIÁTICA NO DISCURSO PERSUASIVO SOBRE HOMOAFETIVIDADE/PARENTALIDADE: mitos e desinformação que envolvem a educação / 149

Kelly Cristina Martins, Ruth Maria Mariani Braz e Sergio Crespo Coelho da Silva Pinto

Capítulo 7 – ALFABETIZAÇÃO MIDIÁTICA E INFORMACIONAL ALIADA À EDUCAÇÃO EM SAÚDE NA ERA DA PÓS-VERDADE: estratégias contra a desinformação e o negacionismo online a / 169

Cristiane Menezes Ferreira

Capítulo 8 – A EDUCAÇÃO MIDIÁTICA NO COMBATE À DESINFORMAÇÃO / 207

Camila Gusmão e Elaine Javorski

Capítulo 9 – DAS TECNOLOGIAS COMUNICACIONAIS ANALÓGICAS ÀS DIGITAIS: DESAFIOS PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO COMO FONTE DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO, NOS TEMPOS CONTEMPORÂNEOS / 231

Alessandro Camara de Souza e Dagmar de Mello e Silva

Capítulo 10 – REAL OU FAKE: DESENVOLVIMENTO E APLICAÇÃO DE UM JOGO DE CARTAS PARA O COMBATE À DESINFORMAÇÃO NO INTERIOR DO PARÁ / 245

Elaine Javorsky, Janine Bargas e Camila Gusmão

ÍNDICE REMISSIVO / 275

SOBRE OS AUTORES / 277

Este livro, intitulado “Ensino, Comunicação e Desinformação”, é o segundo Livro de uma Série Didática produzida no âmbito da disciplina de Pós-graduação - “Ensino e Desinformação”, ministrada pelo Dr. Gilson Porto, da Universidade Federal do Tocantins, membro do Programa de Doutorado “Ciências, Tecnologias e Inclusão”, da Universidade Federal Fluminense. O Livro está organizado em dez Capítulos que, juntos, abordam e analisam, sob vários pontos de vista, conceituais e metodológicos, uma das questões mais candentes da contemporaneidade, a desinformação, posto que ela afeta, negativamente, um dos principais pilares da democracia – o direito à informação.

Democracia e Tecnologia se articulam na medida em que, um dos pilares da primeira é a plena circulação das informações, facilitada, potencializada e, cada vez mais, dependente da segunda. Esta relação de interdependência entre democracia, tecnologia e informação trouxe à baila um novo conceito – Cidadania Digital. Isto porque, já não se pode mais falar em liberdade e igualdade sem mencionar o direito à informação, posto que a última é condição *sene qua non* para o exercício do igual direito de todos a participar das decisões concernentes à vida coletiva, enquanto bem público. O direito à informação é uma condição necessária para que a coletividade possa ser informada a respeito de si própria e, então,

poder decidir, democraticamente, sobre o seu destino social e político. Este é o problema atual de muitas democracias modernas, incluindo a nossa que a todo momento é atacada por setores retrógrados e movimentos golpistas. O Tema deste Livro se faz então muito importante posto que o Brasil atravessa uma crise terrível e o epicentro dos embates políticos convergem para a disputa entre a desinformação monetizada e profissional, de grupos antidemocráticos, vis-à-vis ao direito de uma informação fidedigna e socialmente controlada. Há de se ressaltar, no entanto, que o controle social da informação depende da capacidade do cidadão de saber decodificá-la e interpretá-la nos diferentes contextos sociais e políticos e, portanto, é aqui, no rico campo da educação, que este Livro se apresenta aos Leitores, propondo e discutindo conceitos tais como alfabetização, letramento e educação mediática, desinformação, educomunicação, mas, também, com sugestão de metodologias lúdicas para serem implantadas nas escolas como o desenvolvimento e aplicação de um jogo de cartas para o combate à desinformação.

Niterói, RJ, Brasil, outono de 2024

Luiz Antônio Botelho Andrade

Pensar os grandes desafios educacionais das últimas décadas no século XXI implica abordar questões urgentes como as categorias do Ensino, da Comunicação e da Desinformação, tema central deste segundo livro, um conjunto de reflexões produzidas por docentes e discentes de diversos cursos de pós-graduação.

Esta coletânea expressa a preocupação dos pesquisadores sobre os impactos dos processos comunicacionais contemporâneos em larga escala, marcados pela onipresença e onipotência das redes digitais produzindo uma “pós-verdade” capaz de afetar as conquistas civilizatórias do último milênio e afetar a ordem democrática internacional.

O desafio do ensino e da formação das novas gerações no ambiente de desinformação requer novos estudos e novos debates sobre os princípios e os fins da educação. Os processos de alfabetização e letramento formais, tornam-se insuficientes e demandam novas formas de ensino e aprendizagens midiáticas e informacionais.

O primeiro capítulo do livro traz o artigo *A era da desinformação e a importância da oferta de educação midiática para pessoas idosas* de autoria de Janaina Silva de Souza, Márcia Maria e Silva e Ruth Maria Mariani Braz.. As autoras chamam atenção para o envelhecimento populacional e a inserção dos idosos no contexto das mídias digitais, o impacto das notícias falsas na formação destas pessoas e os instrumentos educacionais voltados para este segmento. Destaca os programas de extensão universitária para idosos e os seus processos formativos sobre a educação midiática.

Em *Letramento e multiletramentos: navegando entre a informação e as fake news* de Ivana Carvalho e Gerlinda Agate Platais Brasil Teixeira, destacam a evolução do letramento na era digital e a construção de habilidades críticas para o enfrentamento das manipulações das fake news. Numa abordagem bibliográfica, a autora observa que a produção de artigos sobre letramento e fake news, apresenta um padrão nos objetos de análise e nas concepções finais nas produções investigadas, a partir de categorias que envolvem letramento e fake news, tornando-se evidente que melhoria das práticas de letramento e multiletramento podem ser um dos métodos mais eficazes para conter a propagação de notícias falsas, a partir do ambiente escolar.

O texto *A importância da alfabetização midiática no contexto contemporâneo* de Leiliane Domingues da Silva e Dagmar de Mello e Silva destacam a preocupação acerca da credibilidade da informação na contemporaneidade e a Alfabetização Midiática como caminho para o desenvolvimento da capacidade reflexiva, crítica e autônoma das pessoas.

Em *Educação e Escolas na Mira da Desinformação*, os autores Danilo de Melo Souza e Francisco Gilson Porto Junior discutem o direito a informação e a liberdade constitucional do aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber e apresenta reflexões sobre o processo de construção da desinformação como estratégia de fragilização das instituições de

educação e o papel da escola na resistência e na formação de cidadãos críticos e emancipados.

Vilso Junior SANTI e Leila Adriana BAPTAGLIN apresentam o trabalho *Educação, Educomunicação e ensino nas pesquisas dos programas de pós-graduação da Região Norte* que trata dos processos de construção e desenvolvimento das pesquisas dos programas de pós-graduação, os processos de construção, desenvolvimento e permanência das pesquisas nestes programas e sua institucionalidade para compreender melhor os distintos movimentos e processos presentes na investigação das práticas comunicacionais. A construção teórico-metodológica sinalizou para uma investigação de abordagem qualitativa, a partir da (re)construção cartográfica dos sujeitos e das práticas comunicacionais cercadas pelas investigações das dissertações defendidas nos Programas de Pós-graduação em Comunicação da Região Norte.

No artigo *O Desafio de romper a violência simbólica através da alfabetização midiática no discurso persuasivo sobre homoafetividade/parentalidade: mitos e desinformação que envolvem a educação*, dos autores Kelly Cristina Martins, Ruth Maria Mariani Braz e Sergio Crespo Coelho da Silva Pinto é abordada a complexa questão de romper a violência simbólica no discurso persuasivo sobre homoafetividade/parentalidade por meio da alfabetização midiática e a desmistificação das informações equivocadas e o fomento de uma educação que promova a compreensão, a aceitação e o respeito pela pluralidade de arranjos familiares.

Alfabetização Midiática e Informacional Aliada à Educação em Saúde na era da Pós-Verdade: estratégias contra a desinformação e o negacionismo online, de Cristiane Menezes Ferreira, aborda o desafio do fenômeno da pós-verdade - cenário em que as emoções e as crenças subjetivas suplantam, em termos de visibilidade e de aceitação, evidências científicas e fatos objetivos.

O estudo destaca a relevância e as potenciais contribuições da promoção da Alfabetização Midiática e Informacional (AMI) associada à Educação em Saúde, na ampliação do nível de criticidade dos indivíduos e na sua formação como cidadãos aptos a analisar informações em saúde.

Camila Gusmão e Elaine Javorski apresentam o artigo *A Educação Midiática no combate à desinformação*, estudo que discute a desinformação e as formas de combatê-la, destacando a Educação midiática como ferramenta importante para combater esse problema e formar cidadãos para desenvolverem suas habilidades de senso crítico na forma como se relacionam com a mídia.

Das Tecnologias comunicacionais analógicas às digitais: desafios para a democratização da informação como fonte de produção do conhecimento, nos tempos contemporâneos é o artigo apresentado por Alessandro Camara de Souza e Dagmar de Mello e Silva, texto que examina a influência dos meios de comunicação na política brasileira. Problematisa como as tecnologias comunicacionais digitais intensificaram a velocidade e a proliferação das informações, muitas vezes distorcidas e manipuladas, questionando a distinção entre informação e conhecimento, defendendo uma educação emancipadora e ética no uso dessas tecnologias e a sua regulamentação em busca de simetria entre liberdade de expressão e direitos coletivos.

Elaine Javorsky, Janine Bargas e Camila Gusmão são as autoras do texto: *Real ou Fake: Desenvolvimento e Aplicação de um Jogo de Cartas para o combate à Desinformação no interior do Pará*. As autoras refletem sobre o uso de materiais didáticos no combate à desinformação para o ensino básico como apoio a ações de educação e letramento midiático, por meio de pesquisa-ação desenvolvida na Escola de Ensino Médio Dionísio Bentes de Carvalho, em Rondon do Pará/PA. Os resultados evidenciam que o jogo pode ser uma oportunidade de se trabalhar em sala de aula

conteúdos atuais e de interesse dos estudantes para que desenvolvam competência crítica em relação à mídia.

Cada artigo apresentado propôs discutir o Ensino, a Comunicação e a Desinformação, num esforço inicial de pensar o espaço acadêmico como estuário preñado de novas ideias, novos esforços de reflexão e crença na capacidade humana e buscar incessantemente novas formas de humanizar a humanidade.

Boa leitura!

Niterói (RJ) / Palmas (TO), Brasil, outono de 2024

Luiz Antônio Botelho de Andrade
Danilo de Melo Souza
Gilson Pôrto Jr

A ERA DA DESINFORMAÇÃO E A IMPORTÂNCIA DA OFERTA DE EDUCAÇÃO MIDIÁTICA PARA PESSOAS IDOSAS

Janaina Silva de Souza
Márcia Maria e Silva
Ruth Maria Mariani Braz

Introdução

O mundo contemporâneo vem experienciando dois fenômenos com significativos impactos em toda estrutura social. Por um lado, estamos enfrentando a era da desinformação, por outro, vivenciamos a progressiva inversão da pirâmide etária populacional, a partir do aumento da expectativa de vida da população. A interseção desses dois fenômenos precisa ser analisada para que possíveis consequências negativas na organização das sociedades sejam evitadas e/ou minimizadas.

No que tange à desinformação, Brisola e Bezerra (2018) asseveram que, apesar de ser um conceito antigo, ele se potencializou no campo da comunicação e se expandiu pelas instituições públicas e privadas como desdobramento da democratização da comunicação propulsionada pela internet. A

comunicação pela rede de conexões globais promoveu a quebra do monopólio da produção e da divulgação de informação por seus usuários que, muitas vezes, combinam diversos conteúdos e fornecem informações “sem nexos, sem autoria, sem veracidade ou relevância” (Spinelli; Santos, 2019, p. 45).

A literatura aponta que a desinformação engloba vários aspectos, que vão desde a ausência de competência informacional para transmitir determinado conteúdo, passando por equívocos, ruídos, descontextualização, redundâncias e atingindo até a manipulação de informação direcionada a enganar propositadamente e manter a alienação dos indivíduos (Pinheiro; Brito, 2014).

A Língua Inglesa possui dois vocábulos para marcar a diferença entre a ação de transmitir informação equivocadas e a intencionalidade de propagação de notícias falsas, a saber: a *misinformation*, que seria a transmissão de informação incerta, aberta a várias interpretações e a *disinformation*, que pode ser entendido como uma forma proposital de transmitir informações com a intenção de enganar, apresentando o segundo vocábulo uma maior sofisticação em relação ao primeiro (Pinheiro; Brito, 2014).

Contudo, com a tradução para a Língua Portuguesa, ambos os termos passaram a ter como correspondência apenas no termo desinformação. Essa assimetria na tradução gera a dificuldade na compreensão do que seria exatamente uma informação equivocada e uma informação com a intencionalidade de enganar. No entanto, em todos os casos, sejam notícias com informações errôneas ou aquelas intencionalmente inverídicas, ambas podem provocar algum tipo de risco aos seus consumidores.

Em 2017, em uma declaração conjunta sobre liberdade de expressão e ‘notícias falsas’, desinformação e propaganda, assinada pela Relatoria Especial das Nações Unidas (ONU) para Liberdade de Opinião e Expressão e pela Relatoria Especial da Organização dos Estados Americanos (OEA) para a Liberdade de Expressão, os

relatores especiais da ONU afirmaram que as notícias falsas, a desinformação e a propaganda são preocupações globais (Agência Brasil, 2017). Dessa forma, para efeitos deste estudo, trataremos como desinformação toda informação que contenham dados dissonantes com fatos.

Na esteira da desinformação, outro ponto relevante nessa estrutura são os algoritmos que, de forma genérica, nas ciências de computação, representam sequências de ações executáveis para se obter uma solução.

Embora os algoritmos possam também ser utilizados para identificar informações falsas ou ainda detectar ruídos de informações distorcidas, prevendo a proliferação em massa (Dias; Silva, 2022), no entanto, ganharam expressiva importância no mundo das redes sociais, em que são, geralmente, programados para potencializar percepções ideológicas que representam os setores dominantes e muitas vezes podem recorrer à utilização de desinformação (O'neil, 2020).

Esses algoritmos ajudam a direcionar a transmissão de informações. Nesse sentido, a maneira mais eficaz de evitar a propagação de desinformação é por meio da promoção de políticas públicas que “invistam no desenvolvimento da competência crítica em informação, para que os sujeitos informacionais da contemporaneidade possam reagir a estes fenômenos” (Brisola; Bezerra, 2018, p. 3329).

Em relação ao envelhecimento populacional, fenômeno de espectro global com impactos em toda a estrutura social. Em virtude das dimensões que pode alcançar, a mudança no cenário demográfico de todo o mundo vem mobilizando grandes agências, mercados e governos em busca de soluções para evitar e/ou amenizar suas implicações negativas (Souza; Braz, 2023). Segundo a OMS, o corte utilizado para definir pessoas idosas é a partir dos 65 anos, nos países desenvolvidos e dos 60 em países em desenvolvimento (Simões, 2016).

No Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ratifica a tendência do envelhecimento mundial por meio das mudanças na pirâmide etária brasileira e do aumento do índice de envelhecimento populacional que era de 30,7 em 2010, passando a 55,2 em 2022 (IBGE, 2023). Dessa forma, o fenômeno do “envelhecimento populacional se transformou em objeto do intenso debate político, em função de suas consequências para as políticas públicas” (Brito, 2018, p. 261).

Na estrutura social, as implicações do imbricamento entre o advento do envelhecimento populacional e o da era da desinformação se dão na medida em que, por um lado, há a facilidade de compartilhamento de informações na internet, em virtude da democratização da comunicação (Spinelli; Santos, 2019), sobretudo, pelas redes sociais, nas quais as notícias falsas são amplamente disseminadas. Por outro, à proporção que, embora as pessoas idosas estejam tão expostas à desinformação quanto os jovens e os adultos, no entanto, essa parcela populacional é mais suscetível ao recebimento e ao compartilhamento de conteúdos falsos (Guess, *et al*, 2019).

Para a compreensão de como ocorre a disseminação da desinformação e de seus impactos entre as pessoas idosas são necessárias análises de dados e estudos sobre o comportamento dessa parcela populacional na contemporaneidade.

De acordo com a pesquisa divulgada em 2023 pela Agência de notícias do IBGE, o percentual de idosos com 60 anos ou mais que utilizam a Internet no Brasil subiu de 24,7%, em 2016, para 62,1%, em 2022. A pesquisa aponta, ainda que, embora o uso da Internet venha crescendo em todos os grupos, o crescimento foi mais acelerado entre os idosos, com 60 anos ou mais de idade (Agência IBGE, 2023).

Outro dado importante revelado por essa pesquisa foi o ranqueamento das principais finalidades do uso da internet pela população em geral, em que o acesso para chamadas de voz ou

vídeo aparece em primeiro lugar, com 94,4% dos usuários, em seguida, está o acesso para envio e recebimento de mensagens de texto, voz ou imagens, com 92,0%, em terceiro lugar foi apontado o uso para assistir programas, séries ou filmes, 88,3%, e em quarto o acesso às redes sociais, com 83,6%.

Em se tratando do uso de redes sociais, em 2019, a revista *Science* publicou um estudo realizado por pesquisadores da Universidade de Harvard referente à propagação de notícias falsas por meio do facebook durante as eleições de 2016. A pesquisa intitulada *Less than you think: Prevalence and predictors of fake news dissemination on Facebook* (Menos que você pensa: prevalência a preditores de disseminação de fake news no Facebook), por meio de seus resultados, concluiu que “em média, os usuários americanos com mais de 65 anos compartilharam quase sete vezes mais artigos de domínios de notícias falsas do que a faixa etária mais jovem”(Guess *et al*, 2019).

Em relação ao compartilhamento e à busca por informações, numa pesquisa de 2018, cujo título traduzido é “O cérebro partidário: um modelo de crença política baseado em identificação”, Bavel (2018) concluiu a ocorrência de um viés de confirmação, termo da psicologia, que grosso modo seria a tendência de muitos indivíduos de buscarem informações que reafirmam suas crenças, sua visão de mundo e de rejeitar o que vai de encontro a elas.

Outro fato observado sobre a transmissão de notícias falsas aponta que seu compartilhamento pode ser comparado à sensação de bem-estar e as pessoas são impulsionadas a transmitir para seu grupo de amizade para que todos sintam o mesmo (Galhardi *et al*, 2020).

Dessa forma, é possível observar que o aumento do número de migrantes digitais oriundos da população de pessoas idosas torna essa parcela populacional mais vulnerável ao fenômeno da desinformação vivenciado na sociedade contemporânea, seja pela dificuldade que têm de acompanhar a velocidade das informações,

seja pela forma de disseminação das informações falsas em suas bolhas (O'Neil, 2020).

As pessoas idosas são mais propensas a acreditarem e compartilharem notícias falsas (Guess, *et al*, 2019) e, por pertencerem também a faixa etária mais vulnerável, sofrem impactos negativos em várias áreas de suas vidas.

Nessa esteira, considerando o envelhecimento populacional, o aumento da proliferação de notícias falsas na contemporaneidade e o crescimento do número de pessoas idosas utilizando as mídias digitais, essa pesquisa tem como objetivo averiguar o impacto das notícias falsas em pessoas idosas, analisando como a legislação vigente e os programas de extensão abertos à população idosa nas universidades federais estão alcançando essa população e ofertando cursos voltadas à educação midiática.

Percursos metodológicos

Visando à obtenção de dados acerca dos impactos da desinformação entre as pessoas idosas e, ao mesmo tempo a à análise de como os dispositivos legais podem contribuir para o combate ou a diminuição dos efeitos negativos da desinformação entre estas pessoas, realizamos inicialmente uma pesquisa de opinião com pessoas idosas para verificar os desafios enfrentados por elas em relação à exposição à desinformação e à percepção que elas têm a respeito da importância da educação midiática.

A pesquisa de opinião foi realizada de forma anônima, por meio de formulário elaborado na plataforma Google (Google Forms), contendo 12 perguntas (Anexo I). O link foi enviado por meio do aplicativo WhatsApp para os possíveis participantes e teve como público-alvo as pessoas com 60 anos ou mais de idade. A faixa etária foi o único fator de exclusão. Os dados foram compilados por meio de gráficos para análise dos resultados. A coleta dos dados ocorreu durante a primeira quinzena do mês de dezembro de 2023.

Paralelamente, efetuamos uma pesquisa sobre os dispositivos legais criados em âmbito federal no Brasil, que venham a colaborar com o combate à desinformação, bem como as legislações voltadas especificamente às demandas da população idosa, no que tange a essa temática.

As buscas foram realizadas em sites oficiais de instituições e órgãos oficiais em âmbito federal, como a Câmara dos Deputados Federais e a Presidência da República. Os descritores utilizados para pesquisa foram leis, normas, decretos. Como recorte temporal, foi estipulado o período entre 1988 (ano de promulgação da Constituição) e 2023. A coleta dos dados ocorreu entre novembro e dezembro de 2023.

Além disso, realizamos também buscas em sites de universidades públicas federais, para verificar a oferta de cursos abertos às pessoas idosas, como a Universidade da Terceira Idade ou seus semelhantes, que oferecessem programas de extensão e projetos voltados à educação midiática para essa população. Para obtenção dos resultados, realizamos dois tipos de buscas: inicialmente entramos nos sites das universidades federais e pesquisamos por programas voltados à terceira idade e verificamos a oferta de cursos de educação midiática. A segunda forma utilizada foi a busca direta pelo site do *Google* utilizando os descritores “universidade da terceira idade” + “nome da universidade” e em seguida verificamos a oferta de cursos de educação midiática.

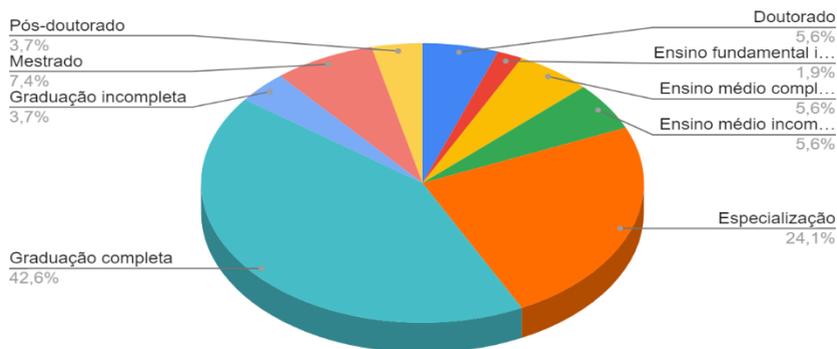
A opção por buscas simples teve como objetivo verificar a acessibilidade de informações disponíveis nos sites, levando em consideração uma possível dificuldade da pessoa idosa em realizar buscas mais detalhadas. Ressaltamos também que, em alguns casos em que as buscas não retornaram informações sobre projetos voltados à Universidade Aberta à Terceira Idade ou iniciativas semelhantes, contabilizamos informações sobre outros projetos que

remeteram a atividades de educação midiática para pessoas idosas. As buscas ocorreram entre novembro e dezembro de 2023.

Resultados e discussões

A pesquisa de opinião realizada com idosos obteve 54 respostas até o dia 20 de dezembro, das quais houve a exclusão de uma resposta em que a (o) participante informou ter 44 anos. Dessa forma, consideramos apenas 53 participantes válidos para a análise. As respostas abrangeram contribuições de pessoas dos seguintes Estados brasileiros: Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo. Contemplou idosos entre 61 e 96 anos de idade, dentre os quais 83,4% informaram possuir ensino superior completo, que incluiu como parâmetros desde a graduação até o pós-doutorado. 5,6% dos participantes informaram possuir nível médio completo, 5,6%, nível médio incompleto e 1,9% nível fundamental incompleto, conforme Gráfico 1.

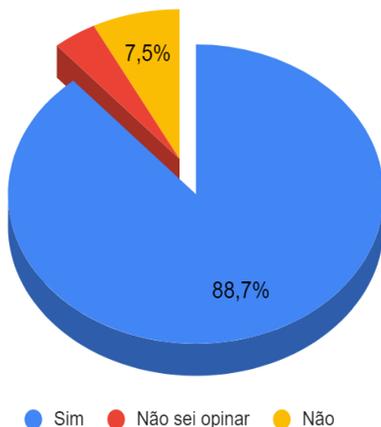
Gráfico 1- Nível de escolaridade dos participantes da pesquisa



Fonte: elaborado pela autora.

Em relação à pergunta sobre o recebimento de alguma desinformação, a maioria dos participantes confirmou ter recebido alguma notícia com inverdades. Esse número totalizou 88,7% dos participantes. Apenas 7,5% afirmaram não ter recebido nenhuma desinformação, enquanto 3,8% dos participantes alegaram não saber responder, conforme Gráfico 2.

Gráfico 2- Recebimento de desinformação

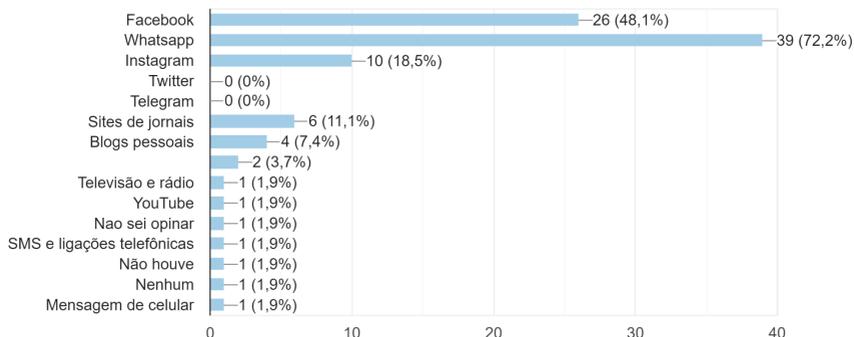


Fonte: elaborado pela autora.

No que diz respeito ao meio digital pelo qual a desinformação chegou ao participante, as redes sociais foram apontadas como as que mais propagaram a desinformação. Nesse item, o participante poderia informar mais de uma rede. Dentre as redes sociais mencionadas, o WhatsApp apareceu em primeiro lugar, com 72,7% das respostas, seguido pelo Facebook, com 48,1% e em terceiro apareceu o Instagram com 18,5%, conforme o Gráfico 3. Nesta pergunta, os participantes poderiam mencionar mais de uma opção. Os dados obtidos neste item ratificam conclusões de outros estudos, dentre os quais destacamos os resultados encontrados por Galhardi *et al* (2020), em que os autores detectaram essas redes sociais como os principais veículos digitais por meio dos quais as notícias falsas são disseminadas: "o aplicativo de mensagens

WhatsApp é a plataforma mais utilizada na disseminação de desinformação. A rede social Facebook ocupa o segundo lugar” (Galhardi *et al*, 2020, p. 4208).

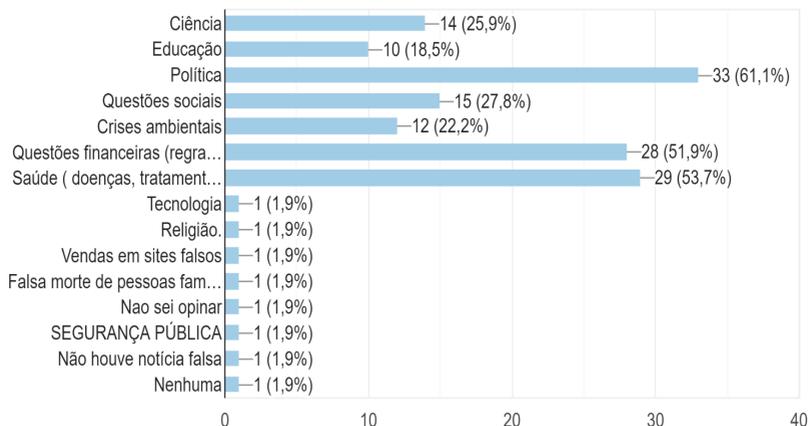
Gráfico 3 - Meio digital que propagou a desinformação



Fonte: elaborado pela autora.

No que diz respeito à área temática a qual a desinformação consumida estava vinculada, os participantes informaram, majoritariamente, que as notícias falsas se relacionavam às questões políticas, com 61% das respostas, em seguida por questões de saúde, com 53,7% e, em terceiro lugar, com 51,9% das respostas, foram mencionadas as questões financeiras. Conforme gráfico 4. Nessa pergunta, além da possibilidade de escolher mais de um item, o participante poderia também apresentar outras opções.

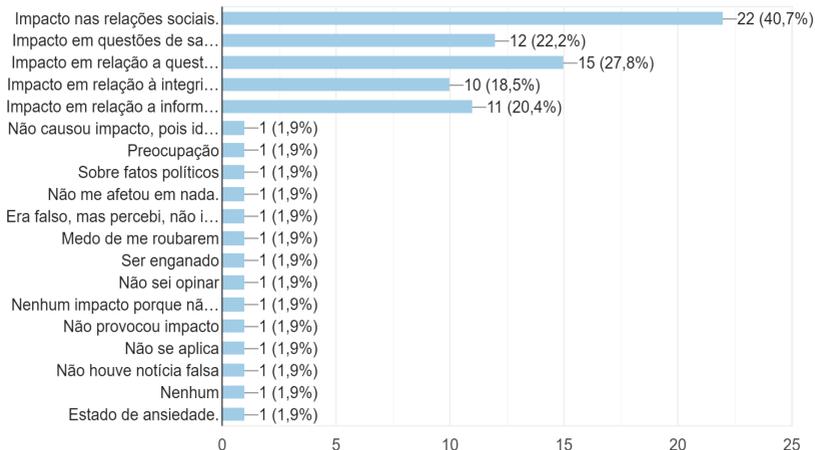
Gráfico 4 - Área temática da desinformação recebida



Fonte: elaborado pela autora.

Em relação aos impactos sofridos por aqueles que receberam desinformações, a maioria dos participantes informou que as relações sociais foram as mais afetadas, obtendo 40,7% das respostas, o impacto em relação às questões financeiras apareceu em segundo lugar, com 27,8%, seguido de impactos nas questões de saúde, com 22,2%. Nesse item, havia a possibilidade de escolher mais de uma opção e de sugerir outras. Observamos que as questões políticas e de saúde foram mencionadas com outras palavras e somaram 1,9% e 2,8% respectivamente. O percentual de respostas que indicaram não ter sofrido impacto com as desinformações recebidas somaram 9,5%. Além disso, 1,9% não soube opinar, conforme gráfico 5.

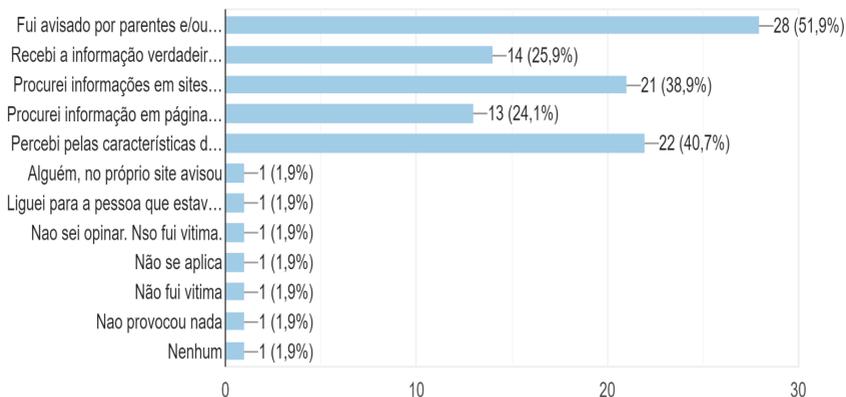
Gráfico 5 - Áreas impactadas pelas notícias falsas



Fonte: elaborado pela autora.

Entre aqueles que descobriram estar lidando com uma desinformação, os participantes responderam que em 51,9 % das vezes, a identificação da desinformação ocorreu com a ajuda de parentes ou amigos. Em segundo lugar, com 40,7% das vezes, os participantes afirmaram que perceberam a desinformação pelas características das mensagens. A procura por informações verdadeiras apareceu em terceiro lugar, com um total de 38,9 % das vezes. Os participantes informaram também que em 25,9% das vezes receberam as informações verdadeiras. Um dado que se destacou foi o percentual de vezes que a fonte de divulgação da mensagem falsa fez a correção, totalizando apenas 1,9% das vezes, conforme Gráfico 6. Esse índice corrobora a necessidade de “compreender como ocorre a mediação entre as plataformas digitais e a sociedade consumidora e compartilhadora de conteúdo” (Galhardi *et al*, 2020, p. 4208).

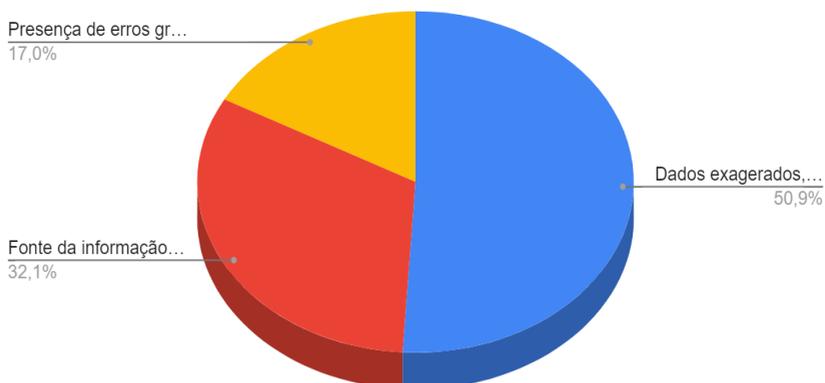
Gráfico 6 - Fonte de obtenção da informação verdadeira



Fonte: elaborado pela autora.

Em relação aos fatores de identificação de notícias falsas, os participantes informaram que em 50,9% das vezes os dados exagerados e as manchetes sensacionalistas foram os fatores que favoreceram a percepção, seguido pela fonte de origem, com 32,1% dos casos e na terceira posição a presença de erros gramaticais e ortográficos foram os indicativos. Conforme Gráfico 7.

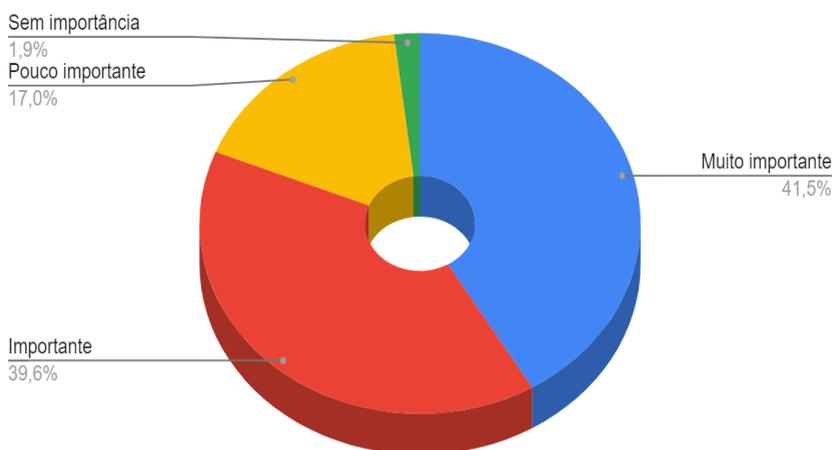
Gráfico 7 - Fator de identificação de notícia falsa



Fonte: elaborado pela autora.

No que diz respeito à indagação sobre a importância de cursos de educação midiática para atualização das pessoas idosas e a prevenção contra a disseminação de desinformação, embora 94% dos participantes tenham informado que nunca realizaram um curso, o somatório dos participantes que consideram importante e muito importante a oferta de cursos de educação midiática para pessoas idosas totalizou 81,1%, conforme Gráfico 8.

Gráfico 8 - Percepção do nível de importância da oferta de cursos de educação midiática



Fonte: elaborado pela autora.

Os dados da pesquisa de opinião sobre o recebimento de desinformação confirmam resultados de estudos que vêm apontando para o elevado índice de proliferação de notícias falsas e/ou equivocadas, sobretudo entre grupos de pessoas idosas, causando-lhes impactos negativos em diferentes áreas de suas vidas.

Os resultados ratificaram também a necessidade de ampliação de políticas públicas para disponibilização de ferramentas que possibilitem à população idosa não apenas estar preparada para lidar com possíveis consequências negativas do uso das mídias

digitais (Guess *et al*, 2019), mas também melhor se incluir na dinâmica da sociedade do século XXI.

Em relação à pesquisa documental, as buscas em sites oficiais a respeito de dispositivos legais que possam promover maior segurança aos idosos em relação à utilização das mídias digitais resultaram nos dados que serão apresentados no relatório a seguir.

Iniciando nossos achados pela Carta Magna brasileira, no que tange à regulamentação dos princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil e para crimes cibernéticos, o inciso XXXIII do 5º artigo da Constituição Federal de 1988, assegura o acesso à informação como um dos direitos e garantias fundamentais dos cidadãos. Esse inciso é regulamentado pela Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011.

No ano de 2014, foi promulgada a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, conhecida como Marco Civil da Internet (MCI), que é bastante significativa em relação à segurança voltada aos dados pessoais dos usuários da rede.

Em 2018, a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 passou a regulamentar o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade, de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

No que diz respeito à punição por disseminação de desinformação/*fake news* nas redes sociais, os achados apontaram para o Projeto de Lei (PL) nº 2.630, de 2020, atualmente em tramitação na Câmara dos deputados. O PL tem como objetivo estabelecer normas relativas à transparência de redes sociais e de serviços de mensagens privadas, sobretudo em relação à responsabilidade dos provedores pelo combate à desinformação e pelo aumento da transparência na internet

Referente aos direitos específicos da pessoa idosa, as buscas trouxeram a Lei nº 10.741 de 1º de outubro de 2003, chamada de

Estatuto da Pessoa Idosa, lei que ampliou a Política Nacional do Idoso (Lei nº 8.842 de 4 de janeiro de 1994). No Título II, relativo aos Direitos Fundamentais, o Art. 21 do capítulo V, que trata dos direitos à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer, estabelece que o poder público deve criar oportunidades de acesso da pessoa idosa à educação, adequando currículos e garante também que os cursos para pessoas idosas devem incluir conteúdo relativo às técnicas de comunicação, computação e demais avanços tecnológicos, para sua integração à vida moderna.

O Art. 24 do mesmo capítulo, o dispositivo legal prescreve que os meios de comunicação devem manter espaços ou horários especiais voltados às pessoas idosas, com finalidade informativa, educativa, artística e cultural, e ao público sobre o processo de envelhecimento. Já o Art. 25 garante que as instituições de educação superior devem ofertar às pessoas idosas, na perspectiva da educação ao longo da vida, cursos e programas de extensão, presenciais ou a distância, constituídos por atividades formais e não formais.

Ainda no Estatuto do Idoso, em relação às questões judiciais, verificamos que o Art. 71 do Capítulo I, do Título V, referente ao acesso à justiça, prescreve a prioridade das pessoas idosas na tramitação de processos e procedimentos e na execução dos atos e diligências judiciais.

A partir do levantamento acerca dos dispositivos legais, é possível observar que, no tocante à legislação vigente, a população idosa dispõe de aparatos legais, que, embora ainda incipientes, em certa medida, são passíveis de oferecer alguma proteção contra a incidência de algum prejuízo moral e/ou material oriundos de notícias falsas.

Foi possível constatar também que a legislação respalda a elaboração de políticas públicas que que cumpram a obrigatoriedade prescrita nos instrumentos legais acerca da oferta,

por parte do poder público, de educação compatível com as demandas do século XXI a essa população.

Nesse sentido, realizamos as buscas nos sites das Universidades Públicas Federais com o propósito de obter um levantamento sobre os cursos ofertados em educação midiática, sobre tecnologias do cotidiano e/ou sobre uso de redes sociais e aparelhos tecnológicos por meio de programas voltados à abertura das universidades ao recebimento de pessoas idosas. Os resultados são apresentados no Quadro 1.

Quadro 1- Universidades da Terceira Idade nas Universidades Federais com curso de Educação Midiática

UF	Instituição	Projeto	Há cursos de educação midiática?	Link	Considerações
AC	Universidade Federal do Acre (UFA)	Universidade Aberta à Terceira Idade (UNATI)	Sem informação	http://www2.ufac.br/editais/proex/editais/edital-proex-no-02-2015-programa-universidade-aberta-terceira-idade-2013-unati	O site não foi localizado. As informações disponibilizadas no site da UFRR estão desatualizadas desde 2015. Nesse ano há informação de um edital para inscrição. Não foram localizadas informações adicionais.
AL	Universidade Federal de Alagoas (UFAL)	Universidade Aberta à Terceira Idade (UNATI)	Sem informação	https://ufal.br/ufal/extensao/programas/o-programa-unati-2013-ufal-universidade-aberta-terceira-idade	O site está desatualizado desde 2018.

AP	Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)	Universidade da Maturidade do Amapá (UMAP)	Sem informação	http://www.unifap.br/abertas-inscricoes-para-o-universidade-aberta-a-pessoa-idosa/	O site da UNIFAP apresenta edital para inscrição para os cursos oferecidos pela UMAP até 2023. Há mais informações no site https://projeto.umap.wixsite.com/umap/pr ojeto .
AM	Universidade Federal do Amazonas (UFAM)	Universidade Aberta à Terceira Idade (UNATI)	Sem informação	https://antigo.ufam.edu.br/2013-04-29-19-37-05/arquivo-de-noticias/8382-reitor-visita-unati-e-anuncia-parceria-para-viabilizar-estagio-academico-com-idosos	O site da UFAM informa que a UNATI funciona em parceria com a Universidade Estadual do Amazonas.
BA	Universidade Federal da Bahia (UFBA)	Universidade Aberta à Terceira Idade (UATI)	Sem informação	https://mapeamentocultural.ufba.br/programapermanecer/universidade-aberta-terceira-idade-uati-na-universidade-federal-da-bahia-ufba	O site não apresenta informações sobre cursos e inscrições disponíveis e não há um canal de comunicação direto com a UATI.

BA	Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB)	Projeto Universidade Aberta à Maturidade (PROMAT)	Sem informação	https://www.ufrb.edu.br/maturidade/	Oferece cursos de graduação com abertura de edital semestralmente, porém o site está desatualizado desde 2022. O site disponibiliza e-mail e telefone para contato com o setor responsável pelo projeto.
BA	Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)	Não foram localizadas iniciativas	Sem informação		
DF	Universidade de Brasília (UNB)	UniSer: Universidade do Envelhecer	Sim	https://www.uniserunb.com/nosso-programa	O site é atualizado com informações sobre os cursos e inscrição por meio de edital. Já há edital para com novas turmas em 2024. As tecnologias da Informação e Comunicação aparecem como uma disciplina na grade curricular.
CE	Universidade Federal do Ceará (UCE)	Não foram localizadas iniciativas	-		
CE	Universidade Federal do Cariri (UFCA)	Não foram localizadas iniciativas	Sem informação		

ES	Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	Não foram localizadas as iniciativas	-	https://www.ufes.br/contenuto/projeto-info-3a-idade-busca-familiarizar-idosos-com-novas-tecnologias	As buscas retornaram apenas informações sobre o projeto Projeto Info+ 3ª Idade que não é facilmente localizado no site da UFES. É necessário fazer uma busca com a palavra "idosos". A inscrição é presencial e mais informações podem ser solicitadas por e-mail.
GO	Universidade Federal de Goiás (UFG)	Não foram localizadas as iniciativas	-	https://ufg.br/n/138468-ufg-lanca-projeto-60-conectados-voltados-estudantes-idosos	As buscas retornaram apenas o "Projeto 60+ Conectadas" cuja página da UFG anuncia o lançamento do projeto, porém não há nenhuma informação adicional sobre inscrições e de uma página exclusiva para as atividades.
MA	Universidade Federal do Maranhão (UFMA) em parceria com a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)	Universidade Integrada para a Terceira Idade (UNITI)	Sem informação	https://portalpadrao.ufma.br/site/extensao/universidade-da-terceira-idade	O site da UFMA só possui informações gerais sobre a UNITI e os cursos oferecidos. Não há canal de comunicação direto nem informações sobre inscrições.
MT	Universidade Federal de Rondonópolis (UFR)	Núcleo de Estudos e Atividades Abertas à Terceira	Sem informação	https://ufr.edu.br/noticia/convite-a-comunidade-neati-ufr/	O site está atualizado até 2023 com informações sobre cursos disponíveis, mas não há informações sobre cursos voltados à

		Idade (NEATI)			educação midiática, apenas sobre informática. Há indicação para inscrições presenciais e inclusão em grupo de WhatsApp.
MT	Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)	Não foram localizadas as iniciativas	-	https://ufmt.br/noticias/ufmt-inscreve-para-nova-turma-de-informatica-para-a-3a-idade-1682705122	As buscas retornaram apenas informações sobre o curso de informática disponibilizado pelo Núcleo de Operação de Sistemas Elétricos e Redes Inteligentes (NOSERI), dentre os quais é ensinado navegação segura pela internet.
MS	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS)	Universidade Aberta à Pessoa Idosa (UNAPI)	Sem informação	https://proece.ufms.br/convite-para-adesao-e-oferecimento-de-vagas-atividades-da-unapi-ufms-2023-1/	O site não apresenta as atividades e cursos e está atualizado até 2023. Mas indica também a possibilidade de oferta de disciplinas regulares de cursos de graduação da UFMS, possibilitando aprofundamento e atualização de conhecimentos.
MS	Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)	Universidade Aberta à Terceira Idade (UNATI)	Sem informação	https://portal.ufgd.edu.br/noticias/ufgd-programa-universidade-aberta-a-pessoa-idosa-oferece-170-vagas-em-11-cursos	Site atualizado em 2023. A UNATI da UFGD oferece a possibilidade de pessoas idosas cursarem disciplinas em cadeiras da graduação na condição de aluno idoso. A seleção é feita seguindo edital.

MG	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	Universidade Aberta para Terceira Idade (Projeto maioridade)	Sem informação	https://www.cursoseeventos.ufmg.br/CAE/DetailarCae.aspx?CAE=5329	O site está desatualizado desde 2012. Na ocasião não havia nenhum curso específico para educação midiática.
MG	Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL)	Universidade Aberta à Terceira Idade (UNATI)	Sem informação	https://www.unifal-mg.edu.br/portal/tag/universidade-aberta-a-terceira-idade/	Não localizamos site do programa, apenas informações sobre eventos no site da UNIFAL, mas sem detalhes de cursos e formas de inscrição.
MG	Universidade Federal de Itajubá (UFEI)	Não foram localizadas as iniciativas	-		
MG	Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)	Não foram localizadas as iniciativas	Sem informação	https://www2.ufjf.br/noticias/2023/02/24/polo-sobre-o-envelhecimento-abre-110-vagas-para-projetos-voltados-a-terceira-idade/	As buscas retornaram apenas informações do " Polo Interdisciplinar sobre o Processo de Envelhecimento", cujo site não foi localizado. No site da UFJF há informações sobre eventos, mas sem detalhes de cursos e formas de inscrição. Há a disponibilização de contato para mais informações.
MG	Universidade Federal de Lavras (UFLA)	Não foram localizadas as	-		

		iniciativas			
MG	Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)	Não foram localizadas iniciativas	Sem informação	https://ufop.br/noticias/projeto-terceira-idade-vitalidade-e-cidadania-promove-atividades	As buscas retornaram apenas informações sobre o projeto "Projeto Terceira Idade: vitalidade e cidadania" cujo site não foi localizado. As informações disponibilizadas no site da UFRR estão desatualizadas desde 2008.
MG	Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ)	Universidade para a Terceira Idade	Sem informação	https://sites.google.com/ufsj.edu.br/3-idade	O site da UFSJ não possui informações detalhadas, mas direciona para o Instagram do programa: https://www.instagram.com/terceiraidadeufsj/
MG	Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	Universidade Amiga do Idoso (UNAI)	Sem informação	https://www.instagram.com/unaiufu/	Não localizamos um site do programa, apenas a página do Instagram
MG	Universidade Federal de Viçosa (UFV)	Universidade aberta à pessoa idosa (UNAPI)	Sim	https://www2.dti.ufv.br/noticias/scripts/exibeNoticiaMulti.php?codigo=39045	O curso oferecido estava com data do ano de 2022. Não localizamos informações sobre formas de inscrição e atualização em 2023.
MG	Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)	Universidade aberta à Terceira Idade (UATI)	Sim	https://www.uftm.edu.br/ultimas-noticias/5099-mais-de-70-	O site possui informações de cursos oferecidos até 2023, mas não foram localizadas as formas de inscrições e os contatos.

				idosos-participam-das-oficinas-da-uati-ufmt	
MG	Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Muriqui (UFVJM)	Universidade Aberta para Idosos (UAI)	Sim	https://siex.c.ufvjm.edu.br/projetosfluxocontnuo/335	O site possui informações de cursos oferecidos até 2022, mas não foram localizadas as formas de inscrições e os contatos.
PA	Universidade Federal do Pará (UFPA)	Universidade da Terceira Idade (UNITERCI)	Sem informação	https://portal.ufpa.br/index.php/ultimas-noticias/14176-programa-uniterci-desenvolve-projetos-de-inclusao-para-idoso-e-recebe-inscricoes-em-fevereiro#:~:text=O%20Uniterci%20desenvolve%20tr%C3%AAs%20projetos.com%20profissionais%20de%20m%C3%BAltiplas%20%C3%A1reas.	O site está desatualizado desde 2022. Há informações de abertura de inscrições para o ano de 2023. Contudo as informações devem ser solicitadas por e-mail. Enviamos e-mail e não obtivemos respostas até o momento do encerramento da pesquisa.

PA	Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA)	Não foram localizadas iniciativas	Sem informação	https://www.ufopa.edu.br/ufopa/comunicacao/noticias/lançamento-do-projeto-60tapajoara-sera-dia-25-de-maio-na-unidade-tapajos/	As buscas retornaram apenas informações sobre o projeto "60+ Tapajoara" cujo site da UFOPA menciona seu lançamento do , mas não foram disponibilizados detalhes sobre curso e inscrições.
PA	Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)	Não foram localizadas iniciativas	-	-	-
PA	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA)	Não foram localizadas iniciativas	-		
PB	Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	Instituto Paraibano do Envelhecimento (IPE)	Sim	http://plone.ufpb.br/ipe/content/menu/produtos	O site está atualizado até 2023. Há informações sobre os cursos disponibilizados, mas a forma de inscrição não está disponível. Na aba fale conosco, há telefone, e-mail e Instagram para contato.

PB	Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)	Universidade aberta à Terceira Idade (UATI)	Sim	https://extensao.ufcg.edu.br/uati = universidade-aberta-terceira-idade/universidade-aberta-terceira-idade-abre-matriculas-para-2023.html	A UATI-UFCG não possui uma página oficial própria, as informações são disponibilizadas pela página da extensão da UFCG, que não fornece detalhes sobre cursos. Mas há uma página no Instagram que está atualizada com informações sobre as atividades. https://www.instagram.com/uati_ufcg/
PR	Universidade Federal do Paraná (UFPR)	Universidade Aberta da Maturidade (UAM)	Sim	https://ufpr.br/wp-content/uploads/2023/09/EDITAL-UAM-2023-2-1.pdf	Site com edital para inscrições em 2023.
PR	Universidade Estadual de Maringá (UEM)	Universidade Aberta à Terceira Idade (UNATI)	Sem informação	http://www.uem.br/estude-na-uem/educacao-continuada = 1/universidade-aberta-terceira-idade-unati	O site faz um resumo dos cursos oferecidos pela UNATI por eixos temáticos. Contudo não há mais informações sobre o curso, pois o link disponibilizado está inoperante.

PR	Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)	Universidade Aberta à Terceira Idade (UNATI)	Sem informação	https://www.cedi.pr.gov.br/Pagina/Universidade-Aberta-Terceira-Idade-UNATIS	As atividades da UNATI da UNIOESTE estão distribuída em seus diversos <i>campi</i> , oferecendo diferentes cursos. O site de Foz de Iguaçu está desatualizado, o de Francisco Beltrão não possui informações sobre inscrições, mas há indicação do Instagram. Na rede social, as inscrições para o ano de 2024 já estão disponíveis, contudo não há informação sobre os cursos ofertados. Não foram localizadas informações sobre os demais <i>campi</i> .
PR	Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO)	Universidade Aberta à Terceira Idade (UNATI)	Sem informação	https://www3.unicentro.br/unati/	O site está desatualizado desde 2017. Na ocasião havia informação sobre a oferta de cursos de Informática e/ou educação midiática.
PR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)	Não foram localizadas iniciativas	-		
PR	Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)	Não foram localizadas iniciativas	-		

PE (sed e)	Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF)	Universidade Aberta à Terceira Idade (UNATI)	Sem informação	http://unati.univasf.edu.br/	O site disponibiliza informações sobre aulas regulares, inclusive com cronograma. Além de cursos e palestras. Mas está desatualizado desde 2016.
PE	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	Universidade Aberta à Terceira Idade (UNATI) - Programa do Idoso (PROIDOSO)	Sim	https://www.ufpe.br/proexc/unati	Não foram localizadas informações sobre os cursos e inscrições. Há a indicação para contatos por meio de telefone e WhatsApp e pela página do Instagram @proidosoufpe.
PE	Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFPE)	Universidade de Formação Aberta à Pessoa Idosa	Sem informação	https://www.ufrpe.br/br/content/ufupe-e-PCR-lan%C3%A7am-curso-inicial-da-universidade-de-forma%C3%A7%C3%A3o-aberta-%C3%A0-pessoa-idosa	O Projeto foi lançado em 2023 e não localizamos site oficial. Não obtivemos informações dos cursos oferecidos. Há a menção de endereço e telefone para mais informações.
PE	Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (UFAPE)	Não foram localizadas iniciativas	-		

PI	Universidade Federal do Piauí (UFPI)	Programa Terceira Idade em Ação (PTIA),	Sem informação	https://www.instagram.com/ptiaufpi/	Não foi localizado um site oficial do programa. As informações são disponibilizadas no site da UFPI e estão desatualizadas. Contudo o PTIA possui uma página no instagram com conteúdos atualizados até 2023. https://www.instagram.com/ptiaufpi/
PI	Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAR)	Não foram localizadas iniciativas	-		
RJ	Universidade Federal Fluminense (UFF)	Universidade para a Terceira Idade (UNITI)	Sem informação	https://www.extensao.uff.br/implimento/showProjeto.php?id=19490&Title=Universidade%20para%20a%20Terceira%20Idade%20-%20UNITI	No site da UFF foram localizadas duas iniciativas: a Universidade para a Terceira Idade (UNITI), cujo site está desatualizado. Havendo somente informações sobre a história da criação. As demais informações devem ser solicitadas por e-mail. A outra iniciativa é
		Universidade da Melhor Idade (UMI)	Sim	https://engenhariavr.uff.br/universidade-da-melhor-idade/	Universidade para a Terceira Idade, cujas informações sobre cursos e formas de inscrições por meio de edital atualizado em 2023.

RJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UNIRIO)	Não foram localizadas as iniciativas	Sem informação	https://www.unirio.br/news/programa-renascer-e-tema-de-nova-edicao-do-informativo-em-foco	As buscas retornaram apenas informações sobre o "Programa Renascer", cuja página está desatualizada desde 2018.
RJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	Universidade Aberta à Terceira Idade (UNATI)	Sem informação	http://sigproj.ufrrj.br/abertos/abertos.php?projeto_id=309419	Não foram localizadas informações atualizadas sobre cursos e inscrições. A página está desatualizada desde 2018.
RJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)	Não foram localizadas as iniciativas	-		
RN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	Instituto do Envelhecimento (IEN)	Sem informação	https://www.ufrn.br/institucional/unidades-institucionais/ien	Site oficial próprio instituto não localizado. As informações são disponibilizadas no site da UFRN. Não há detalhes dos cursos oferecidos. Há um link para a página do instagram: https://www.instagram.com/ien.ufrn/
RN	Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA)	Não foram localizadas as iniciativas	-		

RS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	Universidade Aberta para Pessoas Idosas	Sim	https://www.facebook.com/photo/?fbid=325675113550487&set=pb.100083240021897 - 2207520000	O site está desatualizado, mas há uma página no Facebook com atualizações de cursos e oficinas até dezembro de 2023.
RS	Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSA)	Não foram localizadas iniciativas	-		
RS	Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)	Universidade Aberta Para Idosos (UNAPI).	Não	https://ccs2.ufpel.edu.br/wp/2023/03/24/universidade-aberta-para-idosos-unapi-abre-inscricoes-para-novas-atividades/	Não foi localizado site próprio do programa. As informações sobre cursos e inscrições estão detalhadas no edital de 2023, no site da UFPEL.
RS	Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	Não foram localizadas iniciativas	-	https://www.ufsm.br/2023/03/31/nucleo-de-estudos-e-apoio-a-terceira-idade-da-ufsm-retoma-atividades	As buscas retornaram apenas informações sobre o Núcleo Integrado de Estudos e Apoio à Terceira Idade (NIEATI).

RS	Universidade Federal do Pampa (Unipampa)	Universidade Aberta à pessoa idosa (UNAPI)	Não	https://site.s.unipampa.edu.br/unapi/unatina-extensao/	O site da UNIPAMPA disponibiliza as informações sobre cursos e contatos apenas até o ano de 2022.
RS	Universidade Federal do Rio Grande (FURG)	Não foram localizadas as iniciativas			A biblioteca da FURG oferece curso de Informática para terceira idade. Há também informações sobre um Núcleo Universitário da Terceira Idade (NUTI) com atividades mais voltadas à atividades físicas e socialização.
RS	Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA)	Não foram localizadas as iniciativas	Sem informação		
RO	Universidade Federal de Rondônia (UNIR)	Não foram localizadas as iniciativas	-	-	-
RR	Universidade Federal de Roraima (UFRR)	Não foram localizadas as iniciativas	Sem informação	https://antigo.ufrr.br/ultimas-noticias/5699-aulas-do-projeto-girassol-estao-previstas-para-agosto	As buscas retornaram somente informações sobre o projeto "Projeto de terceira idade Girassol", cujo site não foi localizado. As informações disponibilizadas no site da UFRR estão desatualizadas desde 2019. Há a disponibilização de e-mail para

					informações: coord.extensao@ufr.br
SC	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	Núcleo de Estudos da Terceira Idade e Universidade Aberta para as Pessoas Idosas (NETI-UNAPI)	Sim	https://neti.ufsc.br/lista-das-atividades-de-extensao-2023-2-do-edital-05neti-unapiproex2023/	O site é constantemente atualizado com informações de editais para inscrições nos cursos disponibilizados durante os semestres. Além disso, traz notícias sobre palestras e oficinas.
SC (Se de)	Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)	Não foram localizadas as iniciativas	Sem informação	https://portaleventos.uffs.edu.br/index.php/seurs/articled/view/17457	As buscas retornaram apenas informações sobre o Núcleo Universitário da Terceira Idade (NUTI), cujo site não foi localizado. As informações estão disponibilizadas no site da UFFS, porém não há detalhamento de cursos e formas de inscrição.
SP	Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR)	Não foram localizadas as iniciativas	-	-	-
SP	Universidade Federal do ABC	Não foram localizadas as	Sem informação	https://proec.ufabc.edu.br/a-proec/ouros-	As buscas retornaram apenas informações sobre o "Projeto Ativamente", mas não foram localizadas

		iniciativas		eventos/ativamente-ufabc-oficinas-gratuitas-para-idosos	informações atualizadas sobre cursos e inscrições. Mas há telefones e e-mails para contatos.
SP	Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)	Universidade Aberta para as Pessoas Idosas (UAPI)	Sem informação	https://sp.unifesp.br/institucional/universidade-aberta-terceira-idade ; https://www.unifesp.br/campus/san7/curso-virtual-uapi-bs	Cada campus possui uma página com informações, mas todas as localizadas estão desatualizadas e não mencionam cursos voltados à educação midiática ou tecnologias do cotidiano.
SE	Universidade Federal de Sergipe (UFS)	Não foram localizadas as iniciativas	Sem informação	https://nupati.ufs.br/pagina/10775	As buscas retornaram informações sobre "Núcleo de Pesquisa e Ações da Terceira Idade (NUPATI)" mas o site está desatualizado desde 2013. Na página da graduação da UFS há informação sobre previsão de vagas nos cursos de graduação para idoso para o ano de 2024 https://prograd.ufs.br/pagina/23538-processo-seletivo-para-idosos
TO	Universidade Federal do Tocantins (UFT)	Universidade da Maturidade (UMA)	Sem informação	https://site.s.uft.edu.br/uma/projetos/	Não foram localizadas informações atualizadas sobre cursos e inscrições. Mas há telefones e e-mails para contatos.

TO	Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT)	Universidade da Idade Adulta e Longevidade (UNIIAL)	Sem Informação	https://ufnt.edu.br/2022/12/08/uniiial/	Site não localizado. As informações obtidas ocorreram por meio do site da UFNT, cuja última atualização foi feita em 2022 e não traz detalhamento sobre cursos e inscrições.
----	---	---	----------------	---	--

Fonte: Elaborada pela autora

A partir dos resultados das buscas por programas de universidade aberta às pessoas idosas, constatamos inicialmente as diversas nomenclaturas existentes para a ação, os dados apontam para existência de pelo menos 14 nomenclaturas, a saber: UNATI, UATI, UAI, UNITI, UNAPI, UNITERCI, IPE, UMAP, UAT, PROMAT, UNISER, UNAI, UNAPI, UAM. Compreendemos que esse fato pode se relacionar à autonomia das unidades universitárias. Contudo, ponderamos que esse fator pode vir a ser um complicador, dificultando a realização de buscas por parte das pessoas idosas.

Além disso, observamos que das sessenta e nove unidades de universidades federais existentes, em trinta e uma delas não há nenhuma menção à universidade aberta à terceira idade ou iniciativas semelhantes. Dentre as universidades que oferecem programas de universidade aberta às pessoas idosas, em vinte delas não foram localizadas iniciativas voltadas à oferta de cursos de educação midiática. Nesse bojo, refletimos que ou o acesso à informação é muito difícil ou realmente a universidade não dispõe desse serviço.

Dentre as universidades que possuem o programa, apenas onze delas disponibilizam cursos voltados à educação midiática, contudo apenas cinco estão com os sites atualizados com informações acerca dos cursos e formas de inscrição pelo menos até o ano de 2023. Três unidades universitárias disponibilizam informações atualizadas nas redes sociais (Instagram e Facebook). As

demais estão com sites desatualizados e, por vezes, faltam informações de como proceder para realizar as inscrições.

Dessa forma, constatamos que, apesar de o Estatuto da Pessoa Idosa prescrever, em seu Art. 25, que as instituições de educação superior devem ofertar às pessoas idosas, na perspectiva da educação ao longo da vida, cursos e programas de extensão, há ainda muitas lacunas a serem preenchidas para o cumprimento da legislação. Essas lacunas são ainda maiores em se tratando de iniciativas voltadas às técnicas de comunicação, computação e demais avanços tecnológicos, para integração das pessoas idosas à vida contemporânea.

Os resultados demonstraram que a maioria das Universidades Federais, mesmo dentre aquelas que se abriam para receber a população idosa, por meio de programas e projetos de extensão, não apresentaram acessibilidade suficiente para que a informação fosse disponibilizada de forma ampla ao seu público-alvo.

Considerações finais

O fenômeno da disseminação de desinformação traz impactos negativos para a sociedade e vêm fazendo com que estudiosos de diferentes áreas se debruçam sobre essa conjuntura, em busca de estratégias para evitar e/ou mitigar seus impactos negativos.

O aumento exponencial de circulação de desinformação nas redes sociais, somado ao advento do envelhecimento populacional e o crescente número de pessoas idosas ativas nas redes sociais, tem como resultado a potencialização do fenômeno tornando-se mais uma das grandes problemáticas da contemporaneidade.

Os dados desse estudo confirmaram os impactos negativos das notícias falsas em pessoas idosas e demonstraram a importância de desenvolvimento de estratégias para proteger essa população que se configura como um grupo vulnerável.

No que tange aos marcos legais já existentes em relação às temáticas contempladas neste estudo, os resultados das buscas indicaram que apesar de não estarmos desprovidos de instrumentos legais de proteção à pessoa idosa contra possíveis danos causados pelo consumo de desinformação e de haver incentivo à promoção de estratégias para incluir essa população nas demandas do século XXI, não foram observadas políticas públicas efetivas para validar as prescrições legais.

Em relação aos caminhos possíveis para tornar as pessoas idosas mais aptas a utilizarem as mídias digitais e a se protegerem do compartilhamento de desinformação, percebemos, da mesma forma, que ainda estamos distantes do cumprimento das prescrições previstas em lei. Observa-se a necessidade de investimentos em cursos de atualização em educação midiática, que promovam o desenvolvimento de habilidades como a avaliação crítica e o uso ético da informação, faz-se imperativo.

A pesquisa nos revelou que dar acesso à educação midiática ou educação referente ao uso das tecnologias do cotidiano é um caminho com potencial eficácia para incluí-las nos processos sociais contemporâneos, tornando-as menos suscetíveis ao consumo e compartilhamento de desinformações. Dessa forma, é urgente a ampliação de cursos gratuitos em programas de extensão das universidades públicas, como previsto no Estatuto da Pessoa Idosa, bem como a promoção de uma maior acessibilidade das pessoas idosas às informações sobre os cursos oferecidos.

O estudo em tela encontrou limitações, sobretudo em relação a desatualizações de sites que deveriam apresentar informações para acesso às pessoas idosas. Nesse sentido percebemos a importância da ampliação da discussão acerca do investimento em estratégias de divulgação de informações e na formação acadêmica dos profissionais que tenham um olhar para inclusão de pessoas idosas, tendo em vista a importância de que se conheçam as necessidades e especificidades dessa população.

O período da pesquisa também foi um fator limitante, pois verificamos que alguns resultados retornaram informações relevantes de iniciativas de projetos voltados às pessoas idosas em universidades estaduais, o que indicamos como possibilidade de ampliação para pesquisa futura.

Referências

AGÊNCIA BRASIL. ONU diz que "notícias falsas" representam uma preocupação global

2017. Disponível em:
<https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2017-03/onu-diz-que-noticias-falsas-representam-uma-preocupacao-global#>. Acesso em 12 dez. 2023.

AGÊNCIA IBGE. PNAD Contínua 161,6 milhões de pessoas com 10 anos ou mais de idade utilizaram a Internet no país, em 2022. IBGE, 2023. Disponível em:

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38307-161-6-milhoes-de-pessoas-com-10-anos-ou-mais-de-idade-utilizaram-a-internet-no-pais-em-2022#:~:text=A%20propor%C3%A7%C3%A3o%20de%20pessoas%20com,62%2C1%25%20em%202022>. Acesso em: 22 nov. 2023.

ARAÚJO, Daniela; LATGÉ. Paula Kwame (Orgs). Um guia prático para enfrentar a desinformação. Bem TV - UNICEF: Niterói, 2020.

Disponível em:
<https://www.unicef.org/brazil/media/19196/file/muito-mais-que-fake-news.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2023.

BRASIL/IBGE. Projeções e estimativas da população do Brasil e das Unidades da Federação, 2023 Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/> Acesso em: 12 dez.2023.

BRISOLA, Anna; BEZERRA, Arthur Coelho. **Desinformação e circulação de “fake news”: distinções, diagnóstico e reação.** XIX Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência e Informação, 22 a 26 out. 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/102819>. Acesso em: 11 dez. 2023.

BRITO, Fausto. A população na cena política: o debate sobre as consequências do envelhecimento populacional.//: ANDRADE, Mônica Viega; ALBUQUERQUE, Eduardo da Motta (Orgs). **Alternativas para uma crise de múltiplas dimensões.** Belo Horizonte: CEDEPLAR - UFMG, 2018. Disponível em: <https://cedeplar.ufmg.br/wp-content/uploads/2021/06/Alternativas-para-uma-crise-de-multiplas-dimensoes.pdf>. Acesso em: 09 dez. 2023.

DIAS, Thiago Magela Rodrigues; SILVA, Jônatas Edilson da. **Enfrentamento à desinformação por meio dos algoritmos: um panorama internacional na literatura científica das possíveis respostas ao problema.** *Liinc em Revista*, [S. l.], v. 18, n. 2, p. e 6057, 2022. DOI: 10.18617/liinc.v18i2.6057. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/6057>. Acesso em: 13 dez. 2023.

GALHARDI. Claudia Pereira, *et al.* **Fato ou fake? uma análise da desinformação frente à pandemia da Covid-19 no Brasil.** *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, p. 4201–4210, out. 2020. Acesso em: 22 nov. 2023.

GUESS, Andrew; NAGLER, Jonathan; TUCKER, Joshua, 2019. **Less than you think: Prevalence and predictors of fake news dissemination on Facebook.** Disponível em: Doi: <https://doi.org/10.7910/DVN/IKDTPZ>, Harvard Dataverse, V1. Acesso em: 22 nov. 2023.

O'NEIL, Cathy, 2020. **Algoritmos de destruição em massa: como o big data aumenta a desigualdade e ameaça a democracia.** Santo André: Rua do Sabão, 2020. 342 p.

PINHEIRO, Marta Macedo Kerr; BRITO, Vladimir de Paula. **Em busca do significado da desinformação.** Data Grama Zero, v. 15, n. 6, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/8068>. Acesso em: 12 dez. 2023.

SOUZA, Janaina Silva de.; BRAZ, Ruth Maria Mariani. **Marcos históricos e dispositivos legais para a inclusão das pessoas idosas em uma sociedade em transformação.** #Tear: Revista de Educação, Ciência e Tecnologia, Canoas, v. 12, n. 1, 2023. DOI: 10.35819/tear.v12.n1.a6659. Disponível em: <https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/tear/article/view/6659>. Acesso em: 29 out. 2023.

SPINELLI, Egle Müller; SANTOS, Jéssica de Almeida. **Saberes necessários da educação midiática na era da desinformação.** Mídia e Cotidiano. Vol. 13, Nº 3, dezembro de 2019. p. 45-61. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/midiaecotidiano/article/view/38112/22326>. Acesso em: 20 dez. 2023.

SPINELLI, Egle Müller; SANTOS, Jéssica de Almeida. **Alfabetização Midiática na era da desinformação.** ECCOM: Educação, Cultura e Comunicação. jan-jun 2020, Vol. 11 Issue 21, p. 147-163. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Egle-Spinelli/publication/343344906_Alfabetizacao_Midiatica_na_era_da_desinformacao/links/5f242d08a6fdcccc439c7fa6/Alfabetizacao-Midiatica-na-era-da-desinformacao.pdf. Acesso em: 11 dez. 2023.

LETRAMENTO E MULTILETRAMENTOS: NAVEGANDO ENTRE A INFORMAÇÃO E AS FAKE NEWS

Ivana Carvalho
Gerlinde Agate Platais Brasil Teixeira

Introdução

Em uma sociedade interconectada e repleta de informações, os conceitos de letramentos e multiletramentos surgem como habilidades essenciais para a era digital. O letramento, expandiu-se para englobar uma ampla gama de competências que vão além da mera decodificação de textos. Um sujeito é considerado letrado ao se familiarizar com a leitura e escrita, e então utilizar esses conhecimentos e empoderamento nos mais diferentes contextos sociais (RUPPENTHAL et al. 2020).

É fundamental em uma era digital atravessada por informações que circulam com rapidez e em grande volume, que uma população letrada não apenas decodifique palavras, mas que também avalie de forma crítica o conteúdo que transmite e recebe

cotidianamente. Para Silva e Souza (2021, p. 265) “na cultura contemporânea, existe uma multiplicidade de letramentos que são vivenciados no cotidiano social dessa era tecnológica”.

O multiletramento pode ser compreendido como a habilidade de interpretar e produzir significados em linguagens e modalidades diferentes, atendendo às demandas de comunicação da atualidade, caracterizando-se pela diversidade cultural, linguística e pelas rápidas mudanças tecnológicas. Coscarelli (2019) entende o multiletramento como sendo a multiplicidade e variedade das práticas letradas dos indivíduos, tanto à multiplicidade cultural quanto na estruturação de textos digitais, unindo às habilidades de utilização das tecnologias digitais nos mais variados contextos.

No cenário das fake news, o letramento torna-se uma ferramenta crucial para saber a veracidade e a relevância das informações. Sujeitos bem letrados podem ser menos suscetíveis a manipulação por notícias falsas, pois desenvolvem em algum nível capacidades de questionar, contrastar fontes e buscar novas informações. A disseminação de notícias falsas pode não apenas influenciar percepções, mas também ocasionar a polarização de comunidades, manipulação de eleições e desencadear conflitos. Brisola e Bezerra (2018) destacam em seu texto que houve evidências de influência das fake news em uma das mais importantes eleições do mundo, ocorrida nos Estados Unidos da América no ano de 2016, potencializando o debate sobre os perigos das fake news.

Além disso, a desinformação, mesmo quando disseminada sem intenção maliciosa, pode ter consequências igualmente prejudiciais, levando a população a tomar decisões mal-informadas, seja em questões de saúde pública, políticas ou financeiras. Em um mundo já repleto de desafios complexos, a disseminação indiscriminada de informações incorretas amplifica a confusão, o medo e a divisão da sociedade, “assim, mesmo sem percebermos, estamos vivendo na era da Pós-verdade, em que as emoções e

crenças são mais significativas do que o próprio fato” (DA CUNHA; CHANG, 2021, p. 140).

Embora "desinformação" e "fake news" sejam frequentemente usadas de forma semelhante, elas têm pontos distintos. A desinformação refere-se ao compartilhamento de informações incorretas ou enganosas, independentemente de haver intenção deliberada de enganar. A desinformação não é necessariamente falsa, em muitas ocasiões trata-se de distorções do que é verdade ou partes da verdade tiradas de contexto, através de rumores não verificados (BRISOLA; BEZERRA, 2018). A chave aqui é que a desinformação é disseminada com intenção maliciosa. No entanto as fakes news referem-se especificamente a histórias ou informações fabricadas que são apresentadas como notícias verdadeiras, geralmente com a intenção de enganar ou influenciar opiniões. Assim como aponta Komesu (2021, p. 14) às fake news envolvem não apenas notícias comprovadamente falsas e enganosas, mas também informações fabricadas. As fakes news são pensadas para enganar ou para obter vantagens e a intencionalidade é uma característica central desse fenômeno.

Letramento e fake news são termos atuais no Brasil devido à evolução dos meios tecnológicos, políticos e educacionais, que refletem a complexidade do mundo em que vivemos. Esses conceitos podem ter recebido mais destaque no Brasil devido a várias razões ligadas à política, tecnologia, educação e pandemia, como podemos notar nas produções que compõem os resultados no decorrer da pesquisa.

A popularização das redes sociais e plataformas de mensagens instantâneas, como o WhatsApp, proporcionaram uma velocidade sem precedentes na disseminação de informações. Isso possibilitou que notícias, sejam elas verdadeiras ou falsas, alcançassem grandes audiências em questão de minutos. O estudo de Galhardi et al. (2020) focado na análise da desinformação durante a pandemia de COVID-19 reforça a ameaça da conexão entre o

WhatsApp e as fakes news, pois aponta que 73,7% das notícias falsas sobre o tema circularam via WhatsApp.

Nos últimos anos, especialmente durante ciclos eleitorais, o Brasil vivenciou uma enxurrada de informações, incluindo aquelas fabricadas ou distorcidas com intenções políticas. Para Pinheiro e Brito (2014, p. 3) “tanto as redes digitais, quanto veículos de comunicação tradicionais seriam empregados para difundir prioritariamente tudo àquilo que confunde e desarma” dentro do jogo de dominação política. As fakes news tiveram o potencial de influenciar opiniões, polarizar a população e afetar resultados eleitorais.

No campo educacional, os letramentos informacional, midiático e digital tornaram-se habilidades essenciais no século 21. O ensino tradicional focado apenas em ler e escrever talvez não seja mais suficiente. Silva e Souza (2021) salientam que entender os fenômenos resultantes da cultura digital são grandes desafios para qualquer professor e que é imprescindível compreender o desenvolvimento da expansão dos meios digitais e sua relação com as práticas educacionais. É necessário que os indivíduos desenvolvam habilidades críticas para analisar as informações que consomem, especialmente em um ambiente digital com tantas referências.

Com a pandemia da COVID-19, por exemplo, a disseminação de informações falsas ou mal interpretadas sobre o vírus, tratamentos e vacinas provocou muitas incertezas, medo e insegurança em relação à vacinação. A partir disso, uma progressiva circulação de boatos sobre o contágio do vírus, produziu um novo conceito relacionado a pandêmica, esse fenômeno atingiu o mundo todo, ao ponto de a Organização Mundial da Saúde (OMS) chamá-lo de “infodemia” Galhardi et al. (2020). A disseminação dessas notícias falsas tinha como fontes principais as redes sociais.

Para Ferreira (2021, p. 109) em um contexto de desinformação acentuado pela “desinfodemia”, cujo propagador em

nosso país também foram agentes públicos, o letramento midiático e informacional torna-se uma prática crucial. Um alto nível de letramento permite que as pessoas separem fatos de ficção, evitem a propagação de informações errôneas e tomem decisões informadas.

O letramento ampliado, que inclui o letramento midiático e o letramento digital, torna-se uma ferramenta essencial para navegar com confiança e segurança em meio a tantas informações que nos atravessam diariamente. Dentro dessa perspectiva, o objetivo deste trabalho é investigar se as práticas de letramento têm poder de auxiliar na formação de sujeitos críticos frente às fake news?

Metodologia

Neste estudo são analisados artigos científicos desenvolvidos sobre letramento e fake news. Metodologicamente o trabalho enquadra-se em uma pesquisa bibliográfica, uma vez que esse tipo de análise envolve aspectos passados, isto é, apontamentos apresentados em estudos pregressos que servem como base para o pesquisador entender determinado tema ou problema (GIL, 2002, 2008).

Dessa forma, para alcançar o objetivo proposto para essa pesquisa, a revisão de literatura foi realizada fazendo buscas com descritores na base de dados do Portal de Periódicos Capes e ERIC (Education Resources Information Center) nos últimos 10 anos (2013 - 2023). Os descritores utilizados respectivamente foram: letramento AND fake news e "fake news" AND literacy. Os critérios adotados para inclusão dos trabalhos foram: 1) artigos revisados por pares; 2) artigos em língua portuguesa ou que verssem sobre práticas desenvolvidas no Brasil; 3) possuir as palavras letramento ou fake news no título ou resumo e critérios de exclusão: 1) artigos que não são acessíveis de forma gratuita.

A busca retornou ao todo 44 documentos na base de dados Periódicos Capes e 104 produções na base de dados ERIC. Após os procedimentos de redução dos dados esse número foi reduzido para 16 artigos. Posteriormente, teve início o momento de análise individual das pesquisas selecionadas. A análise ocorreu através da leitura dos textos por completo, organizando aspectos semelhantes para elaboração de categorias de abrangência, subsequente cada categoria foi analisada, com intuito de observar pontos de similaridade e divergência nos textos.

Assim, o método de revisão de literatura foi considerado muito significativo na formulação de novas concepções, já que sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto (Marconi E Lakatos, 2010, p. 166).

Os resultados das análises foram organizados em três seções: Visão geral dos dados encontrados, destacando as informações bibliográficas mais relevantes para essa pesquisa, ano de publicação, autoria e formas de letramento mais mencionadas nos textos. Em seguida a análise e síntese de cada pesquisa, apresentando a caracterização de todas as produções investigadas. Ao final há uma articulação entre os artigos expondo a convergência de aspectos emergidos através dos dados e das experiências dos autores, indicando uma visão geral de como práticas de letramento são concebidos no Brasil.

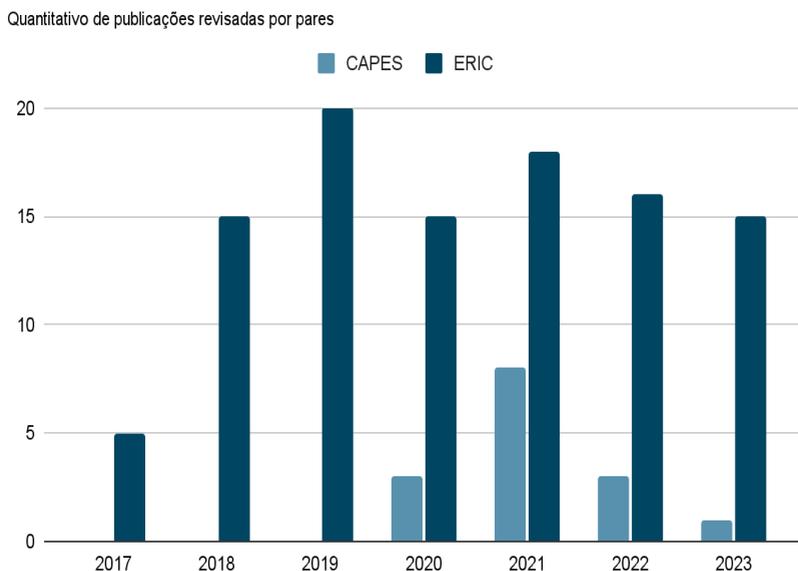
Resultados

Visão geral dos dados encontrados

Conforme os dados evidenciados no gráfico 1 nota-se que mesmo estendendo a busca de trabalhos para o período dos dez últimos anos os temas letramentos e fake news mobilizaram pesquisadores a partir do ano de 2017 ao redor do mundo. Sendo

ainda mais recente no Brasil, onde publicações envolvendo os temas surgiram no ano de 2020, tendo seu maior foco no ano de 2021. Como já mencionado neste texto, a concepção de fake news e o conceito de letramento são aspectos um tanto quanto atuais no Brasil. A associação desses dois termos é ainda mais recente, reforçando a pertinência e relevância deste estudo. Mesmo que a desinformação num contexto geral já faça parte de nosso mundo desde a antiguidade, pensar em como conter sua propagação tornou-se quase um dever na contemporaneidade.

Gráfico 1. Quantitativo de publicações revisada por pares



Fonte: Autora

De acordo com o que foi mencionado anteriormente, dos 148 trabalhos encontrados no exercício de busca nas duas plataformas utilizadas, 16 deles passaram pelos critérios de inclusão

e exclusão e foram lidos de forma individual e integral. A tabela a seguir apresenta os trabalhos selecionados, com seus respectivos autores e ano de publicação.

Tabela 1. Títulos dos artigos selecionados, autoria e ano de publicação

Título	Autores	Ano
Fake News Científicas: Percepção, Persuasão e Letramento	Gomes et al.	2020
Letramento informacional, Covid-19 e infodemia	Dos Santos, A. D. G	2020
Fake News, implicações sociais e urgência do diálogo na educação	Silva, R. C. F., & Carvalho, J. S.	2020
Desinformação, desinfodemia e letramento midiático e informacional – um estudo do Processo estruturado no Brasil sob o governo Jair Bolsonaro e as formas de enfrentamento	Ferreira, E. S	2021
Letramento crítico no ensino médio: uma proposta didática sobre pós-fatos contra o Nordeste/Nordestino(A) em aulas de Língua Portuguesa	Santana, M. G.	2021
Fake news em tempos de pandemia: A urgência de novos multiletramentos na cultura digital	Pereira, A. E.	2021
Narrativas de estudantes Ead em Blog E apropriação de letramentos digitais	Silva, I. C. F. & Souza, T. F. M.	2021
O papel da memória discursiva em manchetes que desmentem notícias sobre Covid-19	Alexandre, G. G.	2021
Fake news, desinformação e necessidade de formar leitores críticos	Leurquin, E. V. L. F., & Leurquin, C.	2021

Fake Science: uma análise de vídeos divulgados sobre a pandemia	Cunha, M. B., & Chang, V. R. J.	2021
A formação do leitor no contexto da desinformação e das fake news: desafios para os estudos de letramentos na pandemia aa Covid-19 e além	Assis, J. A., Komesu, F., & Pollet, M.-C.	2021
Expansão do letramento informacional com a metacognição e o metaletramento: potencializando aprendizagem do século XXI	Pinheiro, M. H. B., & Gasque, K. C. G. D.	2022
A função educativa das bibliotecas escolares no combate à desinformação E às fake news: estudo de caso das bibliotecas escolares de Goiânia/Go	Santos et. al	2022
Covid-19 e desinformação: notas sobre O serviço Brasileiro "saúde sem fake News" e seu leitor	Komesu et. al	2022
Can high school students check the veracity of information about COVID-19? A case study on critical media literacy in Brazilian ESL classes	Meyrer, K. P. & Kersch, D. F.	2022
Discursos de ódio no contexto da desordem informacional: como resolver?	Forster, R & Carvalho, R. M.	2023

Fonte: Autora, 2024

Percebe-se que a maioria dos artigos destinou seu foco a apontar como o desenvolvimento e o aperfeiçoamento de práticas de letramento e multiletramento podem ser uma das formas mais eficientes de frear a disseminação de notícias falsas. Os textos salientam que a escola tem papel fundamental na potencialização do desenvolvimento desses letramentos e conseqüentemente na formação de cidadãos com níveis mais elevados de criticidade. Dentre as formas de letramento mais mencionadas nos textos pode-se citar o letramento midiático, destacando-se nos trabalhos de (GOMES et al. 2020); (FERREIRA, 2021); (CUNHA e CHANG, 2021); Meyrer e Kersch (2022) e o letramento informacional apontados por (SANTANA, 2021); (DOS SANTOS, 2020); (PINHEIRO e GASQUE,

2022); (SANTOS et. al, 2022). Outros aspectos que são mencionados em muitas produções são: a política brasileira, em especial o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro e a pandemia de COVID-19.

Análise e síntese de cada pesquisa

No texto de Gomes et al. (2020) os autores buscaram compreender quais elementos endossam realmente a credibilidade das fake news científicas. A pesquisa obteve a participação de 232 respondentes através de um questionário on-line da plataforma SurveyMonkey®. Os pesquisadores elencam que em uma sociedade democrática a articulação dos letramentos midiático e informacional com o letramento científico é fundamental, pois fornece o entendimento de que uma visão mais crítica é necessária na atualidade. Os resultados encontrados são de extrema importância, pois evidenciam que a renda familiar, a escolaridade e a articulação de discurso persuasivo são elementos essenciais para dar credibilidade às fake news.

Em seu artigo, Ferreira (2021) direcionou seu foco a partir das manifestações de instâncias públicas federais e de veículos de comunicação aliados às prerrogativas bolsonaristas em um processo de desinfodemia no Brasil, envolvendo a propagação de fake news ligadas à Ciência. O trabalho de revisão feito pela autora apresenta como funciona o ecossistema de fake news e quais foram os principais temas de desinformação na pandemia. O texto busca também debater sobre o papel do letramento midiático e informacional como instrumento prático e eixo teórico capaz de fortalecer a formação crítica de cidadãos e cidadãs.

Santana (2021) apresenta um olhar diferenciado ao propor um plano de ensino mensal para alunos do ensino médio. Sua pesquisa pontua que a disciplina de Língua Portuguesa, prepara os estudantes para uma leitura responsiva a produção informacional e midiática. Dessa forma, através de uma revisão de literatura são

expostos aspectos importantes que conectam a escrita e leitura à necessidade do desenvolvimento do letramento informacional. Para a autora o letramento ainda é um condutor de desigualdade, possibilitando a diferentes esferas da sociedade o controle da opinião pública. Em seus resultados, ela articula o plano de ensino sugerido em aulas de Língua Portuguesa ao letramento informacional, que é apontado como forma de garantir que uma parcela maior da população esteja comprometida com a produção de verdades.

Dos Santos (2020) em seu trabalho buscou investigar o contexto da infodemia vivenciada no Brasil durante a COVID-19 a partir de conteúdos da internet. Outro objetivo do autor foi destacar os conceitos e aspectos diretamente ligados ao letramento informacional. A pesquisa analisou fake news nas principais redes sociais utilizadas no Brasil (WhatsApp, Twitter, Youtube e Facebook) naquele ano. Constatou-se que o Brasil sofreu de uma infodemia da COVID-19, liderada essencialmente pelas redes sociais Twitter e Facebook. Outro dado evidenciado que chama bastante atenção foi a quantidade de desinformação publicadas nas contas oficiais de indivíduos que estavam à frente de cargos na política brasileira, inclusive, o presidente da república em exercício na época.

As autoras Leurquin e Leurquin (2021) concentram seu foco de estudo em expor como as fakes news e a desinformação se originam, se constituem e disseminam seus impactos na sociedade. Este trabalho de revisão de literatura analisa dois recortes de tempo específicos e de alta relevância em nosso país: o período das eleições presidenciais no ano de 2018 e o segundo ano da pandemia de COVID-19, em 2021. No decorrer do texto é proposto uma reflexão sobre fake news, desinformação, formação de leitores críticos e como esses três aspectos unem-se, trazendo esse diálogo para o espaço da escola. Para as pesquisadoras as práticas de letramento envolvem aspectos cruciais no trabalho contra proliferação de desinformação e manipulação de fatos. Na busca pela resolução de

tais problemas aponta-se a necessidade de avançar no caminho da geração de dispositivos didáticos que auxiliem o professor na realização de um trabalho de curadoria com seus alunos de maneira mais assertiva.

O trabalho elaborado por Cunha e Chang (2021) trata-se de uma análise que propõe reflexões sobre o compartilhamento de vídeos no aplicativo de mensagem WhatsApp, diretamente relacionados a COVID-19. O texto em sua essência demonstra que assuntos das ciências muitas vezes são utilizados em fake news, esse efeito é denominado pelas autoras como Fake Science. A partir desse contexto, a pesquisa elenca o letramento informacional e midiático como tema de interesse, uma vez que um sujeito letrado é capaz de identificar diferentes tipos de mídia, interpretar informações e reconhecer padrões presentes nas mídias. Como resultados são frisados pontos como: a necessidade de se trabalhar a respeito de notícias falsas sobre a Ciência na escola e a importância do acesso à cultura científica e do aperfeiçoamento de aspectos do letramento informacional e midiático.

A produção de Assis e Pollet (2021) apresenta dados que podem nos dar uma pequena dimensão do poder de propagação das fake news. O texto apresenta um exemplo disso ao enumerar que uma postagem verdadeira alcança em média mil pessoas, enquanto isso, uma fake news pode alcançar entre mil e cem mil pessoas. Em outro momento, a pesquisa ressalta que a possibilidade de uma notícia falsa ser divulgada por mais de pessoas é 70% maior do que uma notícia verídica. Tendo em vista esse emaranhado de possibilidades favoráveis à propagação de desinformação, o artigo destaca a escola e a universidade como pontos importantes frente aos desafios da atualidade, ressaltando que essas instituições podem conceber uma articulação entre o letramento científico e o letramento digital, organizando tais competências.

Silva e Carvalho (2020) discutem sobre a importância de análises problematizadoras na utilização das mídias e da tecnologia

no processo educativo, salientando que essa problematização pode servir como forma de combate a desinformação. Nesta revisão de literatura, os autores buscam refletir sobre abordagens pedagógicas e o papel da Educação no cenário brasileiro, sinalizando que a educação assume um papel vital para o reconhecimento, análise e ação diante do evento da desinformação. Na pesquisa o letramento digital é pensado a partir de uma visão mais ampla, permeando o processo de aquisição da fluência na linguagem das mídias. A partir do exposto, os pesquisadores indicam que as fakes news são fenômenos de extrema complexidade e que dentro da esfera educacional são necessárias práticas que trabalhem a criticidade dos indivíduos perante as mídias e tecnologias.

Em seu trabalho, as autoras Pinheiro e Gasque (2022) trazem contribuições que promovem novos conhecimentos sobre as produções de brasileiros e norte americanos como Gasque; Mackey e Jacobson a respeito de pautas direcionadas a letramento informacional, metacognição e metaletramento. Traçam um paralelo entre o acontecimento das fake news e da desinformação a expansão do letramento informacional. O texto analisou publicações dos últimos vinte anos e aponta que o metaletramento é um arranjo amplo que auxilia indivíduos a atuarem no cenário das redes sociais como autores e compartilhadores mais conscientes e críticos. A pesquisa evidencia que devido a evolução tecnológica o conceito de letramento informacional tem evoluído, focando em um tipo de aprendizagem que introduza novos conteúdos a fim de tornar o aprendiz cada vez mais consciente

Santos et. al (2022) traça um olhar essencial sobre o papel das bibliotecas escolares no processo de letramento informacional, focando em suas contribuições e como elas podem auxiliar na formação de competências para o enfrentamento das fake news. A pesquisa enfatiza que o exercício do letramento informacional em consonância com ações pedagógicas da biblioteca escolar pode fazer com que o estudante aguce sua capacidade de discernir o que

são informações falsas. Como resultado dessa produção as autoras salientam que muitas escolas ainda não possuem bibliotecas em seus espaços e a falta de um profissional habilitado para essa função dificulta ações de combate a disseminação de fake news, barrando o desenvolvimento do letramento informacional.

O trabalho elaborado por Komesu et. al (2022) buscou analisar o serviço de checagem de fatos Saúde sem Fake News do Ministério da Saúde, observando um conjunto de 86 postagens direcionadas ao novo coronavírus. Os autores baseiam-se em estudos de letramentos e dissertam sobre a função social do leitor, especialmente no período da COVID-19. O artigo destaca que na atualidade, é essencial o desenvolvimento de competências de letramentos digitais e letramentos científicos que combinados promovam entendimento do comportamento das redes sociais e separação de ciências e não ciências. Para os autores, os estudos de letramento demonstram a importância da formação do leitor no combate a notícias falsas. Os dados demonstraram que os usuários de redes sociais se preocupam com o vírus e em determinados momentos sentem a necessidade de optar por priorizar suas crenças ou evidências científicas. Em relação ao serviço de checagem, sua essencialidade é mencionada, pois esse tipo de mecanismo possui potencial para consolidar a capacidade de fortalecer a educação acadêmica e científica no ensino formal.

A pesquisa de Pereira (2021) delimita seu foco na avaliação de processos linguísticos que recorrem ao convencimento, assim como o tratamento digital das fake news refletido nas narrativas atuais. Para tanto foram analisadas fake news produzidas no período da pandemia causada pela COVID-19 em nosso país. Vinculado a isso, a autora pontua que os multiletramentos são essenciais para formular entendimentos e reflexões mais exigentes, uma vez que, alteram a compreensão de linguagens e discursos. Em sua revisão de literatura a autora expõe a complexidade das fake news, mencionando que há diferentes tipos de formatos, velocidade de

propagação, estratégias e potencial engajamento. Consequentemente a esse emaranhado de aspectos é preciso que o sujeito desenvolva habilidades substanciais para administrar conteúdos e fontes, verificar dados e principalmente, transformar informações em conhecimento.

O artigo de Silva e Souza (2021) traz o recorte da dissertação de mestrado de uma das autoras. O trabalho possui o intuito de analisar memórias de estudantes e narrativas em blogs através do viés dos letramentos digitais. Fazendo uso de uma perspectiva social e abordagem crítica, o estudo perpassa por movimentos contemporâneos como a cultura digital, a formação na cibercultura e o surgimento de ambientes on-line na educação a distância. Esse estudo bibliográfico apresenta como evidências a exigência de uma sociedade autônoma, onde os sujeitos sejam letrados digitalmente. A partir desse letramento é possível conceber mudanças que englobam estruturas de poder e lutas de classe. Outro ponto exposto diz respeito a mobilização da universidade nos processos de leitura, escrita e produção de conhecimento objetivando a expansão dos letramentos digitais dos estudantes.

Em seu texto, Alexandre (2021) busca analisar o papel da memória discursiva em manchetes publicadas no ano de 2020 por duas agências, as quais desmente notícias sobre COVID-19 em mídias sociais. Apresentando aspectos relacionados ao processo comunicativo, o autor ressalta o surgimento de novas práticas de letramento em sociedades contemporâneas e expressa também o poder das tecnologias digitais de informação e comunicação, deixando ainda mais claro a significância dos debates em torno dos diferentes letramentos. Resultante de suas análises, é exposto que existem dois pontos de vista que coexistem práticas de letramento digital. Em relação a memória discursiva, a mesma pode ser considerada um conceito relevante para se entender a urgência desses debates.

O artigo de Forster e Carvalho (2023) dialoga sobre um debate de extrema relevância na atual conjuntura das tecnologias e redes sociais, o discurso de ódio. O objetivo dessa produção foi preparar um material introdutório listando possíveis recursos para tais problemas. Os autores indicam que o desenvolvimento tecnológico ligado a inexistência de regulação básica dos ambientes digitais e a falta de políticas educacionais efetivas servem como engrenagem no circuito de propagação de fake news. Por meio dessa pesquisa bibliográfica foi possível estabelecer eixos de critérios de enfrentamento e resistência aos discursos de ódio e à desordem informacional. Os domínios do letramento, mais especificamente do letramento informacional, midiático e digital são entendidos como ferramentas para potencializar a avaliação crítica de conteúdos falsos e inverdades. Como opções de resolução para os problemas explicitados, o texto aponta que é necessária a atuação de diferentes setores da sociedade incluindo o estado, a ordem jurídica e a ordem educacional.

Ao final no texto de Meyrer e Kersch objetivou investigar quais mecanismos os estudantes de uma turma de Inglês como segunda língua, do terceiro ano do ensino médio utilizaram para elaborar textos que desmentiam notícias falsas. A partir de fake news relacionadas a pandemia de COVID-19 foram desenvolvidas atividades com foco de promover o aperfeiçoamento do letramento midiático crítico e a Língua Inglesa. As autoras demonstram como o professor organizou um plano didático, com diferentes atividades que potencializaram o desenvolvimento do letramento em mídia. Como resultado das análises, discussões e elaboração dos textos é apontado que os alunos desenvolveram capacidade de argumentar firmemente sobre o que era falso e o que era fato, evidenciando que práticas como estas fortalecem o processo de construção do letramento midiático.

Articulações entre os estudos

Neste segmento, é apresentado com maior grau de detalhamento as implicações e correlações identificadas nos textos. Em primeiro lugar, observou-se um padrão nos objetos de análise e nas concepções finais nas produções investigadas. A partir desse padrão emergiram cinco categorias que concentram o foco dos artigos observados, sendo elas: dispositivos didáticos, textos que relacionam cargos da política brasileira a desinformação, ferramentas de análise e checagem de fake news e discurso de ódio no inter-relacionamento do usuário pós Web 2.0. Na grande maioria dos artigos, os multiletramentos surgem como umas formas mais eloquentes para frear a desinformação.

Notou-se que os textos de Santana (2021); Santos et. al (2022); Silva e Carvalho (2020); Silva e Souza (2021); Leurquin e Leurquin (2021); Meyrer e Kersch (2022) compõem uma série de apontamentos sobre a necessidade de avançar no caminho da geração de dispositivos didáticos que auxiliem o professor no desenvolvimento do letramento. Nesse conjunto de pesquisas e reflexões é possível identificar o quanto as instituições de ensino estão atreladas às práticas de letramento. Seja a partir de planos de ensino focados em leitura responsiva a produção informacional e midiática ou através de problematizações dentro do espaço escolar que busquem encontrar diferentes abordagens pedagógicas para conter as notícias falsas.

Verificou-se também que o letramento pode ser considerado um propagador de desigualdade, favorecendo o controle da opinião de partes da sociedade. Essas condições podem estar atreladas a extrema complexidade com que o fenômeno das fake news é concebido. Diante disso, é evidenciado que todas as esferas educacionais precisam de uma organização que viabilize projetos direcionados aos diferentes níveis da educação básica e a universidade. Assim pode-se promover a expansão dos multiletrados dos estudantes.

Observou-se também uma convergência nos textos de Ferreira (2021); Dos Santos (2020) e Leurquin e Leurquin (2021), onde foram apresentados dados que relacionam sujeitos em cargos da política brasileira, como o presidente da república em exercício nos anos de 2020 e 2021 a desinformação. Os textos fornecem dados que apontam para uma massiva rede de fake news disseminadas por agentes do alto escalão da política brasileira.

Assim, pode-se elaborar um paralelo com o exposto anteriormente ao abordarmos como a falta de letramentos sobre determinados assuntos pode fazer com que a opinião de alguns indivíduos os torne suscetíveis a uma rede de notícias falsas, principalmente quando essas informações são dispersadas por alguém que tenha grande relevância no contexto nacional, como o próprio presidente da república por exemplo.

Dados evidenciados por Gomes et al. (2020); Dos Santos (2020); Cunha e Chang (2021); Komesu et. al (2022); Pereira (2021); Alexandre (2021); Leurquin e Leurquin (2021) apresentam expressivas similaridades, pois ambos dissertam sobre a relevância de ferramentas de análise e checagem de fake news, mais especificamente na durante a pandemia de COVID-19. Pode-se identificar que todas as produções apresentam indicativos de Fake Science, termo cunhado pelos autores Cunha e Chang (2021) que relaciona quando temas das ciências são utilizados em notícias falsas.

Fica claro que ao utilizar conceitos ligados a Ciência na formulação de fake news, o criador desse tipo de conteúdo acredita que o contexto científico endosse a desinformação, reforçando a credibilidade da notícia. Corroborando com as reflexões entre os autores, essa falsa credibilidade está diretamente ligada aos processos linguísticos empregados no convencimento, com intuito de manipular o indivíduo. Essas produções ainda reforçam pontos salientados anteriormente, enfatizando que o discurso persuasivo atinge pessoas com renda familiar inferior e com baixa escolaridade.

Na última categoria de convergência identificamos os trabalhos de Assis e Pollet (2021); Forster e Carvalho (2023) e Pinheiro e Gasque (2022). As pesquisas demonstram afinidade pois tratam da desinformação com um olhar sobre o discurso de ódio, inter-relacionado com o novo perfil do usuário pós Web 2.0. Ambos os artigos apontam para a evolução tecnológica, salientando que o mesmo progresso proporcionou a evolução dos letramentos e multiletramentos.

As produções evidenciam o poder do fenômeno das fake news mostrando com dados importantes como essa engrenagem funciona, tais informações constataram que a divulgação de notícias falsas pode ser 70% maior do que a de informações verdadeiras. Nesse circuito de desinformação os três artigos apontam o letramento informacional e digital como instrumentos que desenvolvem o compromisso com a verdade e a avaliação crítica de diferentes materiais, enfatizando um tipo de aprendizagem que promova novos conhecimentos a fim de tornar o aprendiz cada vez mais autônomo.

Considerações finais

A humanidade encontra-se em um constante processo de adaptação e aprendizado. A velocidade com que as informações circulam e as inovações surgem desafia a capacidade de absorver e integrar novos conceitos. Contudo, esse cenário também oferece oportunidades inéditas de crescimento e descoberta.

Apresentamos neste trabalho uma pesquisa bibliográfica com objetivo de investigar se as práticas de letramento têm poder de auxiliar na formação de sujeitos críticos frente às fake news. Após a consulta à base de dados, dezesseis trabalhos passaram pelos critérios de inclusão e exclusão e foram analisados qualitativamente de forma integral.

A partir dos trabalhos observados nesta pesquisa foi possível estabelecermos algumas compreensões e entender como os processos que envolvem diferentes tipos de letramento podem contribuir para que uma comunidade desenvolva aspectos de criticidade, autonomia e responsabilidade com a verdade. Identificou-se que artigos que vinculam os termos letramento e fake news tiveram seu maior foco de desenvolvimento no de 2021. Mesmo estendendo a busca de trabalhos para o período dos dez últimos anos (2013-2023) a primeira menção de trabalhos que associam essas temáticas nas bases analisadas foi no ano de 2020.

Dentre as formas de letramento mais mencionadas nos textos pode-se citar o letramento midiático e o letramento informacional. Tornou-se evidente que grande parte dos artigos se concentra em destacar que a evolução e melhoria das práticas de letramento e multiletramento podem ser um dos métodos mais eficazes para conter a propagação de notícias falsas. Esses textos enfatizam o papel crucial da escola no impulso ao desenvolvimento desses letramentos, levando assim à formação de cidadãos com maior capacidade crítica.

A partir do exposto nos artigos analisados emergiram cinco categorias que concentram o foco dos artigos observados, sendo elas: dispositivos didáticos, textos que relacionam cargos da política brasileira a desinformação, ferramentas de análise e checagem de fake news e discurso de ódio no inter-relacionamento do usuário pós Web 2.0. Em meio a essa transformação, é essencial que cada indivíduo desenvolva habilidades críticas e esteja aberto a aprender continuamente. Em suma, o letramento é uma defesa fundamental contra as fakes news. Educar as pessoas para que se tornem leitoras críticas e informadas é uma das estratégias mais eficazes para combater a disseminação de desinformação em nossa sociedade.

Referências

ALEXANDRE, Gabriel Guimarães. O papel da memória discursiva em manchetes que desmentem notícias sobre covid-19. **Scripta**, v. 25, n. 54, p. 68-95, 2021.

ASSIS, Juliana Alves; KOMESU, Fabiana; POLLET, Marie-Christine. A formação do leitor no contexto da desinformação e das fake news: desafios para os estudos de letramentos na pandemia da covid-19 e além. **Scripta**, v. 25, n. 54, p. 9-38, 2021.

BRISOLA, Anna; BEZERRA, Arthur Coelho. **Desinformação e circulação de "fake news": distinções, diagnóstico e reação**. In: XIX Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XIX ENANCIB). 2018.

COSCARRELLI, Carla Vianna. **Multiletramentos e empoderamento na educação. Educação, (multi)alfabetização e tecnologias: tecendo redes de saberes sobre alfabetização, cultura digital, ensino e aprendizagem em cibercultura**. Salvador: EDUFBA, pág. 61-77, 2019.

DA CUNHA, Marcia Borin; CHANG, Vanessa Ron Jen. Fake Science: uma análise de vídeos divulgados sobre a pandemia. **Amazônia: Revista de Educação em Ciências e Matemáticas**, v. 17, n. 38, p. 139-152, 2021.

DA SILVA, Iracema Cristina Fernandes; DE SOUZA, Terezinha Fernandes Martins. Narrativas de estudantes EAD em blog e apropriação de letramentos digitais. **Educação em Análise**, v. 6, n. 1, p. 159-178, 2021.

DA SILVA, Roberto Cardoso Freire; DE SÁ CARVALHO, Jaciara. FAKENEWS, IMPLICAÇÕES SOCIAIS E URGÊNCIA DO DIÁLOGO NA EDUCAÇÃO. **Revista da Faculdade de Educação**, v. 33, n. 1, p. 155-175, 2020.

DOS SANTOS, Alana Driziê Gonzatti et al. Letramento informacional, Covid-19 e infodemia. **Liinc em Revista**, v. 16, n. 2, p. e5214-e5214, 2020.

FERREIRA, Eliara Santana. Desinformação, desinfodemia e letramento midiático e informacional—um estudo do processo estruturado no Brasil sob o governo Jair Bolsonaro e as formas de enfrentamento. **Scripta**, v. 25, n. 54, p. 96-128, 2021.

FORSTER, Renê; DE CARVALHO, Rodrigo Monteiro. Discursos de ódio no contexto da desordem informacional: como resolver? **SOLETRAS**, n. 43, 2022.

GALHARDI, Cláudia Pereira et al. Fato ou Fake? Uma análise da desinformação frente à pandemia da Covid-19 no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 4201-4210, 2020.

GOMES, Sheila Freitas; PENNA, Juliana Coelho Braga de Oliveira; ARROIO, Agnaldo. Fake news científicas: percepção, persuasão e letramento. **Ciência & Educação (Bauru)**, v. 26, p. e20018, 2020.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. Atlas, São Paulo, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Atlas, São Paulo, 2008.

KOMESU, Fabiana et al. COVID-19 e desinformação: notas sobre o serviço brasileiro “Saúde sem Fake News” e seu leitor. **Revista Investigações-Linguística e Teoria Literária**, v. 35, n. 2, p. 1-28, 2022.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, M **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7. ed . São Paulo: Atlas, 2010.

LEURQUIN, Eulália Vera Lúcia Fraga; LEURQUIN, Chloé. Fake news, desinformação e necessidade de formar leitores críticos. **Scripta**, v. 25, n. 54, p. 265-295, 2021.

PEREIRA ANDREATTA, Elaine. Fake news em tempos de pandemia: a urgência de novos multiletramentos na cultura digital. **Calidoscópio**, v. 19, n. 1, 2021.

PINHEIRO, Maria Heldaiva Bezerra; GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias. Expansão do letramento informacional com a metacognição e o metaletramento: potencializando aprendizagem do século XXI. **Informação & Informação**, v. 27, n. 1, p. 558-582, 2022.

RUPPENTHAL, Raquel; COUTINHO, Cadidja; MARZARI, Mara Regina Bonini. Alfabetização e letramento científico: dimensões da educação científica. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 10, p. e7559109302-e7559109302, 2020.

SANTANA, Mariana Galdino. Letramento crítico no Ensino Médio: uma proposta didática sobre pós-fatos contra o Nordeste/nordestino (a) em aulas de Língua Portuguesa. **Scripta**, v. 25, n. 54, p. 296-322, 2021.

SANTOS, Andréa Pereira; DE SOUZA, Emilly Leticia Vieira; LIMA, Myriam Martins. A função educativa das bibliotecas escolares no combate à desinformação e às fake news: estudo de caso das bibliotecas escolares de Goiânia/go. **Informação & Informação**, v. 27, n. 1, p. 405-428, 2022.

A IMPORTÂNCIA DA ALFABETIZAÇÃO MUDIÁTICA NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO

Leiliane Domingues da Silva
Dagmar de Mello e Silva

Introdução

Vivemos em uma sociedade constantemente em mutação, imersa na norma ubíqua da era digital. As tecnologias digitais de informação e comunicação, uma vez consideradas acessórias, agora estão intrinsecamente entrelaçadas ao nosso cotidiano, exercendo uma influência marcante em diversos domínios. Essa influência abrange desde a construção do conhecimento até o engajamento pessoal e interesses de manipulação política.

No entanto, esse panorama complexo nos coloca diante de um desafio constante: o processo de fragmentação da informação e a disseminação desenfreada de conteúdos falsos, popularmente conhecidos como "fake news".

O fenômeno das fake news provavelmente nos aponta para a falência dos nossos

sistemas comunicativos e, principalmente, da nossa compreensão do que seja comunicação. E também nos indica que o caminho da educação tenha que ser reorientado. Somos capazes de ler a palavra, mas não exercitamos a leitura do mundo. [...] entra-se em um universo no qual os conceitos de jornalismo, notícia, informação etc. estão em jogo, mas a articulação entre eles e a inserção em uma realidade sociocultural mais ampla também deve ser levada em conta (Chaves, 2018, p. 86).

Embora as notícias falsas não sejam uma novidade, sua especificidade reside na tática de confundir, deixando as pessoas em um estado constante de suspensão, dúvida e até medo, comprometendo assim a qualidade e a veracidade das informações circulantes. Esse cenário desafia a unidade da população em prol da defesa de interesses comuns.

[...] 1. os meios de comunicação, em alguma de suas formas, ocupam posição central na vida pública de pessoas de todas as idades, em termos de trabalho, participação política, educação e entretenimento; 2. o teor das mensagens nunca é transparente, isto é, como em outras esferas discursivas, o conteúdo veiculado pelas mídias transmite valores e pontos de vista sectários, querendo parecer universais; 3. a participação social requer também pessoas hábeis para lidar com as mídias, que saibam, ao mesmo tempo, defender-se de efeitos nocivos e tirar proveito daquilo que lhes convém, como

consumidoras e como cidadãs (Siqueira; Cerigatto, 2012, p. 236).

A desinformação transcende fronteiras e impacta diversas esferas da vida social, desde eleições até moldar decisões que afetam a saúde pública e estimulam atitudes intolerantes de discriminação e xenofobia. Em outras palavras, as notícias falsas exercem consequências nocivas.

Diante desse desafio, a UNESCO tem defendido vigorosamente a integração da Alfabetização Midiática como meio de fortalecer as habilidades necessárias neste complexo cenário digital. Assim, a Alfabetização Midiática surge como um caminho vital para enfrentar o problema da desinformação.

Alfabetização midiática - alfabetização no sentido mais geral, de fato - é a habilidade para acessar, analisar, avaliar e criar mensagens em uma variedade de formas (Aufderheide, 1993; Christ & Potter, 1998). Esses quatro componentes - acesso, análise, avaliação, e criação de conteúdo - juntos constituem uma abordagem baseada em habilidades para a alfabetização midiática. Cada componente apoia os outros como parte de um processo de aprendizagem não linear e dinâmico: aprender a criar conteúdo ajuda uma pessoa a analisar aqueles produzidos profissionalmente por outros; habilidades em análise e avaliação abrem as portas para novos usos da Internet, expandindo o acesso e assim por diante (Livingstone, 2004, p. 5).

Nesta perspectiva organizações com a UNESCO destacam o papel dos docentes no processo de formação das atuais gerações:

O trabalho inicial com professores é a estratégia central para se alcançar um efeito multiplicador: de professores alfabetizados em termos informacionais para seus alunos e, eventualmente, para a sociedade em geral. Os professores alfabetizados em conhecimentos e habilidades midiáticas e informacionais terão capacidades aprimoradas de empoderar os alunos em relação a aprender a aprender, aprender de maneira autônoma e a buscar a educação continuada. Educando os alunos para alfabetizarem-se mídia e informação, os professores estariam respondendo a mudanças em seu papel como defensores de uma cidadania bem informada e racional; e, em segundo lugar, estariam respondendo a mudanças em seu papel de educadores, uma vez que o ensino desloca seu foco central da figura do professor para a figura do aprendiz (UNESCO, 2013, p. 17).

O objetivo deste artigo é discutir de forma mais aprofundada a importância da Alfabetização Midiática para a educação, propondo sua inserção curricular nos processos de ensino e aprendizagem. Torna-se imperativo educar para o uso reflexivo e crítico da informação, fornecendo habilidades essenciais que garantem a alfabetização na sociedade digital, permitindo distinguir notícias confiáveis de anúncios e conteúdos falsos na vastidão da internet.

Nesse sentido, a Alfabetização Midiática não apenas se configura como uma necessidade, mas defende sua incorporação na

Educação Básica, com foco especial no Ensino Fundamental. Essa abordagem visa formar indivíduos capazes de enfrentar, compreender e discernir os desafios complexos do cenário informacional contemporâneo, contribuindo assim para a construção de uma sociedade mais crítica e informada.

Desafios na Era Digital: a emergência da Alfabetização Midiática

A cada dia, somos inundados por uma crescente enxurrada de notícias falsas divulgadas por meio das mídias, o que destaca a urgência de uma análise mais profunda e a implementação de estratégias educacionais específicas.

Nesse cenário desafiador, é imperativo desenvolver habilidades que não apenas lidem com a simples acessibilidade ou uso da informação, mas que também cultivem uma capacidade autônoma, reflexiva e crítica diante da influência manipuladora da mídia.

“Acessar” inclui as habilidades e competências necessárias para localizar conteúdos de mídia, usando tecnologias e softwares disponíveis. [...] “Entender” inclui a habilidade de decodificar e ou interpretar mídia, por exemplo, através da consciência de convenções formais e genéricas, recursos de design e dispositivos retóricos. Envolve também o conhecimento sobre o processo de produção e os padrões de controle institucional, e a habilidade crítica da mídia, por exemplo, em termos de veracidade e confiabilidade de suas representações do mundo real. Finalmente, “criar” envolve a habilidade de usar a mídia para produzir e comunicar suas próprias mensagens, em uma proposta de autoexpressão para

influenciar ou interagir com outras pessoas.
(Buckingham, 2007, p. 44).

Behrens (1994) ressalta a importância de oferecer oportunidades para que as pessoas possam formar suas próprias opiniões, considerando seus contextos individuais diante das notícias recebidas.

Dessa forma, compreendemos que essa habilidade vai além da busca e utilização de informações, estendendo-se à capacidade de participação ativa na produção e distribuição responsável de conteúdos.

Nesse contexto, Mata (2009) destaca a relevância de integrar organicamente essa habilidade ao currículo escolar, alinhando-a ao contexto informacional específico dos alunos, onde a exploração de diversas fontes de informações disponíveis na contemporaneidade, ultrapassando as tradicionais, presentes nas bibliotecas e no ambiente escolar, enriquece o campo do letramento informacional e amplia os conhecimentos provenientes de outras áreas.

Assim, a emergência da Alfabetização Midiática reside na necessidade de explorar nuances que transcendem a compreensão superficial dos meios de comunicação. Essa abordagem conecta-se de maneira intrínseca às transformações sociais, tecnológicas e comunicacionais ao longo do tempo em nossa sociedade do conhecimento, que está em constante evolução.

A Alfabetização Midiática não se limita a um conjunto de habilidades técnicas, mas sim, a uma abordagem abrangente que exige uma compreensão profunda das dinâmicas midiáticas e informacionais e cujo objetivo é capacitar os indivíduos a consumir criticamente a mídia e a participar ativamente na produção e distribuição responsável de conteúdos.

As notícias não costumam ser bem balanceadas, analisando detalhadamente questões importantes: em vez disso, elas são mensagens tipicamente comercializadas destinadas a atrair a atenção do público com tratamentos fáceis de tópicos chamativos. Para estar bem informado, você precisa prestar atenção às mensagens e realmente pensar sobre elas. Assim, você precisa sair do estado de processamento automático e dedicar alguma atenção consciente ao conteúdo de certas mensagens. (Potter, 2014, p. 190).

Nesse contexto da sociedade do conhecimento, essa competência é essencial para promover cidadãos críticos, capazes de contribuir para a construção de uma sociedade mais informada e resistente à manipulação midiática através de uma análise profunda das mensagens, de compreensão das estratégias persuasivas e de capacidade de discernir entre informações verídicas e falsas.

Dessa forma, a Alfabetização Midiática surge como um instrumento-chave para a formação de indivíduos capazes de enfrentar os desafios complexos do mundo digital ao promover habilidades técnicas, pensamento crítico, autonomia e participação ativa na sociedade da informação.

Portanto, a integração dessa abordagem ao contexto educacional é crucial para o desenvolvimento de uma geração que compreenda e lidere as transformações contínuas na paisagem midiática e informacional.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Alfabetização

Midiática

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), cujo documento de caráter normativo de aprendizagens essenciais, evidencia na etapa da Educação Básica, a importância de envolver os alunos em práticas de linguagens pluralistas, bem como, de expansão e consolidação de habilidades expressivas e conhecimentos nesse domínio:

- Conhecimento: Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva”

- Pensamento científico, crítico e criativo: exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.

- Cultura Digital: Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva. (BNCC, MEC, 2018).

Nisto posto, compreende-se então, a relevância das competências de linguagens, fornecidas como habilidades intrínsecas à compreensão e à utilização crítica, significativa, reflexiva e ética das tecnologias digitais de informação e comunicação. Esse enfoque ressalta o desenvolvimento da autonomia e do protagonismo dos alunos, especialmente durante os anos iniciais do Ensino Fundamental. Nos anos finais, há uma orientação clara para o aprofundamento na compreensão das diversas linguagens e na reflexão crítica.

Dentro desse contexto, o componente da Língua Portuguesa na BNCC engloba não apenas práticas de linguagem, leitura, produção de texto, análise linguística e semiótica, mas também confere destaque às atividades que estimulem a leitura crítica de fontes de informação midiáticas.

A leitura crítica proposta pela BNCC abrange atividades que visam promover a reflexão do estudante sobre as questões abordadas e a fidedignidade dos dados apresentados. Já na produção de textos, as atividades buscam desenvolver a habilidade de seleção de informações provenientes de fontes confiáveis, sejam elas impressas ou digitais.

(...) a BNCC abre espaço para a construção de habilidades diretamente ligadas ao manejo consciente e qualificado da linguagem e da informação em suas diversas funções sociais na área de língua portuguesa. O chamado Campo jornalístico-midiático possibilita a leitura crítica e a produção de textos de mídia, além do entendimento do papel do jornalismo e da publicidade. Já o Campo da atuação na vida pública trata das responsabilidades e oportunidades trazidas pela comunicação e pelas tecnologias, buscando ampliar e qualificar a participação dos jovens na

sociedade. Em outros dois campos, a BNCC ainda aprofunda o entendimento do uso da comunicação nas práticas de pesquisa e leva o aluno a refletir sobre suas escolhas enquanto autor na expressão artístico-literária (Ferrari; Machado; Ochs, 2020, p. 34).

Portanto, ao expor os alunos a uma diversidade de fontes e conteúdos, a BNCC propõe uma abordagem que visa desenvolver a autonomia em meio ao desafio da desinformação. Isso se dá por meio de atividades que envolvem a localização e acesso à informação, o uso ético da informação, a avaliação crítica do conteúdo midiático e a promoção da autoexpressão e participação.

Mobilizar práticas de linguagem no universo digital, considerando as dimensões técnicas, críticas, criativas, éticas e estéticas, para expandir as formas de produzir sentidos, de engajar-se em práticas autorais e coletivas, e de aprender a aprender nos campos da ciência, cultura, trabalho, informação e vida pessoais e coletiva. (BNCC, 2018, p. 489).

Uma proposta adicional apresentada na BNCC concentra-se na análise crítica de notícias falsas, desafiando os alunos a verificar informações, examinar a linguagem empregada, identificar o público-alvo e compreender o contexto de produção. Essas atividades estão intrinsecamente ligadas às habilidades específicas de alfabetização midiática.

É relevante destacar que, apesar dessas práticas estarem diretamente relacionadas ao domínio da Língua Portuguesa, qualquer disciplina que aborde a seleção de informações para trabalhos escolares pode adotar tais abordagens, pois essas

atividades se configuram como elementos que abarcam e interconectam diversos campos no contexto de pesquisas escolares.

Para Von Fleitzen (2014), todos os sujeitos devem ter condições de comunicar-se numa série de contextos midiáticos, bem como de analisar, refletir e ter criticidade sobre os conteúdos que os chegam.

Logo, a interação com uma ampla gama de mídias, contemplando diferentes formatos e fontes no cotidiano escolar, bem como englobando conteúdos do espaço extraescolar, possibilita aos estudantes desenvolver suas potencialidades diante dos desafios inerentes a essa diversidade informacional.

Alfabetização midiática na escola

Segundo Barbero (2014), apesar das mídias estarem cada vez mais presentes em nosso cotidiano, estas não se fazem necessariamente presentes na escola, ao ensino, entre os professores e tampouco incorporadas durante o momento das aulas.

A medida que os alunos estão cada vez mais conectados às novas tecnologias digitais, o grande desafio a ser discutido no âmbito da comunidade escolar é o desenvolvimento de suas habilidades para o uso crítico da rede, tema que está contido na ideia de alfabetização midiática e informacional (Pesquisa, 2014, p. 29).

Frente a isso, a discussão sobre Alfabetização Midiática tem ganhado atenção como proposta indissociável da Educação na Sociedade da Informação. Para Hoffmann (2003) pode ser compreendida como uma disciplina ou até mesmo como uma pedagogia, visto que seus fundamentos entoam como uma

estratégia de ensino e aprendizagem aplicáveis nos contextos intra e extraescolares.

A escola não pode dar-se ao luxo de ignorar o papel cada vez mais significativo que a mídia digital passou a desempenhar na vida da maioria dos jovens. [...] Testemunhamos hoje o alargamento da lacuna entre a cultura escolar e a cultura das crianças fora da escola. Para transpor esta lacuna, precisaremos mais do que tentativas superficiais de combinar educação e entretenimento, ou um relato festejador do potencial educativo da nova mídia. A concepção expandida do letramento midiático [...] fornece o que considero ser uma abordagem bem mais crítica e produtiva (Buckingham, 2010, p. 53)

Dessa maneira, através da BNCC (2018), o Ministério da Educação (MEC) favoreceu a inserção da disciplina de 'Ensino de Jornalismo-Midiático' que faz parte da área de 'Linguagens e Tecnologias' do currículo do Ensino Médio, onde todos os conteúdos que já eram abordados no formato de textos passam a serem abordados em consonância das mídias.

O cidadão de hoje pede ao sistema educativo que o capacite a ter acesso à multiplicidade de escritas, linguagens e discursos nos quais se produzem as decisões que o afetam, seja no campo de trabalho como no âmbito familiar, político e econômico. Isso significa que o cidadão deveria poder distinguir entre um telejornal independente e confiável e um outro que seja mero porta-voz de um partido ou de um

grupo econômico. (Martin-Barbero, 2000, p. 58)

Por isso, o papel da escola não é transmitir conteúdos fragmentados de forma meramente instrucional e conteudista, mas de oportunizar uma educação que forme leitores, ouvintes e telespectadores críticos, ou seja, no cidadão que lê, ouve e vê o que é veiculado.

É papel das escolas formar cidadãos críticos com relação aos produtos midiáticos, enquanto que a cultura da mídia (media literacy, em alguns casos traduzidos como "alfabetização midiática") tem como fenômeno em questão os conhecimentos que devem ser adquiridos tanto na escola quanto fora dela, e de forma contínua (Wilson, 2013, p.65).

Compreende-se, portanto, que a Alfabetização Midiática se apresenta como uma proposta intrinsecamente dialógica, em consonância com os princípios da pedagogia crítica para a superação do ensino bancário de Freire (1996).

Considerações finais

Vivemos em uma sociedade permeada pela rápida evolução tecnológica, onde as tecnologias digitais de informação e comunicação se entrelaçam ao cotidiano, influenciando a construção do conhecimento, o engajamento pessoal e práticas políticas e sociais. Contudo, esse cenário apresenta desafios significativos, destacando-se a fragmentação da informação e a disseminação desenfreada de notícias falsas.

As notícias falsas apontam para a fragilidade dos sistemas comunicativos, evidenciando a necessidade de uma reorientação no processo educacional, visto que a disseminação de notícias falsas compromete a qualidade e a veracidade das informações circulantes, desafiando a unidade da população em prol de interesses comuns.

Diante desse desafio, a UNESCO destaca a importância da Alfabetização Midiática para fortalecer as habilidades permitidas neste complexo cenário digital. Logo, a Alfabetização Midiática não se limita às habilidades técnicas, mas abrange acesso, análise, avaliação e criação de conteúdo, proporcionando uma abordagem baseada em habilidades para lidar criticamente com a mídia.

A estratégia central para enfrentar esse desafio é o trabalho inicial com professores, promovendo um efeito multiplicador. Professores alfabetizados em conhecimentos midiáticos e informacionais têm capacidade aprimorada para capacitar os alunos, tornando-os capazes de aprender autonomamente e buscar a educação continuada.

A Educação Midiática deverá por conseguinte ser fomentada em todos os setores da sociedade e os seus progressos deverão ser acompanhados de perto. A formação contínua de professores e formadores, a aprendizagem específica da Internet destinada às crianças desde a mais tenra idade, incluindo sessões abertas aos pais, ou a organização de campanhas nacionais junto dos cidadãos, envolvendo todos os meios de comunicação social, de modo a divulgar informações sobre a utilização responsável da internet (Pinto et al, 2011, p. 199).

Dessa maneira, a Alfabetização Midiática não apenas se configura como uma necessidade, mas defende sua incorporação na Educação Básica, contribuindo para a formação de indivíduos capazes de enfrentar os desafios do cenário informacional contemporâneo. A discussão aprofundada sobre a importância da Alfabetização Midiática para a educação ressalta sua inserção curricular nos processos de ensino e aprendizagem.

Torna-se imperativo educar para o uso reflexivo e crítico da informação, fornecendo habilidades essenciais para a alfabetização na sociedade digital. A Alfabetização Midiática não apenas se configura como uma necessidade, mas defende sua incorporação na Educação Básica, contribuindo para a formação de indivíduos capazes de enfrentar os desafios do cenário informacional contemporâneo.

Diante disso, a inserção da Alfabetização Midiática no currículo do Ensino Médio, proposta pela BNCC, evidencia o reconhecimento da importância da Alfabetização Midiática na formação dos alunos.

Na elaboração do currículo, é importante incluir projetos que abordem fatos e assuntos polêmicos específicos do estado e/ou município do aluno, bem como a possibilidade de os estudantes terem participação efetiva nas discussões dessas questões. Considerar as possibilidades de interação dos alunos com jornais e revistas locais, impressos ou digitais, por exemplo, e planejar a sua participação ativa nesses meios contribuirá para o desenvolvimento desta habilidade. Também favorece esse desenvolvimento discutir a diferença entre liberdade de expressão e discursos de ódio (que podem ser evidenciados em situações de bullying,

por exemplo). Há, aqui, oportunidade de trabalho interdisciplinar com as habilidades (EF69AR15), (EF69AR33), da Arte; e (EF67EF17), da Educação Física, no que se refere à compreensão crítica de diferentes pontos de vista sobre temas controversos e de relevância social (MEC, 2018).

Portanto, a escola desempenha um papel crucial na formação de cidadãos críticos em relação aos produtos midiáticos, proporcionando oportunidades para o desenvolvimento de habilidades para o uso crítico da rede.

Em conclusão, a Alfabetização Midiática surge como uma resposta essencial para os desafios impostos pela sociedade digital e sua incorporação na educação é crucial para o desenvolvimento de uma geração capaz de compreender e liderar as transformações na paisagem midiática e informacional para a formação de cidadãos autônomos e participativos na sociedade da informação.

Referências

BARBERO, Jesús. Martín; REY, Germán. Práticas de comunicação na cultura popular. In: SIMPSON, Mateo. **Comunicação alternativa e mudança social** México: Unam, 1981.

BEHRENS, Jean. **Uma análise conceitual e visão geral histórica da informação alfabetização**. São Paulo: Bibliotecas universitárias e de pesquisa, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação, Base Nacional Comum Curricular. Distrito Federal: MEC, 2018. Disponível: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em 12 de dez. de 2023.

BUCKINGHAM, David. **Alfabetização midiática digital: repensando a educação midiática na era da Internet**. Pesquisa em Educação Comparada e Internacional, 2007.

CHAVES, Claudia. Por uma pedagogia da notícia: o conceito de comunicação em Paulo Freire. **Mediação**, n. 27, v. 20, jul/dez. 2018, p. 73-88.

FERRARI, Ana Cláudia; MACHADO, Daniela; OCHS, Mariana. **Guia da Educação Midiática**. Instituto Palavra Aberta, São Paulo, 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

HOFFMANN, Bernward. **Educação midiática. Uma introdução à teoria e à prática**. Rio de Janeiro: Dialética, 2003.

LIVINGSTONE, Sonia. Alfabetização Mediática e o Desafio das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação. **Revista de Comunicação**, v. 7, n. 12, 2004.

MARTIN-BARBERO, Jesús. Desafios Culturais da Comunicação à Educação. **Comunicação & Educação**, v.1. n.18, maio/ago. 2000. São Paulo: Paulinas, 2000.

Mata, Lúcio. **A competência informacional de graduandos de Biblioteconomia da região sudeste: um enfoque nos processos de busca e uso ético da informação**. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual Paulista, Marília, SP. Brasil, 2009.

PESQUISA sobre o uso das tecnologias da informação e comunicação nos domicílios brasileiros: **TIC domicílios 2014**. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2015.

PINTO, Manuel; PEREIRA, Sara; PEREIRA, Luis; FERREIRA, Tiago Dias. **Educação para os media em Portugal: experiências, atores e contextos**. Universidade do Minho, 2011.

POTTER, James. **Alfabetização midiática**. Santa Bárbara: Publicações SAGE, 2014.

SIQUEIRA, Alexandra Bujokas; CERIGATTO, Mariana Pícaro. Mídia-educação no Ensino Médio: por que e como fazer? **Educar em Revista**, n. 44, abr./ jun. 2012.

UNESCO. **Alfabetização Midiática e Informacional: currículo para a formação de professores**. Brasília: UNESCO, UFTM, 2013, 194p.

VON FEILITZEN, Cecília. **Educação para a Mídia na perspectiva das crianças e adolescentes [entrevista concedida]**. Brasília: Ministério da justiça. Secretaria Nacional da Justiça, 2014. p.14-22.

WILSON, Carolyn et al. **Alfabetização Midiática e informacional: currículo para formação de professores**. Brasília: Unesco, UFTM, 2013.

EDUCAÇÃO E AS ESCOLAS NA MIRA DA DESINFORMAÇÃO

Danilo de Melo Souza
Francisco Gilson Rebouças Pôrto Júnior

Introdução

Dentre os direitos sociais consagrados na Constituição Federal de 1988, a educação é uma política social estratégica para o desenvolvimento integral da pessoa humana e a sua preparação para a vida laboral e o pleno exercício da cidadania democrática. O processo de formação cultural no ambiente escolar se desenvolve mediado pelo currículo que é o conjunto dos conteúdos, das atividades, vivências e as competências a serem desenvolvidas para a formação dos estudantes.

Documento de caráter normativo do currículo para educação básica, a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, define as dez competências fundamentais para o século XXI. Dentre as

competências da BNCC, pelo menos cinco tem relação com o tema da desinformação e os seus desdobramentos, são elas:

- a) **Pensamento científico, crítico e criativo** – desenvolvimento do conhecimento científico na elaboração e construção de hipóteses e investigação, associada a criatividade para resolução dos problemas propostos;
- b) **Comunicação** – aprendizado para entender, analisar criticamente e saber se expressar através de uma variedade de linguagens e plataformas verbais, corporais, visuais, sonoras e digitais;
- c) **Cultura Digital** – domínio dos elementos da cultura digital reconhecendo o universo desse domínio com o uso adequado e de forma ética utilizando as diversas ferramentas;
- d) **Argumentação** – habilidade na construção de argumentos, conclusões ou opiniões para o debate com outros de maneira respeitosa e qualificada e
- e) **Responsabilidade e cidadania** – ser agente transformador com foco em sociedade mais democrática, justa, solidária e sustentável.

Estas e demais competências não esgotam a complexidade da vida humana, mas habilitam o sujeito situar-se ativamente na sua comunidade, no seio familiar e na interação com os problemas da contemporaneidade no mundo social e do trabalho. Dentre os grandes desafios do presente, está justamente a produção e circulação em larga escala de desinformação e notícias falsas sobre conteúdo da vida política, econômica e social.

A desinformação, na sua versão contemporânea, as “Fake News” tem sido obstáculo para a formação autônoma e cidadã de diversas comunidades. Embora fenômeno recorrente na história humana, a desinformação e a circulação de notícias falsas ou

fraudulentas ganham escala de produção e circulação industrial com repercussões nos diversos âmbitos da vida social.

Tal abrangência de circulação e rapidez com que se propaga a desinformação por meio das Fake News, podem potencializar prejuízos às democracias contemporâneas promovendo conteúdos fortemente marcados pela negação das ciências, cultivo das violências simbólicas comunicacionais, apologias aos regimes totalitários e a promoção do analfabetismo político e funcional.

Dentre as instituições fortemente impactadas pelo processo de desinformação e circulação de Fake News, está a escola, cuja imagem vem sendo atacada cotidianamente pelo discurso de desqualificação dos seus objetivos conferidos pelas políticas e pela legislação. A escola desde a creche até a universidade tem sido acusada de promover um currículo inadequado para os estudantes com a imposição de artefatos como o kit gay, a ideologia de gênero, dentre outras informações fraudulentas. Educadores como Paulo Freire são combatidos porque seriam, segundo as versões fraudulentas sobre o seu pensamento e a sua obra, “pessoa ligada aos extremismos políticos e práticas curriculares “anticristãs”.

O presente artigo se propõe levantar algumas questões relacionadas ao fenômeno da desinformação, o seu impacto em relação à imagem da escola, contribuindo para a disseminação de discursos de ódio contra a instituição e os seus profissionais e até a negação da escola pública como espaço legítimo da formação das crianças e jovens e a defesa de estratégias exógenas como as homeschooling.

Entendendo-se a complexidade das relações sociais no ambiente escolar, pode-se inferir que neste espaço de ensino e aprendizagem, de construção e reconstrução do conhecimento, emerge o contraditório, a contestação e o aprimoramento do pensamento racional e científico. Assim, a escola como campo de disputa das concepções de mundo e sociedade, se transforma também em espaço de reflexão e resistência diante das tentações

hegemônicas e totalitárias que circulam nas redes sociais e nos corações de pessoas atingidas ou afetadas pelo fenômeno das Fake News.

Metodologia

Tendo por objetivo investigar os impactos decorrentes da propagação de desinformação e notícias falsas (Fake News) sobre os sistemas de ensino e o papel das escolas na formação de crianças e jovens no Brasil, buscou-se uma abordagem metodológica de revisão inicial de literatura disponibilizada nos estudos realizados na disciplina de “Ensino, Comunicação e Desinformação” ministrada no Programa de Pós-graduação em Ciências, Tecnologias e Inclusão – PGCTIn, doutorado acadêmico da Universidade Federal Fluminense – UFF.

A revisão bibliográfica buscou elucidar questões contemporâneas sobre o fenômeno da Fake News e as questões referentes ao papel da escola na formação crítica dos educandos e na promoção da cidadania digital. O poder exponencial da desinformação tem levado ao debate sobre controles e censura em redes sociais e ao mesmo tempo revela possibilidades da construção de ideologias extremistas e o uso político dos instrumentos das redes sociais.

Este artigo foi construído de forma a estabelecer um diálogo inicial entre os textos estudados na disciplina de Ensino, Comunicação e Desinformação e a percepção do autor como educador que busca compreender aspectos de uma cultura de desinformação, cada vez mais influente em diversos cenários, inclusive na própria instituição escolar.

A Constituição da República, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a própria Base Nacional Comum Curricular, fornecem subsídios importantes para o fortalecimento institucional da escola pública enquanto espaço de construção da cidadania democrática e participativa.

Referencial teórico e discussão

A Ciência da Informação tem se debruçado sobre o conceito de “Desinformação” e os seus diversos sentidos e interpretações que pode, de acordo com a literatura, apresentar-se como ruído ou ausência de informação, como instrumento de alienação coletiva e dominação, e como meio de logro, ou engano arquitetado para alguém (BRITO e PINHEIRO, 2014).

O conceito de desinformação ultrapassa a dimensão semântica do termo e estabelece amplas relações com o contexto social e político, com implicações na maneira como o indivíduo acessa e processa as informações disponíveis nas diversas mídias, plataformas e interações sociais.

O acesso de uma comunidade aos bens de cultura e informação está proporcionalmente relacionado às taxas de alfabetização e letramento. No Brasil, de acordo com o IBGE (2023) 5,6% das pessoas com 15 anos ou mais de idade em 2022, eram analfabetas o que equivalente a 9,6 milhões de pessoas. No mesmo período, 53,2% das pessoas com 25 anos ou mais de idade tinham concluído a educação básica obrigatória, ou seja, possuíam no mínimo o ensino médio completo.

Apesar do avanço na escolarização, 50% dos estudantes brasileiros avaliados no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – PISA, apresentaram baixo desempenho em língua portuguesa e apenas 2% tiveram alto desempenho em leitura em 2022, conforme informado pelo INEP (2023). A persistência dos indicadores de analfabetismo absoluto e analfabetismo funcional, revela fragilidades e desafios para a construção de uma sociedade letrada e capaz de inserir-se criticamente na vida social.

Neste contexto, pode-se inferir que o acesso dos indivíduos a informação/desinformação disponível nas diversas situações e espaços sociais pode comprometer a formação de uma consciência crítica e contribuir para infantilização e a incapacidade dos sujeitos

de compreender os processos políticos e conseqüentemente, tomar decisões racionais sobre os diversos aspectos da sua vida social, política e econômica.

Uma sociedade de “desinformados” e de analfabetos funcionais pode contribuir para persistência das desigualdades econômicas, dos diversos problemas sociais e dos comportamentos antidemocráticos e excludentes verificados nas últimas décadas. O pensamento autoritário, as diversas formas de discriminação, bem como o comportamento anticientífico e negacionista se retroalimentam com a circulação massiva de informações fraudulentas e Fake News.

Associa-se à emergência da indústria da mentira, uma reação conservadora dos costumes e da moralidade religiosa neopentecostal com propósitos doutrinários e de controle da vida social pela disseminação do “pânico moral” (ROMANCINI, 2018). O “kit gay”, e a “ideologia de gênero”, disseminaram-se com forte alcance nos diversos estratos sociais como termômetro de um discurso de “monitoramento da doutrinação” promovida, segundo as Fake News, pelas escolas e professores “desvirtuados”. Segundo Romancini:

O caráter “moral” desse tipo de pânico relaciona-se aos temores de mudança na ordem social ou nas concepções idealizadas sobre a mesma. A política simbólica do pânico moral opera, como nota Miskolci (2007), por meio de um mecanismo de substituição, no qual um grupo que não pode fazer prevalecer sua opinião no debate público altera os termos da discussão. Desse modo, os agentes do pânico moral não dizem ser contrários aos homossexuais ou à homossexualidade, mas sim à “pedofilia”;

não dizem ser contra a discussão da sexualidade e da igualdade entre gêneros na escola ou contra a organização e mobilização política de professores e estudantes, mas sim da “doutrinação”. (p.96)

Os ataques às instituições educacionais tomam como referência, conceitos fraudulentos contra os símbolos da escola. Paulo Freire, educador e cientista brasileiro mais reconhecido no mundo inteiro, é citado como um “doutrinador que opera pela desagregação da família e dos bons costumes”. Lima, Costa Neto e Silva (2021), no artigo intitulado: *Ataques à Educação: Um olhar sobre as críticas que o educador Paulo Freire vem sofrendo do atual governo Bolsonaro*, destacam alguns pontos:

O primeiro ponto se refere à propagação dos conteúdos. Em uma retomada breve na memória, lembraremos como essas “notícias” chegam pelas redes sociais (em destaque, por intermédio do popular aplicativo denominado WhatsApp). Com uma manchete chamativa e texto curto, as mensagens são transmitidas para gerar um alarme nítido às pessoas. Transpondo essa noção para a educação, tenta-se introjetar, nos pais e alunos, a ideia de que os professores estão modificando moralmente os estudantes. O segundo ponto destaca um mecanismo bastante comum das estratégias militares: a criação de um inimigo e seu espelhamento. Para que a luta contra esse inimigo se valide, é necessário que haja

reação ao ataque investido, se não, a guerra em si não existiria, e os ataques seriam tidos como infundados por parte de quem os realiza. Então é necessário que as trocas de acusações existam para o sustento do bolsonarismo. (p.67)

A pauta conservadora e os seus instrumentos de popularização encontram nas Fake News, a arma ideal para disseminar desinformação e toda forma de preconceito. É assim com a construção retórica sobre a ideologia de gênero. Com a disseminação do pânico moral com o objetivo de estigmatizar os estudiosos de gêneros e sexualidades, responsabilizando-os pela “destruição da família tradicional”.

Maranhão e Franco (2019) ao discutir o fenômeno “ideologia de gênero” e a política de direitos humanos no governo Bolsonaro, sob a liderança da pastora Damares Alves, destaca o esforço da “Ministra Terrivelmente Cristã” em promover polêmicas com o objetivo de gerar pânico moral e difundir propostas exógenas, como a legalização da educação familiar (homeschooling) que não encontra respaldo legal ou prático na tradição escolar brasileira.

Tais estratégias de desqualificação das políticas educacionais em vigor desde a carta constitucional de 1988 precisam ser enfrentadas com suporte teórico e as ferramentas disponíveis dentro do arcabouço legal da educação brasileira. Silva, Ramos, Santos Junior e Silva (2023) destacam a educação digital crítica, prevista na BNCC como instrumento eficaz no combate à desinformação e as Fake News e os seus efeitos deletérios em relação aos princípios constitucionais da educação brasileira; que prescrevem o conhecimento científico como insumo fundamental a fim de promover a consciência crítica e cidadã com respeito à diversidade e à tolerância.

Na mesma perspectiva, Nagumo, Teles e Silva (2023), discutem a necessidade de educar contra a desinformação utilizando-se os fundamentos do letramento midiático, a ciência e o diálogo no enfrentamento da polarização política e ideológica. Defendem o aprimoramento do ensino das ciências e o ensino por meio da ciência como estratégia pedagógica para promover um ambiente de aprendizagem mediado pelo diálogo, a solidariedade e a tolerância.

Retomando práticas educacionais focadas na comunicação e na participação ativa dos educandos, é possível contrapor o ambiente de negacionismo científico, de discursos de ódio e desinformação, pelo fortalecimento dos vínculos afetivos e do respeito à liberdade de pensamento e expressão da comunidade escolar.

A liberdade de pensamento e de expressão crítica e fundamentada, vem sofrendo forte pressão das práticas de desinformação contemporâneas. A característica marcante destes novos tempos tem sido a quantidade, variedade e a rapidez com que se propagam informações fraudulentas sobre todos os conteúdos, fatos ou “verdades” disponíveis. O consumo e a disseminação de informações falsas, distorcidas ou manipuladas, tem servido a diversas finalidades pessoais e institucionais segundo Leite e Matos (2017), que destacam sobre o que chamam de cultura digital:

Uma das características do fluxo informacional na infosfera é a velocidade. Este fenômeno é reconhecido por diversos estudiosos dentro e fora da ciência da informação. A velocidade com que mensagens se propagam, saindo de seu contexto original de criação e atingindo em ritmo acelerado outros suportes, sendo copiada, disseminada, reproduzida,

amplificada, é um fator decisivo na cultura digital. (p.2337)

A profusão de informações no ritmo esquizofrênico das redes sociais produz uma sobrecarga cognitiva capaz de promover um estado de apatia e de indiferença identificado pelos autores como “zumbificação” que seria:

O processo de zumbificação da informação tem a ver, principalmente, com a apatia gerada pelo ambiente digital. A falta de atenção e controle ao lidar com a informação, seja produzindo, compartilhando ou consumindo, gera consequências desastrosas para o ato de se informar e para o desenvolvimento social do conhecimento. A reação contra o caos informacional aqui descrito e apresentado, deve sempre ter em conta os objetivos e interesses sociais, e o fortalecimento da capacidade individual de apropriação, interpretação, crítica e comunicação da informação, em vista de tais interesses. Se algum dia a informação já foi escassa, hoje ela é excedente. Este excesso parece sobrecarregar o sistema cognitivo e fazer com que a informação perca sua principal função: informar. Neste sentido, a informação acaba por tornar-se apenas produto, marketing, status pessoal ou instrumento de manipulação social. E assim, parece se distanciar cada vez mais da sua principal finalidade: a busca pelo conhecimento (p.2346)

Neste sentido, a escola tem como desafio construir um currículo voltado para a formação crítica dos indivíduos numa interface entre os mundos analógico e digital, sendo que é no mundo digital, mais "amigável" para as novas gerações, que se dá uma inédita revolução comunicacional, no sentido da informação e da desinformação.

A educação midiática segundo Spinelli e Santos (2019) opera com o caos informacional que torna obsoleto os filtros do mundo linear que "não funcionam na era digital, regida por multiplicidade, velocidade, efemeridade, descentralização, abundância e complexidade." (p.46). A disseminação quase automática de diversas informações compromete e confunde o sujeito que deve tomar decisões racionais sobre a política e o futuro da democracia.

Os autores citados refletem sobre a implementação da BNCC, os conhecimentos do campo jornalístico-midiático, como também os conhecimentos, habilidades, atitudes e competências fundamentais para educação do século XXI. Ressalta-se que a abordagem da educação midiática está presente até mesmo da avaliação internacional do PISA, "...que passou a avaliar se os países estão sendo bem-sucedidos em ensinar aos jovens a compreenderem o mundo globalizado em que vivem." (p.53).

Considera-se necessário habilitar os estudantes a usar de maneira responsável e crítica as plataformas digitais, de forma a não se deixar enganar com informações e desinformação. A educação midiática e a alfabetização tecnológica são saberes indispensáveis para enfrentar a indústria de produção de notícias falsas.

A formação integral dos estudantes passa pelo amadurecimento emocional e sociocultural, superando o que Galhardi, Freire, Minayo e Fagundes (2022), tipificam como "infantilização emocional", o comportamento automático de não investigar e checar a veracidade dos conteúdos e informações que circulam em diversas mídias e aplicativos populares como o WhatsApp.

Coelho e Brisola (2018) em “Desinformação e circulação de Fake News – diagnóstico e reação”, destacam a necessidade de construir entre os estudantes, competência crítica em informação, preparando-os para produção criativa e contextualizada de novos conhecimentos.

Pensar criticamente contribui para desvendar os mecanismos de desinformação, os alinhamentos aos interesses do poder econômico e do poder político de quem produz e divulga Fake News com o objetivo de manipular opiniões, criar pânico moral, promover e manter a hegemonia, agora numa escala planetária e numa velocidade nunca vista em outras épocas.

Contrapondo-se a este cenário, Coelho e Brisolla retomam o pensamento do educador Paulo Freire, sobre a necessidade de uma educação libertadora que conduz o indivíduo a uma postura autorreflexiva capaz de promover a emancipação política e sociocultural. Para educar o sujeito “desconectado do concreto” é necessário mediar a superação do pensamento ingênuo pelo letramento crítico, sendo que o educador deve ensinar com criticidade e curiosidade.

Como manifestação presente à experiência vital, a curiosidade humana vem sendo histórica e socialmente construída e reconstruída. Precisamente porque a promoção da ingenuidade para a criticidade não se dá automaticamente, uma das tarefas precípuas da prática educativo-progressista é exatamente o desenvolvimento da curiosidade crítica, insatisfeita, indócil. Curiosidade com que podemos nos defender de “irracionalismos” decorrentes *do* ou produzidos por certo excesso de “racionalidade” de nosso tempo altamente tecnologicado. E não vai nesta consideração nenhuma arrancada falsamente humanista

de negação da tecnologia e da ciência. Pelo contrário, é consideração de quem, de um lado, não, diviniza a tecnologia, mas, de outro, não a diaboliza. De quem olha ou mesmo a espreita de forma criticamente curiosa. (FREIRE, p.33)

Esta curiosidade e criticidade deve permitir a superação de diversos mecanismos de desinformação já conhecidos como a elaboração de notícias selecionadas por curadorias que expressam justamente a doutrinação, a manipulação por grupos, a pretensa “neutralidade” da imprensa “independente” e as “verdades individuais” apresentadas como imparciais.

A escola e os seus educadores devem refletir profundamente sobre as estratégias dos grupos tidos como conservadores, mas que na verdade operam de forma integrada e em escala industrial para promover o analfabetismo digital e o seu conseqüente analfabetismo político. Luta que inclui a reflexão sobre o papel das tecnologias e mais recentemente a emergência de ferramentas como a da inteligência artificial.

Sendo uma aposta tecnológica para o desenvolvimento da sociedade humana, a IA – Inteligência Artificial possibilita grandes avanços em todas as áreas e ao mesmo tempo, ameaças, no contexto da circulação de desinformação. A própria IA, segundo Kraufman e Santaella (2020) sendo que:

A recente explosão de dados na internet trouxe a questão da curadoria. Substituindo a ideia de liberdade dos primórdios da rede pela ideia de relevância. O acesso à informação passou a ser personalizado, o que atende aos usuários das plataformas digitais que não desejam ver publicações, anúncios publicitários, recomendações de produtos inadequados às suas preferências.

Atualmente, a maior parte da curadoria é efetivada pelos algoritmos de IA, particularmente pelo processo de deep learning. Um dos efeitos colaterais que tem sido mais debatido é o da formação de "bolhas" ou "câmara de eco" (clusters). O objeto que nosso foco tomará para aproximação será o Feed de Notícias do Facebook. Contudo, antes de chegarmos ao efeito colateral das "bolhas". Vejamos como o Face autodescreve seu funcionamento. De acordo com Moseri (2018), o Feed de Notícias de cada um de nós é feito de histórias postadas por nossos amigos, aqueles que escolhemos seguir e grupos que compartilhamos. O ranqueamento é o processo que o Face utiliza para organizar essas histórias de modo que possamos ver os conteúdos mais relevantes no topo, todas as vezes que abrimos a página do Face. Ainda segundo Moseri (2018), o ranqueamento apresenta os seguintes elementos: o inventário das histórias disponíveis, as predições que o Face faz, incluindo aí a probabilidade de que iremos comentar a história, a pontuação de relevância de cada história. (p.06)

Os efeitos colaterais desta nova configuração de comunicação nas redes sociais podem potencializar o surgimento de bolhas, câmaras de eco e verdadeiros guetos comunicacionais, distanciando os indivíduos a sua capacidade autônoma de produzir novos significados e novas interfaces científicas e culturais.

No aspecto da comunicação contemporânea, cada vez mais mediada por algoritmos digitais observa-se o fortalecimento da

circulação de Fake News nas bolhas digitais, que homogeneízam o pensamento e o discurso contra os diferentes, construindo-se verdadeiras muralhas impenetráveis que retroalimentam convicções e conceitos, muitas vezes, totalmente descolados da realidade concreta.

Considerações finais

A escola e os seus educadores estão na “mira” da desinformação e das Fake News. A desconstrução do conceito republicano da escola, especialmente, da escola pública e os seus profissionais estão na ordem do dia das crenças ditas “conservadoras” que na verdade expressam estratégias complexas de construção de hegemonia cultural e política num mundo globalizado e cada vez mais interdependente no plano social, político e econômico.

Os ataques partem de diversos atores, políticos vinculados aos movimentos de extrema-direita, porta-vozes de religiões e práticas fundamentalistas, empresários ligados aos movimentos autoritários antidemocráticos, dentre outros.

São ataques orquestrados com suporte tecnológico das grandes empresas de tecnologia e de manipulação de informações, de forma a fortalecer a disseminação de temas e informações fraudulentas e sem base científica e factual como as ideias de: escola sem partido; kit gay, banheiros unissex em escolas; ideologia de gênero; homeschooling; controles ideológicos das escolas; apologia à sexualidade precoce nas escolas e todas e quaisquer pautas que provoquem pânico moral entre os indivíduos.

Tais fenômenos tem relação com problemas estruturais das democracias contemporâneas, como a oferta desigual das oportunidades educacionais, a qualidade da educação científica e o analfabetismo funcional. Diante deste quadro faz se necessário retomar os pressupostos escritos no arcabouço legal da educação brasileira.

Dentre os instrumentos disponíveis, aqueles dispostos na Base Nacional Comum Curricular – BNCC, que define competências fundamentais para os desafios educacionais do século XXI. São competências capazes de promover a formação crítica e cidadã numa perspectiva científica e emancipadora.

Para tanto, os educadores e as escolas devem dialogar com a perspectiva de uma educação reflexiva e crítica, como nos ensina o patrono da educação brasileira, Paulo Freire. Para o autor, a criticidade e a curiosidade podem levar os sujeitos educandos a superar a consciência ingênua e atuar de maneira autônoma no contexto social.

A própria Constituição da República Federativa do Brasil, expressa como garantia inviolável os princípios da igualdade de condições de acesso e permanência na escola; a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber e o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas. Desta forma é importante fortalecer as reflexões sobre a construção de um currículo escolar cada vez mais voltado para questões como a alfabetização crítica, o letramento digital e o fortalecimento da educação científica para enfrentar o fenômeno da desinformação.

Referências

ACOSTA, Tássio e GALLO, Sílvio. A educação em disputa no Brasil contemporâneo: entre os estudos de gênero, a dita ideologia de gênero e a produção de uma ‘ideologia de gênese’. **Revista do Centro de Educação – UFSM**. Santa Maria – RS. V.45/2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacau>

BRISOLA, Anna; BEZERRA, Artur. Desinformação e circulação de “Fake News”: Distinções, diagnóstico e reação. In: **XIX Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – ENANCIB**, Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2018. Anais [...], Londrina, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia. Saberes Necessários à Prática Educativa**. 60ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

GALHARDI, Cláudia; FREIRE, Neyson; MINAYO, Maria Cecília; FAGUNDES, Maria Clara. Fato ou Fake? Uma análise da desinformação frente à pandemia da Covid-19 no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, 25(Supl.2):4201-4210, 2020

IBGE. Educação – Analfabetismo. www.ibge.gov.br acesso em 20/12/23

INEP/MEC. Divulgado os resultados do Pisa 2022. www.inep.gov.br acesso em 20/12/23

LEITE, Leonardo; MATOS, José Cláudio. Zumbificação da Informação: desinformação e o caos informacional. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação** – v. 13, n. esp. CBBDD 2017

LIMA, Jocelma; COSTA NETO, Francisco; SILVA, Cícero. Ataques à Educação: Um olhar sobre as críticas que o educador Paulo Freire vem sofrendo do atual governo Bolsonaro. **Educação em Debate**, Fortaleza, ano 43, nº 85 - maio/ago. 2021

MARANHÃO FO., E. M. DE A.; DE FRANCO, C. "Menino veste azul e menina, rosa" na Educação Domiciliar de Damares Alves: As ideologias de gênero e de gênese da "ministra terrivelmente cristã" dos Direitos Humanos. **Revista Brasileira de História das Religiões**, v. 12, n. 35, 8 jul. 2019.

NAGUMO, Estevon; TELES, Lúcio e SILVA, Lucélia. Educação e Desinformação: Letramento Midiático. **Ciência e Diálogo**. REDOC. Rio de Janeiro v. 7 n. 2 p. 129 Jan./Abr. 2023.

PINHEIRO, Marta e BRITO, Vladimir. Em busca do significado da desinformação. DataGramZero – **Revista de Informação** – v.15, n.6, dezembro/2014.

ROMANCINI, Richard. Do “Kit Gay” ao “Monitor da Doutrinação”: a reação conservadora no Brasil. **Contracampo**. Niterói, v. 37, n. 02, pp. 87-108, ago. 2018/ nov. 2018.

SILVA, Osni; RAMOS, Michael; SANTOS JUNIOR, Paulo e SILVA, Klaus. Dificuldades e possibilidades da educação crítica em tempos de Fake News: Uma revisão sistemática.

Revista Docência e Ciberultura, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 124–140, 2023. DOI: 10.12957/redoc.2023.67218. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/re-doc/article/view/67218>. Acesso em: 18 dez. 2023.

SPINELLI, E. M., e SANTOS, J. de A. (2019). Saberes necessários da educação midiática na era da desinformação. **Mídia e Cotidiano**, 13 (3), 45-61. <https://doi.org/10.22409/rmc.v13i3.38112>.

EDUCAÇÃO, EDUCOMUNICAÇÃO E ENSINO NAS PESQUISAS DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DA REGIÃO NORTE

Vilson Junior Santi
Leila Adriana Baptaglin

Introdução

A pesquisa que embasou as considerações a seguir buscou compreender os desafios e abordagens do/no contexto da Pós-graduação *strictu sensu* em Comunicação na Região Norte do Brasil – composta pelos estados do Pará, Amazonas, Tocantins, Roraima, Rondônia, Acre e Amapá. Esta investigação surgiu por inquietações pessoais e profissionais dos pesquisadores vinculados a essa proposta. Ao atuarmos em nível de Pós-graduação *strictu sensu* na área da Comunicação sentimos a necessidade de compreender melhor os processos de construção, desenvolvimento e permanência das pesquisas nestes programas e sua institucionalidade na região Norte do Brasil.

Sabemos que, em relação ao restante do País, a região Norte apresenta dados menores em termos de quantidade de pessoal disponível para pesquisa científica e qualificação de pesquisadores

e docentes – principalmente ao que tange aos níveis de Pós-graduação (mestrado, doutorado e pós-doutorado).

No Brasil, conforme dados do Programa de Governança Colaborativa de Informações da Pós-graduação, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (GoPG-CAPES)¹, em 2023, o Sistema Nacional de Pós-graduação comportava 4.643 Programas reconhecidos. Destes 2.498 têm curso de Mestrado e Doutorado Acadêmico; 1.208 têm curso de Mestrado Acadêmico; 73 só têm curso de Doutorado Acadêmico. E, outros 91 têm curso de Mestrado e Doutorado Profissional; 769 têm cursos de Mestrado Profissional; e, 04 só têm curso de Doutorado Profissional – totalizando 7.232 cursos disponíveis.

São da região Norte, conforme os dados do GoPG-CAPES, 316 Programas reconhecidos (6,73% do total brasileiro). Destes, 110 têm curso de Mestrado e Doutorado Acadêmicos (4,4% do total brasileiro); 131 têm curso de Mestrado Acadêmico (10,84% do total brasileiro); 08 só têm curso de Doutorado Acadêmicos (10,95% do total brasileiro). E, outros 07 têm curso de Mestrado e Doutorado Profissional (7,69% do total brasileiro); 59 têm cursos de Mestrado Profissional (7,67% do total brasileiro); e, 01 só tem curso de Doutorado Profissional (25% do total brasileiro) – totalizando 433 cursos (5,98% do total brasileiro) disponíveis.

Os dados do GoPG-CAPES também evidenciam que, do total dos 4.643 Programas reconhecidos no Brasil, 645 (13,89%) são Programas da *Grande Área das Ciências Sociais Aplicadas*. E que, 97 deles pertencem a *Área de Avaliação da Comunicação e Informação* (15% do total dos Programas da Grande Área Ciências Sociais Aplicadas). Destes 97 Programas, 48 têm curso de Mestrado e Doutorado Acadêmicos (49,48% do total); 25 têm curso de Mestrado Acadêmico (25,77% do total da Área). E, outros 24 têm cursos de Mestrado Profissional (24,74% do total da Área) – com 145 cursos no

¹ Disponível em <https://sucupira-v2.capes.gov.br/sucupira4> Acesso em 08 de fevereiro de 2024.

total.

São da região Norte, conforme os dados do GoPG-CAPES, 33 (5,11%) dos 645 Programas da *Grande Área das Ciências Sociais Aplicadas* no Brasil – 06 (6,18%) deles pertencem a *Área de Avaliação da Comunicação e Informação*. Destes 02 Programas têm curso de Mestrado e Doutorado (33,33% do total) – os Programa de Pós-graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCOM-UFPA)² e Ciência da Informação ambos da Universidade Federal do Pará (PPGCI-UFPA)³; e 04 têm somente o curso de Mestrado Acadêmico (66,66% do total da Área) – o Programa de Pós-graduação em Comunicação e Sociedade da Universidade Federal do Tocantins (PPGCOM-UFT)⁴; o Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Roraima (PPGCOM-UFRR)⁵; e, os recém-criados Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Rondônia (PPGCOM-UNIR)⁶; e Programa de Pós-graduação em Informação e Comunicação da Universidade Federal do Amazonas (PPGIC-UFAM)⁷.

Conforme o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), organização social supervisionada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)⁸ do Brasil, os sete Estados Brasileiros da Região Norte concederam em 1996, ano de início da série histórica de dados, apenas 135 (1,3%) títulos de Mestrado e 21 (0,7 %) títulos de doutorado no País. Desde então houve um aumento

² Disponível em <https://www.ppgcom.ufpa.br> . Acesso em 08 de fevereiro de 2024.

³ Disponível em <https://www.ppgci.propesp.ufpa.br/index.php/br> . Acesso em 08 de fevereiro de 2024.

⁴ Disponível em <https://ww2.uft.edu.br/ppgcom> . Acesso em 08 de fevereiro de 2024.

⁵ Disponível em https://antigo.ufrb.br/ppgcom/index.php?option=com_content&view=featured&Itemid=373 . Acesso em 08 de fevereiro de 2024.

⁶ Disponível em <https://ppgcom.unir.br/pagina/exibir/23221> . Acesso em 08 de fevereiro de 2024.

⁷ Disponível em <https://www.ppgic.ufam.edu.br> . Acesso em 08 de fevereiro de 2024.

⁸ Disponível em: <https://www.cgее.org.br/home> . Acesso em 08 de fevereiro de 2024.

progressivo dessa participação, com e emissão pelos Programas de Pós-graduação da Região Norte, em 2017, de 4,8% dos títulos de Mestrado (rompendo a barreira das 3.000 pessoas tituladas) e 2,4 % dos títulos de doutorado (526 das pessoas tituladas) no País.

Ao buscar a atualização dos dados na plataforma GoPG-CAPES percebemos uma melhora significativa nestes índices até 2019. Em 2020, com a Pandemia de Covid-19, o número de titulados na região voltou ao patamar de 2017. Em 2022, porém, os indicadores já demonstravam certa recuperação. Ao todo, nesse ano, foram tituladas 4.397 pessoas na Região Norte (3.616 Mestres e 781 Doutores).

A Região Norte que, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE), a partir dos dados do Censo Demográfico de 2022, conta com 17,3 milhões de habitantes (8,5% dos residentes do país)⁹, comporta 6,73% do total dos Programas; 5,98% dos cursos de Pós-graduação; 5,11% dos Programas de Pós-graduação da *Grande Área das Ciências Sociais Aplicadas*, e, 6,18% dos Programas da *Área de Avaliação da Comunicação e Informação* reconhecidos e em funcionamento no Brasil. Com essa estrutura a região emite (como vimos) 6,09% dos títulos de Mestres e 3,39% dos Doutores – na média 5,33% do total de títulos de pós-graduação emitidos no país (em 2022).

Apesar do crescimento da participação regional, ao analisarmos o número de títulos concedidos na Região Norte, em proporção de sua respectiva população (a cada 100 mil habitantes) os indicadores demonstram a carência persistente de possibilidades de formação em nível de Pós-graduação, já registrada inclusive nos estudos que embasaram o Plano Nacional de Pós-Graduação

⁹ Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37237-de-2010-a-2022-populacao-brasileira-cresce-6-5-e-chega-a-203-1-milhoes#:~:text=Por%20outro%20lado%2C%20o%20Norte,crescendo%20sucessivamente%20nas%20últimas%20décadas>. Acesso em 08 de fevereiro de 2024.

vigente, agora em revisão¹⁰.

Enquanto a média nacional era titular (em 2017) 29 pessoas Mestres a cada 100 mil habitantes; a média regional não passava da metade – 14 pessoas tituladas Mestres a cada 100 mil habitantes. No mesmo ano, no Doutorado, enquanto no Brasil se atribuíam 10 títulos de Doutores a cada 100 mil habitantes, a Região Norte só conseguia titular 02 pessoas como tais. Em 2022, porém, na Região, tais indicadores alcançaram 20 pessoas tituladas Mestres e 04 pessoas tituladas Doutores, a cada 100 mil habitantes – enquanto na média do País tais índices alcançaram 30 pessoas tituladas Mestres e 11 pessoas tituladas Doutores a cada 100 mil habitantes.

Esse diagnóstico e as ausências que ele deixa evidente, principalmente em nível institucional, demonstra parte dos desafios prementes para o processo formativo atrelado aos resultados e a consolidação da Pós-graduação *strictu sensu* no Norte do País. Esta institucionalidade ausente, aliada a constatação de que muitos dos profissionais que têm atuado e despendido tempo para a Pós-graduação na região são oriundos de movimentos migratórios entre os diversos estados brasileiros, também ajuda a compreender melhor o contexto e as limitações para atuação dos professores doutores e pesquisadores no extremo Norte do Brasil.

É a partir desse cenário que buscaremos aqui concretizar uma reflexão coordenada em torno do binômio formação/atuação e da necessidade de uma ação transformadora no âmbito da educação em nível de pós-graduação nestes contextos.

No Brasil, a Pós-graduação (o Mestrado e o Doutorado) envolvem processos formativos de profissionais das diferentes áreas de conhecimento, nos quais os docentes buscam atender suas ânsias e suprir possíveis carências em suas trajetórias formativas. Aí fica evidente que a autonomia formativa e das formas de ensino do

¹⁰ Disponível em <https://intranet.capes.gov.br/noticias/10132-capes-abre-consulta-publica-para-plano-nacional-de-pos-graduacao> . Acesso em 08 de fevereiro de 2024.

docente são tanto “um direito trabalhista como uma necessidade educativa” (Contreras, 2002, p. 195).

Paulo Freire (2016, p. 123) já nos colocava, na eminência de uma discussão sobre autonomia docente, que a “[...] educação como prática de liberdade, ao contrário daquela que é prática da dominação, implica a negação do homem abstrato, isolado, solto, desligado do mundo, assim como também a negação do mundo como uma realidade ausente nos homens”. É nesta esteira que a interlocução formativa entre ensino/aprendizagem vem ocorrendo na América Latina, no Brasil e quicá na Pós-graduação na Região Norte.

De forma significativa, no que tange ao ambiente educacional brasileiro, é nessa inter-relação com o latino continente que os profissionais docentes da pós-graduação no país têm realizado suas formações, tomando consciência de suas necessidades formativas a partir da interação com estes contextos.

Isso pode ser compreendido a partir de Leontiev (1984, p. 25) que nos coloca que “a consciência individual surge como resultado da influência que, sobre o homem, exerce a consciência da sociedade, por efeito da qual sua psique se socializa e intelectualiza”¹¹. Em nosso caso, como profissionais docentes (pesquisadores – doutores), atuando na região Norte do Brasil, e em um contexto fronteiriço, parece-nos eminente pensarmos nas especificidades contextuais e nos desafios que passam a decorrer destes lugares territoriais.

Caminhos percorridos

Na construção metodológica, destacamos que, a proposta em tela sinaliza uma investigação de abordagem qualitativa, a partir da (re)construção cartográfica dos sujeitos e das práticas comunicacionais cercadas pelas investigações das dissertações

¹¹ Tradução nossa, a partir da versão em espanhol.

defendidas nos Programas de Pós-graduação em Comunicação da Região Norte.

A cartografia aqui se apresenta como algoritmo teórico-metodológico que nos ajuda, conforme Martín-Barbero (2004), a deslocar os lugares dos quais são feitas as perguntas. Ela está relacionada a nossa tentativa de, nesta pesquisa, compreender melhor (e de forma panorâmica) os distintos movimentos e processos (Deleuze e Guattari, 1995), presentes na investigação das práticas comunicacionais cercadas pelas dissertações defendidas nos Programas de Pós-graduação em Comunicação da Região Norte.

Conforme Rosário e Coca (2018) esse olhar cartográfico nos ajuda a observar melhor “outras epistemologias”, junto com suas multiplicidades; e, segundo Ferreira (2008, p. 36), “acompanhar os movimentos e as relações, os processos de invenção e de captura” nessas investigações.

Cartografar refere-se então, como elucida Kastrup (2008), a tentativa de acompanhar os processos, e não somente representar os objetos. A cartografia auxilia aqui, conforme Suely Rolnik (1989), na construção de um mapa/panorama mais sintonizado com a paisagem social amazônica (seus acidentes, suas transformações e suas vias de passagem). Nos ajuda a olhar para as dissertações defendidas nos Programas de Pós-graduação em Comunicação da Região Norte, observando as suas regularidades, mas também seus “acidentes” e “irregularidades” (Rosário e Coca, 2018, p. 38).

Com a cartografia no horizonte, o protocolo aqui proposto se conecta com os princípios teórico-metodológicos listados por Santi (2014; 2016 e 2017) e testado em trabalhos como os de Araújo (2019; 2021) e Barbosa (2021): Histórico, Contextual, Culturoológico, Etnográfico e Praxiológico, para formatação de um tipo de “mapa noturno”, assim como recomenda Martín-Barbero (2004), que pretende auxiliar-nos a avançar diante do desconhecido – Tateando, reconhecendo e experimentando.

Tal protocolo combina os mencionados princípios com técnicas já experimentadas no campo da investigação em comunicação. A Historicização, por exemplo – como forma de acesso aos enraizamentos que sustentam as teorias e aos discursos construídos através do uso das ideias e conceitos presentes nos estudos – é acionada através “Pesquisa da Pesquisa”. Esta é caracterizada por Bonin (2006) como uma estratégia de desconstrução definida pelo revisitar de estudos já realizados.

Como registra Bonin (2006, p. 36):

A pesquisa da pesquisa também permite visualizar os problemas já enfrentados na investigação, os conhecimentos obtidos e daí trabalhar na formulação de questionamentos que tragam à luz novas dimensões dos fenômenos comunicacionais. Fundamenta o trabalho concreto de construção da relevância científica permitindo situar, problematizar e afirmar a contribuição que vai oferecer ao conjunto de conhecimentos do campo relacionados ao problema/objeto investigado.

Já a Contextualização é o princípio responsável por atribuir mais concretude aos objetos estudados e por apresentar seus modos de atuação sobre os distintos cenários de sua ocorrência. Pois, segundo Maldonado (2002), o processo de contextualização é um componente interno da problemática de estudo, já que segundo ele é impossível pensar um objeto desvinculado dos diferentes contextos que o atravessam.

Para acionamento do princípio da Contextualização aqui utilizamos a “Pesquisa Documental” definida por Gil (2002) como a investigação de documentos que ainda não passaram por um tratamento analítico – que ainda não tenham sido analisados, sistematizados e/ou categorizados. Na presente pesquisa, são

considerados documentos relevantes, qualquer vestígio do passado sem tratamento e que pode servir de testemunho ou fonte de informação (CELLARD, 2008; GIL, 2002).

Foi a “Pesquisa da Pesquisa” junto com a “Pesquisa Documental” que nos auxiliou na (re)construção do “Estado da Arte” do campo da Comunicação, realizado com base nos registros da Plataforma Sucupira da CAPES¹² e nos portais das Instituições de Ensino Superior (IES) que mantém Programas de Pós-graduação na área de Comunicação, na Região Norte do Brasil.

Os Estados da Arte, segundo Romanowski e Ens (2006, p. 29)

[...] podem significar uma contribuição importante na constituição do campo teórico de uma área de conhecimento, pois procuram identificar os aportes significativos da construção da teoria e prática pedagógica, apontar as restrições sobre o campo em que se move a pesquisa, as suas lacunas de disseminação, identificar experiências inovadoras investigadas que apontem alternativas de solução para os problemas da prática e reconhecer as contribuições da pesquisa na constituição de propostas na área focalizada.

De fato, realizamos uma busca na Plataforma Sucupira e nos portais dos Programas de Pós-graduação das IES dos sete estados que compõe a região Norte do Brasil (Pará, Amazonas, Tocantins, Roraima, Rondônia, Acre e Amapá). A partir deste mapeamento, concretizamos uma investigação pautada no histórico de tais Programas e valorizando critérios como: data de sua criação; ao Estado de atuação; as suas Áreas de concentração e Linhas de

¹² Disponível em: <https://sucupira-v2.capes.gov.br/sucupira4/> Acesso em 15 de fevereiro de 2024.

Pesquisa; o número de docentes, discentes e egressos. Estes dados ajudaram a emprestar concretude ao contexto de cada Programa de Pós-graduação em Comunicação da Região e, principalmente, apontaram para os desafios vivenciados para o desenvolvimento de suas atividades.

Além disso, segundo Santi (2014; 2016 e 2017), como todo ato de comunicação é também um ato de cultura, o princípio Culturoológico nos ajudou aqui a mapear as matrizes culturais que atuaram nos processos de comunicação investigados. Utilizamos da Análise de Conteúdo de Bardin (2011) para apontar a operatividade e o funcionamento do comunicacional nas práticas se sujeitos investigados nos trabalhos de dissertação na região.

Nesse arranjo o conjunto de dados selecionados, a partir dos documentos mobilizados, foi organizado de acordo com macro categorias – Percurso teórico; Percurso metodológico; Sujeitos e/ou Práticas Investigadas; e, Resultados principais – na tentativa de expor especificidades que esclareçam o que (e como) está sendo investigado nos Programas de Pós-graduação em Comunicação da Região Norte, sinalizando também os desafios que neste contexto esse fazer deixa evidente.

Para a análise qualitativa optamos por trabalhar, nesse momento, somente com a categoria Sujeitos e/ou Práticas Investigadas e com suas 16 subcategorias localizadas: Práticas de Comunicação Digital/ Jogos; Práticas de Comunicação e Povos Tradicionais / Etnocomunicação; Práticas de Arte e Comunicação; Práticas de Comunicação e Poder/ Resistência; Práticas de Comunicação em Diferentes Meios / Suportes; Práticas de Comunicação Organizacional; Práticas de Comunicação da Ciência; Práticas de Comunicação e Memória/ História; Práticas de Comunicação em Educação/ Educomunicação; Práticas de Comunicação e Estudos de Gênero; Práticas de Comunicação e Violências; Práticas de Comunicação em Saúde / Discapacidade; Práticas de Comunicação em Publicidade e Propaganda; Práticas de

Comunicação e Esporte; Práticas de Comunicação e Meio Ambiente; Práticas de Comunicação e Mundo do Trabalho.

A partir delas, para este relato, focamos nosso interesse na subcategoria Práticas de Comunicação em Educação/Educomunicação e nos seus 20 trabalhos catalogados – 08 deles vinculados ao antigo PPGCOM-UFAM; 04 deles desenvolvidos no PPGCOM-UFPA; e outros 08 trabalhos de pesquisa realizados no PPGCOM-UFT. Como não foram encontrados trabalhos nessa subcategoria, vinculados ao PPGCOM-UFRR, ele não será considerado na apresentação e discussão dos resultados na sequência.

Como esclarece Bardin (2011, p. 48) a análise de conteúdo diz respeito:

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens.

Foi o princípio Etnográfico que nos auxiliou na identificação dos sujeitos envolvidos e na descrição densa das práticas comunicacionais pesquisadas. Ele permitiu a observar as relações sociais desenvolvidas entre os sujeitos (indivíduos ou instituições) e os objetos, dispositivos ou formas de comunicação investigados e a evidenciar a importância dos atores sociais, seus conflitos (encontros e desencontros) e sua cotidianidade, na cotidianidade das práticas comunicacionais investigadas (Santi, 2014). Para o acionamento de tal princípio recorreremos á busca e localização dos sujeitos, em especial dos sujeitos investigados nas dissertações produzidas pelos

Programas de Pós-graduação em Comunicação da região Norte, com a preocupação primeira de evidenciar qual sujeito amazônida aí aparece.

O princípio Praxiológico que se preocupa com a conjunção entre teoria e prática no desenvolvimento das pesquisas, nos permitiu aproximar, de forma mais consistente, objetivos e objetos de investigação mapeados. Ele importa para os estudos uma melhor compreensão da ação e uma concepção de reflexão do atual, vinculada à necessidade de mudanças. Segundo Santi (2014, p.10) uma aproximação praxiológica impinge discutir a função de determinado estudo e para que servem seus resultados produzidos; estreita aproximação da ação com a compreensão, conforme Thiollent (1986); e, valoriza métodos para uma ação transformadora em tais cenários (TAUK, 2004).

Temos clareza que tal estratégia metodológica poderá ser acionada em outras áreas de conhecimento, contudo, como proposta, destacamos que a investigação aqui tem como foco área da Comunicação, haja vista a formação e atuação dos pesquisadores proponentes desta discussão. Com a possibilidade da inserção de outros docentes e outras áreas de conhecimento, ela certamente poderá ser expandida. Destacamos ainda, que a pesquisa se realiza na região Norte do Brasil, tendo em vista a atuação dos pesquisadores, mas principalmente pela (ainda) incipiente existência de Programas de Pós-graduação (da área e em geral) que perdura nessa parte do território brasileiro.

A análise desse material parte, então, de uma proposta descritiva-analítica que pretende apresentar, além dos dados numéricos, possíveis projeções para investigação em Comunicação na Região Norte do Brasil – apontando caminhos para pesquisas que poderão ser desenvolvidas na sequência. Tal protocolo nos auxiliou no entendimento das principais estratégias de investigação (e suas bases), na localização dos sujeitos mobilizados com as pesquisas e na sinalização dos (possíveis) impactos de tais trabalhos –

desenvolvidos na região Norte do país – na área da Comunicação, em sua interface com o Ensino e a Educação.

Resultados e discussão

Como frisado anteriormente nos debruçamos nesta investigação sobre a área de Comunicação e, buscamos apresentar dados da investigação que ajudam a pensar os desafios e as abordagens que vêm sendo evidenciados nos trabalhos de investigação no âmbito da Pós-graduação da região Norte do Brasil.

Na área da Comunicação – campo tributário da *Grande Área das Ciências Sociais Aplicadas* e da *Área de Avaliação da Comunicação e Informação* –, até 2017, na região Norte, funcionavam apenas três Programas de Pós-graduação. O Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação da Universidade Federal do Amazonas (PPGCOM-UFAM)¹³; O Programa de Pós-graduação em Comunicação Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará (PPGCOM-UFPA)¹⁴ e o Programa de Pós-graduação em Comunicação e Sociedade da Universidade Federal do Tocantins (PPGCOM-UFT)¹⁵. Todos com curso somente em nível de Mestrado.

O PPGCOM-UFAM iniciou suas atividades em 2008. Até 2017 curso havia conseguido titular 64 pessoas – ao todo foram 95 Dissertações defendidas até 2021, ano de encerramento de suas atividades. O PPGCOM-UFPA iniciou suas atividades em 2010, com a titulação até 2017, de 51 pessoas – até 2023 foram 143 Dissertações

¹³ Disponível em <https://www.ppgcom.ufam.edu.br> . Acesso em 08 de fevereiro de 2024.

¹⁴ Disponível em <https://www.ppgcom.ufpa.br> . Acesso em 08 de fevereiro de 2024.

¹⁵ Disponível em <https://ww2.uft.edu.br/ppgcom> . Acesso em 08 de fevereiro de 2024.

defendidas¹⁶. O PPGCOM-UFT, que iniciou suas atividades em 2016 e só conseguiu titular 02 pessoas até 2017 – até 2023 foram defendidas 95 dissertações no Programa.

Ao todo, nos últimos 13 anos, excluindo o PPGCOM-UFRR, foram 333 dissertações defendidas nos Programas de Pós-graduação em Comunicação da Região. Porém, ainda 2023, recebem autorização para funcionamento dois novos Programas: o Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Rondônia (PPGCOM-UNIR)¹⁷; e, o Programa de Pós-graduação em Informação e Comunicação da Universidade Federal do Amazonas (PPGIC-UFAM)¹⁸. Estes não contribuem como o corpus de análise da presente pesquisa porque preveem só para 2024 o ingresso de suas primeiras turmas. Ver Tabela 1.

Tabela 1 – Dissertações defendida nos Programas de Pós-graduação em Comunicação da região Norte (2010-2023).

	UFAM	UFPA	UFT	TOTAL
2010	09	-	-	09
2011	08	-	-	08
2012	10	06	-	16
2013	08	07	-	15
2014	03	08	-	11
2015	05	07	-	12
2016	14	11	-	25
2017	07	12	02	21
2018	-	16	20	36
2019	14	13	15	42
2020	17	21	10	48
2021	-	14	14	28

¹⁶ Em 2018 PPGCOM-UFPA recebeu autorização para instalação do Curso de Doutorado, o primeiro e único da Região Norte na Área da Comunicação, registrando as primeiras teses defendidas a partir de 2022.

¹⁷ Disponível em <https://ppgcom.unir.br/pagina/exibir/23221> . Acesso em 08 de fevereiro de 2024.

¹⁸ Disponível em <https://www.ppgic.ufam.edu.br> . Acesso em 08 de fevereiro de 2024.

2022	-	14	17	31
2023	-	14	17	31
TOTAL	95	143	95	333

Fonte: Elaboração própria.

PPGCOM-UFAM

O Mestrado do PPGCOM-UFAM iniciou suas atividades em 2008 – como o primeiro mestrado acadêmico em Comunicação da Região Norte – ofertando inicialmente quatorze (14) vagas. Em 2010, foi feita a primeira defesa de dissertação do Programa. Até 2017 curso havia conseguido titular 64 pessoas – ao todo foram 95 Dissertações defendidas até 2021, ano de encerramento de suas atividades. O Programa contava inicialmente com 10 professores permanentes.

O PPGCOM-UFAM tinha como área de área de concentração os *Ecosistemas Comunicacionais*¹⁹, com investigações organizadas no entorno de duas linhas de pesquisa: *Redes e Processos Comunicacionais*; e, *Linguagens, Representações e Estéticas Comunicacionais*²⁰.

A partir da apresentação contextual do programa, direcionamos nosso olhar (qualitativo) para o conteúdo das dissertações defendidas até 2021. Ressaltamos que das 95 dissertações finalizadas, 56 estavam vinculadas a Linha 01 – *Redes e Processos Comunicacionais* e 39 vinculadas a Linha 02 – *Linguagens, Representações e Estéticas Comunicacionais*. Neste relato optamos por detalhar a categoria Sujeitos e/ou Práticas Investigadas, da qual derivou 13 subcategorias conforme o Quadro 1 a seguir.

¹⁹ Campo de estudos no qual os processos comunicacionais são entendidos a partir da complexidade envolvida nas relações estabelecidas entre os diferentes sistemas que dão vida às práticas comunicativas.

²⁰ Tais linhas de pesquisa entraram em vigor em 2013 como resultado do primeiro processo de reformulação da Proposta do Programa. As linhas de pesquisa anteriores denominavam-se *Ambientes Comunicacionais Midiáticos* e *Processos Informacionais Científicos*.

Ao que tange a categoria Sujeitos e/ou Práticas Investigadas, pautamos nosso olhar para o que foi investigado no Programa enquanto ele se manteve em funcionamento, detalhando nas subcategorias as especificidades das linguagens do campo da comunicação mobilizadas, bem como as interlocuções com campos interdisciplinares afins.

Quadro 1 - Categorias de análise PPGCOM-UFAM.

CATEGORIA	SUBCATEGORIAS
Sujeitos e/ou Práticas Investigadas	<ol style="list-style-type: none"> 1. Práticas de Comunicação Digital/ Jogos (21 trabalhos) 2. Práticas de Comunicação Organizacional (13 trabalhos) 3. Práticas de Comunicação da Ciência (11 trabalhos) 4. Práticas de Comunicação em Diferentes Meios / Suportes (09 trabalhos) 5. Práticas de Comunicação em Educação/ Educomunicação (08 trabalhos) 6. Práticas de Comunicação em Publicidade e Propaganda (07 trabalhos) 7. Práticas de Arte e Comunicação (06 trabalhos) 8. Práticas de Comunicação e Povos Tradicionais / Etnocomunicação (06 trabalhos) 9. Práticas de Comunicação e Poder/ Resistência (06 trabalhos) 10. Práticas de Comunicação em Saúde / Discapacidade (05 trabalhos) 11. Práticas de Comunicação e Esporte (01 trabalho) 12. Práticas de Comunicação e Meio Ambiente (01 trabalho) 13. Práticas de Comunicação e Memória/ História (01 trabalho)

Fonte: Elaboração própria.

Na subcategoria Práticas de Comunicação em Educação / Educomunicação classificamos 08 trabalhos os quais mobilizaram como Sujeitos e/ou Práticas de Investigação relacionadas aos: Ambientes Virtuais de Aprendizagem – SILVA, Sylker (2010); CRUZ, Tatiane (2016); CRUZ, Margarida (2019); e, LACERDA, Antonio (2019). Educação à Distância – FRANÇA, Alberto (2013); e, LEITÃO, Rafaelle

(2014). E, Bibliotecas Escolares – TRINDADE, Thais (2019); e, PAIVA, Maricelia (2020).

Como demonstram os dados, quando nos referimos aos Sujeitos e Práticas de Comunicação Investigadas, o destaque no antigo Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal do Amazonas (PPGCOM-UFAM) vai para a tríade Práticas de Comunicação Digital/ Jogos (com 21 trabalhos catalogados); Práticas de Comunicação Organizacional (com 13 trabalhos catalogados); e, Práticas de Comunicação da Ciência (11 trabalhos catalogados). Os poucos trabalhos vinculados a subcategoria Práticas de Comunicação em Educação / Educomunicação nos mostram a fragilidade dessa articulação.

Tais informações corroboram a forte ligação do antigo PPGCOM-UFAM e dos seus pesquisadores com a comunidade do seu entorno, especialmente influenciada pela presença “estranha” da chamada Zona Franca de Manaus (ZFM)²¹ – um projeto de desenvolvimento econômico implantado pelo governo brasileiro que objetiva viabilizar uma base econômica na Amazônia Ocidental para promover a integração produtiva e social da região ao País e garantir a soberania nacional sobre suas fronteiras.

PPGCOM-UFPA

O projeto de criação do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCOM-UFPA) foi proposto e aprovado em 2009. O Programa iniciou suas atividades em 2010, ofertando, em seu primeiro edital, oito (08) vagas no curso de Mestrado Acadêmico em Ciências da Comunicação. Em 2012, foi realizada sua primeira defesa de dissertação. Em 2018, o PPGCOM-UFPA solicitou autorização para ofertar também o curso de Doutorado. A proposta do novo curso foi aprovada e, ainda em 2019, o Programa se tornou o primeiro (e único) curso de Doutorado em

²¹ Disponível em <https://www.gov.br/suframa/pt-br/zfm> . Acesso em 15 de abril de 2024.

Comunicação de toda a Região da Amazônia Brasileira – com as primeiras teses defendidas ainda em 2023²².

O Programa conta com a área de concentração *Comunicação* tendo como linhas de pesquisa: *Linha 01 – Comunicação, Cultura e Socialidades na Amazônia; e, a Linha 02 – Processos Comunicacionais e Mídia na Amazônia*. Atualmente projeto conta com 15 professores permanentes e 02 professores colaboradores.

Com essa estruturação, no PPGCOM-UFPA, até 2023, foram defendidas 143 dissertações de Mestrado. Destas, 76 são vinculadas a *Linha 01* e 67 vinculadas a *Linha 02*. Para a análise qualitativa optamos por trabalhar, nesse momento, com a categoria *Sujeito/Práticas Investigadas*, na qual identificamos 15 subcategorias – duas a mais em relação a UFAM. A saber: *Práticas de Comunicação e Estudos de Gênero; e, Práticas de Comunicação e Violências* – conforme o Quadro 2.

Quadro 2 - Categorias de análise PPGCOM-UFPA.

CATEGORIA	SUBCATEGORIAS
Sujeitos e/ou Práticas Investigadas	1. Práticas de Comunicação e Povos Tradicionais / Etnocomunicação (18 trabalhos)
	2. Práticas de Comunicação e Poder/ Resistência (17 trabalhos)
	3. Práticas de Arte e Comunicação (17 trabalhos)
	4. Práticas de Comunicação e Estudos de Gênero (13 Trabalhos)
	5. Práticas de Comunicação e Violências (12 trabalhos)
	6. Práticas de Comunicação em Diferentes Meios / Suportes (12 trabalhos)
	7. Práticas de Comunicação Digital/ Jogos (10 trabalhos)
	8. Práticas de Comunicação da Ciência (09 trabalhos)
	9. Práticas de Comunicação em Publicidade e

²² Somente as Dissertações de Mestrado defendidas no escopo do PPGCOM-UFPA foram objeto de análise da presente pesquisa.

	Propaganda (09 trabalhos) 10. Práticas de Comunicação e Memória/ História (06 trabalhos) 11. Práticas de Comunicação Organizacional (05 trabalhos) 12. Práticas de Comunicação e Esporte (05 trabalhos) 13. Práticas de Comunicação e Educação/ Educomunicação (04 trabalhos) 14. Práticas de Comunicação e Meio Ambiente (04 trabalhos) 15. Práticas de Comunicação em Saúde / Discapacidade (02 trabalhos)
--	---

Fonte: Elaboração própria.

Na subcategoria Práticas de Comunicação e Educação / Educomunicação classificamos apenas 04 trabalhos: RODRIGUES, Rosa (2012); MIRANDA, Marcilene (2016); MAGALHÃES, Suzana (2020); e, SILVA JÚNIOR, Valdecir (2022).

No Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal do Pará (PPGCOM-UFPA), quando nos referimos aos Sujeitos e Práticas de Comunicação Investigadas, destacamos três blocos de estudos em especial: o primeiro é o bloco que congrega os Sujeitos e Práticas de Comunicação e Povos Tradicionais / Etnocomunicação (com 18 trabalhos); e, as Práticas de Comunicação e Poder/ Resistência (com 17 trabalhos catalogados.

O segundo (e talvez o mais característico como contribuição “original” do Programa na/para a Pesquisa em Comunicação Região Norte) é o bloco dos trabalhos sobre Sujeitos e Práticas de Comunicação e Estudos de Gênero (com 13 trabalhos catalogados); e, Práticas de Comunicação e Violências (com 12 trabalhos catalogados). Cabe ressaltar que essas quatro subcategorias, para além dos potentes debates que suscitam, somam juntas 60 trabalhos e concatenam preocupações compartilhadas por quase 42% das dissertações defendidas no escopo do Programa até 2023.

Há ainda o bloco dos trabalhos que mobilizam Sujeitos e/ou Práticas de Comunicação em sua interface com a Arte. Nesse

conjunto localizamos 17 trabalhos que tematizam diferentes linguagens como: a Música, a Dança, os Festivais e Espetáculos e as múltiplas Visualidades Amazônicas. Novamente, a subcategoria de Práticas de Comunicação e Educação / Educomunicação fica invisibilizada, reforçando a necessidade de trabalhos nessa perspectiva.

PPGCOM-UFT

O Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade da Universidade Federal do Tocantins (PPGCOMS-UFT) foi proposto, autorizado e criado em 2016. Em 2017, foi feita a primeira defesa de dissertação do Programa. Ele conta com a *Área de Concentração Comunicação*, tendo como Linhas de Pesquisa: *Linha 01: Jornalismo, Mídias e Cultura* e *Linha 02: Comunicação, Poder e Identidades*. Atualmente o PPGCOMS-UFT conta com nove professores permanentes e dois professores colaboradores.

Com essa estruturação, entre os anos de 2017 e 2023 foram defendidas no Programa 95 dissertações – 54 da Linha 01 e 41 da Linha 02. No olhar qualitativo que direcionamos a estas produções, a partir da macro categoria Sujeito/Práticas investigadas, identificamos 15 subcategorias, conforme o Quadro 3.

Na subcategoria Práticas de Comunicação e Educação / Educomunicação encontramos 08 trabalhos que tratam do Ensino e da Formação em diferentes contextos – ADRIAN, Alessandra (2018); RODRIGUES, Joselinda (2018); SILVA, Sinomar (2018); MELO, Gabriela (2019); GUEDES, Caroline (2021); e, RODRIGUES, José (2021). E do Estudo da Língua Portuguesa – SILVA, Janaína da (2019); e ROCHA, Andréia (2021).

Quadro 3 - Categorias de análise PPGCOM-UFT.

CATEGORIA	SUBCATEGORIAS
Sujeitos e/ou Práticas Investigadas	1. Práticas de Comunicação Digital/ Jogos (13 trabalhos)
	2. Práticas de Comunicação e Povos Tradicionais / Etnocomunicação (11 trabalhos)
	3. Práticas de Comunicação em Saúde / Discapacidade (09 trabalhos)
	4. Práticas de Comunicação e Educação/ Educomunicação (08 trabalhos)
	5. Práticas de Arte e Comunicação (07 trabalhos)
	6. Práticas de Comunicação e Violências (07 trabalhos)
	7. Práticas de Comunicação e Memória/ História (07 trabalhos)
	8. Práticas de Comunicação em Diferentes Meios / Suportes (07 trabalhos)
	9. Práticas de Comunicação e Poder/ Resistência (06 trabalhos)
	10. Práticas de Comunicação e Estudos de Gênero (06 trabalhos)
	11. Práticas de Comunicação Organizacional (05 trabalhos)
	12. Práticas de Comunicação da Ciência (03 trabalhos)
	13. Práticas de Comunicação em Publicidade e Propaganda (03 trabalhos)
	14. Práticas de Comunicação e Mundo do Trabalho (02 trabalhos)
	15. Práticas de Comunicação e Esporte (01 trabalho)

Fonte: Elaboração própria.

No Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal do Tocantins (PPGCOM-UFT), quando analisamos os dados referentes aos Sujeitos e Práticas de Comunicação Investigadas, começa a ficar evidente uma contradição que marca a formação do próprio espaço amazônico: a permanente tensão entre o moderno/pós-moderno e o ancestral/tradicional. Afinal, no Programa as duas subcategorias que congregam mais trabalhos são a de Sujeitos e Práticas de Comunicação Digital/ Jogos (com 13 trabalhos); e, Práticas de Comunicação e Povos Tradicionais / Etnocomunicação (com 11 trabalhos).

Outro bloco de textos produzidos no PPGCOM-UFT que

merece destaque é aquele formado pela tríade: Práticas de Comunicação e Educação/ Educomunicação (com 08 trabalhos); Práticas de Arte e Comunicação (com 07 trabalhos) e Práticas de Comunicação em Saúde / Discapacidade (com 09 trabalhos). Esse conjunto de textos corroboram a forte ligação do Programa e dos seus pesquisadores com os processos de formação (em Comunicação e Educação), com olhar especial para a região Norte do País.

TRANSVERSALIDADES

Depois da apresentação contextual dos Programas em Comunicação da Região Norte do Brasil; dos direcionamentos qualitativos de nosso olhar a partir do conteúdo das dissertações defendidas até o ano de 2023; e, do detalhamento da categoria Sujeitos e/ou Práticas Investigadas, chegamos a 16 subcategorias identificadas conforme o Quadro 5 a seguir.

Quadro 5 – Totalização das Categorias de análise PPGCOM-UFAM; PPGCOM-UFPA, PPGCOM-UFT.

CATEGORIA	SUBCATEGORIAS
Sujeitos e/ou Práticas Investigadas	<ol style="list-style-type: none"> 1. Práticas de Comunicação Digital/ Jogos (44 trabalhos) 2. Práticas de Comunicação e Povos Tradicionais / Etnocomunicação (35 trabalhos) 3. Práticas de Arte e Comunicação (30 trabalhos) 4. Práticas de Comunicação e Poder/ Resistência (29 trabalhos) 5. Práticas de Comunicação em Diferentes Meios / Suportes (28 trabalhos) 6. Práticas de Comunicação Organizacional (23 trabalhos) 7. Práticas de Comunicação da Ciência (23 trabalhos) 8. Práticas de Comunicação e Memória/ História (14 trabalhos) 9. Práticas de Comunicação em Educação/ Educomunicação (20 trabalhos) 10. Práticas de Comunicação e Estudos de Gênero (19 Trabalhos) 11. Práticas de Comunicação e Violências (19 trabalhos)

	<ol style="list-style-type: none"> 12. Práticas de Comunicação em Saúde / Discapacidade (16 trabalhos) 13. Práticas de Comunicação em Publicidade e Propaganda (19 trabalhos) 14. Práticas de Comunicação e Esporte (07 trabalhos) 15. Práticas de Comunicação e Meio Ambiente (05 trabalhos) 16. Práticas de Comunicação e Mundo do Trabalho (02 trabalhos)
--	---

Fonte: Elaboração própria.

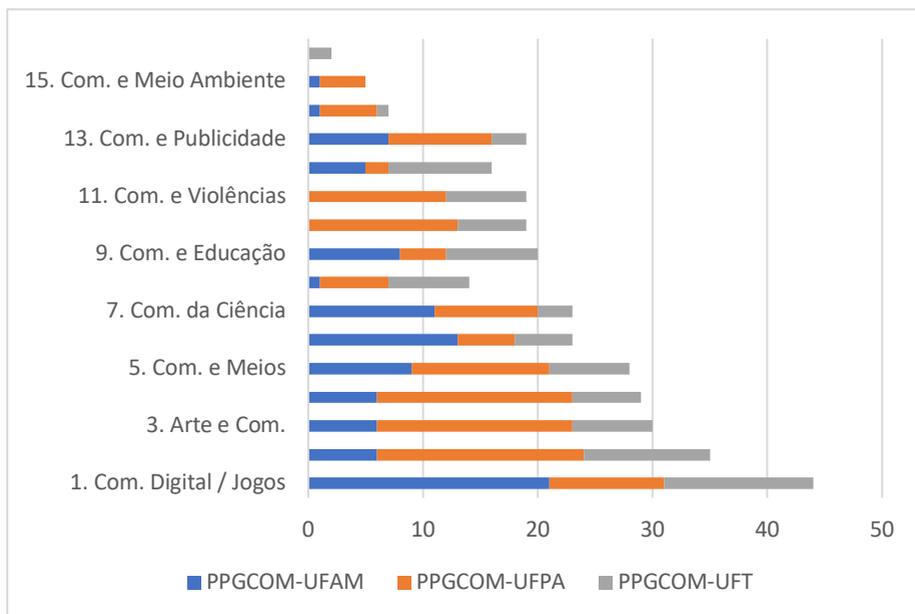
Para organização / análise dessas subcategorias pautamos nosso olhar para o que foi investigado no escopo das propostas de dissertação, detalhando as especificidades das linguagens do campo da comunicação e os sujeitos mobilizados, bem como suas interlocuções com campos interdisciplinares afins.

A totalização dos resultados aponta, com destaque, para os Sujeitos e Práticas de Comunicação e Jogos Digitais (subcategoria que reuniu o maior número de trabalhos, 46) e para a subcategoria Práticas de Comunicação e Povos Tradicionais / Etnocomunicação (com 40 trabalhos catalogados).

Tal constatação ajuda a emprestar materialidade a uma das tensões características da formação própria espaço amazônico e sua permanente tensão entre o moderno/pós-moderno e o ancestral/tradicional. Como vimos, essa tensão também aparece no conjunto de preocupação dos sujeitos fazedores que pesquisa no Norte do Brasil e nas práticas de comunicação por eles investigadas.

Tal tensão / preocupação aparece em trabalhos de todos os Programas de Pós-graduação em Comunicação da região Norte, com destaque no caso das Práticas de Comunicação Digital / Jogos para os 21 trabalhos defendidos no antigo PPGCOM-UFAM; e, no caso das Práticas de Comunicação e Povos Tradicionais / Etnocomunicação, dos 18 trabalhos que encontramos vinculados ao PPGCOM-UFPA. Ver Gráfico 1.

Gráfico 1 – Sujeitos / Práticas de Comunicação Investigadas (2010-2023).



Fonte: Elaboração própria.

Em todos os Programas aqui considerados (PPGCOM-UFAM; PPGCOM-UFPA e PPGCOM-UFT) encontramos trabalhos classificados nas subcategorias: Práticas de Comunicação Digital/ Jogos; Práticas de Comunicação e Povos Tradicionais / Etnocomunicação; Práticas de Arte e Comunicação; Práticas de Comunicação e Poder/ Resistência; Práticas de Comunicação Organizacional; Práticas de Comunicação e Memória/ História; Práticas de Comunicação em Saúde / Discapacidade; e, Práticas de Comunicação e Esporte.

Os sujeitos e práticas de comunicação mobilizados pelos trabalhos classificados nessas oito subcategorias demonstram a transversalidade das preocupações de pesquisa por entre os Programas de Pós-graduação da Região Norte. E deixam evidentes

possíveis pontos de articulação para cooperação interinstitucional, entre os PPGs, a partir daquilo que de fato eles tem em comum – suas preocupações de pesquisa.

Nos trabalhos classificados nas categorias Práticas de Comunicação em Diferentes Meios / Suportes; Práticas de Comunicação da Ciência; Práticas de Comunicação em Educação/ Educomunicação; e Práticas de Comunicação em Publicidade e Propaganda não encontramos pesquisas vinculadas ao PPGCOM-UFRR. O fato de o Programa ser o mais recente e com menos dissertações defendidas, talvez ajude a explicar essa ausência de investigações que tematizem esse tipo de sujeitos e suas práticas comunicacionais.

Nos estudos vinculados às Práticas de Comunicação e Estudos de Gênero e Práticas de Comunicação e Violências não encontramos pesquisas do PPGCOM-UFAM. O encerramento precoce do Programa, com suas últimas defesas acontecendo ainda em 2020, pode explicar essas ausências. Na subcategoria Práticas de Comunicação e Violências também não foram encontrados trabalhos do PPGCOM-UFRR.

É importante ressaltar, no entanto, a partir da análise mais atenta dos trabalhos, o potencial diálogo entre as pesquisas classificadas nas subcategorias Práticas de Comunicação e Povos Tradicionais / Etnocomunicação (35 trabalhos); Práticas de Comunicação e Poder/ Resistência (29 trabalhos); Práticas de Comunicação e Estudos de Gênero (19 Trabalhos); e, Práticas de Comunicação e Violências (19 trabalhos). Nesse conjunto de subcategorias, ao todo, são 102 pesquisas que denunciam (em maior ou menor grau) às diferentes nuances da violência sofrida pelos sujeitos comunicantes no espaço Amazônico – problematizando o ideário da violência como mais uma das marcas características da/na Amazônia Brasileira.

Já na subcategoria Práticas de Comunicação em Educação/ Educomunicação encontramos 20 trabalhos catalogados – 08 deles

vinculados ao antigo PPGCOM-UFAM; 04 deles desenvolvidos no PPGCOM-UFPA; e outros 08 trabalhos de pesquisa realizados junto ao PPGCOM-UFT.

No PPGCOM-UFT, apesar do número ser exatamente igual do PPGCOM-UFAM (08 trabalhos), a subcategoria é a (4ª) quarta em número de trabalhos catalogados, o que demonstra sua força e representatividade. No PPGCOM-UFAM a subcategoria Práticas de Comunicação em Educação/ Educomunicação é a (5ª) quinta subcategoria em número de trabalhos catalogados; e, no PPGCOM-UFPA a subcategoria ocupa apenas a (13ª) décima terceira posição na lista de trabalhos analisados.

Para nossa surpresa, porém, a subcategoria Práticas de Comunicação e Meio Ambiente (com apenas 05 trabalhos catalogados) apareceu sub-representada na amostragem que acessamos. Só encontramos trabalhos aí catalogados no PPGCOM-UFAM e PPGCOM-UFPA – mas ainda em número bastante aquém daquele de se poderia imaginar para o contexto Amazônico. A Amazônia, que inspira boa parte das lutas em defesa do meio-ambiente no Planeta, parece ainda não estar listada entre as preocupações de pesquisa dos Programas de Pós-graduação em Comunicação que do lado brasileiros coabitam esse território.

Por último vale mencionar a subcategoria Práticas de Comunicação e Mundo do Trabalho, com pesquisas apenas do PPGCOM-UFT, como uma (possível) frente de preocupação que se abre na discussão do comunicativo no contexto amazônico do norte brasileiro.

Considerações finais

Propomos a presente discussão tendo como objetivos: entender os desafios e as abordagens do/no contexto da Pós-graduação *strictu sensu* em Comunicação na Amazônia; abarcar os processos de construção, desenvolvimento e permanência das

pesquisas nestes Programas e sua institucionalidade; e, compreender melhor os distintos movimentos e processos presentes na investigação das práticas comunicacionais cercadas pelas dissertações defendidas nos Programas de Pós-graduação em Comunicação da Região Norte do Brasil.

É a partir desse cenário e apesar de sua institucionalidade ausente, que buscamos aqui refletir em torno do binômio formação/atuação para ação transformadora, no âmbito da educação em nível da pós-graduação regional. Para tanto lançamos mão de uma construção teórico-metodológica que sinalizou para uma investigação de abordagem qualitativa, a partir da (re)construção cartográfica dos sujeitos e das práticas comunicacionais cercadas pelas investigações das dissertações defendidas nos Programas de Pós-graduação em Comunicação da Região Norte.

Tal construção nos ajudou a olhar para as dissertações observando as suas “regularidades”, mas também seus “acidentes” e “irregularidades” – com a cartografia no horizonte e os princípios teórico-metodológicos listados por Santi (2014) como guia orientador. O conjunto de dados selecionados, a partir dos documentos mobilizados, foi organizado de acordo com macro categorias – Percurso teórico; Percurso metodológico; Sujeitos e/ou Práticas Investigadas; e, Resultados Principais.

Para este relato, porém, optamos por detalhar somente com a categoria Sujeitos e/ou Práticas Investigadas nos Programas de Pós-graduação em Comunicação da Região Norte, com especial atenção à subcategoria Práticas de Comunicação em Educação/Educomunicação e seus 20 trabalhos catalogados, com a preocupação primeira de evidenciar qual sujeito amazônida aí aparece. Sua análise partiu, então, de uma proposta descritiva-analítica para apresentar, além dos dados numéricos, possíveis projeções para investigação em Comunicação na Região Norte do Brasil – apontando caminhos para pesquisas que poderão ser

desenvolvidas na sequência.

Pautamos nosso olhar para o que foi investigado nas 333 dissertações defendidas nos Programas de Pós-graduação em Comunicação da região Norte nos últimos 13 anos, desconsiderando o PPGCOM-UFRR, e detalhando nas subcategorias as especificidades das linguagens do campo da comunicação mobilizadas, bem como as interlocuções com campos interdisciplinares afins.

A totalização dos resultados apontou, com destaque, para os Sujeitos e Práticas de Comunicação e Jogos Digitais (subcategoria que reuniu o maior número geral de trabalhos, 46) e para a subcategoria Práticas de Comunicação e Povos Tradicionais / Etnocomunicação (com 40 trabalhos catalogados). Tal constatação nos ajudou a emprestar materialidade a uma das tensões características da formação própria espaço amazônico e sua permanente tensão entre o moderno/pós-moderno e o ancestral/tradicional.

Na subcategoria Práticas de Comunicação em Educação/ Educomunicação identificamos um núcleo mais estruturado de trabalhos desenvolvidos no PPGCOM-UFT, com destaque para as relevantes investigações que tratam do Ensino e da Formação em Comunicação e do Estudo da Língua Portuguesa em diferentes contextos. Já, no antigo PPGCOM-UFAM, o destaque fica por conta das problematizações que tratam dos Ambientes Virtuais de Aprendizagem, da Educação à Distância e das Bibliotecas Escolares como espaços de formação. Tais trabalhos têm um potencial de diálogo muito forte para com àqueles desenvolvidos no PPGCOM-UFPA, que trabalham: os Ambientes Formais e Periformais de Aprendizagem, as TICs na Educação e Educomunicação como prática de resistência na Amazônia.

Afirmamos, porém, que a transversalidade das preocupações de pesquisa aqui também verificada, apesar de sua diversidade temática, deixa evidentes os possíveis pontos de articulação para cooperação interinstitucional, entre os PPGs, a partir daquilo que de

fato eles tem em comum – suas preocupações de pesquisa. Outro desses eixos de preocupações transversais, para além das Práticas de Comunicação em Educação/ Educomunicação, sem dúvidas, é àquele relacionado às diferentes nuances da violência sofrida pelos sujeitos comunicantes no espaço Amazônico, que problematiza o ideário da violência como mais uma das marcas características da/na Amazônia Brasileira.

Destacamos, por último, que as abordagens apresentadas nos PPGs da área da Comunicação na região Norte, são abrangentes e interdisciplinares. Abarcam assim, desafios para a área e para a formação de profissionais tendo em vista que, apesar da amplitude de Sujeitos/Objetos de investigação, muito ainda há de ser feito na região em termos de pesquisas cientificamente codificada.

Referências

ARAÚJO, B. **Cartografia das práticas etnocomunicativas do Conselho Indígena de Roraima (CIR)**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Roraima. Boa Vista, 2021.

ARAÚJO, B. **Representações no discurso midiático: o Movimento dos Povos Indígenas no portal do Conselho Indígena de Roraima**. Monografia (Bacharelado em Comunicação Social – Jornalismo) – Universidade Federal de Roraima. Boa Vista, 2019.

BARBOSA, Maria Luciene Sampaio. **Verdades, meias-verdades ou mentiras: as transmutações da narrativa jornalística na campanha eleitoral de 2018 em Roraima**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Roraima. Boa Vista, 2021.

BARDIN L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BONIN, J. **Nos bastidores da pesquisa: a instância metodológica experienciada nos fazeres e nas processualidades de construção de um projeto**. In: MALDONADO, E. et al. Metodologias de pesquisa em comunicação: olhares, trilhas e processos. Porto Alegre: Sulina, 2006, p. 21-40.

BRASIL. **Lei nº 12.527**, de 18 de novembro de 2011. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 15 de janeiro de 2024.

BRASIL. **Lei no 9.394**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União. Brasília, de 23 de dezembro de 1996.

CELLARD, A. **A análise documental**. In: J. Poupart, et al. (Orgs.). A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes. 2008.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS – CGEE. **Mestres e doutores 2015. Estudos da demografia da base técnico-científica brasileira**. Brasília, DF: 2016. 348p. Disponível em https://www.cgee.org.br/documents/10182/734063/Mestres_Doutores_2015_Vs3.pdf Acesso em 20/02/2024.

CONTRERAS, J. **A autonomia de professores**. São Paulo: Cortez, 2002.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrênia**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

FERREIRA, F. T. **Rizoma: um método para as redes**. Liinc em revista, v. 4, n. 1, p. 28-40, 2008.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

INEP. Censo da Educação Superior - 2019. 2019. Disponível em:

https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2020/Apresentacao_Censo_da_Educacao_Superior_2019.pdf. Acesso em: 15 de janeiro de 2024.

KASTRUP, V. **O método da cartografia e os quatro níveis da pesquisa-intervenção**. In: L. R. CASTRO; V. L. BESSET (orgs.). Pesquisa-intervenção na infância e juventude. 1 ed. Rio de Janeiro: Nau, v.1, p. 465-489, 2008.

LEONTIEV, A. N. **Actividad, consciencia y personalidad**. México: Editorial Cartago en México, S. A, 1984.

MALDONADO, A. E. **Produtos midiáticos, estratégias, recepção: a perspectiva transmetodológica.** Ciberlegenda, Rio de Janeiro, n. 9, p. 1-23, 2002.

MARTÍN-BARBERO, J. **Ofício de cartógrafo – travessias latino-americanas da comunicação na cultura.** São Paulo: Ed. Loyola, 2004.

MOROSINI, M. C. A Pós-graduação no Brasil: formação e desafios. **Revista Argentina de Ensino Superior.** Año 1, Número 1, Noviembre 2009. Disponível em: <518.pdf (redelivre.org.br)>. Acesso em: 15 de janeiro de 2024.

ROLNIK, S. **Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo.** São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. **As pesquisas denominadas do tipo “Estado da Arte”.** Diálogos Educacionais, v. 6, n. 6, p. 37–50, 2006.

ROSÁRIO, N. M.; COCA, A. P. **A cartografia como um mapa movente para a pesquisa em comunicação.** Comunicação & Inovação, v. 19, n. 41, 2018.

SANTI, V. **Mediação e midiaticização: conexões e desconexões na análise comunicacional.** Paco Editorial, 2016.

SANTI, V. **Princípios teórico-metodológicos para entrever Mediação e Midiaticização.** In: VIII Seminário Internacional de Metodologías Transformadoras de la Red AMLAT, 2014, Caracas - Venezuela: CEPAP, 2014. v. 1. p. 132-15.

SANTI, V. **Princípios Teórico-Metodológicos para entrever Mediação e Midiaticização.** Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte – Manaus, 2017.

SANTI, V.; ARAÚJO, B. **Comunicar para mobilizar: as práticas etnocomunicativas do Conselho Indígena de Roraima.** Trabalho apresentado no XXVIII Encontro Anual da Compós, Pontifca Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre – RS, junho.2019.

TAUK, M. S. **Pesquisa-Ação em Comunicação na Universidade Brasileira**: acontecimento e memória. In: VII Colóquio Brasil-França de Ciências da Comunicação e da Informação, 2004, Porto Alegre. **Pesquisa-Ação em Comunicação na Universidade Brasileira: acontecimento e memória**, 2004.

THIOLLENT, M. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. São Paulo: Cortez, 1986.

O DESAFIO DE ROMPER A VIOLÊNCIA SIMBÓLICA ATRAVÉS DA ALFABETIZAÇÃO MUDIÁTICA NO DISCURSO PERSUASIVO SOBRE HOMOAFETIVIDADE/PARENTALIDADE: MITOS E DESINFORMAÇÃO QUE ENVOLVEM A EDUCAÇÃO

Kelly Cristina Martins
Ruth Maria Mariani Braz
Sergio Crespo Coelho da Silva Pinto

Introdução

O presente artigo aborda o desafio de romper a violência simbólica no discurso persuasivo sobre homoafetividade/parentalidade revelando uma complexa rede de mitos e desinformação midiática que permeiam o âmbito educacional. O embate contra a discriminação e a marginalização de casais homoafetivos como pais ou mães se desdobra em um cenário onde a construção de narrativas persuasivas muitas vezes sustenta estereótipos prejudiciais e equívocos infundados. A violência simbólica, manifestada por meio de discursos enviesados, mitos enraizados e a desinformação, impõe barreiras à aceitação plena da diversidade familiar na educação, destacando a urgência de desconstruir esses preconceitos arraigados e fomentar uma

representação autêntica e inclusiva da homoafetividade e parentalidade nas esferas educacionais e midiáticas.

No caso da pesquisa aqui proposta, refere-se a família homoparental, (aquela formada através de laços consanguíneos, inclusive por inseminação artificial ou natural, gerado em útero próprio ou de substituição ou socioafetivas como no caso a adoção). mas com a especificidade de ser constituída por pessoas do mesmo sexo).

Historicamente, escola tem hierarquizado e naturalizado o modelo tradicional de família composta pelo pai/homem, mãe/mulher e os filhos, frutos de uma união heterossexual, sustentado pelo patriarcalismo, no qual a autoridade está centrada na figura masculina e a figura feminina associada à submissão, aos cuidados dos filhos e do lar. Contudo, a partir de lutas políticas e sociais, com o declínio do patriarcalismo, aumento do número de divórcios, controle da natalidade e inserção da mulher no mercado de trabalho, a conjuntura familiar tem sofrido transformações ao longo do tempo e se reconfigurado em novos arranjos: monoparentais, recompostas, homoparentais, entre outras. Estas diferentes configurações familiares estão cada vez mais evidentes em nossa sociedade, especialmente as famílias homoparentais, que hoje tem o direito legal a adoção e procriação assistida. Na escola, essas famílias são geralmente invisibilizados, com pais e mães muitas vezes orientando seus filhos e filhas a omitirem de seus colegas e professores a composição não convencional de sua família, numa atitude preventiva para que eles não venham a sofrer discriminações e violência. (MACHADO; VESTENA ,2017)

Quando se fala de famílias homoparentais esbarramos na maioria das vezes com violências simbólicas no discurso de pessoas que não reconhecem esta configuração familiar como válida. Os questionamentos geralmente estão relacionados ao conceito de família e aos mitos relacionados à homossexualidade.

Diante do acima exposto surge a indagação. Qual o desafio de romper a violência simbólica no discurso persuasivos sobre que são demonstrados através dos mitos e desinformação midiática que envolvem a educação?

A discussão proposta neste artigo é altamente relevante, pois aborda a complexa questão de romper a violência simbólica no discurso persuasivo sobre homoafetividade/parentalidade por meio da alfabetização midiática. Ao explorar essa intersecção, o artigo destaca a importância crucial de capacitar indivíduos para compreenderem, questionarem e interpretarrem criticamente os discursos midiáticos sobre diversidade familiar. Traz à tona reflexões imprescindíveis para a compreensão da influência da mídia na perpetuação de estereótipos e na disseminação de informações distorcidas, enquanto promove estratégias eficazes para desconstruir esses padrões, promovendo uma sociedade mais inclusiva e informada.

Abordagem metodológica

Dentre os objetivos do presente artigo destaca-se a necessidade de identificar os Mitos e Estereótipos Mais Pervasivos, Avaliar a Disseminação da Desinformação Midiática e Propor Estratégias para Desconstruir a Violência Simbólica contra os grupos homoafetivos.

Utilizou-se uma abordagem de cunho qualitativo tendo como finalidade levantar dados voltados para compreensão das atitudes, motivações e os comportamentos de determinado grupo de pessoas sobre a questão.

Segundo Prodanov e De Freitas (2013):

A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Esta não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte

direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. Tal pesquisa é descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados intuitivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem (PRODANOV; DE FREITAS, 2013, p. 51)

Desvela-se uma revisão integrativa da literatura fundamentada em referencial teórico, conduzido por seis etapas de investigação: 1) identificação do tema e seleção da hipótese ou questão de pesquisa; 2) estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão de estudos/amostragem ou busca na literatura; 3) definição das informações a serem extraídas dos artigos selecionados/categorização dos estudos; 4) avaliação dos estudos incluídos na revisão integrativa; 5) interpretação dos resultados; 6) apresentação do revisão/síntese do conhecimento (MENDES KDS et al., 2008).

Para elaboração da questão de pesquisa, foi utilizada a estratégia PICO, que propõe aos problemas clínicos emersos na prática assistencial, de ensino ou pesquisa, sejam decompostos e organizados utilizando-se a estratégia. A sigla representa um acrônimo para Paciente ou Problema, Intervenção ou Comparação, Controle ou Outcome. Esses quatro componentes são os elementos fundamentais da questão de pesquisa e da construção da pergunta para a busca bibliográfica de evidências (Mendes KDS et al., 2008).

Tabela 1 - Descrição da estratégia PICO utilizada para delimitar o tema

Acrônimo	Definição	Descrição
P	Paciente ou problema	homoafetividade/parentalidade
I	Intervenção ou Comparação	violência simbólica no discurso persuasivo
C	Controle	alfabetização midiática
O	" <i>Outcomes</i> " (desfecho).	A alfabetização midiática contribui para a romper a violência simbólica

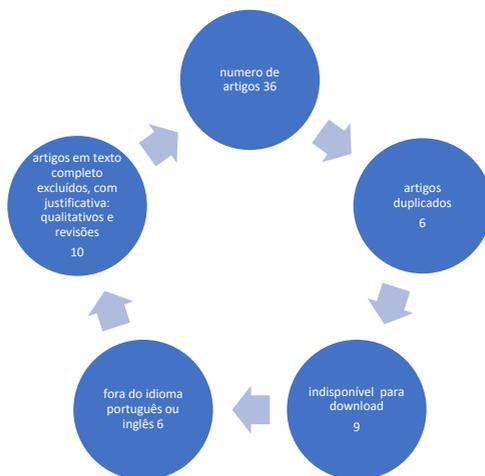
		no discurso persuasivo sobre homoafetividade/parentalidade
--	--	---

Fonte: Elaborado pelos autores (2023)

A seguinte questão é aquela que circunda o desenvolvimento deste artigo: Qual o desafio de romper a violência simbólica no discurso persuasivos que são demonstrados através dos mitos e desinformação midiática que envolvem a educação?

Em seguida estabeleceu-se um processo de busca de artigos a partir da combinação dos descritores "homoafetividade/parentalidade", "mitos e escola nas seguintes bases de dados: Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Google Acadêmico. A pesquisa deu-se no segundo semestre de 2023. Após a coleta dos artigos, foram aplicados os seguintes critérios de inclusão: a) artigos que estivessem dentro do tema; b) artigos completos e disponíveis para *downloads*; e c) artigos que estivessem nos idiomas português e inglês. Os critérios de exclusão foram: a) artigos que estivessem duplicados; b) indisponíveis para *download*; c) fora dos idiomas (português, inglês); e d) artigos em texto completo excluídos, com justificativa: qualitativos e revisões sobre "homoafetividade/parentalidade", "mitos e escola que tinham contribuição para pesquisa.

Figura 1 - Estabelecimento dos critérios de inclusão e exclusão dos artigos nas bases de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Google Acadêmico



Fonte: Elaborado pelos autores (2023)

Resultados

Foram encontrados nas bases de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Google Acadêmico um total de 36 artigos. Em seguida, foram excluídos por duplicação N = 6 artigos, restando N = 30 artigos, N = 9 não estavam disponíveis para download, restando N = 21 artigos, N = 6 não estavam nos idiomas português e/ou inglês, restando N = 15 artigos, excluídos com justificativa: quantitativos e revisões sobre "homoafetividade/parentalidade", "mitos e escola em outras populações. Desses artigos, N = 4 foram incluídos na pesquisa após leitura dos títulos e resumos. Também foi utilizado como referência os artigos da disciplina Ensino, Comunicação e desinformação, oferecida aos cursos de Pós-graduação, Doutorado em Ciências, Tecnologia e Inclusão da Universidade Federal Fluminense. o critério de inclusão: artigos que estivessem dentro do tema

Homoafetividade/parentalidade

A homoparentalidade enfrenta uma série de desafios em diversos contextos sociais, e um dos lugares cruciais é a escola. O impacto dos mitos e da desinformação midiática sobre casais do mesmo sexo que criam seus filhos pode ser especialmente sentido nesse ambiente. Como essa desinformação afeta não apenas os pais, mas também as crianças, educadores e o ambiente escolar como um todo é um ponto crucial a ser explorado. Analisar os desafios enfrentados pela homoparentalidade diante desse cenário na escola é fundamental para promover a inclusão, a compreensão e a igualdade para todas as famílias.

O nascimento de uma criança não basta para fazer de seus progenitores pais dessa criança a parentalidade e a filiação são representações sociais e não biológicas. A prática da parentalidade consiste em tarefas cotidianamente desempenhadas pelo adulto em relação à criança, no sentido de garantir seu bem-estar físico, psicológico e social, ou seja, a parentalidade não está necessariamente associada a questões de gênero (JURATO; GRANATO 2012).

Segundo Oliveira (2015) ao longo do tempo a escola contribuiu e ainda contribui para a formação de padrões sociais e valores, legitimando relações de poder e hierarquias, representando um espaço legítimo e normalizador, com grande resistência a reconhecer a diversidade, inclusive a diversidade sexual e de gênero.

Violência simbólica no discurso persuasivo sobre homoafetividade/parentalidade

A violência simbólica, termo cunhado pelo sociólogo Pierre Bourdieu, descreve um tipo de acometimento que não opera por meio de força física direta, mas através de símbolos, significados e estruturas sociais. Essa forma de violência está relacionada à

imposição de ideias, valores e normas que mantêm relações de poder desiguais na sociedade. Essa violência atua no nível simbólico, permeando instituições, discursos, práticas culturais e sistemas de significados. Ela é muitas vezes internalizada pelas pessoas como natural ou legítima, mesmo que possa ser prejudicial ou opressiva. (TIRADENTES, 2015).

A presença desse tipo de violência permeia diversos aspectos sociais, muitas vezes passando despercebida. Ela se manifesta tanto no ambiente familiar e escolar quanto na reprodução de normas e tradições sociais. Arendt e Bourdieu exploram a natureza da violência na história, indo além da conexão entre política e guerra ou entre violência e poder. Eles apontam que a violência evidente e tangível desaparece, dando lugar a uma forma mais sutil e implícita, não menos cruel. Para esses autores, essa forma de violência se revela como um terreno propício para práticas discriminatórias explícitas, perpetuando-se dentro do próprio tecido social. (TIRADENTES, 2015).

Por exemplo, na homoparentalidade, a violência simbólica pode se manifestar através de estereótipos, preconceitos e discursos que deslegitimam ou desvalorizam a parentalidade de casais do mesmo sexo, criando barreiras sociais e psicológicas para essas famílias. Esses estigmas sociais podem influenciar negativamente a forma como a sociedade vê e trata famílias homoparentais, mesmo sem o uso explícito de violência física.

No quadro 1, podemos notar a violência simbólica no discurso sobre homoafetividade/parentalidade relacionados às famílias homoparentais e os esclarecimentos da literatura, de acordo com pesquisa realizada por (Farias; Maia ,2009), no qual levantaram os dados dos principais estudos na área e que são reproduzidos na escola.

Quadro 1- violência simbólica no discurso sobre homoafetividade/parentalidade esclarecimentos da literatura, de acordo com pesquisa realizada por (Farias; Maia ,2009)

Mitos	Esclarecimento dados da literatura
1- Os Homossexuais são pessoas desajustados e por isso não podem criar uma família.	Desde a década de 1970 a homossexualidade deixou de ser considerada como doença ou distúrbio, passando a ser considerada um modo de ser. Não é somente os homossexuais que podem ser desajustados, todas pessoas podem se enquadrar.
2- O homossexual tende a abusar da criança.	Não há um real indício dessa afirmação, pode acontecer como acontece com pessoas heterossexuais.
3- Se a criança for criada por homossexual, aprenderá ser homossexual.	A maioria dos homossexuais vem de famílias heterossexuais e não aprenderam com eles, o mesmo acontece com crianças criadas com homossexuais, homossexualidade não é ensinada.
4- A criança perderá noção entre gêneros se for criado em uma família homossexual.	A criança aprendera uma noção diferente, pois a figura homem e mulher não se restringe aos pais e sim a sociedade.
5 - É prejudicial para criança o contato apenas com pessoas do mesmo sexo.	O papel que os pais desempenham independem do sexo.
6-As crianças terão problemas no seu desenvolvimento.	Não é por ser filho de homossexuais que terão problemas, pois existem tantos outros que podem ser motivo de problemas, isso vai depender da forma que será criado, como é em uma família de heteros.
7- As crianças criadas por homossexuais irão sofrer mais por questão de preconceito social.	O sofrimento diante da discriminação social, em relação a algum tipo de preconceito não se restringe a orientação sexual, mas diversos outros fatores, igualmente esquematizados, como raça, etnia, deficiência.

Fonte: DE Oliveira, 2015.

Cadete et.al 2012, realizaram um estudo de caso com representantes dos vários segmentos de uma instituição escolar pública, localizada na zona sul de Recife-PE, a saber: cinco

professores do Ensino Fundamental (três do 1º ciclo 1º, 2º e 3º anos - e dois do 2º ciclo 1º e 2º anos), cinco alunos (um de cada turma), um coordenador, diretor e vice-diretor, uma merendeira, um porteiro e um profissional dos serviços gerais, perfazendo um total de 16 participantes em que relacionam também alguns tabus sobre a homoparentalidade .

Embora a maioria dos participantes reconheça a existência de uma variedade de configurações familiares na sociedade contemporânea, não confere esse status à configuração homoparental. Vale salientar, ainda, que, na concepção de algumas crianças, essa formação familiar parece inconcebível, uma vez que isso causa estranheza e a ideia de errado ou algo não natural. O diálogo a seguir, com o aluno Will, 3º Ano do 1º Ciclo, ilustra claramente esse ponto de vista.

Pesquisador Então, essa não pode ser família? [mostrando, para a criança, uma imagem de família homoparental] Aluno Não. Pesquisador Você nunca viu uma família assim? Aluno Não. Pesquisador E se você visse, o que é que você iria achar? Aluno Ruim. Pesquisador Ruim? Por que é ruim ter uma família assim? Aluno Porque é errado. Pesquisador Errado por quê? O que tem de errado com uma família assim? Aluno Porque tem duas mulheres. Pesquisador Não pode, não, ter duas mulheres? Aluno Pode não. Pesquisador E pode ter como? Aluno Um homem e uma mulher (Cadete et.al, 2012. Pag. 6)

Podemos observar, na fala do aluno, que a não aceitação da união entre pessoas do mesmo sexo parece estar pautada ao conceito de família biparental, em que se torna imprescindível a

presença do homem e da mulher, para que haja a formação da família/casal

No que se refere à formação da família homoparental, esteve presente, ainda, em alguns discursos, a ideia de que filhos de pais homossexuais vão ter seu desenvolvimento prejudicado quanto ao desvio de comportamento. Para a professora Vânia, uma configuração que foge do modelo de pai e mãe é complicada. (Cadete et.al 2012)

A constatação que a violência simbólica no discurso sobre homoafetividade/parentalidade, afetam até mesmo políticas públicas relacionadas a escola, foi em detrimento a não aceitação governamental de um dos projetos que visava estratégias de desenvolver diretrizes que pudessem orientar os sistemas de ensino à promoção de ações para a não discriminação por orientação sexual nos espaços educativos, como a escola. (RODRIGUES; SILVA, 2020),

Em 2009, financiado pelo Ministério da Educação (MEC), em parceria com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECADI), surgiu o Projeto "Escola Sem Homofobia" (ESH). Direcionado às escolas, o projeto visava, por meio de mudanças nas práticas escolares e no currículo, promover um ambiente propício à igualdade e ao respeito à diversidade no cotidiano escolar, tendo como principal meta o reconhecimento das diferenças morais, culturais e sociais da sociedade brasileira, e o comprometimento com os direitos humanos e a inclusão das pessoas LGBT. Ironicamente apelidado de "Kit Gay", o material foi fortemente atacado pelas forças conservadoras e neoconservadoras que atuavam no Congresso Nacional e em outros espaços naquele momento, a Presidenta Dilma Rousseff vetou o Kit, com a justificativa de que não poderia tomar partido em um assunto polêmico. (RODRIGUES; SILVA, 2020).

Durante o período eleitoral, um candidato a presidente da República pelo partido da direita, traz à tona novamente o assunto, ele afirmou na rádio Jovem Pan que seu oponente, Fernando

Haddad, teria criado esse suposto kit. Em 28 de agosto de 2018, durante uma entrevista ao Jornal Nacional, veiculado pela rede Globo, o então candidato da direita também fez declarações polêmicas. Ele alegou que o livro "Aparelho Sexual e Cia", da editora Companhia das Letras, teria sido distribuído nas escolas pelo Ministério da Educação (MEC). Acrescentou ainda que tomou conhecimento de um suposto "9º Seminário LGBT Infantil", onde estariam discutindo e comemorando o lançamento de um material para combater a homofobia, posteriormente chamado de "kit gay". (LOURENÇO, 2021)

Na mesma entrevista, o candidato mencionou o "Plano Nacional de Promoção e Cidadania LGBT", listando 180 itens, incluindo a suposta desconstrução da heteronormatividade. Ele alegou que em algumas escolas estariam ensinando que a definição tradicional de homem e mulher estaria errada. Essas declarações ecoaram suas preocupações anteriores sobre uma suposta campanha de "ideologia de gênero" nas escolas. ". (Lourenço, 2021)

Um livro também mencionado pelo candidato a presidente na entrevista, o "Aparelho Sexual e Cia", foi alegado como parte do suposto "kit", porém essa afirmação também foi falsa. Este livro nunca foi adotado pelo Ministério da Educação (MEC) e não faz parte do programa escolar, não constando em sua grade curricular. Como resultado, o ministro Carlos Horbach do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ordenou a remoção de vídeos presentes no Facebook e YouTube que alegavam que o livro em questão havia sido adotado pelo programa.". (LOURENÇO, 2021)

O ministro ressaltou que a disseminação dessa informação incorreta sobre a distribuição do livro gerou desinformação durante o período eleitoral, prejudicando o debate político. Sua decisão destacou a importância de remover conteúdos com tal teor para preservar a integridade do debate público. (LOURENÇO, 2021)

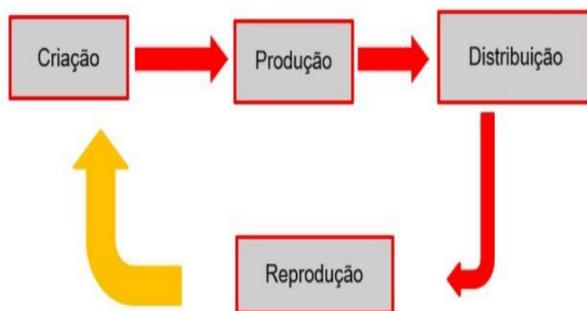
Nesse cenário foram disseminadas inúmeras informações falsas nas mídias sociais, em que a violência simbólica no discurso sobre homoafetividade/parentalidade estava explícito no conteúdo.

Para combater as informações falsas nas mídias sociais surgiu segundo Lourenço (2021), o Projeto Comprova, com o objetivo de analisar e separar a ficção dos fatos. Em sua investigação de 146 histórias, constatou-se que 90% delas eram falsas, enganosas ou descontextualizadas, enquanto apenas 9 eram verdadeiras.

Segundo a pesquisa realizada pela IDEIA Big Data/AVAAZ e divulgada pelo site Congresso em Foco, aproximadamente 83,7% dos eleitores de Jair Bolsonaro acreditaram na narrativa difundida de que o candidato da oposição teria distribuído um kit gay para crianças nas escolas. Essa estatística é derivada de uma estimativa na qual cerca de 73,9% dos eleitores foram expostos a essa desinformação. Além disso, a pesquisa revelou que 98,21% dos eleitores entrevistados foram expostos a uma ou mais informações inverídicas durante o período eleitoral. (Congresso em Foco, 2018).

Esse tipo de informação parte da criação que se refere à origem da notícia ou fato, enquanto a produção envolve sua publicação nos meios de comunicação. A distribuição ocorre quando a notícia é compartilhada nas redes sociais, e a reprodução é o recompartilhamento por várias pessoas. A etapa crucial é a reprodução, pois perpetua o ciclo da desinformação, permitindo que notícias falsas se espalhem sem controle. Em cada uma dessas fases, há a influência dos elementos descritos pelos autores Wardle e Derakhshan (2017): o agente, a mensagem e o intérprete. Na imagem 3 esboça-se a estrutura proposta: a reprodução origina novos discursos, retomando à fase de criação e reiniciando o ciclo, representado pela seta em amarelo.

Imagem 3 - Criação da desinformação digital



Fonte: (Silva 2021, pag.33)

A estrutura da desinformação, contrariamente ao conceito proposto por Wardle e Derakhshan (2017), é vista como um ciclo contínuo, sendo agora chamada de ciclo da desinformação. A mudança dessa estrutura para um ciclo é ilustrada por uma seta em amarelo, pois percebo que a fase de reprodução não se limita apenas ao compartilhamento das informações falsas. Ela também possibilita a geração de novos discursos, reiniciando o ciclo como um todo. (SILVA ,2021)

Quando os computadores foram criados, sua função primária era a manipulação de dados, não a persuasão. Foi somente com a popularização da internet que a tecnologia persuasiva emergiu, trazendo consigo a proliferação de websites intencionalmente projetados para influenciar atitudes e comportamentos dos usuários. Isso se evidencia nos sites que oferecem sugestões personalizadas com base nas preferências individuais. Uma vantagem dos computadores sobre os humanos é sua capacidade de usar várias formas de mídia simultaneamente. Assim, muitas vezes, os usuários são influenciados não apenas pelo conteúdo da informação, mas pela maneira como ela é apresentada. A capacidade dos

computadores de oferecer informações por meio de diferentes modalidades - texto, vídeo, fotos, áudios - permite atender às preferências do usuário por um modo específico ou combinar múltiplos modos para criar um impacto persuasivo mais significativo durante a interação. (Silva, 2021).

A relação entre a persuasão e a violência simbólica no discurso sobre homoafetividade e parentalidade é complexa. A persuasão, quando usada de maneira ética e justa, pode ser uma ferramenta poderosa para educar e promover a compreensão sobre a diversidade familiar. No entanto, quando usada de forma tendenciosa ou manipuladora, pode contribuir para a disseminação de estereótipos prejudiciais e perpetuar a violência simbólica.

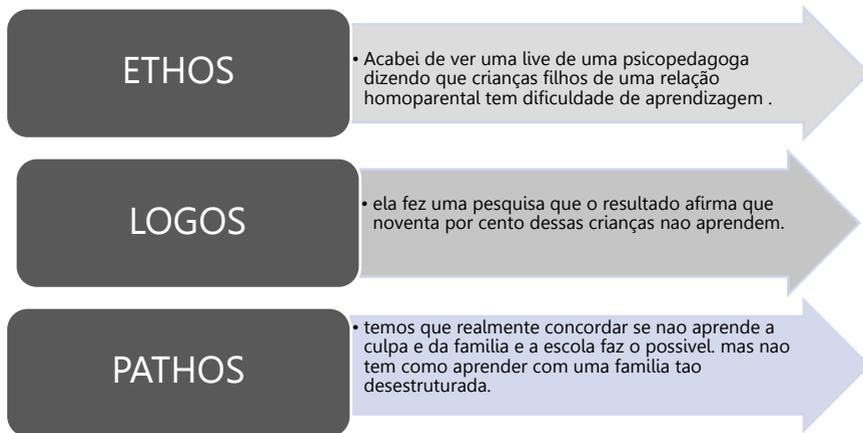
No contexto da homoafetividade e parentalidade, discursos persuasivos podem influenciar a percepção pública, seja para promover aceitação e respeito ou para disseminar preconceitos. A violência simbólica surge quando discursos, ideias ou representações sociais deslegitimam ou desvalorizam a homoafetividade como uma forma legítima de constituição familiar. Isso pode ocorrer através de estereótipos negativos, linguagem discriminatória ou narrativas que marginalizam ou subjugam casais homoafetivos como pais ou mães.

A ideia de persuasão, conforme delineada por Aristóteles, é baseada em três elementos: logos, pathos e ethos. O logos refere-se à lógica presente no discurso do orador, enquanto o pathos envolve a maneira como o orador apela às emoções do público. Já o ethos diz respeito à imagem que o orador constrói, demonstrando competência e credibilidade. Assim, para que uma falsidade possa ser percebida como verdadeira, há um apelo tanto à racionalidade quanto às emoções através do discurso. (GOMES et. al 2020)

Um exemplo prático que ilustra como uma notícia falsa pode se manifestar conforme esses princípios está presente na transcrição de um áudio que dissemina informações inverídicas sobre homoparentalidade. Esse tipo de discurso falso pode apelar à lógica

(logos), manipular as emoções do público (pathos) e buscar construir uma imagem de credibilidade ou competência (ethos) para fazer com que a informação falsa pareça mais convincente e verdadeira. (Gomes et. al 2020)

Imagem 4- A estrutura persuasiva da falsa notícia



Fonte: Elaborado pelos autores (2023)

A transcrição previamente mencionada evidencia a invocação do ethos tanto por meio da figura da psicopedagoga. Em um segundo momento, o logos é empregado através da utilização de dados numéricos e terminologias específicas da área da educação, transmitindo racionalidade e lógica. Por fim, o pathos é inserido ao alertar para a possibilidade de que se a crianças não aprende a culpa e da família homoparental.

Consequentemente, a disseminação da notícia falsa acaba por persuadir e influenciar muitas pessoas. A velocidade exponencial de compartilhamento intensifica as consequências, podendo resultar em desdobramentos preocupantes, como a proibição no Brasil do casamento homoafetivo. (GOMES et. al 2020)

Romper a violência simbólica no discurso persuasivo sobre homoafetividade

O discurso persuasivo sobre homoafetividade/parentalidade demanda a integração da alfabetização midiática como uma ferramenta fundamental. Essa abordagem se torna essencial para capacitar indivíduos a compreenderem, analisarem e questionarem de forma crítica os discursos veiculados pelos meios de comunicação. A alfabetização midiática não apenas promove a habilidade de reconhecer estereótipos e viés presentes nessas narrativas, mas também capacita as pessoas a valorizarem a diversidade familiar e a compreender a complexidade das representações sociais. Ao incentivar o pensamento reflexivo e a análise criteriosa das informações midiáticas, essa abordagem se torna uma aliada crucial na desconstrução da violência simbólica e na promoção de uma sociedade mais inclusiva e respeitosa com a diversidade de arranjos familiares.

Na análise deste contexto torna-se relevante o conceito de letramento midiático. O letramento não se restringe à habilidade de leitura e escrita, engloba a compreensão do papel do indivíduo nas dinâmicas sociais. Estes conceitos são fundamentais para promover a formação cidadã, permitindo que o indivíduo se comunique, receba e transmita informações de maneira autônoma e crítica, estabelecendo uma participação ativa no cenário atual da comunicação. Esses letramentos são essenciais para facilitar o engajamento do indivíduo com a sociedade, capacitando-o a interagir de forma consciente com a mídia e através dela. A necessidade desses letramentos se evidencia, especialmente, no contexto do ensino de ciências, visando uma leitura mais contextualizada do mundo e a problematização dos discursos científicos que, embora tidos como neutros e absolutos, são, na verdade, construídos por seres humanos e muitas vezes servem a interesses específicos. (GOMES et. al 2020)

Conclusão

Tinha-se como objetivo geral elucidar quais os desafios para romper a violência simbólica no discurso persuasivo sobre homoafetividade/parentalidade construídos através dos mitos e desinformação midiática que envolvem a educação.

Após a discursão através do estudo bibliográfico, tornou-se possível compreender que o desafio de romper a violência simbólica no discurso persuasivo sobre homoafetividade/parentalidade revela-se um tema complexo e abrangente. Os mitos e a desinformação midiática que permeiam o âmbito educacional relacionado à diversidade familiar exigem estratégias sólidas e amplas. Isso inclui não apenas desmistificar informações equivocadas, mas também fomentar uma educação que promova a compreensão, a aceitação e o respeito pela pluralidade de arranjos familiares. Nesse sentido, é necessário um esforço coletivo para construir uma narrativa inclusiva, baseada em informações precisas, que contribua para a formação de uma sociedade mais consciente, tolerante e acolhedora para todas as formas de família

Na atual conjuntura ressalta-se que o desafio é a imprescindibilidade dos letramentos midiático, informacional e científico para o desenvolvimento de cidadãos mais autônomos e comprometidos com fatos, reduzindo a susceptibilidade a emoções e crenças. A incorporação destes letramentos se torna crucial para enfrentar desafios como a disseminação de informações falsas e distorções da realidade, o que se torna evidente na discussão sobre homoparentalidade. Essas competências revelam-se essenciais não apenas para o contexto escolar, mas também na formação de professores, a fim de atender às novas demandas de uma sociedade interconectada. A propagação rápida e descontrolada de informações distorcidas nas redes sociais ameaça a construção de uma sociedade mais democrática e inclusiva.

Referências

CADETE, Vandernúbia Gomes; FERREIRA, Sandra Patrícia Ataíde; DA SILVA, Dayse Bivar. Os sentidos e os significados produzidos pela escola em relação à família homoparental: um estudo de caso. **Interação em Psicologia**, v. 16, n. 1, 2012

Congresso em Foco. Pesquisa mostra que 84% dos eleitores do Bolsonaro acreditaram no kit gay. UOL. 01 de nov, 2018. Disponível em: <https://congressoemfoco.com.br/eleicoes/pesquisa-mostra-que-84-dos-eleitores-de-bolsonaro-acreditam-no-kit-gay/> Acesso em 24 nov de 2023 .

FARIAS, M. O.; MAIA, A. C. **Adoção por homossexuais: família homoparental sob o olhar da psicologia jurídica**. Curitiba: Juruá, 2009.

Gomes, S. F., Penna, J. C. B. D. O., & Arroio, A. (2020). Fake news científicas: percepção, persuasão e letramento. **Ciência & Educação (Bauru)**, 26, e20018.

JURADO, Thiago; GRANATO, Tania Mara Marques. **O imaginário de estudantes de Psicologia sobre o papel do psicólogo frente à homoparentalidade**, 2012.

Lourenço, N. L. B. (2021). Da responsabilidade civil na disseminação de FAKE NEWS: Análise acerca do caso do hipotético "kit gay". MENDES KDS, et al. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto & Contexto - Enfermagem**, v. 17, n. 4, 2008.

OLIVEIRA, Rafael. Com 146 checagens, Projeto Comprova encerra suas atividades na eleição de 2018. Projeto Comprova. 06 de nov de 2018. Disponível em: <https://projctocomprova.com.br/arquivos/page/11/> Acesso em 23 nov de 2023

Silva, A. S. D. (2021). *A ordem da desinformação* (Doctoral dissertation).

Tiradentes, A. R. (2015). Violência simbólica no contexto escolar: discriminação, inclusão e o direito à educação. **Revista Eletrônica do Curso de Direito—PUC Minas Serro**, (12), 33-48.

ALFABETIZAÇÃO MUDIÁTICA E INFORMACIONAL ALIADA À EDUCAÇÃO EM SAÚDE NA ERA DA PÓS- VERDADE: estratégias contra a desinformação e o negacionismo *online*

Cristiane Menezes Ferreira

Introdução

Analisar os impactos da desinformação no contexto da saúde, na era da pós-verdade, tem se tornado, a cada dia, uma necessidade mais relevante, considerando-se a gravidade das possíveis repercussões provenientes de informações falsas, rumores e teorias conspiratórias, na vida dos indivíduos. Consequências de natureza danosa, capazes de se manifestar, por exemplo, no aumento de doenças evitáveis por meio de vacinação, no ressurgimento de patologias já erradicadas e, em última instância, até mesmo em óbitos, evidenciam a urgência na implementação de estratégias efetivas que visem minimizar a disseminação de conteúdos desinformativos no âmbito da saúde.

Outrossim, é também necessário avaliar o impacto nocivo que o fenômeno da pós-verdade traz ao campo da ciência, não

apenas criando teorias sem embasamento, mas também fomentando o surgimento de movimentos negacionistas, por meio dos quais os indivíduos contestam evidências científicas, movidos por questões ideológicas, políticas ou, ainda, por afinidade com determinados grupos sociais.

Além disso, o ceticismo em relação ao método científico, aliado à atração das pessoas por teorias da conspiração e por falsos especialistas, também desempenha um papel fundamental na propagação da desinformação e de ideias negacionistas, especialmente exploradas nos meios digitais (SACRAMENTO; PAIVA, 2020).

Neste artigo, considerando o cenário descrito, será apresentada uma análise a respeito do quanto esses fenômenos afetam o campo científico, ao criarem teorias, espalharem desinformação, favorecerem o posicionamento negacionista e colocarem em xeque o trabalho incansável da comunidade científica e os dados obtidos em estudos sérios e comprometidos com a melhoria da qualidade de vida de todas as sociedades.

Para fundamentar essa investigação, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e, ainda, coletados dados a partir de um formulário que obteve a participação de 87 indivíduos que responderam questões relativas a padrões de consumo de informações sobre saúde nos ambientes digitais.

2. Referencial teórico

2.1 Contextualizando a Pós-verdade

O primeiro autor a utilizar o termo “pós-verdade” no cenário contemporâneo, foi o dramaturgo sérvio-americano Steve Tesich. Em seu artigo “Um Governo de Mentiras” (1992), Tesich desaprovou a atitude do público americano por aceitar de maneira passiva as

farsas atribuídas à administração Bush e por decidir, segundo ele, viver deliberadamente em um mundo dominado pela pós-verdade, ou seja, em uma sociedade em que fatos não seriam prioritários ou indispensáveis. Posteriormente, o vocábulo foi retomado em 2004, em uma obra de Ralph Keyes, intitulada: "A era da pós-verdade" (SEIXAS, 2018).

No entanto, somente 12 anos depois, o termo passou a ser empregado em grandes proporções, ao receber considerável destaque em discussões políticas e acadêmicas relacionadas a episódios de importância global, marcados pela disseminação de notícias falsas nas mídias sociais: a candidatura de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos e o processo de saída do Reino Unido da União Europeia (Brexit).

"Pós-verdade", segundo Casper Grathwohl, à época Presidente da Oxford Languages e Diretor de Produtos Acadêmicos na Oxford University Press, poderia tornar-se um dos termos definidores de nosso tempo, o que levou a sua escolha como a palavra internacional de 2016, tendo sido selecionada a partir de uma lista que definiria as tendências sociais, culturais, políticas e econômicas daquele ano.

Desde então, a contemporaneidade tem sido definida como a era da pós-verdade: um período em que as crenças pessoais, a subjetividade e as emoções suplantam, no que se refere à formação de opinião, as evidências científicas e os fatos lógicos e objetivos. Essencialmente imbricado ao desenvolvimento das tecnologias digitais, este fenômeno é evidenciado, sobretudo, por meio das mídias sociais, revelando-se uma via favorável à dispersão veloz e ilimitada de todo tipo de conteúdo, ainda que isso envolva a preterição da verdade.

Diante dessa perspectiva, a credibilidade tradicionalmente investida na Ciência, é constantemente provocada, avultando o hiato existente entre o conhecimento gerado a partir de evidências e as convicções pessoais dos indivíduos. Especialmente no que concerne

às redes sociais, foram criadas as “Bolhas de filtro”, conceito que determina a forma pela qual os algoritmos agem como filtros, criando ambientes virtuais em que os usuários experimentam o isolamento intelectual, sendo preeminentemente expostos a conteúdos compatíveis às suas preferências, limitando a exposição a novas ideias e contribuindo, assim, para a criação e manutenção de ciclos que reafirmam seus pensamentos (PARISER, 2011).

A intervenção das redes nas dinâmicas sociais é também potencializada pelo fenômeno da viralização, que pressupõe a disseminação de conteúdos, muitas vezes incompletos, imprecisos ou descontextualizados, capazes de alcançar um grande público em um tempo reduzido. A expressão “viralizar” faz referência à grande capacidade que os vírus têm de se espalhar rapidamente e a *UpWorthy*, companhia proprietária de um site especializado em conteúdo viral, disponibilizou, em 2012, um manual chamado “The Sweet Science of Virality”, no qual fornece detalhes a respeito do mecanismo de viralização que costuma utilizar, e que sugere como uma espécie de guia a ser usado por outras empresas. Nele, a *UpWorthy* enfatiza as características essenciais para que uma determinada informação viralize: partir de uma narrativa que emocione e que seja relevante para o contexto em que está sendo propagada; *layout* adequado à rede social em que será veiculada e a presença de conteúdos que incitem felicidade ou indignação (UPWORTHY, 2012, p. 66, apud RIBEIRO, 2018, p. 19).

Assim, os meios digitais favorecem a proliferação de informações ditas interessantes e surpreendentes, que eventualmente recorrem à exploração de emoções, em detrimento de matérias com informações relevantes e cientificamente comprovadas. Por conseguinte, a desinformação se espalha eficazmente, descredibilizando instituições científicas e deturpando fatos. Lidar com este fenômeno, no sentido de informar e educar os sujeitos para serem capazes de discernir entre evidências científicas

e informações distorcidas, constitui-se em um grande desafio para a sociedade atual. Segundo Seixas (2018):

A pós-verdade evocaria, assim, um autoritarismo da interpretação, que impele os sujeitos a já predispor de determinada leitura cativa dos fatos, rejeitando o que distingue, compartilhando o que assemelha, sem maiores reflexões acerca do que ali é informado como verdade. Há, portanto, algo de bastante retórico, não meramente pela questão da (im)persuasão possível de ser observada nesse fenômeno, mas, sobretudo, pelo caráter retórico desde a percepção da realidade, pelo movimento cognitivo e argumentativo de seleção do que se divulga e do que se rejeita (SEIXAS, 2018, p. 131).

Assim, a pós-verdade constitui-se em um desafio multidimensional e complexo, que impõe uma reflexão acerca dos mecanismos por meio dos quais percebemos e compartilhamos informações. Enfrentar esse fenômeno requer esforços coordenados entre a sociedade, as instituições educacionais e as plataformas digitais, no sentido de implantar medidas educativas que visem fortalecer a capacidade de discernimento dos indivíduos, a fim de garantir espaços em que a verdade e a razão prevaleçam sobre a desinformação e a manipulação emocional.

2.2 Desinformação

As frases: “Quando uma guerra começa, a primeira vítima é a verdade” e “basta repetir uma mentira à exaustão para que ela se torne uma verdade”, ditas, respectivamente, pelo senador americano

Hiram Johnson, no Congresso, em 1917, fazendo referência à cobertura que os jornais americanos faziam da Primeira Guerra Mundial e pelo ministro da Propaganda na Alemanha Nazista, Paul Joseph Goebbels, ilustram que a intencionalidade na produção de notícias falsas, motivada pela disputa de poder, pode contribuir para influenciar multidões e trazer consequências irremediáveis para a humanidade.

De origem russa, a palavra "desinformação", tem um conceito mais amplo do que o de *fake news*, e foi, durante o século XX, especialmente utilizada nos âmbitos militar e político que envolveram a Guerra Fria. O termo "*dezinformatsiya*" era empregado para designar a dispersão, de maneira ostensiva, de conteúdo enganoso ou falso, em especial pelo serviço de inteligência soviético, com o intuito de afetar negativamente os inimigos (VOLKOFF, 2004).

Boghardt (2009), corroborando a análise de Volkoff (2004), contextualiza a origem do termo:

Desinformação (*dezinformatsiya*) foi uma arma particularmente eficaz no arsenal de medidas ativas do bloco soviético. O termo "*dezinformatsiya*" denotava uma variedade de técnicas e atividades para fornecer informações falsas ou enganosas que os especialistas em medidas ativas do bloco soviético procuravam infiltrar na mídia estrangeira. Do ponto de vista ocidental, a desinformação era uma mentira politicamente motivada, mas os propagandistas do bloco soviético acreditavam que suas campanhas de desinformação apenas destacavam verdades maiores ao expor a natureza real do capitalismo (BOGHARDT, 2009, p. 2).

Todavia, essa estratégia foi, gradativamente, ampliada para além do campo militar, alcançando outras esferas, e desde então, afeta diversos setores da sociedade, tornando-se um problema de dimensões globais, notadamente fortalecido na era digital, na qual as informações circulam em uma velocidade jamais vista.

Recorrente na literatura da área da Ciência da Informação, o termo “desinformação”, é definido pelo dicionário Oxford, como “informação falsa destinada a enganar, especialmente a propaganda emitida por uma organização governamental para uma potência rival ou para a mídia” (OXFORD DICTIONARY, 2013). De forma semelhante, o dicionário Webster conceitua desinformação como “informação falsa deliberadamente e, muitas vezes secretamente espalhada (como o plantio de rumores), a fim de influenciar a opinião pública ou obscurecer a verdade” (MERRIAM-WEBSTER, 2013).

Também a respeito da definição de desinformação, Brizola e Bezerra (2018), afirmam:

Desinformação envolve informação descontextualizada, fragmentada, manipulada, retirada de sua historicidade, tendenciosa, que apaga a realidade, distorce, subtrai, rotula ou confunde. A desinformação não é necessariamente falsa; muitas vezes, trata-se de distorções ou partes da verdade. (BRISOLA; BEZERRA, 2018, p. 3319).

Na visão de Heller (2021), “a manipulação da verdade sempre existiu; o que difere atualmente é o comportamento das pessoas frente à informação: o manipulado corrobora cada dia mais com a intenção do manipulador.” (HELLER, 2021, p. 55). Assim, segundo o autor, atualmente, os indivíduos tendem a receber e aceitar melhor

informações distorcidas, sem que haja necessariamente uma preocupação com a checagem de sua veracidade, o que revela a necessidade de análise acerca das mudanças na maneira pela qual os sujeitos interagem com as narrativas e com a aquisição de conhecimento.

Diante desse cenário, é preciso discutir as potenciais consequências decorrentes da rápida propagação da desinformação em inúmeros setores da sociedade, sob diversos aspectos. Ademais, a desinformação, ao modificar discursos, criar rumores e distorcer fatos, também pode inviabilizar o diálogo, ampliar tensões sociais, acentuar posições ideológicas, intensificar conflitos, e até mesmo contribuir para incitar confrontos violentos, comprometendo a segurança das nações (PARISER, 2011).

Dessa forma, uma vez que o fenômeno da pós-verdade não está comprometido com a realidade dos fatos, as informações precisas, objetivas e relevantes são relegadas a segundo plano na dinâmica dos processos de disseminação de informações, enquanto os conteúdos superficiais e desprovidos de embasamento passam a ser considerados como verídicos (HELLER, 2021).

No que tange especialmente a temas mais delicados ligados ao campo da saúde - foco deste estudo, com os quais os indivíduos precisam lidar cotidianamente, tanto do ponto de vista individual quando sob o aspecto coletivo, e que interferem na sua qualidade de vida -, as repercussões da desinformação requerem uma análise ainda mais diligente, no sentido de buscar soluções para mitigar seus efeitos e no intuito de pensar ações educativas de ampla abrangência.

O Gráfico 1 ilustra os resultados obtidos a partir da pergunta do formulário que embasa este estudo, referente aos locais nos quais são obtidas informações sobre saúde. Entre os 87 respondentes, 63,2% indicaram que costumam obter essas informações, por meio de profissionais de saúde, como médicos de confiança - o que demonstra a existência de uma preocupação por parte de uma

expressiva maioria dos indivíduos quanto à busca por orientação especializada junto a equipes qualificadas.

Gráfico 1 - Resposta dos participantes à pergunta: "De onde você costuma obter informações sobre saúde?"



Fonte: A autora, 2024.

Contudo, 20,7% dos participantes relataram obter informações sobre saúde por meio de sites de notícias, o que revela a importância da mídia como uma fonte secundária de informação a respeito de questões de saúde. Cabe salientar, no entanto, que a variedade de fontes de informação disponíveis no ambiente *online* pode comprometer a precisão das informações veiculadas por esses meios, o que pressupõe a necessidade de emprego de estratégias de Alfabetização Midiática e Informacional (AMI) e de Educação em Saúde, para que os indivíduos estejam aptos a avaliar criticamente as informações obtidas por meio das novas tecnologias.

Como 13,8% dos participantes indicaram, ainda, obter informações de saúde pelas redes sociais, o que destaca a influência desses meios digitais na disseminação desse tipo de informação. Contudo, essa é uma via que também oferece grandes desafios, uma

vez que, como já discutido nesse artigo, as redes sociais podem ser canais profícuos para a veiculação de desinformação e de opiniões não fundamentadas cientificamente.

Um viés importante na correlação entre desinformação e redes sociais reside no fato de que, nesse tipo de mídia, qualquer pessoa pode produzir, publicar e compartilhar informações sobre qualquer temática, sem que sejam necessários dados comprobatórios. Esse aspecto, conseqüentemente, favorece a criação de um ambiente em que informações falsas ou distorcidas podem adquirir grande visibilidade. Isso também revela a importância de promover a AMI, a fim de que os usuários sejam capazes de distinguir informações confiáveis das não confiáveis ao navegar por essas plataformas.

Importante destacar, no entanto, que a baixa porcentagem de indivíduos que obtêm informações a partir desses meios, pode sugerir que muitos participantes têm consciência dos potenciais riscos da obtenção de informações de saúde a partir das redes sociais. Dessa forma, além da necessidade de criação de mecanismos de implementação da AMI, conjugada à Educação em Saúde, também são necessários o empenho dessas plataformas e dos profissionais de saúde, no sentido de promover a divulgação de informações baseadas em evidências científicas e de incentivar a checagem de notícias.

Além disso, cabe destacar que a propagação da desinformação colabora para a construção de narrativas que atendem a interesses de determinados grupos, enfraquecendo a confiança do público nas fontes tradicionais de informação e na comunidade científica. Em consequência, o mundo contemporâneo vem enfrentando significativos desafios, no sentido de implementar processos educativos que fortaleçam o nível de criticidade dos indivíduos para o enfrentamento ao fluxo constante de desinformação.

2.3 Negacionismo científico

A desinformação no campo da Ciência não é um fenômeno recente, e suas múltiplas e intrincadas origens também foram motivadas e influenciadas, no decorrer do tempo, por aspectos sociais, históricos e tecnológicos. Contudo, fenômenos atuais, como a globalização e o avanço das mídias digitais, potencializam seus efeitos e ampliam seu alcance de modo preocupante.

Nessa perspectiva, torna-se importante examinar o movimento negacionista, que tem como uma de suas primícias, instigar dúvidas acerca da credibilidade da Ciência e das instituições científicas. A desinformação, apoiada em decisões políticas centrais nos últimos anos, ganhou considerável notoriedade, o que comprometeu o trabalho de pesquisadores, colocou em risco instituições científicas e, em consequência, prejudicou a saúde pública e o futuro da Ciência no Brasil, de maneira geral.

Temas sensíveis e urgentes dentro das áreas da saúde, do meio ambiente e da tecnologia, que afetam sobremaneira a vida de todos os seres humanos e que vêm sendo intensamente discutidos em nível mundial, como vacinação, mudanças climáticas e biotecnologia têm sido, de modo recorrente, objetos de práticas de desordem informacional.

De acordo com a definição da Academia Brasileira de Letras, o termo negacionismo se refere a uma “atitude tendenciosa que consiste na recusa a aceitar a existência, a validade ou a verdade de algo, como eventos históricos ou fatos científicos, apesar das evidências ou argumentos que o comprovam” (ABL, 2020). Dessa forma, torna-se fundamental enfatizar que o negacionismo opõe-se aos fatos já validados, a despeito de todas as comprovações documentadas.

A origem do conceito de “negacionismo”, segundo Dunker (2020), tem suas bases na psicanálise, em referência ao fato de o psiquiatra e neurologista Sigmund Freud, utilizar o termo “negação” para se referir a comportamentos humanos diante de realidades que

são mais dolorosas ou complexas do que seria possível suportar (DUNKER, 2020).

Entretanto, a popularização do termo só ocorreu no final da década de 1980, quando sua utilização foi feita pelo historiador francês Henry Rousso, para se referir àqueles que negavam o uso, por parte dos nazistas, de câmaras de gás para exterminar o povo judeu durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Atualmente, o autor define o negacionismo como uma forma de representação do passado e de percepção do presente, sob uma perspectiva discursiva.

Outrossim, é importante ressaltar que a negação de fatos evidenciados pela ciência possui inúmeras vertentes e consequências. De acordo com o Instituto Real de Tecnologia da Suécia, no decorrer da História, várias manifestações de negacionismo científico em relação a temáticas importantes, como o Evolucionismo, a Teoria da Relatividade, a vacinação, a AIDS, as doenças ligadas ao tabagismo, os eventos climáticos, e até a esfericidade da Terra, entre outras, tomaram grandes proporções, influenciando opiniões e gerando rejeições e efeitos desastrosos.

A respeito das diversas formas de manipulação da informação que impactam sobremaneira a opinião pública e, conseqüentemente, influenciam nas decisões tomadas pelos indivíduos em seu cotidiano, Vilela e Selles (2020), fazem uma importante reflexão quanto à relação entre o negacionismo científico e a pós-verdade, destacando a gravidade e o requinte alcançados pelo discurso negacionista, o qual se apoia na credibilidade da Ciência, a fim de produzir narrativas deturpadas, falseadas e conspiracionistas acerca de temas muito específicos e impactantes, do ponto de vista social.

Compreender a diferença entre os dois processos, ainda segundo os autores, é fundamental para dimensionar o nível de complexidade que envolve o fenômeno da desinformação no

mundo contemporâneo e, ainda, para avaliar a magnitude dos riscos que derivam do negacionismo científico.

Enquanto o negacionismo científico se circunscreve a conceitos e explicações elaboradas pela comunidade científica, a pós-verdade assume um caráter mais genérico e amplo, pois diz respeito à produção e difusão de informações falsas sobre os mais variados temas, sempre com intenção de distorcê-las e a serviço de um determinado grupo cuja ideologia se assume conservadora. Informações são fabricadas ou distorcidas e acabam reforçando o preconceito e a intolerância sobre aqueles grupos que ameaçam os valores conservadores. Então, podemos compreender que o negacionismo científico é um processo mais sofisticado de produção de desinformação, que se estrutura em narrativas conspiracionistas e é travestido de Ciência (VILELA; SELLES, 2020, p. 1731).

Contudo, é fundamental ponderar o quanto a criticidade é necessária no meio científico, uma vez que sem esse aspecto, não há ampliação e evolução do conhecimento, e tampouco a quebra de paradigmas. Por outro lado, cabe ressaltar que a negação sem base científica, além de não possuir valor algum, serve apenas para camuflar interesses políticos, ideológicos e religiosos, que acabam gerando graves consequências, ao prejudicar o progresso das sociedades, comprometer o bem-estar dos indivíduos, podendo, até mesmo, oferecer risco às suas vidas.

Importante, ainda, destacar o quanto o negacionismo tem sido difundido e fortalecido nas plataformas digitais - em especial nas redes sociais, por meio da veiculação de conteúdos potencialmente capazes de gerar mais engajamento e alcançar maior popularidade. Nesse sentido, o objetivo é despertar o interesse do público com a produção de matérias que o prendam pelo maior tempo possível em frente às telas, a fim de, com isso, gerar lucros financeiros.

De acordo com Lanier (2018), princípios da psicologia comportamental são utilizados na construção das interfaces das redes sociais, com a finalidade de envolver os indivíduos em um sistema viciante, em que as técnicas empregadas são sutis, mas que, invariavelmente, promovem o engajamento necessário para que haja a monetização dos conteúdos - objetivo maior das empresas.

Nesse sentido, pode-se inferir que, uma vez que os conteúdos científicos não correspondem necessariamente à predileção do público, isso acaba afetando sua difusão no ambiente virtual e abrindo espaço para a emissão das mais diversas opiniões a respeito de temas que deveriam ser abordados de modo preciso, do ponto de vista científico, e não serem reduzidos à condição de opinião ou tratados com tom sensacionalista (RIBEIRO, 2023).

2.4 Negacionismo científico em temas sensíveis

O fenômeno do negacionismo científico, sobretudo quando relativo a temas sensíveis da Ciência, como a vacinação, por exemplo, tem sido alvo de preocupação em diversos contextos, sob vários aspectos. Investigar o impacto que as ideias negacionistas têm sobre a ciência, a opinião pública e as interações sociais, possibilita um entendimento das repercussões geradas por essa dinâmica, favorecendo a busca por abordagens colaborativas que ampliem o acesso à informação e combatam as implicações negativas que decorrem do cenário desinformacional.

Nos últimos anos, em meio ao enfrentamento da pandemia de Covid-19, testemunhamos um aumento das manifestações negacionistas em proporções alarmantes, que foram expressas, até mesmo, por meio de um posicionamento oficial do governo federal brasileiro à época, em uma tentativa de minimizar a gravidade da doença e de colocar em dúvida a credibilidade da comunidade científica. Assim, vimos o negacionismo científico servir ao cenário de disputas políticas, contribuindo para dificultar ainda mais a implementação de medidas eficazes para combater o coronavírus e para administrar o cenário caótico que se instaurou no Brasil.

Ao mesmo tempo, o mundo acompanhou o empenho conjunto e sem precedentes da comunidade científica, na pesquisa e na produção de uma vacina que fosse eficaz contra o vírus que contaminou cerca de 800 milhões e matou aproximadamente 7 milhões de pessoas em todo o planeta, segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2023).

As consequências advindas do discurso negacionista podem ser comprovadas por inúmeras pesquisas recentes. Em um estudo feito na Universidade de Jena, na Alemanha, por exemplo, pesquisadores demonstraram, em maio de 2020, após a primeira onda de Covid-19, as divergências existentes entre especialistas e leigos, acerca de suas impressões a respeito do surgimento, disseminação e capacidade de transmissibilidade do coronavírus. 8% dos participantes do estudo subestimaram a gravidade da doença, além de demonstrarem ceticismo no discurso político e não considerarem essencial o cumprimento das medidas de distanciamento.

Por outro lado, 19% dos indivíduos relataram insegurança em diferenciar informações verdadeiras de falsas, ao mesmo tempo em que revelaram ser muito ativos nas mídias sociais. A pesquisa concluiu, portanto, que o negacionismo na pandemia não estava relacionado a um padrão psicológico único, mas, abrangia diferentes subgrupos na população, que compartilhavam crenças em teorias

conspiratórias relacionadas à Covid-19, associadas a um baixo conhecimento acerca da doença (ROTHMUND *et al.*, 2020).

Nessa perspectiva, Vilela e Selles (2020) afirmam que no Brasil, a negativa em aceitar teorias sobre as quais há consenso validado pela comunidade científica, passou a tomar espaço e a se tornar cada vez mais evidente, principalmente com o fortalecimento do conservadorismo de extrema-direita, em escala mundial. Esse cenário é ampliado na internet, em especial nas redes sociais, que favorecem a formação e o crescimento de grupos desprovidos de posicionamento crítico, que consomem e propagam desinformação.

Com base em um documento produzido pela Organização das Nações Unidas para Educação e a Ciência (Unesco), em que os autores Posetti e Bontcheva (2020) cunham o termo “desinfodemia” para tratar a desinformação largamente propagada acerca do vírus SARS-CoV-2, Cordeiro *et al.* (2021) apontam que:

[...] a desinformação – que desde 2016 estava em evidência – emerge com força em meio à pandemia. Com isso, presenciamos a criação de novas palavras que nos ajudam a dimensionar o desafio em que estamos envolvidos. É possível identificar que junto, aos sofrimentos resultantes da crise sanitária, também temos uma série de questões que se impõem para o campo da comunicação, e que passam a afligir diretamente a prática de ensino por meio do aumento da circulação da desinformação, materializada nas chamadas *fake news* (CORDEIRO *et al.*; 2021, p. 2).

Corroborando essas informações, os dados demonstrados pelo Gráfico 2, revelam o entendimento dos participantes da

pesquisa que embasa esse estudo, acerca do conceito de "desinformação em saúde". A grande maioria, representada por 74,7%, associa esse termo à propagação intencional de informações falsas ou imprecisas relacionadas à saúde, revelando um bom nível de compreensão dos respondentes acerca do conceito de desinformação.

Gráfico 2 - Resposta dos participantes à pergunta: "O que você entende por 'desinformação em saúde?'"



Fonte: A autora, 2024.

Por outro lado, a porcentagem que identifica "desinformação em saúde" como um conjunto de informações secretas mantidas pelas autoridades de saúde (11,5%) pode representar um indicativo de uma percepção de falta de transparência no trabalho das autoridades as quais, segundo os participantes, poderiam ser capazes de esconder informações importantes do público. O resultado, portanto, reflete o desejo dos indivíduos de que haja uma comunicação acessível e clara por parte das autoridades.

Entre os meses de agosto e outubro de 2022, uma pesquisa realizada pelo Instituto Nacional de Comunicação Pública da Ciência e Tecnologia (INCT-CPCT), que contou com a participação de 2.069 pessoas, demonstrou que 27% dos indivíduos céticos em relação às mudanças climáticas do planeta também se negam a vacinar seus filhos, sugerindo que diferentes modalidades de negacionismo estão relacionadas - fenômeno anteriormente constatado nos Estados Unidos, mas que ainda não tinha sido observado no Brasil. Dessa forma, os pesquisadores concluíram que este é um dado alarmante de que as campanhas de desinformação podem ter facilitado o surgimento de pessoas que aderem a teorias da conspiração generalizadas.

2.5 Desinformação, negacionismo e redes sociais

O amplo acesso à internet e o uso, cada vez mais intenso, dos aplicativos de mensagens e das redes sociais, têm sido a realidade de um número cada vez mais crescente de pessoas, no mundo contemporâneo. No Brasil, por exemplo, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2022, cerca de 85% dos indivíduos com mais de 10 anos de idade já utilizaram a internet (IBGE, 2022).

No que se refere às redes sociais, há mais de 130 milhões de usuários no país, que gastam cerca de 46 horas mensais nesse tipo de navegação, segundo a empresa norte-americana Comscore (PACETE, 2023).

Nesse contexto, considerando o grande volume de informações que circulam nos mais diversos meios de produção e disseminação de conteúdo, a desinformação também se propaga nas múltiplas plataformas (SANTOS *et al.*, 2022), contribuindo para o crescimento da pós-verdade, no qual as emoções e crenças são mais validadas do que os fatos (SANTAELLA, 2019).

Amaral e Santos (2019) apontam que essa conjuntura, que objetiva estimular o engajamento em detrimento do valor

informacional dos conteúdos, favorece sobremaneira a proliferação de ideias negacionistas, o que acaba afetando os meios de comunicação sérios, que passam a ser vítimas de narrativas falaciosas no meio digital.

Essas narrativas podem colocar em xeque a credibilidade da imprensa, como afirma Alexander (2018) ou, ainda, convenientemente exaltá-la (FERREIRA, 2018). Assim, a AMI seria um dos meios de mitigar os danos causados pela desinformação, criando possibilidades para que os indivíduos possam compreender a atuação das novas tecnologias na produção de conteúdos informacionais autênticos (BRANCO, 2017).

2.6 Alfabetização Midiática e Informacional e Educação em Saúde

A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) propôs a integração dos conceitos de Alfabetização Midiática e Alfabetização Informacional (AMI), referindo-se à capacidade crítica de acessar e avaliar informações de diversas áreas e fontes (UNESCO, 2013). No âmbito da saúde, a AMI contribui promovendo práticas saudáveis, alinhadas à Educação em Saúde, que visa promover conhecimentos para melhorar a qualidade de vida, estimulando uma atuação crítica e responsável.

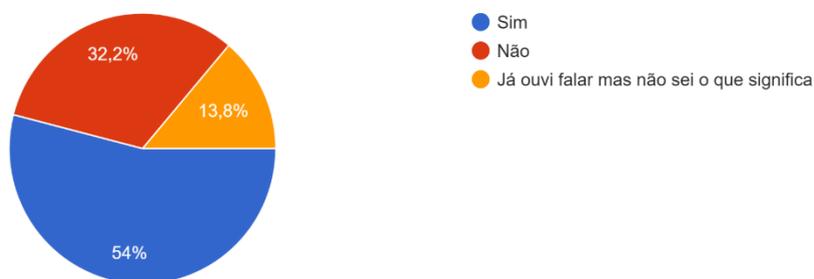
A associação entre a Alfabetização Midiática (AM) e a Alfabetização Informacional (AI), foi proposta pela UNESCO, em 2013, com a justificativa de que, embora as duas abordagens componham áreas diferentes de estudo, apresentam características complementares. Assim, a AM é compreendida como “a capacidade de compreender as funções da mídia, de avaliar como essas funções são desempenhadas”, enquanto a AI engloba “a importância do acesso à informação e a avaliação do uso ético dessa informação” (UNESCO, 2013, p. 18). Dessa forma, a AMI é conceituada como:

um conjunto de competências que empodera os cidadãos, permitindo que

eles acessem, busquem, compreendam, avaliem e usem, criem e compartilhem informações e conteúdos midiáticos em todos os formatos, usando várias ferramentas, de forma crítica, ética e eficaz, com o objetivo de participar e de se engajar em atividades pessoais, profissionais e sociais (UNESCO, 2016, p. 17).

A análise dos dados demonstrados no Gráfico 3, acerca do conhecimento dos participantes sobre o termo "alfabetização midiática", revela a familiaridade da maioria do público com esse conceito, uma vez que 54% dos 87 indivíduos responderam positivamente. Esse resultado demonstra um nível razoável de conscientização a respeito da importância da alfabetização midiática, que pressupõe a habilidade de interpretar criticamente e compreender informações provenientes de diferentes meios de comunicação.

Gráfico 3 - Resposta dos participantes à pergunta: "Você conhece o termo 'alfabetização midiática?'"



Fonte: A autora, 2024.

Ao mesmo tempo, 32,3% das pessoas, ou seja, uma parcela considerável do público, indicou não ter conhecimento a respeito do termo. Esse percentual indica uma necessidade de promover a AMI, uma vez que os fundamentos dessa abordagem são essenciais para a interação com um mundo cada vez mais permeado por diversas formas de mídia.

Finalmente, 13,8% responderam que já ouviram falar no termo, embora não saibam o que ele significa. Essa resposta, portanto, reflete um grau de familiaridade superficial, que demonstra que os participantes podem ter tido algum contato com a expressão, mas podem não estar completamente cientes de seu significado preciso ou das implicações da AMI em suas vidas.

Os resultados obtidos sugerem, portanto, que há uma variação no nível de conscientização acerca da AMI na amostra, destacando a importância do desenvolvimento de estratégias educacionais para superar lacunas no conhecimento e promover uma compreensão mais profunda acerca dessa competência.

Assim, em um ambiente digital, saturado com todo tipo de informação e desinformação, torna-se fundamental munir os indivíduos de recursos que os tornem capazes de navegar de maneira crítica e responsável nas mais variadas fontes de informação disponíveis.

Mazzaro e Duarte (2018), afirmam que, para que a proposta da AMI seja devidamente compreendida, é preciso que haja o reconhecimento acerca da tecnologia e das informações associadas aos processos midiáticos.

Além disso, a fim de que a liberdade de expressão seja um direito assegurado a todos os cidadãos, de maneira que sejam capazes de manifestar suas ideias, além de buscar, receber e transmitir informações, é preciso que um ambiente informacional confiável, em que estejam disponíveis informações de qualidade, em que haja transparência, seja garantido.

Dessa forma, considerando que, com o passar dos anos, um número maior de pessoas tem, nos meios digitais, uma das principais formas de acesso à informações relevantes, o desenvolvimento da capacidade de avaliar a confiabilidade dos conteúdos e de recorrer a fontes seguras de informação, torna-se fundamental (MCGREW *et al.*, 2021). Por conseguinte, a existência de informações distorcidas afeta o nível de criticidade dos indivíduos, podendo levá-los a tomar decisões equivocadas e prejudiciais, com base em conteúdo desinformativo, gerando consequências danosas no plano individual e no coletivo.

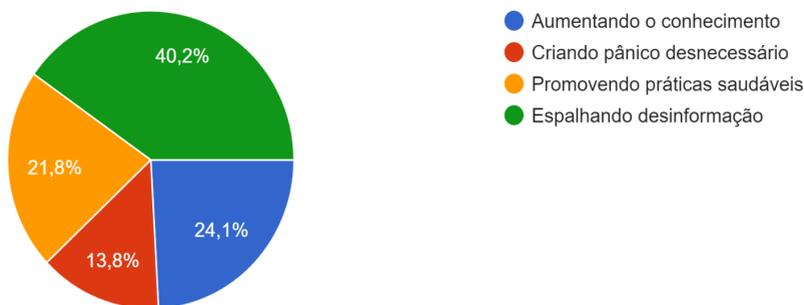
No que concerne à área da saúde, a AMI, além de contribuir para que os indivíduos estejam aptos a analisar informações com um olhar crítico, também desempenha um papel central ao motivar o desenvolvimento de práticas saudáveis. Essa perspectiva está em consonância com os princípios da Educação em Saúde, que visa instrumentalizar os indivíduos com as habilidades e conhecimentos primordiais para serem aplicados na melhoria de sua qualidade de vida.

Dessa maneira, os objetivos da Educação em Saúde, alinhados aos preceitos da AMI, podem ser utilizados no sentido de combater a propagação de conteúdos desinformativos, no campo da saúde. Outrossim, cabe enfatizar que a aproximação entre essas duas áreas, torna-se especialmente pertinente no contexto atual, em que há uma expressiva profusão de desinformação em saúde no universo digital. Assim, o desenvolvimento da capacidade de análise crítica de fontes confiáveis e relevantes de informação em saúde e a adoção de hábitos saudáveis constituem mecanismos essenciais para a tomada de decisões informadas.

Os dados obtidos a partir da resposta dos participantes acerca da influência das mídias no que tange a temas de saúde, ilustrados pelo Gráfico 4, demonstram uma diversidade de percepções, cabendo destacar, inicialmente, que 24,1% dos participantes têm uma visão positiva, comprovada pela resposta que

indica que as mídias vêm aumentando o conhecimento das pessoas sobre temas de saúde. Essa perspectiva revela que uma parcela significativa da amostra percebe esses meios como fontes informativas e educativas, capazes de propagar informações relevantes que podem promover a conscientização e o entendimento dos indivíduos sobre questões de saúde.

Gráfico 3 - Resposta dos participantes à pergunta: "Em sua opinião, como as mídias mais têm influenciado as pessoas no que se refere a temas de saúde?"



Fonte: A autora, 2024.

Ainda em uma perspectiva positiva, 21,8% dos participantes acreditam que as mídias auxiliam na promoção de práticas saudáveis, o que também demonstra uma percepção positiva sobre o seu papel, contribuindo para a promoção de um estilo de vida saudável e para o incentivo de boas práticas e comportamentos benéficos para a saúde dos indivíduos.

Em oposição a essa visão otimista, 13,8% dos participantes demonstraram preocupação, revelando acreditar que as mídias criam pânico desnecessário. O resultado sugere que esse grupo de pessoas percebe uma tendência das mídias em exagerar ou sensacionalizar informações relacionadas à saúde, potencialmente

gerando ansiedade ou medo desnecessários entre o público. Os dados destacam a importância da AMI, do jornalismo responsável, do combate à desinformação e da comunicação equilibrada ao abordar temáticas sensíveis.

Contudo, os dados mais alarmantes vêm das respostas de 40,2% dos participantes, que acreditam que as mídias têm influenciado negativamente, espalhando desinformação acerca de temas relativos à saúde. Essa resposta reflete uma preocupação com a propagação de informações incorretas, enganosas ou mesmo perigosas por meio das mídias. Essa percepção revela a urgência de combater a desinformação, reforçando, ainda, a necessidade de promoção da AMI.

Consequências do impacto da desinformação em saúde e evidências de existência da necessidade premente de promoção da AMI, podem ser ilustradas pela retomada e fortalecimento, durante a pandemia de Covid-19, do movimento antivacina - especialmente ampliado por meio das redes sociais.

A vacinação sempre foi um assunto polêmico na saúde pública, e o movimento antivacina pós-moderno, assim denominado por Kata (2012), revela-se como uma ameaça que preocupa pesquisadores e especialistas em todo o mundo. Esse cenário ficou evidente, com a produção e larga divulgação de conteúdo desinformacional no meio digital nos últimos anos, inclusive adaptado para gerar notícias falsas a respeito do coronavírus. Essa dinâmica contribuiu para diminuir ainda mais os índices vacinais brasileiros, provando que a falta e/ou deficiência de uma política que favoreça a Educação em Saúde e a AMI, colaboram para colocar em risco a saúde da população (AGÊNCIA FAPESP, 2020).

Nessa perspectiva, a AMI também se constitui em um recurso fundamental para promover uma cultura de responsabilidade na análise e no compartilhamento de conteúdos informacionais em saúde. Torna-se, portanto, urgente a criação de ambientes educacionais que possam favorecer a discussão de estratégias de

promoção da AMI e de Educação em Saúde, a fim de mitigar os efeitos danosos da desinformação no meio digital (FRAU-MEIGS; TORRENT, 2009).

3. Procedimentos metodológicos

Como descrito, o propósito deste trabalho foi investigar a relevância das mídias digitais na propagação da desinformação em ciência e o papel da AMI, aliada à Educação em Saúde, na formação de cidadãos críticos e comprometidos com a saúde individual e coletiva.

Para alcançar esse objetivo e, com vistas à obtenção de embasamento teórico consistente (Minayo, 2009), foi realizada uma pesquisa bibliográfica, acerca dos termos: "desinformação, negacionismo e pós-verdade" -, a fim de identificar as relações existentes entre eles. Ademais, buscou-se a compreensão da complexidade da intensa propagação desses fenômenos nas mídias digitais e, ainda, evidenciar a importância da AMI e da Educação em Saúde, como estratégias eficazes no combate às consequências negativas desencadeadas por todo esse processo.

Knechtel (2014) aponta que a coleta e o registro de dados quantitativos são aplicáveis na realização de pesquisas em diversas áreas, entre elas, a da comunicação. Assim, a fim de alicerçar o aspecto quantitativo desta pesquisa, foi elaborado, utilizando como ferramenta a plataforma *Google Forms*, um questionário por meio do qual foram coletadas 87 respostas e que continha, como palavras-chave, os termos: internet, informação em saúde, desinformação e alfabetização midiática. Os dados foram coletados no segundo semestre do ano de 2023 e, a partir desse levantamento, foram iniciados os procedimentos de análise.

O formulário, intitulado "O papel das mídias na Educação em Saúde" e composto por 13 questões de múltipla escolha, não fez restrição de público, e foi amplamente disponibilizado pelo

aplicativo *WhatsApp*. As questões versaram especificamente sobre a compreensão do termo "saúde", as fontes por meio das quais os participantes buscam informações sobre saúde, a frequência de checagem de veracidade das informações antes do compartilhamento, dificuldades na compreensão de informações sobre saúde, a capacidade de diferenciar informações confiáveis de desinformação, o conceito de desinformação e o conhecimento a respeito do papel da alfabetização midiática. Na próxima seção, será feita uma discussão ampliada dos resultados encontrados.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos por meio das respostas às 13 questões contidas no formulário "O papel das mídias na Educação em Saúde", evidenciaram a existência de desafios significativos na compreensão de informações sobre saúde nos ambientes digitais.

A principal dificuldade apontada pelos participantes da pesquisa refere-se às informações controversas no campo da saúde, disponíveis digitalmente - o que pode ser interpretado como uma necessidade de que haja uma ampliação das abordagens educativas a respeito dessa temática, com o objetivo de dar suporte para que os indivíduos reconheçam as formas seguras de encontrar informações confiáveis *online*.

A Tabela 1 comprova essa informação, demonstrando que, em relação à dificuldade de compreensão de questões relativas à saúde, o principal desafio enfrentado pelos participantes desta pesquisa está relacionado ao "excesso de informações contraditórias" (32,2%). Esse resultado revela que uma parcela significativa da amostra se sente insegura ao lidar com a discrepância entre os dados disponíveis, o que pode levar a má interpretações e dúvidas, prejudicando a formação de uma opinião embasada e consistente sobre questões que envolvem a temática da saúde.

Tabela 1 - Resposta dos participantes à pergunta: "Qual a maior dificuldade que você enfrenta ao tentar compreender informações relacionadas à saúde?"

Qual a maior dificuldade que você enfrenta ao tentar compreender informações relacionadas à saúde?	
Excesso de informações contraditórias	32,2%
Linguagem técnica difícil de entender	26,4%
Desconfiança nas fontes de informação	18,4%
Não encontro dificuldade	13,8%
Falta de tempo para me informar	9,2%

Fonte: A autora, 2024.

A "linguagem técnica difícil de entender" também é considerada um aspecto dificultador da compreensão, sendo selecionada por 26,4% dos participantes. Esse resultado destaca a importância de que o uso excessivo de termos científicos seja substituído por uma forma de comunicação mais acessível, a fim de evitar que parte do público se sinta desencorajado a continuar se informando a respeito de temas relativos à saúde e, ao mesmo tempo, para que uma compreensão efetiva aconteça.

Observou-se que 18,4% dos participantes afirmaram desconfiar das fontes de informação, indicando que um número considerável de participantes questiona a credibilidade das fontes disponíveis. Esse resultado destaca a necessidade de promoção da AMI e da Educação em Saúde, a fim de que os indivíduos estejam aptos a avaliar as fontes que contêm informações de saúde.

Já a "falta de tempo para se informar" foi uma opção selecionada por apenas 9,2% dos participantes, comprovando que, uma vez que os indivíduos despendem uma grande parcela de tempo diário navegando pela internet - e este é um dos principais meios pelos quais há a obtenção de informação, como também comprova este estudo -, a escassez de tempo não é um dos maiores problemas na compreensão de questões relativas à saúde. Esse resultado, portanto, ressalta a importância de aplicação de estratégias mais eficazes para fornecer informações de saúde de maneira eficiente e mais acessível.

Finalmente, apenas 13,8% dos participantes não encontram dificuldade ao tentar compreender informações relacionadas à saúde, o que indica que esses indivíduos se sentem confiantes em sua capacidade de acessar as mídias digitais e assimilar informações de saúde.

Assim, pode-se concluir a respeito dessa questão, que a Educação em Saúde, associada à AMI, são importantes aliados na elaboração de soluções para essa problemática - o que envolve, entre outros aspectos, a simplificação da linguagem técnica, visando uma maior democratização dos conhecimentos em saúde, a minimização da veiculação de informações contraditórias e o aumento do nível de criticidade dos indivíduos.

Com relação à análise das respostas concernentes ao conceito de alfabetização midiática, o Gráfico 4 demonstra que cerca de 79,3% dos participantes reconhecem que esse conceito está, não só relacionado ao uso da internet, mas também à capacidade de interpretar, analisar criticamente e discernir informações provenientes de diferentes fontes midiáticas.

Gráfico 4 - Resposta dos participantes à pergunta: "Selecione a opção que melhor descreve sua visão a respeito do conceito de alfabetização midiática"



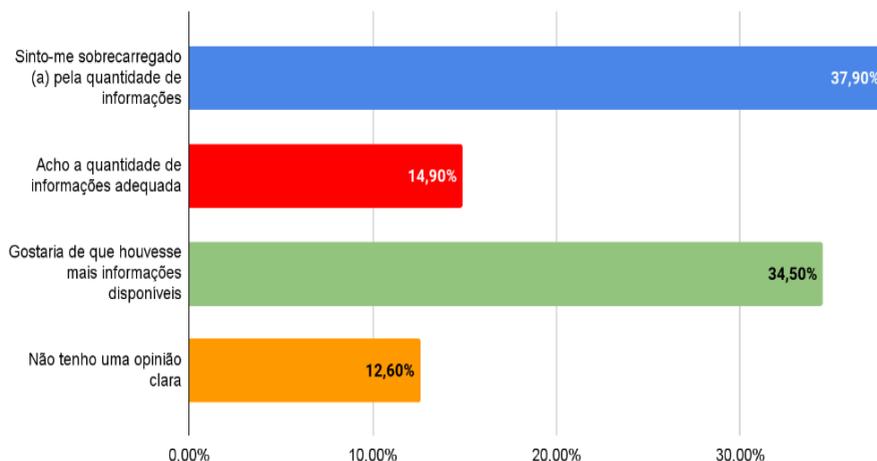
Fonte: A autora, 2024.

Por outro lado, uma expressiva minoria (5,7%) associa a alfabetização midiática à utilização eficiente das redes sociais na disseminação de informações, o que pode estar relacionado a uma interpretação mais restrita, revelando a necessidade de haver a elaboração de mecanismos que proporcionem uma compreensão mais abrangente dessa competência, ao mesmo em que uma porcentagem ínfima (1,1%) associa a alfabetização midiática ao desenvolvimento de habilidades técnicas para criar conteúdo. Essa interpretação, no entanto, revela uma visão limitada do conceito, o qual também engloba outros aspectos, como a capacidade de análise crítica do conteúdo midiático disponível nas redes.

Por fim, 13,8% dos participantes afirmam não ter um entendimento claro a respeito do significado de educação midiática, o que revela a necessidade de que sejam empregados esforços educativos no sentido de esclarecer e promover iniciativas de educação, para garantir uma compreensão mais ampla acerca da importância e dos benefícios trazidos pela alfabetização midiática e informacional.

Analisando, ainda, o Gráfico 5, pode-se constatar que muitos participantes (37,9%) se sentem sobrecarregados com o número de informações de saúde disponíveis *online*. Essa percepção aponta que a abundância de dados acessíveis pode dificultar a seleção e a retenção de informações relevantes.

Gráfico 5 - Resposta dos participantes à pergunta: "Como você se sente em relação à quantidade de informações de saúde disponíveis online?"



Fonte: A autora, 2024.

Não obstante, uma minoria (14,9%) acredita que a quantidade de informações que circulam na rede é adequada, o que atende às suas necessidades de informação em saúde, ao contrário de outros 34,5%, que expressaram desejar que haja mais informações disponíveis *online*. Esse resultado pode indicar uma percepção de lacunas na cobertura informacional ou, ainda, que uma parcela do público ainda busque detalhes mais abrangentes e especializados, quando se trata de temas de saúde.

Importante também registrar que 12,6% dos participantes não têm um posicionamento claro a respeito da quantidade de informações de saúde *online*. Essa ambiguidade pode estar relacionada, portanto, à complexidade da temática ou a uma falta de interesse ou de reflexão aprofundada acerca da temática.

Assim, os resultados dessa pesquisa demonstram que, nesse contexto contemporâneo sem precedentes, em que o fluxo contínuo de informações sobre saúde produzido nas mais diversas fontes - desde sites de organizações sérias até blogs e fóruns organizados por pessoas sem nenhuma qualificação - acaba gerando uma sobrecarga que resulta em uma dificuldade para processar todas as informações disponíveis.

Dessa forma, a existência desse excesso de conteúdo resulta também em uma incapacidade de discernimento entre fontes confiáveis de informação e aquelas que não oferecem credibilidade, comprometendo a tomada de decisões. Promover estratégias de comunicação efetiva e investir em ferramentas de promoção da AMI e da Educação em Saúde, são medidas que fortalecem a capacidade dos indivíduos para acessar, avaliar de maneira crítica e utilizar as informações em saúde a seu favor e em prol do bem de toda a sociedade.

5. Considerações finais

O mundo contemporâneo, marcado pela crescente expansão das tecnologias digitais e da democratização do acesso à informação, vem também enfrentando obstáculos significativos na interpretação e gestão de dados, especialmente no âmbito da saúde e das diferentes mídias.

A análise dos resultados contidos nesta pesquisa, portanto, revelou a complexidade das percepções dos indivíduos em relação à profusão de informações de saúde nos ambientes *online*, demonstrando que há muitas inquietações, como o excesso de

informações controversas, o uso de linguagem técnica inacessível e a falta de confiabilidade nas fontes.

Outrossim, as ideias negacionistas vêm também sendo fortalecidas no decorrer dos últimos anos, como consequência de um cenário mundial marcado pelo fenômeno da pós-verdade, no qual a circulação de teorias simplistas e a prevalência de emoções pretendem competir com ideias e evidências científicas. Esse contexto afeta os modos de apoiar e produzir políticas públicas, como observamos recentemente em nosso país, notadamente em virtude da pandemia de Covid-19, durante o qual houve uma massiva propagação de desinformação e uma consolidação maior do movimento negacionista, que se difundiu em uma escala sem precedentes.

Assim, nessa conjuntura, em que conteúdos desinformativos e ideias negacionistas ganham considerável destaque na perspectiva da pós-verdade, especialmente no ambiente digital, a tomada de decisões individuais e coletivas tende a ser seriamente comprometida.

Em paralelo a esse cenário, a discussão acerca do emprego de estratégias educativas dispõe sobre a necessidade de que os indivíduos adquiram habilidades críticas para interpretar e consumir, de modo adequado, as informações disponíveis. Nessa perspectiva, a promoção da Educação em Saúde e a AMI emergem como desafios primordiais, requerendo a elaboração de estratégias educativas para capacitar os indivíduos a navegarem com discernimento e segurança no universo de informações digitais, em prol do bem de toda a sociedade.

Considerando esse contexto e, ainda, diante do crescimento da extrema direita, não apenas no Brasil mas também em outros países, as abordagens educacionais tornam-se pilares na defesa contra a desinformação científica e na promoção de uma compreensão mais precisa da realidade (REZENDE; OSTERMANN; GUERRA, 2021).

Em um ambiente midiático saturado, é preciso que os indivíduos naveguem de maneira crítica e responsável nas diversas fontes de informação disponíveis. Dessa forma, o reconhecimento do valor da AMI e da Educação em Saúde é primordial para construir uma sociedade mais informada e preparada para enfrentar os desafios impostos pelos meios digitais, principalmente no que se refere a temáticas vitais, como a da saúde.

6. Referências

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS (ABL). Disponível em: <http://www.academia.com.br>. Acesso em 26 nov. 23.

ALEXANDER, J. C. Vociferando contra o Iluminismo: a ideologia de Steve Bannon. Traduzido por Maurício Hoelz. **Sociologia & Antropologia**, v. 8, n. 3, set./dez. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sant/a/bLLTnxyrMppVhCXwChrm6rN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 03 jan. 24.

AMARAL, Inês.; SANTOS, Sofia. José. Algoritmos e redes sociais: a propagação de fake news na era da pós-verdade. In: SANTOS, João F. S. As fake news e a nova ordem (des)informativa na era da pós-verdade: *manipulação, polarização e filter bubbles*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019. p. 63-85. Disponível em: <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/96605>. Acesso em 07 jan. 24.

BOGHARDT, Thomas. Operation INFEKTION - Soviet Bloc Intelligence and Its AIDS Disinformation Campaign. *Studies in Intelligence*, v. 53, n.4, p. 1-24, dec. 2009. Disponível em: <https://digitallibrary.tsu.ge/book/2019/september/books/Soviet-Bloc-Intelligence-and-Its-AIDS.pdf>. Acesso em 26 nov. 23.

BRANCO, Sérgio. Fake news e os caminhos para fora da bolha. **Interesse Nacional**, p. 51-61, ago./out., 2017. Disponível

em: <https://interessenacional.com.br/fake-news-e-os-caminhos-para-fora-da-bolha/>. Acesso em 09 jan. 24.

BRISOLA, Anna; BEZERRA, Arthur Coelho. Desinformação e Circulação de "Fake News": distinções, diagnóstico e reação. In: **XIX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB**, Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2018. Anais..., Londrina, 2018. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/124659>. Acesso em 26 nov. 23.

CORDEIRO, J. D. R.; FONSECA, A. B.; LESSA, L. R.; LIMA, A. G. I.; NOBILE, M. A educação em ciências e saúde e o enfrentamento à desinfodemia: um relato de experiências críticas no ensino online. *Liinc em Revista*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, e 5720, 2021. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5720>. Acesso em 02 jan. 24.

DUNKER, Christian. O negacionismo como arma de destruição durante a pandemia. [Entrevista concedida a Bertha Maakaroun]. Estado de Minas, Belo Horizonte, n/p, 24 jul. 2020. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/pensar/2020/07/24/interna_pensar,1169615/o-negacionismo-como-arma-de-destruicao-durante-a-pandemia.shtml. Acesso em 04 jan. 24.

FAPESP. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Relatório Anual. São Paulo: FAPESP, 2020. Disponível em: <https://fapesp.br/relatorio2020>. Acesso em 03 jan. 24.

FERREIRA, R. R. Rede de mentiras: A propagação de fake news na pré-campanha presidencial brasileira. Observatório (OBS*) **Journal, special issue**, p. 139-162, 2018. Disponível em: <https://obs.obercom.pt/index.php/obs/article/view/1272>. Acesso em 07 jan. 24.

FRAU-MEIGS, D.; TORRENT, J. Políticas de educação em meios: Hacia

una propuesta global. **Comunicar**, Huelva, n. 32, p. 10-14, 2009. Grupo Comunicar. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/comunicar/v16n32/v16n32a02.pdf>. Acesso 07 jan. 24.

HELLER, Bruna. Competências infocomunicacionais: ações em bibliotecas universitárias do Rio Grande do Sul para combater a desinformação. 2021. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, 2021. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/231622/001133291.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 26 nov. 23.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo demográfico. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br>. Acesso em 04 jan. 24.

KNECHTEL, Maria do Rosário. Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada. Curitiba, PR: **Intersaberes**, 2014. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/8846>. Acesso em 09 jan.24.

LANIER, Jaron. Dez argumentos para você deletar agora suas redes sociais. Tradução Bruno Casotti. **Intrínseca**; Edição do Kindle. 2018.

MAZZARO, H.; DUARTE, D.O papel da Alfabetização Midiática e Informacional na Educação. Intercom–Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO 41, Anais...2018. Disponível: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2018/resumos/R13-1883-1.pdf>. Acesso em 05 jan. 24.

MERRIAM-WEBSTER DICTIONARY. Disponível em:
<https://www.merriam-webster.com/dictionary/dictionary>. Acesso
em 26 nov. 23.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**.
Petrópolis, RJ:
Vozes, 2009.

OXFORD DICTIONARY. Disponível em:
<https://www.oxfordlearnersdictionaries.com/definition/english/dictionary>. Acesso em 26 nov. 23.

PARISER, Eli. The filter bubble: what the internet is hiding from you.
Nova Iorque: The Penguin Press, 2011. Disponível em:
[https://hci.stanford.edu/courses/cs047n/readings/The Filter Bubble
.pdf](https://hci.stanford.edu/courses/cs047n/readings/The_Filter_Bubble.pdf) Acesso em 26 nov. 23.

POSETTI, Julie; BONTCHEVA, Kalina. Desinfodemia: decifrar a
desinformação sobre a covid-19. Paris: Unesco, 2020. (Resumo de
políticas 1). Disponível em:
https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000374416_por. Acesso
em 04 jan. 24..

RIBEIRO, Alexandre Alvarenga. O conceito sistêmico de viralização
em redes sociais na internet. Nexi. Revista do Programa de Pós-
Graduação em Comunicação e Semiótica da PUC-SP, São Paulo,
PUC-SP, n. 4, jun. 2018. Disponível em:
<https://revistas.pucsp.br/index.php/nexi/article/view/36846>. Acesso
em 26 nov. 23.

OMS. World Health Statistics 2023: Coronavirus disease (COVID-19).
Geneva: World Health Organization, 2023. Disponível em:
[https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/coronavirus-
disease-\(covid-19\)](https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/coronavirus-disease-(covid-19)). Acesso em 07 jan. 24.

PACETE, L. G. Brasil é o terceiro maior consumidor de redes sociais
em todo o mundo, 2023. Disponível em:
<https://forbes.com.br/forbes-tech/2023/03/brasil-e-o-terceiro-pais->

[que-mais-consome-redes-sociais-em-todo-o-mundo/](#). Acesso em: 09 jan. 2023

REZENDE, F.; OSTERMANN, F.; GUERRA, A. South epistemologies to invent post-pandemic science education. *Cultural Studies of Science Education*, Dordrecht, v. 16, p. 981-993, 2021. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11422-021-10091-3>. Acesso em 05 jan. 24.

ROTHMUND T, FARKHARI F, ZIEMER C-T, *et al.* Psychological underpinnings of pandemic denial – patterns of disagreement with scientific experts in the German public during the COVID-19 pandemic. *Public Underst Sci* 2022; 31: 437–457. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/09636625211068131>. Acesso em 02 jan. 24.

SACRAMENTO, Igor.; PAIVA, Raquel. Fake news, WhatsApp e a vacinação contra febre amarela no Brasil. **MATRIZES**, v. 14, n. 1, p. 79-106, 7 maio 2020. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/160081>. Acesso em 07 jan.24.

SANTAELLA, L. A pós-verdade é verdadeira ou falsa? Barueri -SP: Estação das Letras e Cores, 2019. SILVA, José André Ribeiro. REDES SOCIAIS E O NEGACIONISMO COMO INDIFERENÇA. ARARIPE — **REVISTA DE FILOSOFIA** - , v. 4, n. 1, p. 76-91, 29 ago. 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/araripe/article/view/1147/763>. Acesso em 03 jan. 24.

SANTOS, Maria Lígia Rangel; *et al.* Ações governamentais para enfrentamento da crise de desinformação durante a pandemia da Covid-19. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 45, n. spe2, p. 187–204, 2021.

SEIXAS, Rodrigo. A retórica da pós-verdade: o problema das convicções. **EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em**

Discurso e Argumentação , Ilhéus, n. 18, p. 122-138, abr.2019. DOI dx.doi.org/10.17648/eidea-18-2197. Disponível em: <https://periodicos.uesc.br/index.php/eidea/article/view/2197>. Acesso em 26 nov. 23.

UNESCO. Marco de Avaliação Global da Alfabetização Midiática e Informacional (AMI): disposição e Competências do País. Brasília: UNESCO, Cetic. br. 2016. 138 p. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000246398>. Acesso em 04 jan. 24.

UPWORTHY. The Sweet Science of Virality. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/Upworthy/the-sweet-science-of-virality> . Acesso em: 15 dez. 2019.

VILELA, Mariana; SELLES, Sandra Escovedo. É possível uma educação em ciências crítica em tempos de negacionismo científico? *Caderno Brasileiro de Ensino de Física*, Florianópolis, v. 37, n. 3, p. 1722-1747. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2175-7941.2020v37n3p1722>. Acesso em 03 jan. 24.

VOLKOFF, Vladimir. **Pequena história da desinformação: do cavalo de Tróia à internet**. Curitiba: Ed. Vila do Príncipe, 2004.

A EDUCAÇÃO MIDIÁTICA NO COMBATE À DESINFORMAÇÃO

Camila Gusmão
Elaine Javorski

1. Introdução

Este estudo se propõe a refletir sobre as conjecturas acerca da desinformação e os desafios associados a esse fenômeno, objetivando compreender como a Educação Midiática pode ser uma solução potencial para os problemas identificados por pesquisadores da área. Trata-se de uma série de discussões teóricas, diretamente atreladas à minha pesquisa de Mestrado, que tem o objetivo de demonstrar como uma experiência de Educação Midiática, na escola pública Dionísio Bentes de Carvalho, voltada especificamente para processos jornalísticos, pode possibilitar mudanças na relação de jovens com a mídia, e que utiliza a pesquisa-ação como método. A instituição de ensino na qual a pesquisa será

realizada fica localizada em Rondon do Pará, região Sudeste do estado do Pará, e atualmente é a única escola do município que oferece o Ensino Médio para cerca de 1.200 estudantes por ano.

Tem-se observado que as notícias falsas causam imensuráveis prejuízos à democracia, à ciência e ao jornalismo. Apesar de não ser uma prática nova, a desinformação ganhou mais espaço e poder de propagação através das mídias digitais, pela facilidade do acesso e agilidade no compartilhamento de conteúdos.

As discussões sobre os impactos gerados pela utilização das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) vêm se aprofundando no meio acadêmico. Os debates giram em torno das influências positivas e negativas que essas ações podem causar, em especial no âmbito escolar. Existe ainda uma preocupação com as transformações sociais e cognitivas que podem ser geradas pelo uso excessivo dos aparelhos tecnológicos. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a cada 100 pessoas com mais de 10 anos de idade, 85 utilizaram a internet no ano de 2021. Além disso, os dados mostram que a internet está presente em 90% dos lares do país. Isso torna evidente que o uso e o acesso à internet vêm permeando ao ambiente social e possuem grande poder de mediar às relações.

Portanto, torna-se fundamental a necessidade de realizar pesquisas nesse âmbito para compreender as dinâmicas das conexões formadas nas redes sociais e sua popularização, sobretudo a maneira como a desinformação foi disseminada nesse cenário. De acordo com Zhou e Zafarani (2020), essas questões foram inseridas no debate global porque estão cada vez mais presentes na sociedade, influenciando a opinião pública. Com a facilidade do acesso à internet, informações falsas são criadas e divulgadas com mais rapidez devido ao seu baixo custo de produção, se comparada a produções da mídia tradicional.

Além disso, as redes sociais estão cada vez mais presentes no cotidiano da sociedade, independentemente da idade e classe

social. De acordo com uma pesquisa realizada pela Comscore, empresa especializada em análise de dados da internet, os brasileiros estão entre os maiores consumidores de redes sociais do mundo, ocupando o terceiro lugar do ranking. Adicionalmente, as pessoas passaram a consumir notícias pelas redes sociais, sem precisar, necessariamente, acessar o conteúdo na íntegra ou verificar a credibilidade de determinados perfis.

Este estudo considera a Educação Midiática como parte importante no processo de conscientização dos cidadãos e na responsabilidade diante do uso das redes sociais. O termo, portanto, se configura como a habilidade de analisar criticamente o que se consome na mídia, discernir fatos de opiniões, bem como produzir e compartilhar mensagens com responsabilidade. Nesse sentido, Buckingham (2019) aponta que é imprescindível que todos os cidadãos tenham conhecimento sobre o uso crítico da mídia, compreendendo a dinâmica da produção e consumo de conteúdos. É importante destacar que o acesso à informação é um direito assegurado pelo Estado brasileiro, sendo crucial que os cidadãos possuam meios diversificados e de qualidade para obtê-la.

Diante do contexto apresentado, este artigo emerge com a proposta de analisar a desinformação, explorando as discussões epistêmicas associadas à palavra e examinando suas ramificações à medida que as mídias digitais se integram à sociedade contemporânea. O objetivo é realizar uma pesquisa bibliográfica para compreender potenciais soluções para esse fenômeno, com ênfase inicial na Educação Midiática, vista como ferramenta prática para formar pessoas com senso crítico sobre o que consomem e produzem na mídia.

2. DESINFORMAÇÃO, FAKE NEWS E SEUS SIGNIFICADOS

A falsificação das informações com a finalidade de atender determinados interesses políticos e pessoais é um perigo crescente em todo o mundo. A prática de alterar determinado conteúdo e

distorcer os fatos pode causar consequências graves para a população, sobretudo em um país tão diverso como o Brasil. A internet e as redes sociais facilitaram o acesso para a criação e circulação de conteúdos, e possibilitaram que uma quantidade maior de pessoas tivesse acesso à informação. Com poucos cliques, determinado assunto pode chegar a qualquer parte do planeta. Entretanto, como aponta Das e Tripathi (2022), se por um lado o acesso foi “democratizado”, esse alcance da tecnologia também passou a ser utilizado para manipular, disseminar mentiras e preconceitos com mais agilidade.

A circulação de informações sem verificar a sua veracidade pode transformar-se em agitação pública e pôr em perigo a lei e a ordem. A propagação viral de informação, também conhecida como ‘incêndios digitais’, pode causar danos irreversíveis à vida e à propriedade, e corroer o tecido social da sociedade. (DAS; TRIPATHI, 2022, p. 2)²³

Nesse aspecto, discute-se a disputa de narrativas, historicamente presente na sociedade, principalmente em assuntos relacionados à política e, mais recentemente, à saúde. Como aponta Gomes e Dourado (2019), em uma disputa eleitoral, cujo objetivo é alcançar mandatos públicos, essas interpretações em disputa nem sempre se preocupam com a veracidade dos fatos. Quando a estratégia é convencer por meio de histórias emocionalmente apelativas, o mais importante é contar o que comove determinado grupo de pessoas. E essa tem sido uma das estratégias adotadas por disseminadores de desinformação, o que torna evidente as ameaças à democracia. “Disputam-se os corações e as mentes dos eleitores, e, como é cada vez mais claro, disputam-se narrativas, interpretações

²³ Tradução livre

de fatos e histórias. Histórias, sim, no sentido de narrações sobre acontecimentos, de relatos sobre fatos” (GOMES; DOURADO, p. 2).

Esse fenômeno passou a afetar o jornalismo, a credibilidade dos veículos de comunicação e seus profissionais. Muitas informações falsas passaram a ser divulgadas com a aparência de um texto jornalístico, e, com isso, a confiança antes atribuída a veículos de mídia tradicionais foi enfraquecida. De acordo com Rodrigo Ratier, professor de jornalismo digital na Escola de Comunicações e Artes (ECA), da Universidade de São Paulo (USP), em entrevista para o Jornal da USP, a profissão do jornalista está correndo risco. “Vivemos num contexto de pós-verdade, em que as emoções importam mais do que a razão, em que os fatos enfim perdem um pouco da força que eles tinham e que o monopólio sobre o relato do real, que antes era atribuído ao jornalista, está difuso” (JORNAL DA USP, 2022, online).

No contexto eleitoral, é importante ressaltar as eleições de 2016 nos Estados Unidos, onde se popularizou o termo *fake news*²⁴, por meio dos discursos do então candidato à presidência, Donald Trump. Esse mecanismo também foi utilizado no Brasil, nas eleições de 2018, para poluir o debate eleitoral e agravar a polarização. A tecnologia possibilitou que candidatos utilizassem suas redes sociais, com contas particulares de grande alcance, para se comunicarem com seus eleitores, estabelecendo uma relação de proximidade e divulgando suas ideias de campanha.

No Brasil, assim como em inúmeros outros países do mundo, todas as redes sociais vêm sendo utilizadas nos últimos anos para a construção e manutenção da mensagem e persona dos políticos, a disseminação de ideias de todo tipo (incluindo teorias conspiratórias e informações falsas e manipuladas) e a captação de eleitores. (VISCARDI, 2020. p. 4)

²⁴ Notícias falsas

A desinformação atingiu outros patamares com a pandemia de Covid-19, ao colocar em descrédito a ciência, com informações falsas que foram compartilhadas inclusive por lideranças políticas. Como declarado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em 2020, além de uma pandemia que estava assolando a população mundial, também estávamos passando por uma infodemia, que também ameaçava a saúde das pessoas. “Esta infodemia, que se caracteriza como uma superabundância informacional, muitas vezes precisas outras não, dificultam as pessoas a encontrar fontes e orientações confiáveis quando precisam delas, podendo colocar em risco a saúde da população” (OLIVEIRA, 2020, p 2).

Nesse campo complexo de disputas narrativas, inúmeras teorias da conspiração ganharam espaço nas redes sociais, cada vez mais engajadas, com supostos médicos e curas milagrosas sendo compartilhadas sem comprovação de eficácia. É importante ressaltar que a internet foi utilizada como meio de busca por informações sobre saúde durante a pandemia, causada por uma doença na qual não existiam informações robustas e amplamente divulgadas por fontes confiáveis sobre seus efeitos. Além disso, existiu um movimento do próprio Poder Executivo do Brasil, liderado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, para a adoção de medicamentos sem comprovação científica ou contrariando a OMS em relação às medidas de segurança contra a doença, como o isolamento e o uso de máscaras e, por conseguinte, a desconfiança na segurança da vacina. Nesse ambiente altamente manipulado, muitas pessoas sofreram consequências fatais. Como apontado por Pradelle et al (2024), em artigo publicado na revista *Biomedicine & Pharmacotherapy*, o uso da hidroxicloroquina, além de não apresentar benefícios contra a doença, está ligado à morte de cerca de 17 mil pacientes.

Durante a primeira onda da COVID-19, a hidroxicloroquina (HCQ) foi utilizada *off-label*²⁵, apesar da ausência de provas que documentassem os seus benefícios clínicos. Desde então, uma meta-análise de ensaios randomizados mostrou que o uso de HCQ estava associado a um aumento de 11% na taxa de mortalidade. (PRADELLE et al, 2024, p. 1)²⁶

A desinformação, assim sendo, se tornou um grande problema para a saúde pública no Brasil e no mundo, utilizando os canais de mídia social como ferramenta para expandir-se. A hidroxicloroquina foi apresentada como suposto medicamento para tratar a Covid-19, ainda que as evidências científicas dissessem o contrário. E, mesmo que veículos especializados em checagem de fatos desmentissem diversos conteúdos que circulavam nas redes, o discurso de figuras públicas e funcionários públicos, do mais alto escalão, a favor do uso do medicamento, agravou a situação no país. “No contexto brasileiro, o uso da hidroxicloroquina também se tornou uma discussão polarizada, seguindo alinhamentos políticos, o que propiciou o espalhamento de conteúdo desinformativo” (RECURERO et al, 2021, p. 3).

2.1 Discussões dos termos utilizados

A desinformação não é um tema recente na vida das pessoas, sequer surgiu por causa das mídias digitais. Sempre houve relatos de informações falsas circulando em grupos sociais e discursos políticos. Contudo, esse fenômeno passou a ser observado com mais atenção por estudiosos e pesquisadores da área a partir do momento em que alcançou novos patamares por meio das mídias sociais, sobretudo depois da eleição presidencial de 2016 nos EUA. “Recentemente, no entanto, a desinformação ganhou nova atenção

²⁵ Fora das indicações

²⁶ Tradução livre.

de pesquisadores e estudiosos. Sob a alcunha de “*fake news*” [...] a difusão na mídia social dessas informações falsas, manipuladas ou imprecisas trouxe novos contornos para os efeitos desses processos.” (RECUERO, 2020, p. 3).

Atualmente, a desinformação é utilizada como referência para as chamadas *fake news* nas mídias sociais, em diversos formatos de alteração dos fatos, incluindo imagens manipuladas, boatos, caça-cliques, teorias da conspiração etc. Nesse sentido, Llinares e Aguerri (2021) apontam que a nova forma de atuação leva em consideração o acesso de baixo custo, sem muitos conhecimentos técnicos necessários para realizar a criação de sites e oferecer canais para divulgar as informações. Existe um risco de que a população seja manipulada e não tenha a capacidade de diferenciar informações verdadeiras das falsas.

Ao entrar no debate conceitual sobre o significado de desinformação e sua relação com as chamadas *fake news*, Claire Wardle (2017) defende que o termo *fake news* não é o mais adequado para ser utilizado e precisa ser superado, devido à complexidade inerente aos diversos tipos de desinformação que se propagaram e surgem constantemente. Ou seja, existe uma diferença entre os fenômenos presentes nesse universo, que, embora haja semelhança, muitos não denotam o mesmo significado. “A razão pela qual estamos lutando para encontrar uma substituição é porque isso vai além das notícias; trata-se de todo o ecossistema de informações. E o termo ‘falso’ nem começa a descrever a complexidade dos diferentes tipos de desinformação” (WARDLE, 2017, FIRST DRAFT, online).

Para Derakhshan e Wardle (2017), definições de termos são fundamentais para um assunto tão amplo e complexo. Essa tarefa, que envolve elaborar especificações consensuais e análise efetiva das diversas partes do ecossistema que envolve a desinformação, é o que pode ser determinante para que haja um trabalho em conjunto na busca por soluções. Em suma, quando se trata de manipulação da

mídia, as palavras utilizadas para descrever determinado acontecimento podem levar a diferentes investigações e suposições que podem mudar quais seriam as soluções possíveis e plausíveis para o problema enfrentado. Nesse sentido, os autores apresentam um quadro conceitual, no qual apontam três tipos de Transtorno da Informação: *disinformation*, *misinformation* e *mal-information*.

Apesar de ambos os termos *misinformation* e *disinformation* serem traduzidos para o português como "desinformação", há uma distinção significativa entre eles na língua inglesa.

Segundo Wardle (2019), a *Disinformation* é entendida como uma informação falsa, criada especificamente para causar danos e influenciar a opinião pública. Para definir melhor esse conceito, a autora o dividiu em três fatores que motivam essas ações. O primeiro indica que o intuito da elaboração da informação falsa é a obtenção de lucro. Para ilustrar esse cenário, é possível identificar páginas na internet que circulam livremente e são compartilhadas por meio das redes sociais. Estas apresentam em seu conteúdo diversas informações falsas, que são monetizadas por meio das publicidades que aparecem em espaços da plataforma. A segunda causa emerge de grupos que almejam influência política, e, para tanto, empenham-se em criar informações falsas, que chamam atenção e se alinham com o pensamento de determinados grupos, para manipular a opinião pública. E a terceira justificativa para essa prática está no ato de provocar entraves a pessoas, grupos etc. A *misinformation* é definida como a informação falsa que não foi criada com a intenção de causar prejuízos, como sátiras ou paródias, que são compartilhadas e entendidas por engano como se fossem verdadeiras. O terceiro tipo encontrado é a *mal-information*, que é uma informação com base na realidade, mas que está sendo utilizada para causar prejuízos para a imagem de pessoas ou grupos. Esse tipo de transtorno pode ser a publicação de um conteúdo íntimo, sem interesse público, para agredir alguém. "Os dois

primeiros conceitos (que chamaremos aqui de “desinformação intencional” e “desinformação não-intencional”) estão mais associados a tentativas de manipular a conversação na esfera pública política, no sentido de criar falsas percepções e manipular as opiniões. O último conceito está mais relacionado à esfera privada, aos ataques pessoais .

Em alinhamento com as definições apresentadas, Recuero (2020) caracteriza *disinformation* como “desinformação intencional” e *misinformation* como “desinformação não-intencional”, sendo os dois termos ligados a ações manipulativas da opinião pública, enquanto *mal-information* está ligado à esfera privada. “A desinformação, assim, está associada a discursos que introduzem ideias falsas ou manipuladas nas conversações mediadas por computador.” (RECUERO, 2020, p. 385).

Assim, a concepção de desinformação entendida neste estudo está alinhada às discussões apresentadas, indicando que esse fenômeno está conectado à disseminação de informações falsas com a intenção de manipular a opinião pública por meio das redes sociais.

2.2 A desinformação na era da Inteligência Artificial

Existem vários registros que ilustram a busca humana por uma superinteligência, com máquinas ao seu serviço, tanto na realidade quanto na ficção. Kaufman e Santaella (2020), ao retratarem o tema, voltam a 1909, quando Edward Morgan escreveu uma novela que retratava uma poderosa máquina. Nesse contexto, a tecnologia inventada originalmente para servir às pessoas agora exercia controle sobre elas. “Em uma surpreendente antecipação tecnológica, os habitantes desse planeta Terra (ano indefinido) comunicam-se por meio de uma placa redonda, segura pelas mãos, de onde emerge uma luz azulada projetando à distância imagem e som” (KAUFMAN; SANTAELLA, 2020, p. 2). Na contemporaneidade, independentemente de cenários futuristas ou visões alarmistas

sobre, nos deparamos com uma Inteligência Artificial (IA), com origens na década de 50, que evoluiu ao longo dos anos, apresentando avanços surpreendentes e capazes de alterar até mesmo as dinâmicas nas relações de trabalho.

A Inteligência Artificial abrange uma ampla área da tecnologia, fundamentando-se no desenvolvimento de algoritmos que capacitam dispositivos a executarem tarefas semelhantes às realizadas por seres humanos. Essas habilidades têm sido empregadas em diversas situações cotidianas, como assistentes virtuais, veículos autônomos, *chatbots*, entre outros. Essa tecnologia, atualmente incorporada em programas de edição, tem a capacidade de criar imagens e editar conteúdos com comandos simples. Um exemplo notável desse fenômeno ocorreu quando uma imagem do Papa Francisco usando um casaco de uma marca de luxo circulou nas redes sociais²⁷. Embora o conteúdo fosse falso, a qualidade da edição era tão convincente que não havia indícios óbvios de manipulação, dificultando a suspeita de falsificação. O uso dessa ferramenta levanta debates éticos sobre sua aplicação, acendendo um alerta para o futuro da informação. “Nas democracias frágeis divididas por políticas de homens fortes e por divisões culturais e tribais, o potencial para as utilizar para incitar o ódio e a violência é uma possibilidade muito real (JOSEPH, 2019, p. 76).”

As *deepfakes*, categoria mais sofisticada de desinformação, contam com o recurso visual para serem mais convincentes, e basicamente criam vídeos e áudios de pessoas reais em situações que nunca aconteceram. Esse tipo de conteúdo, desenvolvido através de algoritmos baseados em aprendizado de máquina (*machine learning*²⁸), podem produzir materiais com alto poder de

²⁷ <https://vogue.globo.com/atualidades/noticia/2023/03/imagem-falsa-de-papa-francisco-de-jaqueta-branca-viraliza-e-vira-assunto-na-web.ghtml>

²⁸ Campo da Inteligência artificial que utiliza os algoritmos para identificar padrões e aprender atividades realizadas por seres humanos.

convencimento. É uma tecnologia que consegue alterar movimentos da boca e da voz de uma pessoa, a ponto de colocá-la para dizer literalmente qualquer coisa. Esse efeito é preocupante, uma vez que, com o aprimoramento contínuo dessa ferramenta, as manipulações tornar-se-ão cada vez mais persuasivas, especialmente em vídeos disseminados pelas redes sociais. A baixa resolução resultante da compressão automática nessas plataformas, feita para aperfeiçoar o tempo de carregamento, torna o conteúdo alterado praticamente imperceptível em alguns casos, acentuando o receio em relação à detecção de defeitos. Nesse sentido, Stenberg (2006) destaca a superioridade das imagens em capturar a atenção em comparação com o texto, já que elas ajudam as pessoas a recordarem fatos. Esse pensamento vai ao encontro de Steven et al (2013), em um estudo sobre memórias fabricadas, afirma: "As imagens visuais também podem desempenhar um papel importante – vários estudos demonstraram que tanto as fotografias reais como as adulteradas podem facilitar a criação de memórias falsas." (STEVEN et al, 2013, p. 2).

Sobre a desinformação visual, Weikmann e Lecheler (2022) compreendem que essa é uma modalidade diferente de desinformação, com características próprias de produção, processamento e efeitos. Os autores argumentam que a literatura tem negligenciado a potencialidade do elemento visual, tanto para verificar a veracidade, quanto para corrigir informações falsas. No entanto, observa-se que a atenção tem sido predominantemente voltada para o caráter textual da desinformação, deixando a discussão sobre imagens em segundo plano. Ademais, os autores destacam os efeitos provocados nas pessoas, como as respostas sensoriais que uma imagem pode causar por meio do apelo emocional e a credibilidade inerente por se tratar de um elemento visual. "Em particular, sugerimos prestar muita atenção às formas como os recursos visuais são processados em oposição ao texto, bem como à possibilidade de que o aumento das preocupações com

os recursos visuais manipulados possa levar a confundir imagens reais com falsas.” (WEIKMANN; LECHER, 2020, p. 3709).

Ahmed (2021) alerta para os possíveis impactos que isso pode causar nas pessoas. “Os especialistas também sugerem que os deepfakes podem ser usados para que os cidadãos se tornem ultra céticos e parem de acreditar em informações autênticas, especialmente durante os períodos eleitorais.²⁹” (AHMED, 2021, p. 3). Como argumenta, esse efeito pode estar associado à dificuldade que o público tem em diferenciar fato de opinião, ou realidade de ficção. A manipulação dos recursos visuais pode causar inúmeros prejuízos, a começar pela desconfiança do próprio recurso em si, a ponto de não saber diferenciar um conteúdo autêntico, fato que torna ainda mais difícil o desenvolvimento de estratégias de conscientização. Apesar de já haver um debate a respeito da edição de imagens em programas de edição, o objeto de discussão alcança outro patamar com a chegada das *deepfakes*, pois elas têm o recurso do realismo e acabam se tornando um desafio para o cérebro humano no exercício de diferenciar o verdadeiro e falso. Alguns exemplos tornaram-se conhecidos no Brasil, como Silvio Santos apresentando o Jornal Nacional com a voz de William Bonner. No vídeo, são perceptíveis as falhas, mas a montagem se aproxima do real. Essa edição não foi criada com a intenção de manipular; era simplesmente uma sátira. No entanto, essa tecnologia possui o potencial de se aprimorar e ser disseminada nas redes, assim como já vem sendo utilizada em casos de abuso e assédio de mulheres.

Como é possível observar, a desinformação causa diversos impactos nas eleições, e, sobretudo, por meio dos meios digitais que avançam e se utilizam de ferramentas cada vez mais aperfeiçoadas e por vezes de baixo custo, para manipular. Esse tema ascende discussões sobre o poder da comunicação visual, já que as pessoas podem passar a descredibilizar meios de comunicação sérios e

²⁹ Tradução livre.

comprometidos com a informação. Vaccari e Chadwick (2020) destacam a complexidade intrínseca do problema em questão, uma vez que as pessoas podem simultaneamente aceitar informações falsas, especialmente aquelas acompanhadas por recursos visuais, e, ao mesmo tempo, manifestar desconfiança em relação a fatos verídicos.

Os deepfakes políticos são um produto importante da virada visual da Internet. Estão na vanguarda da desinformação online baseada em vídeos e, se não forem contestados, poderão ter implicações profundas para o jornalismo, a competência dos cidadãos e a qualidade da democracia (VACCARI; CHADWICK, 2020, p. 2)

É importante destacar que, embora a tecnologia seja utilizada como meio para disseminar desinformação, ela pode ser utilizada para informar e difundir o conhecimento e a ciência, pois a sua funcionalidade é programada por seres humanos. Os problemas observados na internet frequentemente refletem situações já presentes no cotidiano, sendo a diferença encontrada na facilidade de disseminação proporcionada pela internet. Segundo Melchior e Oliveira (2023), a motivação das pessoas para consumir desinformação está ligada a razões pessoais que refletem a própria opinião do usuário sobre as questões sociais e falta de competência para literacia digital para saber diferenciar conteúdos verdadeiros e falsos. “os utilizadores acreditam naquilo que querem acreditar, principalmente porque o conteúdo reflete a sua opinião. experiências de vida ou suas visões de mundo”³⁰ (MELCHIOR; OLIVEIRA, 2023, p. 2).

³⁰ Tradução livre

3. Educação midiática e a sua importância

Com a constante evolução da tecnologia e o acesso aos aparelhos portáteis, que possibilitam uma infinidade de acesso aos conteúdos digitais, passou a ser fundamental saber lidar com os meios de comunicação online. Como aponta Aguaded (2015), é preciso desenvolver habilidades para conviver nesse cenário, que tem suas vantagens e superfluidades. Para o autor, é imprescindível elaborar formas de proteção para enfrentar ou pelo menos enfraquecer os efeitos da desinformação nesses meios. Nesse sentido, a educação midiática se encaixa como um modo que pode auxiliar as pessoas a consumir conteúdos da mídia de maneira reflexiva.

Em 2018, o Reuters Institut realizou uma pesquisa sobre mídias digitais, e cunhou o termo *news literacy* para classificar quem tem determinadas habilidades para analisar de modo crítico as informações que consomem na mídia. Segundo o relatório, as pessoas com maiores competências em lidar com conteúdos midiáticos geralmente preferem consumir notícias de jornais mais conhecidos, têm mais cuidado ao clicar em links e verificar a credibilidade das informações. Por outro lado, pessoas que não desenvolveram bem essa competência consomem produtos da mídia baseados em curtidas, comentários e compartilhamentos sem analisar se é confiável ou não.

Atualmente, as mídias fazem parte do cotidiano das pessoas em todos os âmbitos “Vivemos com a mídia e pela mídia” (CASTELLS, 2005, p. 419). Viver em sociedade é estar diante de constantes mudanças no modo em que ela se organiza. Diante desse cenário de desinformação e descontextualização das informações que causam prejuízos incalculáveis para a sociedade (WARDLE; DERAKHSHAN, 2017, p.23), torna-se fundamental o uso da educação midiática.

Segundo o Atlas da Notícia, no Brasil, 81 veículos de comunicação foram fechados. O relatório mostra que cinco a cada dez brasileiros vivem em estado de escassez de informação, ou seja,

não possuem acesso a veículos jornalísticos locais. Não há meios de comunicação em cerca de 60% dos municípios brasileiros com aproximadamente 7 mil habitantes. Segundo a pesquisa, 13% da população, os equivalentes a 35 milhões de pessoas vivem nessas localidades. Foram classificados ainda os chamados “quase desertos”, determinados por municípios que constam apenas um ou dois veículos. Essas cidades possuem em média 17.800 habitantes, e no total representam 15% da população brasileira (ou 31 milhões de pessoas). Nesses locais, são encontrados problemas relacionados a pouca concorrência e à forte interferência de políticos e empresários.

Com a inclusão da sociedade na cultura digital, as pessoas passaram a conviver com múltiplas telas, e, conseqüentemente, a consumir e compartilhar diversos tipos de informações com apenas um clique, inclusive produzir seus próprios conteúdos e divulgar na rede. No entanto, as pessoas não foram educadas para lidar com a mídia e os conteúdos que ela oferece. Segundo Castells (2006), é fundamental que o sistema educacional acompanhe as transformações que estão ocorrendo, ou as nações podem não se desenvolver de forma adequada no futuro, no que abrange as dinâmicas de uma sociedade em rede, incluindo a educação midiática. “Requer uma reconversão total do sistema educativo, em todos os seus níveis e domínios. Isto refere-se, certamente, a novas formas de tecnologia e pedagogia, mas também aos conteúdos e organização do processo de aprendizagem”. (CASTELLS, 2006, p. 28).

Uma pesquisa realizada pela TIC kids Online Brasil relatou que a quantidade de jovens de 9 a 17 anos que passaram a usar o celular de 2012 a 2017 passou de 21% para 93%. A pesquisa constatou que, desses jovens, 73% acessavam a internet para usar redes sociais e apenas 51% para consumir notícias. Portanto, vale ressaltar que, no contexto de desinformação em que a sociedade está exposta, é necessário avaliar de que forma crianças e jovens devem ser preparados para saber atuar nesse meio, utilizando o

senso crítico para interpretar a realidade (ALMEIDA; DONEDA; LEMOS, 2018).

3.1 Educação midiática na era da desinformação

No atual contexto social, em que a produção de desinformação tem a propagação potencializada através das mídias sociais, é fundamental que a Educação Midiática seja utilizada como instrumento de promoção do pensamento crítico, para que as pessoas possam compreender como a mídia funciona e o que ela representa. Nesse sentido, Buckingham (2019) aponta que é imprescindível que todos os cidadãos tenham conhecimento de como usar a mídia de modo crítico, entendendo como os conteúdos são produzidos e consumidos, para tanto, é necessário que exista a educação midiática.

Conforme Baccega (2009), é necessário ter certas habilidades para consumir as notícias da internet, pois trata-se de um local com muitas informações e atualizações que chegam a todo instante. Para a autora, as pessoas precisam ter habilidade para identificar o que é real e o que é ficção, além de saber diferenciar conteúdos alterados e de cunho intolerante.

Estudos realizados por Kahne e Bowyer (2017) evidenciam que os cursos de formação de letramento midiático são responsáveis por ajudar as pessoas que participam desse tipo de formação a desenvolver a capacidade de analisar os conteúdos que são veiculados na mídia.

Diante da atual conjuntura em que a sociedade se encontra, exposta a um cenário de veiculação de desinformação, movimentos negacionistas e polarização social, é possível pensar em algumas estratégias para atuar na área da educação no sentido de combater esse cenário. Na Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018), já existe uma habilidade destinada ao Ensino Médio que busca ensinar aos estudantes como checar notícias falsas.

(EM13LP38) Usar procedimentos de checagem de fatos noticiados e fotos publicadas (verificar/avaliar veículo, fonte, data e local da publicação, autoria, URL, formatação; comparar diferentes fontes; consultar ferramentas e sites checadores etc.), de forma a combater a proliferação de notícias falsas (fake news). (BRASIL, 2018, p. 511).

Como explica Massarani et al (2019), a escola pode ser um local que resiste à desinformação, pois os professores são figuras confiáveis para os alunos em geral, ou seja, têm credibilidade e podem ensinar aos estudantes como lidar com a mídia.

Vale ressaltar o que Deuze (2016) afirma, no sentido de desenvolver habilidades para lidar com a grande quantidade de informações que são recebidas. Para o autor, é necessário que todos tenham conhecimentos específicos para processar esses conteúdos. Assim sendo, é possível compreender que nem mesmo os jovens, criados na era digital e com acesso a dispositivos e plataformas que esses aparelhos contemplam, estão necessariamente imunes à desinformação.

De acordo com Ferreira (2021) existem várias formas de realizar um trabalho efetivo em relação ao estímulo do pensamento crítico, sobretudo em sala de aula, a começar pelo estímulo ao questionamento de situações, que leva a discussões sobre a confiabilidade de mensagens encontradas na mídia. "A busca é e deve ser sempre pelo desenvolvimento de uma autonomia crítica" (FERREIRA, 2021, p. 30).

4. Considerações finais

Este trabalho, cuja metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, buscou realizar reflexões sobre as discussões relacionadas ao conceito de desinformação, no qual buscamos diferenciar *misinformation*, *disinformation* e *mal-information*. A partir dessa análise, compreendemos que o conceito atrelado a este

artigo é baseado na desinformação, ou *misinformation*, disseminada com a intenção de manipular a opinião pública. Nesse sentido, apresentamos considerações a respeito da educação midiática como forma de combate ao problema.

É importante ressaltar que a desinformação sempre existiu na sociedade, no entanto a internet e as redes sociais, pela rapidez de compartilhamento e facilidade no acesso, se tornaram ferramentas fundamentais para a sua propagação. Atrelado a isso, não podemos simplificar esse fenômeno que está rodeado por diversos fatores, dentre eles as motivações pessoais de cada indivíduo que, em muitos casos, o leva a acreditar e compartilhar informações que lhes são mais coniventes.

Nesse sentido, a Educação Midiática, apesar de ser um conceito ainda em construção, é uma estratégia importante, que surge para incentivar o pensamento crítico em relação ao consumo e produção de conteúdo na mídia. Acreditamos que cidadãos com consciência e pensamento crítico terão discernimento para evitar notícias falsas e assim diminuir esse problema.

No âmbito das políticas públicas, a Base Nacional Comum Curricular – BNCC propõe redefinir o currículo escolar e as demandas em relação a educação para as mídias. Existem também algumas discussões governamentais sobre leis para regulação das plataformas digitais no Brasil, que pode incluir regras sobre a utilização de diversos serviços como as redes sociais na internet e responsabilizar de forma mais eficiente quem cria e compartilha desinformação.

Sendo assim, as discussões apresentadas neste trabalho almejam alcançar uma pesquisa mais robusta sobre o tema da desinformação, com a utilização da educação midiática como ferramenta para combatê-la e fomentar novas reflexões sobre o tema em questão.

Referências

AGUADED, I., & Romero-Rodríguez, L.M. Mediamorfosis y desinformación en la infoesfera: Alfabetización mediática, digital e informacional ante los cambios de hábitos de consumo informativo. **Education in the Knowledge Society**, 16(1), 44-57, 2015. <https://doi.org/10.14201/eks20151614457>

AHMED, S. (2023). Navigating the maze: Deepfakes, cognitive ability, and social media news skepticism. **New Media & Society**, 25(5), 1108-1129. <https://doi.org/10.1177/14614448211019198>

ALMEIDA, Virgílio; DONEDA, Danilo; LEMOS, Ronaldo. **Com avanço tecnológico, fake news vão entrar em fase nova e preocupante**. Folha de S. Paulo. São Paulo, 8 abr. 2018. Disponível em: <<https://goo.gl/sbqu2k>>. Acesso em: 28 out. 2022.

BACCEGA, Maria Aparecida. Comunicação/educação e a construção de nova variável histórica. **Comunicação & Educação**, n. 3, ano 15, set./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/43579/47201>>. Acesso em: 10 out. 2022.

BRASIL, Ministério da Educação. BNCC: **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>. Acesso em: 11 nov. 2022.

BUCKINGHAM, David. **The Media Education Manifesto**. Polity Press; 1ª edição. Londres, 2019.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede: do conhecimento à ação política**. Lisboa, 2006. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/329970512_A_Sociedade_em_Rede_Do_Conhecimento_a_Accao_Politica_-_Manuel_Castells_Gustavo_Cardoso. Acesso em: 31 out. 2022.

JORNAL DA USP. Credibilidade, desinformação e isenção: como a Internet mudou o jornalismo?. **Jornal da USP**, São Paulo, 21 out. 2022. Disponível em: <https://jornal.usp.br/campus-ribeirao-preto/jornalismo-digital-traz-reflexoes-sobre-credibilidade-desinformacao-e-isencao-na-comunicacao/>. Acesso em: 2 jan. 2024

DERAKHSHAN, H.; WARDLE, C. **Information disorder: definitions. UNDERSTANDING AND ADDRESSING THE DESINFORMATION ECOSYSTEM**, 1, Filadélfia, 2017. Disponível em: <https://firstdraftnews.org/wp-content/uploads/2018/03/The-Disinformation-Ecosystem-20180207-v2.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2024.

DAS, AK e Tripathi, M. (2023). Estratégias para verificar a desinformação: Uma abordagem do Sul Global. **Jornal IFLA**, 49 (1), 3-17. <https://doi.org/10.1177/03400352221078034>

DEUZE, Mark, WITSCHGE, Tamara. **O que o Jornalismo está se tornando. Parágrafo**, v. 4, n. 2, jul.-dez. 2016

FERREIRA, E. S. Desinformação, desinfodemia e letramento midiático e informacional – um estudo do processo estruturado no Brasil sob o governo Jair Bolsonaro e as formas de enfrentamento. **Scripta**, v. 25, n. 54, p. 96-128, 30 nov. 2021.

GRABER, D. A. (1990). Seeing is remembering: How visuals contribute to learning from television news. **Journal of Communication**, 40(3), 134–155. <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.1990.tb02275.x>

GOMES Wilson; DOURADO Tatiana (2019). **Fake news, um fenômeno de comunicação política entre jornalismo, política e democracia**. Pag 33. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2019v16n2p33/41754>

JOSÉ, R. (2019). Os Fakebusters contra-atacam: como identificar deep fakes, os vídeos manipulados que são a mais nova forma de

“notícias falsas” que chega à Internet. **Índice sobre Censura**, 48 (1), 76-79. <https://doi.org/10.1177/0306422019841326>

KAHNE, Joseph; BOWYER, Benjamin. Educating for Democracy in a Partisan Age: Confronting the Challenges of Motivated Reasoning and Misinformation. **American Education Research Journal**, v. 54, n. 1, p. 3-34, fev. 2017. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.3102/0002831216679817>>. Acesso em: 6 out 2022.

KAUFMAN, D.; SANTAELLA, L. O papel dos algoritmos de inteligência artificial nas redes sociais. **Revista FAMECOS**, [S. l.], v. 27, n. 1, p. e34074, 2020. DOI: 10.15448/1980-3729.2020.1.34074. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/34074>. Acesso em: 12 jan. 2024.

MACEDO, Marta; BRITO, Vladimir (2014). Em busca do significado da desinformação. **Revista de Ciência da Informação**. Disponível em: https://www.academia.edu/12605941/EM_BUSCA_DO_SIGNIFICADO_DA_DESINFORMA%C3%87%C3%83O. Acesso em: 11 jan. 2024.

MASSARANI, L. et al. O que os jovens brasileiros pensam da Ciência e da Tecnologia? Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Comunicação Pública da Ciência e Tecnologia (INCT-CPCT), 2019.

Melchior, C., & Oliveira, M. (2023). A systematic literature review of the motivations to share fake news on social media platforms and how to fight them. **New Media & Society**. <https://doi.org/10.1177/14614448231174224>

MIRÓ-Llinares, F., & Aguerri, JC (2023). Desinformação sobre notícias falsas: uma revisão crítica sistemática de estudos empíricos sobre o fenômeno e seu status como 'ameaça'. **Jornal Europeu de Criminologia**, 20 (1), 356-374. <https://doi.org/10.1177/1477370821994059>

OLIVEIRA, Laura. Credibilidade, desinformação e isenção: como a Internet mudou o jornalismo? **Jornal da Usp**. São Paulo, p. 0-0. 21 out. 2022. Disponível em: <https://jornal.usp.br/campus-ribeirao-preto/jornalismo-digital-traz-reflexoes-sobre-credibilidade-desinformacao-e-isencao-na-comunicacao/>. Acesso em: 08 jan. 2024.

PRADELLE, Alexiane; MAINBOURG, Sabine; PROVENCHER, Steeve; MASSY, Emmanuel; GRENET, Guillaume; LEGA, Jean-Christophe. Deaths induced by compassionate use of hydroxychloroquine during the first COVID-19 wave: an estimate. **Biomedicine & Pharmacotherapy**, [S.L.], v. 171, p. 116055, fev. 2024. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.biopha.2023.116055>.

RECUERO, Raquel; SOARES, Felipe; ZAGO, Gabriela. Polarização, Hiperpartidarismo e Câmaras de Eco: Como circula a Desinformação sobre Covid-19 no Twitter. **Contracampo**, ., v. 40, n. , mar. 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/45611>. Acesso em: 08 jan. 2024.

RECUERO, Raquel. #FraudenasUrnas: estratégias discursivas de desinformação no Twitter nas eleições 2018. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**. p. 383-406, jul. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-6398202014635>. Acesso em: 08 jan. 2024

REUTERS Institute for the Study of Journalism. **Reuters Institute Digital News Report** 2018. Relatório técnico. Disponível em: <www.digitalnewsreport.org>. Acesso em: 1 nov. 2022.

STEVEN J. FRENDA, ERIC D. KNOWLES, WILLIAM SALETAN, ELIZABETH F. LOFTUS. False memories of fabricated political events, **Journal of Experimental Social Psychology**, Volume 49, Issue 2, 2013, Pages 280-286, <https://doi.org/10.1016/j.jesp.2012.10.013>.

VACCARI, C., & CHADWICK, A. (2020). Deepfakes and Disinformation: Exploring the Impact of Synthetic Political Video on Deception,

Uncertainty, and Trust in News. **Social Media + Society**, 6(1).
<https://doi.org/10.1177/2056305120903408>

VISCARDI, Janaina Martins. Fake News, Verdade e Mentira sob a Ótica de Jair Bolsonaro no Twitter. **SciELO**, ., p. 1134-1157, maio 2020. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/tla/a/HWYM3LcW7yVtMY9ZbK8CWzs/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 08 jan. 2024.

WARDLE, Claire. 2017. "Fake News. It's Complicated." **First Draft News**. Disponível em: <https://firstdraftnews.org/articles/fake-news-complicated/>. Acesso em 10 jan. 2024

WEIKMANN, T. e LECHER, S. (2023). Desinformação visual na era digital: uma síntese de literatura e uma agenda de pesquisa. **Novas Mídias & Sociedade**, 25 (12), 3696-3713.
<https://doi.org/10.1177/14614448221141648>

XINYI Zhou e REZA Zafarani. 2020. A Survey of Fake News: Fundamental Theories, Detection Methods, and Opportunities. **ACM Comput. Surv.** 53, 5, Article 109 (September 2020), 40 pages.
<https://doi.org/10.1145/3395046>

DAS TECNOLOGIAS COMUNICACIONAIS ANALÓGICAS ÀS DIGITAIS: DESAFIOS PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO COMO FONTE DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO, NOS TEMPOS CONTEMPORÂNEOS

Alessandro Camara de Souza
Dagmar de Mello e Silva

1.1 Introdução

*“Há sempre o vidro, e não se quebra, há o aço, o
amianto, a lei”
(Drummond, in: A rosa do povo, 2006, 194)*

A década de 1980, foi um período marcado por um importante pacto cívico-social na história do Brasil. O país se redemocratizava, após longos anos de uma ditadura militar. Atores políticos, que lutaram contra o golpe de 1964 e foram exilados, puderam retornar para sua Pátria natal. Os militares, por sua vez, voltaram para os quartéis. Vivenciamos uma mobilização popular de

grandes proporções em nossa história. O povo foi para as ruas em um movimento cívico que envolveu as mais diferentes camadas sociais, para clamar por eleições “Diretas Já!”. Novos partidos políticos se formavam, como o Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Democrático Trabalhista (PDT), entre outros, ao passo que partidos como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e o Partido Socialista Brasileiro (PSB) retomaram sua legalidade.

Tancredo Neves foi eleito presidente, marcando o fim de duas décadas de regime militar no Brasil. Sua eleição representou um momento histórico de transição democrática e de esperança para a nação. Infelizmente, Tancredo faleceu antes de tomar posse, e seu vice, José Sarney, assumiu a presidência. Durante o governo Sarney, políticos e a sociedade civil se mobilizaram para elaborar a nova Constituição brasileira, promulgada em 1988, estabelecendo as bases para a redemocratização do país. Em 1989, após 29 anos sem eleições diretas para presidente, Fernando Collor de Mello foi eleito presidente, simbolizando a esperança de uma democracia plena no Brasil.

Nesse cenário, diferentes correntes políticas se mobilizavam para lutarem por suas ideias, mas muitas questões institucionais ainda precisavam ser reparadas, entre essas demandas destaca-se os meios de comunicação que permaneciam concentrados nas mãos de poucos oligopólios, privilegiando os interesses de uns em detrimento da precarização de vida de muitos outros, produzindo manipulação das informações, distorcendo realidades e limitando o acesso a uma informação que deveria refletir a pluralidade de ideias. Consequentemente, a opinião pública ficava sujeita a uma visão parcial e tendenciosa dos fatos, o que dificultava a formação de um debate verdadeiramente democrático. Por isso, a luta pela democratização dos meios de comunicação é essencial para garantir que todas as vozes possam ser ouvidas.

A primeira eleição direta para presidente se deu em um clima que - pelo menos no discurso -, defendia a participação popular. Um candidato desconhecido da política, apoiado por uma grande empresa do ramo das comunicações, acabou chegando ao poder, derrotando políticos consagrados e com vasta experiência e tradição na vida pública.

Fernando Collor de Melo emergiu como candidato à presidência em 1989, com o compromisso de se tornar um "caçador de marajás", prometendo acabar com a corrupção no Brasil. Sua campanha foi amplamente divulgada e favorecida pela mídia, especialmente por uma rede de televisão líder de audiência na época, que exerceu uma grande influência sobre a opinião pública. A referida Rede foi acusada de favorecer Collor ao editar o último debate televisivo de forma a prejudicar seu oponente, Luiz Inácio Lula da Silva, selecionando trechos que mostravam Lula de forma desfavorável e Collor em uma luz positiva. Além disso, uma falsa notícia foi disseminada, alegando que Lula planejava confiscar a poupança dos brasileiros, o que gerou medo e desconfiança entre os eleitores. Essa manipulação midiática teve um impacto significativo na opinião pública, influenciando o resultado da eleição a favor de Collor que, ao assumir o governo, teve como primeiro ato justamente o confisco da poupança de uma parte da população. Porém, o governo de Fernando Collor de Mello, ainda hoje, é lembrado por uma série de problemas e controvérsias que culminaram em seu *impeachment* em 1992. Collor chegou ao poder em um contexto de grandes expectativas sociais, sustentado por uma forte propaganda financiada por corporações comunicacionais, mas seu governo foi marcado por crises econômicas, políticas, sociais e de ordem moral.

Diante desses episódios, setores progressistas da opinião pública e da política passaram a sustentar a tese de que os meios de comunicação deveriam ser democratizados e que determinados monopólios precisavam ser combatidos, sob pena de não

conseguirmos ter uma democracia plena. Nos anos seguintes, o Brasil passou por transformações políticas importantes, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002 e sua reeleição em 2006. Os governos de Lula foram marcados por políticas de inclusão social e crescimento econômico.

Dilma Rousseff, sucessora de Lula, foi eleita em 2010 e reeleita em 2014. No entanto, seu segundo mandato foi marcado por uma profunda crise econômica e política, internacional. Crise esta que acabou por reverberar em nosso país, levando a opinião pública a uma percepção negativa do seu governo. Em 2016, Dilma sofreu um processo de *impeachment* caracterizado por uma articulação intensa entre setores do Congresso Nacional, do empresariado e da mídia. Mais uma vez as corporações de comunicação, tiveram um papel controverso na cobertura e na amplificação das crises políticas que levaram ao *impeachment* de Dilma, que para muitos setores sociais foi considerado um golpe político.

Cerca de 30 anos depois do movimento de redemocratização, um outro presidente foi eleito, com uma visão controversa e sem apoio expressivo dos meios de comunicação analógicos, formadores da opinião pública. Ocorre que, a despeito de todos esses alertas históricos, Jair Bolsonaro se elegeu presidente do Brasil, mesmo contra a vontade de muitos, numa sociedade polarizada e dividida. Desta vez, não foram os grandes conglomerados de comunicação analógicos que protagonizaram esse fenômeno eleitoral. Jair Bolsonaro se apresentou como um candidato antissistema e fez sua campanha apoiado nas novas formas de comunicação digital, utilizando para isso o *WhatsApp*, o *Twitter*, o *Facebook*, e outros instrumentos de comunicação vinculados as novas mídias digitais. Essa sequência histórica nos aponta como a mídia tradicional pode influenciar a política e como novas formas de comunicação emergem, alterando, também, o cenário político e a dinâmica de poder.

A utilização dessas novas mídias surpreendeu políticos, intelectuais de esquerda, bem como a grande imprensa analógica, pois no bojo disso tudo, não havia a preocupação dos apoiadores de Bolsonaro com a veracidade das informações, mas sim com a quantidade de conteúdo a serem repassados e com o impacto dos mesmos na opinião pública, gerando debates a respeito de como as *Fake News* influenciaram decisivamente nos destinos eleitorais do Brasil e dois anos antes, nos Estados Unidos.

Se do ponto de vista da difusão da informação, podemos dizer que houve uma democratização do acesso, pois o rádio, os jornais, a televisão passaram a ter, nesse momento, a companhia da *internet* e de todos os instrumentos de mídia que ela proporciona para que as ideias e as informações sejam difundidas. Por outro lado, as formas de controle dos meios de comunicação de massa ainda permanecem nesses meios. Embora a *internet* tenha democratizado o acesso à informação, proporcionando plataformas para a expressão de vozes diversas e minoritárias, pois, qualquer um pode ter uma conta no *Instagram*, um canal no *YouTube*, acesso ao *WhatsApp* e outros aplicativos para difundir suas ideias, visão de mundo, informações, entre outros, esses meios não estão necessariamente comprometidos com a veracidade dos fatos, muitas vezes difundindo como “verdades” fatos inverídicos, sem que, necessariamente, haja responsabilidade das pessoas a respeito do conteúdo repassado ou compartilhado.

Houve um aumento na quantidade de informações sem que isso resultasse na melhoria da qualidade do que é difundido. O interessante nisso tudo é que 30 anos depois, mais uma vez os meios de comunicação são colocados como um problema a ser combatido. Contudo, o discurso de democratização da informação passa a ser apropriado pelos grupos conservadores da extrema direita, que tomam para si a bandeira que pertencia à esquerda. Assim, a partir da I tese sobre o conceito de história de Walter Benjamin pretendemos correlacionar as formas como a história é

vista, com as notícias falsas e apresentar caminhos para que a sociedade consiga se defender das manipulações de informação.

1.2 Tempo Contemporâneo

Algumas das melhores cabeças já começaram a ajustar-se a essas coisas. Sua característica é uma desilusão radical com o século e ao mesmo tempo uma total fidelidade a esse século.

Walter Benjamin, (Experiência e Pobreza, 1933)

Em seu ensaio "Teses sobre o Conceito de História", Walter Benjamin (1986) confronta uma historiografia "burguesa", representada por uma historiografia positivista, estruturada por um mesmo núcleo: uma concepção de tempo "homogêneo e vazio" que deveria ser preenchido pelos fatos. Mas, Benjamin também faz sua crítica ao socialismo democrático de sua época, que, segundo ele, se pautava na concepção triunfalista de uma evolução social que acreditava na força do desenvolvimento tecnológico como propulsor da ascensão do proletariado ao poder

Ao evocar as teses históricas de Benjamin, consideramos importante compreender a função da história para a compreensão do presente. Na sua primeira tese, o filósofo estabelece relações alegóricas entre a história e o conto "O Jogador de Xadrez de Maelzel", de Edgar Allan Poe (2001) em que o escritor apresenta a relação entre uma máquina de xadrez supostamente automática, com um jogador de xadrez humano. O narrador da história se vê intrigado diante da capacidade da referida máquina jogar de maneira aparentemente autônoma. Porém, após observar algumas partidas, ele suspeita que há uma inteligência humana por trás daquela tecnologia. Ao investigar com maior atenção, ele descobre uma pessoa com nanismo, escondida dentro da máquina, operando todas as jogadas. A revelação do truque nos leva, enquanto leitores, a refletirmos a respeito de temas como ilusão, percepção e o desejo

humano de acreditar em soluções fantásticas, mas que não passam de operações meramente mecânicas. O fantoche com vestimentas turcas que aparentemente operava as jogadas, seria incapaz de qualquer movimentação sem a intervenção da pessoa com nanismo, que agia por debaixo do tabuleiro, direcionando as jogadas.

A partir da alegoria deste jogo de xadrez, Benjamin (1987) nos mostra que os relatos historicistas se desenrolam de acordo com uma lógica previsível, como as supostas jogadas de uma marionete autômata, cujos movimentos são construídos “de tal modo que podia responder a cada lance de um jogador de xadrez, com um contra lance, que lhe assegurava a vitória” (tese I). Podemos dizer que a metáfora do jogador de xadrez autômato nos alerta sobre os enganos de uma interpretação mecanicista da história, que pode ser manipulada para garantir a vitória do ponto de vista de quem a controla. O “fantoche chamado ‘materialismo histórico’” simboliza a rigidez e a previsibilidade de uma abordagem da história que, ao abrir mão de “tomar a seu serviço a teologia³¹”, pode cair em um engodo.

O que o filósofo alemão nos aponta com isso é que a história precisa estar aberta a dimensões mais amplas, simbólicas e espirituais, em vez de ser reduzida apenas a uma análise econômica e social. Ao relacionar essas ideias, conectando passado com o presente podemos constatar que os “supostos avanços tecnológicos” não se constituíram, necessariamente, ‘propulsores da tão esperada evolução social que conferiria a ascensão do proletariado ao poder’, tal como o socialismo democrático da II Internacional Socialista, pautava.

³¹ A teologia no pensamento de Walter Benjamin assume a função de percebermos a história como uma recordação, pois o ato de recordar está imbuído de incompletude sobre os acontecimentos e, portanto, contempla a pluralidade semântica da linguagem, o que nos possibilita “humanizar a história” e retirá-la de qualquer desencadeamento previsível.

O presente vem nos confirmando a tese de Benjamin, principalmente com o advento das mídias digitais contemporâneas. Nesses meios midiáticos podemos observar que o conceito de tempo homogêneo e vazio é ainda mais exacerbado pelas tecnologias digitais. Nas redes sociais das plataformas digitais, o fluxo constante de informações cria uma sensação de tempo contínuo e ininterrupto, no qual os eventos não nos permitem tempo para observá-los com a devida atenção, pois, são rapidamente substituídos por novos conteúdos, muitas vezes sem uma reflexão mais profunda. A ilusão de autonomia e controle, representada pela máquina de xadrez de Poe, é semelhante à maneira como algoritmos e inteligências artificiais operam nas mídias digitais. Esses sistemas, muitas vezes vistos como imparciais e autônomos, são, na verdade, programados por seres humanos com intenções específicas, influenciando a percepção e o comportamento dos usuários. Assim como a máquina de xadrez esconde um operador humano, as plataformas digitais ocultam os mecanismos de controle e manipulação por trás de suas interfaces aparentemente neutras.

A intervenção teológica tão requisitada por Benjamin pode ser vista, na era digital, como uma necessidade imprescindível de uma educação que nos possibilite olhar para o passado e enxergar as manobras de um sistema capitalista, que ao longo do tempo operou a tecnologia, não para o triunfo das classes populares, mas para criar manobras que escorrem sobre os corpos (Deleuze e Guattari, 2011, p. 459) “desembocando numa “potência absurda” em que a produção de subjetividade assume uma escala global, influenciada por muitos dispositivos de controle social”, moldando nossos modos de ver e existir em um mundo cujos vencedores já estão dados e os vencidos vão sendo conformados.

Diante do exposto este artigo pretende criar tensionamentos com as tecnologias digitais de informação para apontar a necessidade, mas do que urgente, de uma educação voltada para a

criação de consciências críticas, atentas para o compromisso ético na utilização das tecnologias. Entendemos que precisamos reconhecer as dimensões simbólicas e culturais que influenciam a produção e disseminação de informações, para não cairmos no engodo de uma visão simplista e reducionista que ignora os interesses de um sistema capitalista que não prescinde de atuar sobre as subjetividades envolvidas, em favor de seus interesses. A história, assim como as mídias digitais, deve ser compreendida em suas dimensões complexas, para que possamos utilizá-la de maneira mais consciente e responsável.

Segundo Friedrich Kittler (2016) “as mídias técnicas são modelos do ser humano, justamente pelo fato de terem sido desenvolvidas para atropelar seus sentidos. Apesar de existirem equivalentes [...] para a geração de imagens [...] esses equivalentes já não são mais controláveis³²”. O autor parece nos alertar para o fato de que as mídias técnicas não apenas atropelam nossos sentidos, mas também criam realidades cada vez mais difíceis de serem controladas ou mesmo compreendidas por nós.

Inevitável não pensar no que nos aponta Kittler sem relacionar suas teorias com o fenômeno das *fake news* e notícias falsas que nos últimos tempos se disseminam de modo incontrolável, manipulando e informações de forma massiva a partir de plataformas de redes sociais, algoritmos e bots automatizados que produzem e distribuem essas notícias falsas de forma eficiente e em grande escala.

Essas mídias têm a capacidade de criar imagens, vídeos e textos manipulados que podem parecer reais. As *deepfakes*, são um exemplo de como a geração de imagens e vídeos avançou a ponto de tornar-se imperceptível ao olho humano desavisado, distinguir o que é real do que é falso.

³² Contra-capá

Nos últimos anos ficou evidente o quanto as *fake News* manipulam os sentidos humanos, intervindo até mesmo na cognição das pessoas, alterando percepções, criando opiniões e comportamentos deturpados.

Por outro lado, Garcia e Duarte (2020, p.01), nos indicam que em relação a COVID-19, vivemos um fenômeno que denominado de “infodemia”, termo que se refere a “um grande aumento no volume de informações associadas a um assunto específico, que podem se multiplicar exponencialmente em pouco tempo devido a um evento específico, como a pandemia”. Nessa situação, surgem rumores e desinformação, além da manipulação de informações com intenção duvidosa”.

Ainda segundo Garcia e Duarte (2020), o bombardeio de informações através dos variados instrumentos como computador, celular, entre outros, prejudica a tomada de decisões pelos gestores públicos e pela população em geral, pois a velocidade com que as informações se difundem, faz com que elas sejam repassadas, sem que se verifique se são verdadeiras ou falsas.

Nesse sentido, na chamada “sociedade da informação”, é imprescindível questionar: o que significa estar informado? Informação seria o mesmo que conhecimento? Como a desinformação se situa nesse contexto? O que fazer para termos uma sociedade onde conhecimento possa se distinguir da informação?

Estar informado significa ter acesso a dados, notícias e fatos relevantes sobre eventos, situações e tendências atuais. Isso inclui a capacidade de receber e compreender informações de diversas fontes, permitindo uma visão mais ampla, que suspenda os juízos moralistas sobre diferentes aspectos da realidade. Porém, estar informado ou ser bem-informado não pode ser confundido com ter conhecimento. Os dados e fatos coletados sobre o mundo, são comunicados e armazenados como fragmentos de conteúdos isolados e desconectados. A simples leitura de uma notícia sobre um evento específico não nos garante o conhecimento sobre esse

evento. Conhecer implica em um processo analítico de elaboração das informações que nos são oferecidas para que possamos estabelecer conexões entre essas informações com um contexto mais amplo, compreender as causas e consequências, utilizando as informações como fonte para a construção de uma visão crítica e fundamentada sobre os fatos.

A desinformação, por sua vez, se refere à disseminação de informações que são falsas ou enganosas com a intenção de enganar ou manipular a opinião pública. Na sociedade da informação, a desinformação se torna um problema para o conhecimento, principalmente porque se difunde em fluxos contínuos e rápidos, não nos dando chance de pensarmos criticamente sobre aquilo que estamos consumindo. É por isso que na correria da vida, muitas vezes não distinguimos informações das desinformações veiculadas em redes digitais de comunicação e acabamos por emitir opiniões infundadas que polarizam e intensificam conflitos sociais e políticos. Entendemos assim, que o grande desafio educacional e político do tempo contemporâneo consiste em garantir que as plataformas de mídia social se tornem transparentes em seus cruzamentos de algoritmos e processos de moderação de conteúdo. **Uma forma de combate a esse tipo de imperialismo imposto pelos algoritmos seria o apoio** as pequenas e independentes organizações de mídia, a fim de prevenir a concentração de propriedade midiática. A informação precisa ser transformada em conhecimento, garantindo que a sociedade como um todo, possa fazer escolhas democráticas, de fato.

Muitos atores sociais e políticos, principalmente o Partido dos Trabalhadores defendem a regulação dos meios de comunicação. Já setores vinculados a chamada extrema direita são contra, sob a alegação de que isso teria como consequência a limitação da liberdade de expressão, sendo um instrumento autoritário do Estado em relação ao direito de divulgação de notícias por parte das pessoas. Mas o que significa regulação das mídias?

Quais são os critérios para fazer isso? Onde estaria o limite entre a liberdade de expressão e o direito coletivo?

A regulação das mídias refere-se à regulamentação de uso dos meios de comunicação de massa, a partir de leis e políticas que possam estabelecer parâmetros e formas de fiscalização dos conteúdos e práticas nos meios de comunicação com a finalidade de assegurar que os meios de comunicação operem de maneira ética, em conformidade com os princípios democráticos e dos direitos humanos. Nesse sentido essa regulação precisa conciliar o princípio do direito de liberdade de expressão com os direitos coletivos.

Nesse artigo defendemos o direito à informação que possa nos proporcionar conhecimentos e apresentamos uma certa preocupação com a regulação dos meios de comunicação por parte do Estado. Contudo, as pessoas, instituições e plataformas de comunicação precisam se responsabilizar em relação a qualidade e veracidade das notícias transmitidas. A *internet* não pode ser vista como “terra de ninguém”, ou “local em que tudo pode”, pois não devemos confundir informações falsas com direito de informação e muito menos com conhecimento.

Divulgar notícias falsas pode gerar problemas incontornáveis para a sociedade e precisa sim, ser vista como crime, e os agentes que as difundirem necessitam responder por isso. A educação na era digital precisa assumir para si sua participação ativa na produção de conhecimentos que emancipem as atuais e futuras gerações para o uso ético desses meios comunicacionais de modo a promover experiências cujas dimensões políticas, possam intervir para a distribuição de uma partilha que seja comum a todos e todas, a partir daquilo que é oferecido, consumido e praticado nas relações que constituímos em rede. Trata-se de uma partilha (Rancière, 2005) que rompe com as hierarquizações nos regimes que impõem e diferem o que pode e deve ser visto para uns e para outros.

Algumas considerações finais

Acompanhar os processos das transformações das tecnologias comunicacionais, do analógico ao digital, nos revela os desafios que essas tecnologias vêm nos colocando para a democratização da informação e a produção de conhecimento. Neste texto, pudemos observar o quanto os meios de comunicação desempenharam um papel crucial na política brasileira, porém, essa influência se dá em âmbito mundial. Walter Benjamin, já nos anos quarenta do século XX, nos ajuda a compreender essa dinâmica, ao criticar uma visão mecanicista da história e destacar a necessidade de uma abordagem mais complexa que considere as dimensões simbólicas e espirituais dos eventos históricos nas relações com os adventos tecnológicos comunicacionais.

Com a intensificação da velocidade e proliferação das informações nas plataformas digitais, a distinção entre informação e conhecimento se torna cada vez mais nebulosa. A manipulação e distorção das informações, exacerbadas pelas *fake news*, torna evidente que o aumento da quantidade de informações não resultou em uma melhoria da qualidade, e a sociedade enfrenta uma "infodemia" que compromete a tomada de decisões frente as informações.

Diante desse cenário, a educação assume um papel fundamental. É necessário promover uma educação emancipadora que fomente a criação de consciências críticas e éticas no uso das tecnologias. Nesse sentido a regulação dos meios de comunicação, também emerge como uma medida importante para combater a desinformação e encontrar um consenso para conciliar a liberdade de expressão com os direitos coletivos.

Consideramos premente que a sociedade encontre meios para distinguir a informação do conhecimento, assegurando que o consumo de dados e notícias seja acompanhado de uma análise

crítica e contextual. Somente através de uma educação emancipadora e da regulamentação ética dos meios de comunicação poderemos garantir uma democratização efetiva da informação e a construção de uma sociedade mais justa, onde estar bem-informado possa promover conhecimento.

Referências

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas I: Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1986. Apresentação: Jeanne Marie Gagnebin. Tradução: Sérgio Paulo Rouanet.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia**. 2. Ed. Trad. de Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Editora 34, 2011.

GARCIA, Leila Posenato; DUARTE, Elisete. Infodemia: excesso de quantidade em detrimento da qualidade das informações sobre a COVID-19. **Epidemiologia e Serviços em Saúde**, Brasília, v. 29, nº. 4, 2020 Disponível em

http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742020000400001&lng=pt&nrm=iso - Acesso em: 02 agosto de 2024.

GUATTARI, Félix.; ROLNIK, Suely. **Subjetividade e História**. In: **Micropolítica. Cartografias do Desejo**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

RANCIÈRE, J. **A partilha do sensível**. São Paulo: Ed. 34, 2005.

KITTLER, Friedrich. **Mídias ópticas: curso em Berlim**, Coleção Artefissil, Rio de Janeiro, Contraponto Editora, 2016.

REAL OU FAKE: desenvolvimento e aplicação de um jogo de cartas para o combate à desinformação no interior do Pará

Elaine Javorsky
Janine Bargas
Camila Gusmão

Introdução

Os processos de desinformação (Allcott & Gentzkow, 2017; Bennett & Livingston, 2018; Bezerra & Borges, 2021; Correia, 2019; Consentino, 2020; Delmazo & Valente, 2018; Jr et al., 2018), entendidos aqui como ações de profusão deliberada de informações falsas e com aparência de notícias nos ambientes digitais, estão cada vez mais sofisticados e se perpetuam em todos os públicos. Nativos da era das mídias digitais, os jovens mostram-se como um grupo vulnerável devido à alta exposição a todo tipo de materiais, incluindo os de baixa qualidade informativa. Uma das formas de construir barreiras de proteção que auxiliem no enfrentamento, ou pelo menos na minimização, dos efeitos endêmicos da desinformação é a educação midiática (Aguaded & Romero-Rodríguez, 2015;

Delmazo & Valente, 2018), prevista, inclusive, na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), de 2017/2018. Diante disso, alguns desafios se colocam: como fazer isso na prática, especialmente em escolas públicas com recursos reduzidos? De que forma tratar a educação midiática em locais de escassez de informação? Qual o grau de consciência dos estudantes sobre o uso das mídias, especialmente no que diz respeito à desinformação?

Essas são algumas das questões que motivaram este artigo. A partir de uma pesquisa-ação (Demo, 1995; Freire, 1984) desenvolvida na Escola Estadual de Ensino Médio Dionísio Bentes de Carvalho, em Rondon do Pará - PA, na Amazônia Oriental, discutimos sobre o desenvolvimento e a aplicação de um material didático em forma de jogo. Chamado Real ou Fake, o material consiste num jogo de cartas para testar o conhecimento dos estudantes e promover discussões sobre temas da atualidade e processos de desinformação. O desenvolvimento do protótipo contou com a parceria formal do Supremo Tribunal Federal - STF, da Rede Nacional de Combate à Desinformação - RNDC e da Fundação de Apoio e Pesquisa - FUNAPE.

Partimos do pressuposto de que, nesses contextos informacionalmente áridos, processos de desinformação ganham impulso e tendem a promover consequências mais graves em termos de deterioração das condições da vida cívica, de acesso à cidadania e, em última instância, das bases democráticas.

Assim, o objetivo deste artigo é, em primeiro lugar, refletir sobre a relação entre a desinformação e a juventude da escola Dionísio Bentes de Carvalho por meio da utilização de um jogo chamado Real ou Fake, construído a partir de princípios de educação midiática e provido de conteúdos atuais e localmente referenciados. Em segundo lugar, de forma específica, buscamos descrever de que forma recursos como estes podem ajudar no combate à desinformação e quais assuntos podem ser instigados a partir deles.

A primeira parte do texto discute a educação midiática como uma possibilidade de dirimir os efeitos nocivos da desinformação, especialmente entre o público jovem. Na segunda seção abordamos o contexto da pesquisa, ou seja, os aspectos informacionais e midiáticos do *locus* da pesquisa. Na terceira seção são descritos os procedimentos metodológicos, fundamentados na pesquisa-ação, e, na sequência, de forma conjugada, apresentados os principais achados da pesquisa com alunos e professores a partir do desenvolvimento e aplicação do jogo Real ou Fake. A experiência da pesquisa nos permite afirmar que o jogo se apresenta como uma oportunidade de trabalhar em sala de aula conteúdos atuais e de interesse dos estudantes para que desenvolvam competência crítica em relação à mídia de forma atrativa à sua faixa etária, apesar dos desafios relacionados ao acesso à tecnologia e produtos midiáticos.

Desinformação, educação midiática e juventude

A proliferação de informação falsa, inexata ou enganosa apresentada e promovida para causar intencionalmente dano ou benefícios a determinadas pessoas ou grupos (Bunning et al., 2018), especialmente moldadas para terem aparência de notícias (Bennett & Livingston, 2018), configura-se, atualmente, como um dos principais problemas sobre os quais teóricos, políticos, movimentos sociais e partidos democráticos confrontam-se. Chamado aqui de desinformação, esse tipo de ação prática, com potencial de viralização, tem sido utilizada para legitimar pensamentos, sendo especialmente instrumentalizada pelas direitas radicais ao redor do mundo, de modo a minar a credibilidade de instituições, do jornalismo e a promover teorias da conspiração.

Elas incidem sobre um componente comportamental dos públicos, o que faz com que sejam compartilhadas sem critérios de veracidade factual. Neste contexto, predomina a "auto verdade" (Brum, 2019), que converte a verdade em escolha pessoal. Esse processo é reforçado pelos algoritmos das mídias digitais (Van Dick

et al., 2018), hoje espaços conglomerados das chamadas big-techs. Essas empresas

(...) selecionam automaticamente conteúdos “iguais” para pessoas que “pensam igual”, gerando a falsa impressão de que “todos têm a mesma opinião” e apresentando apenas o lado da verdade que é mais conveniente àquele interlocutor. Trata-se de “bolhas de conteúdo” formadas nesta nova esfera pública, altamente seletiva e dominada por poucas empresas de tecnologia com alcance mundial (Santin, Pra, 2022, p. 3).

As big techs detêm um poder invisível de difundir conteúdos sob medida aos usuários de modo a potencializar a exposição de cada pessoa a um maior número de anúncios possível, perpetuando uma lógica de inserção digital que premia quem atinge determinados números de seguidores e geram engajamento.

Além de fatores ideológicos, as mensagens falsas obedecem também a um círculo regido pelo motor econômico, especialmente conteúdos baseados em *clickbait* (Allcott & Gentzkow, 2017). Nesta cadeia desinformativa, a aparência de texto jornalístico também atua como catalizador do público que, somado à tendência de ler somente os títulos, dotam as mentiras de uma expressiva verossimilhança. As consequências se refletem em discursos polarizados e na radicalização das opiniões e, indiretamente, na menor confiança sobre a atividade jornalística e os meios de comunicação, nas instituições democráticas, na ciência e em outras autoridades epistêmicas (Oliveira, 2022) consolidadas.

Em particular, os hábitos de consumo dos nativos digitais, focados em plataformas de mídia que cumprem a função de espaços de socialização e difusão de conteúdo, faz com que o contato com a desinformação seja quase inevitável. Se, para a formação de uma cultura cívica, agentes socializadores, como a família, a escola ou as

mídias são fundamentais, o mesmo vale para processos de despolitização e desestímulo da participação política (Bernardi & Baquero, 2021). Um cenário de alta exposição às lógicas das mídias digitais aliada a um contexto político marcado pela fragmentação democrática, frequentes episódios de corrupção, entre outros aspectos de fragilidade política, constituem, segundo Bernardi e Baquero (2021, p. 6), “um terreno fértil para a propagação da desinformação”.

Bernardi e Baquero (2021) destacam, ainda, que a assimilação de valores, crenças e hábitos – especialmente aqueles voltados a uma cultura cívica e de forte participação política – ocorre, principalmente, na adolescência. É quando ocorre maior inserção no ambiente escolar e fortalecem-se espaços de socialização. No entanto, o que se tem observado é a progressiva perda de importância da escola como eixo de formação cognitiva política para as plataformas de mídias digitais. Em outras palavras, para jovens brasileiros, em particular – mesmo considerando as distintas realidades socioeconômicas no Brasil –, a escola está deixando de ser agente socializador, perdendo espaço para os ambientes digitais, recheados de desinformação (Bernardi & Baquero, 2021).

Apesar desse quadro, por ser um agente socializador fundamental para a formação de cidadãos críticos, a escola pode ser uma aliada para lidar com a desinformação. Segundo pesquisa do DataSenado (2019), quanto mais alto o nível de escolaridade, maior a dúvida sobre a veracidade da informação e maior a chance de uma pessoa verificar antes de compartilhar. Assim, aliada à ampliação e publicização da regulação existente sobre plataformas de redes sociais, a educação midiática se insere como um pilar de promoção de uma sociedade mais esclarecida.

A educação midiática tem como objetivo desenvolver a capacidade crítica das audiências, para que possam não somente analisar os textos midiáticos, mas também compreender os mecanismos de produção e de funcionamento na sociedade. Sua

finalidade é oferecer ferramentas para aumentar a consciência sobre o que consomem e, com isso, promover cidadania e capacidade democrática para realizarem suas próprias escolhas, inclusive para discutir a regulação das próprias mídias.

Perez-Tornero e Varis (2012) compreendem três dimensões da competência midiática: a) o acesso e uso, na qual o acesso é a possibilidade de aceder fisicamente aos meios e conteúdos de forma apropriada e não somente ter à disposição o recurso, depende da disponibilidade em um determinado contexto, e o uso está ligado a saberes cognitivos e práticos; b) a compreensão crítica, que demanda habilidades que tem um nível maior de complexidade como pensamento crítico, autonomia pessoal e capacidade de resolver problemas; e c) e a produção criativa e comunicativa, que se refere ao conjunto de capacidades que permitem a um indivíduo produzir mensagens utilizando diferentes códigos, em diferentes plataformas. Essas dimensões, desenvolvidas em ambientes escolares, poderiam auxiliar no nivelamento das desigualdades de participação, oportunidade, experiências e conhecimentos dos jovens no espaço digital.

Para Buckingham (2012), essa transformação não exige apenas acesso a equipamentos, mas a construção de competências culturais, habilidades sociais e conhecimento, para o auxílio na experimentação e solução de problemas, capacidade de utilizar diferentes fontes de mídia, trabalhar de forma colaborativa, interação com diferentes grupos, pensamento críticos e capacidade de julgamento. Para isso, o investimento no capital cultural e educacional é crucial. As pesquisas de Buckingham (2012) sobre participação cívica dos jovens mostram que o engajamento dos jovens parte dos que já têm consciência e interesse por questões sociais e políticas. O desafio é fazer quem está à margem desses processos tenha entusiasmo para se interessar.

Jovens desengajados e insatisfeitos – ou menos favorecidos – que queiram participar precisam desenvolver habilidades relativamente tradicionais de localização e avaliação de informações, a fim de construir argumentos e pensar criticamente; essas habilidades, por sua vez, dependem da capacidade razoavelmente avançada de leitura e escrita tradicionais (Buckingham, 2012, p. 51).

Ou seja, a discussão sobre a participação depende de uma discussão mais ampla sobre as desigualdades, não basta apenas acesso à tecnologia. O mesmo acontece com o desenvolvimento da capacidade crítica. É preciso capacitar os jovens para participar ativamente da cultura da mídia de forma crítica, e isso ocorre quando adquirem ferramentas para compreender aspectos econômicos, sociais e culturais da mídia. A falta de motivação também se mostra na produção de conteúdo pelos jovens porque embora possam ter acesso à tecnologia e saber o potencial da ferramenta, falta disposição pessoal e social para executá-la. "Ainda hoje em dia, eu diria que somente uma proporção muito pequena de usuários está, de fato, gerando conteúdo original: a maior parte esta simplesmente "consumindo" conteúdo, como sempre fez" (Buckingham, 2012, p. 46).

Para tanto, Buckingham (2012) diz ser imprescindível que se utilize a experiência como veículo de aprendizado. A tecnologia torna mais claros alguns processos, como compreender como são os bastidores de um telejornal nas postagens de um jornalista apresentador, por exemplo, ou como editar um vídeo, em que a escolha e a manipulação são perceptíveis mesmo com o uso dos softwares mais simples.

Esse processo não envolve apenas os jovens, mas também os educadores e o uso pessoal que fazem da mídia. Antes da internet, professores compreendiam, e compartilhavam com os alunos, os

princípios técnicos básicos dos meios que dominavam o cenário comunicacional da época, como a televisão e o rádio. Hoje há uma defasagem entre o conhecimento dos nativos digitais e das gerações anteriores em relação às mídias dominantes, não só tecnicamente, mas também sobre seu uso e finalidade. "A menos que possamos nos manter atualizados sobre essas tecnologias que estão em constante mudança e sobre seus usos, e a não ser que elas se tornem parte importante de nossas vidas como o são para nossos alunos, corremos o risco de perder não só a habilidade de ensiná-las, mas até mesmo o direito de ensiná-las" (Merrin, 2008, apud Buckingham, 2012, p. 43).

O contexto da pesquisa

A Escola Dionísio Bentes é a única instituição de Ensino Médio de Rondon do Pará, cidade de 53.143 habitantes (IBGE, 2022) localizada na Amazônia Oriental. A instituição oferece 1.200 vagas anuais e está situada em um local considerado como deserto de notícias, fenômeno de escassez de informação jornalística que abrange determinadas regiões (Abernathy, 2016), e que tem se intensificado nas últimas duas décadas.

Segundo o relatório do Atlas da Notícia de 2021, do Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo (PROJOR), que traça um panorama anual dos desertos de notícias no Brasil, cinco em cada 10 municípios não possuem veículo de comunicação local, o que abrange 14% da população brasileira nessa condição, ou seja, 29 milhões de pessoas. Há, também, os quase desertos, que são municípios que possuem apenas um ou dois veículos de comunicação. Nestes casos, há o problema da pouca concorrência e da vulnerabilidade para interferências políticas ou empresariais sobre a produção e veiculação de notícias.

Estados das regiões Norte e Nordeste são os que possuem uma proporção maior de desertos de notícias. No Pará, segundo a pesquisa, das 144 cidades mapeadas, mais de 60% são consideradas

desertos de notícia, e outros 30%, quase desertos. Fazem parte do cenário comunicacional de Rondon do Pará duas emissoras de rádio, uma comercial e outra comunitária, mas sem nenhuma programação jornalística. Perfis de redes sociais também se intitulam informativos embora não tenham caráter jornalístico. Não há nenhum jornal ou revista impressa e nem circulam periódicos regionais ou nacionais.

Com a instalação na cidade do curso de Jornalismo na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará em 2018, algumas iniciativas nasceram como o portal Rondon Notícias, único site de informação produzido por alunos e orientado por professores/jornalistas.

Além deste contexto, é importante observar a situação do acesso à internet local. Sobre o acesso à banda fixa, a cidade registra apenas 2,2 acessos para cada 100 domicílios, enquanto a densidade da cobertura da telefonia móvel é de 57,8 para cada 100 domicílios, segundo dados da Anatel de 2022. Essa situação precarizada abrange grande parte da região Norte e Nordeste, apesar do avanço da fibra óptica no Brasil. Nestas regiões ainda existem 988 municípios sem redes de transporte, segundo o Plano Estrutural de Redes de Telecomunicações (PERT) de 2021, da Anatel.

Estes dados se refletem no sistema de ensino. De acordo com o Censo Escolar 2022, divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o menor percentual de internet banda larga está no Norte do País, onde é encontrada em apenas 63,8% das escolas. Em termos de comparação, no Sudeste esse número é de 96,9%.

Com a desigualdade de acesso a computadores e internet, o trabalho com as mídias digitais nas escolas em algumas regiões fica comprometido. Na Pesquisa TIC Educação 2021, do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (CETIC), entidade ligada ao Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI), no âmbito nacional, 82% dos professores de escolas públicas afirmam que o número insuficiente de computadores por aluno

dificulta o uso de tecnologias digitais nas atividades escolares de ensino-aprendizagem. Os professores demonstram uma percepção semelhante em relação à baixa velocidade de conexão na escola. Ainda que em menores proporções, os professores de escolas particulares também compartilhavam a mesma percepção em relação à conectividade nas suas instituições de ensino.

Na escola Dionísio existe conexão à internet por meio do programa Educação Conectada, do Ministério da Educação (MEC), mas com problemas frequentes de sinal. O acesso aos computadores também é precário: são disponibilizadas 35 máquinas para uso dos mais de 900 estudantes. A partir desse cenário é que se percebeu a necessidade de se construir um material didático acessível a todos e, portanto, um jogo digital não seria o mais adequado. Ainda que pareça um paradoxo trabalhar questões do mundo digital a partir de um jogo de cartas impresso, os dados sobre o contexto local e a pesquisa com alunos e professores mostrou que no ambiente escolar esse seria o meio mais adequado.

Metodologia-ação: produção do conteúdo e aplicação do jogo

Os dados trazidos neste *paper* são resultados de parte das atividades de um projeto de pesquisa e extensão desenvolvido no âmbito do iLab - Laboratório de Inovação em Jornalismo Local e Comunitário da Facom/UNIFESSPA ao longo de 2022. Por meio de uma abordagem qualitativa, buscamos a construção de estratégias de enfrentamento prático dos problemas encontrados no ambiente escolar.

As ações aqui apresentadas buscaram compreender de que forma um material didático sobre desinformação pode ser inserido no cotidiano escolar dos concluintes do Ensino Médio de Rondon do Pará e como eles atuam diante de processos de desinformação. Optamos pela terceira série escolar, com jovens na faixa etária em torno dos 17 anos, pela possibilidade de exercício do direito ao voto nas eleições majoritárias de outubro de 2022, e por estarem

suscetíveis à desinformação desencadeada durante esse processo, conforme apontamos na primeira seção.

Na área da educação, a pesquisa-ação está baseada na obra de Paulo Freire (1984), que investiga a “realidade concreta” e a partir da qual o pesquisador educa e está, ao mesmo tempo, sendo educado, colocando sempre em prática os resultados da pesquisa. Segundo Thiollent (2017), essa metodologia pode ser utilizada de forma: a) instrumental, com a intenção de resolver um problema prático; b) de tomada de consciência, quando pleiteia desenvolver a consciência coletiva sobre problemas do grupo; e c) de produção de conhecimento, que amplie os resultados de forma a abranger não só o grupo investigado, mas a sociedade como um todo.

No caso da área da comunicação, o autor observa que as atividades decorrentes da pesquisa-ação podem ser apoiadas na crítica dos meios, como aplicado neste estudo. “Na pesquisa-ação os pesquisadores desempenham um papel ativo no equacionamento dos problemas encontrados, no acompanhamento e na avaliação das ações desencadeadas em função dos problemas” (Thiollent, 2017, p. 21). A relação entre pesquisadores e comunidade pesquisada precisa ser participativa. No entanto, o objeto investigado não é constituído pelas pessoas, mas pela situação social e pelas problemáticas de diferentes naturezas.

Partimos, assim, de um diagnóstico realizado por meio da aplicação de um questionário aos estudantes para compreender o consumo de mídia de forma a conhecer o público-alvo e nortear a produção do conteúdo do jogo de cartas. No segundo momento, foi empreendido o planejamento da ação, com a idealização e pesquisa para a confecção do jogo. Na terceira etapa, de ação, o jogo de cartas foi aplicado aos estudantes. Em seguida, na fase da avaliação, aspectos do jogo foram discutidos com os estudantes e realizadas entrevistas em profundidade com os docentes da escola. Na última etapa, de aprendizado, os dados foram sistematizados para compreender os resultados da ação.

Diagnóstico: consumo de mídia pelos jovens de rondon do Pará

Para conhecer o público-alvo, seu comportamento diante dos processos de desinformação e o acesso à educação midiática na escola, aplicamos um questionário, com questões estruturadas e semiestruturadas (Flick, 2014). Elaborado e distribuído com o uso do Google Forms, a pesquisa visou mapear as seguintes questões: a) identificações básicas, como gênero, idade, escolaridade e renda; b) fontes de informações e consumo de mídia digitais; c) como recebem educação midiática; e d) desinformação.

Aplicado em sala de aula e no laboratório de informática da escola, com permissão dos professores, nem todos os presentes responderam ao questionário, seja por ausência no momento ou dificuldades com a internet. Foram coletadas, então, 89 respostas dos 271 estudantes matriculados no terceiro ano, ou seja, 32% do total.

Os principais resultados, aqui resumidamente descritos, mostram que a maioria dos alunos tem acesso às mídias em sala de aula, principalmente usadas como forma de ilustrar conteúdos, mas apenas metade diz ter sido incentivado a produzir um jornal/informativo, programa em vídeo ou áudio, ou produto digital. A maioria diz não saber como se produz informação pelos meios de comunicação, conhecer muito pouco sobre o *modus operandi* da mídia e não contar com material didático diferenciado sobre isso.

Sobre o consumo de mídia, a maioria diz utilizar mais as plataformas de mídias digitais (86,5%), principalmente o Instagram, e os aplicativos de mensagem instantânea, como o WhatsApp (73%), para buscar informação; seguido de televisão (39,3%), portais de notícias (23,6%), rádio (16,95), jornal ou revista (4,5%) e podcasts (1,1).

Percebe-se que há uma percepção deficiente sobre o que é conteúdo jornalístico, confundido muitas vezes com informações difusas e informais que ganham aparência e status de notícia, muitas

vezes sendo as únicas fontes de informação deles. Exemplo disso é um dos perfis mais citados no acesso à informação local, o Rondon da Depressão, no Instagram, que é um canal de memes, sem critério ou fim jornalístico.

Perguntados sobre a influência das mídias digitais no cotidiano, a maioria (57%) considera-se um pouco influenciada; 38,6% dizem não se deixar influenciar e 11,4% assumem muita influência. Sobre os processos de desinformação, 82,8% dos entrevistados consideram as fakes news um problema social grave, 11,5% não souberam opinar e 4,6% consideram irrelevante. 82,6% dizem não repassar informação de origem duvidosa nas redes sociais e aplicativos de mensagens instantâneas. A partir da compreensão sobre o público-alvo, foi iniciado o processo de construção do jogo de cartas. Esses dados confirmam, portanto, o progressivo aumento de importância das mídias como agentes socializadores dos jovens de Rondon do Pará.

Planejamento da ação: confecção do jogo e recursos utilizados

A motivação do aluno tem um papel fundamental na aprendizagem, pois é o interesse pelo assunto que facilita a conexão entre professor e aluno. Por isso, cada vez mais diversos tipos de recursos são aplicados em sala de aula para transmitir o conhecimento de maneira mais eficaz, desde inovações tecnológicas, materiais impressos interativos, técnicas como a dramatização ou outras dinâmicas de grupo.

Os jogos são recursos didáticos motivadores considerados inovações na prática docente para facilitar o processo ensino/aprendizagem por envolverem o aspecto lúdico (CUNHA, 1998; MOGNON, 2010), especialmente em conteúdos de difícil compreensão. Assim, os jogos têm o potencial também de aproximar os estudantes do conhecimento científico, já que trabalha a necessidade de validar dados empíricos e discutir conceitos teóricos. No caso deste material didático que aborda a problemática

da desinformação, os conceitos sobre checagem de informação também estão ligados à validação do conhecimento a partir de dados e fatos de conhecimento público e científico.

O jogo de cartas foi denominado Real ou Fake e tem como objetivo testar os conhecimentos dos estudantes sobre quais notícias são verdadeiras ou falsas. O termo *fake news* foi utilizado pela popularidade e por acrescentar a noção de notícia, de relatos jornalísticos factuais, mas que inventam ou alteram fatos. No entanto, todo o projeto é fundamentado nos conceitos de desinformação, que abrange os diferentes tipos de informações falsas, incorretas ou que induzem ao erro.

O jogo pode ser aplicado a turmas de até 40 alunos, sendo 20 cartas-pergunta (de cor azul) e 20 cartas-reposta (de cor laranja), todas numeradas. A carta-pergunta traz uma indagação acompanhada por uma imagem e a carta-resposta traz, além da indicação de real ou fake, uma resposta, uma dica sobre como se proteger daquele tipo de desinformação, além de um *QRcode* para mais informações em sites de checagem ou portais de notícia reconhecidos.

A produção das cartas teve como base para a escolha dos tipos de "notícias" a serem abordadas o manual Jornalismo, Fake News e Desinformação da Unesco (IRETON, POSETI, 2019), que distingue os tipos de desinformação em: a) desinformação: informação falsa divulgada conscientemente, mentira intencional e deliberada; b) informação incorreta: informação falsa que a pessoa que está divulgando acredita ser verdadeira; c) má-informação: conteúdo baseado na realidade, mas usado para causar danos a uma pessoa, grupo ou instituição.

As cartas abordaram diferentes tipos de desinformação: a) sátira ou paródia, quando não tem qualquer intenção de prejudicar, mas tem potencial para enganar; b) conteúdo enganador, que se refere ao uso enganoso de informações para enquadrar uma questão ou indivíduo; c) conteúdo impostor, quando fontes

genuínas são imitadas; d) conteúdo fabricado, no caso de conteúdo novo, 100% falso, criado para ludibriar e prejudicar; e) conexão falsa, que ocorre quando manchetes, ilustrações ou legendas não confirmam o conteúdo; f) contexto falso, quando conteúdo genuíno é compartilhado com informação falsa; e g) contexto manipulado, que acontece quando a informação ou imagem genuína é manipulada para enganar.

As informações a serem analisadas em cada carta foram retiradas de alguns projetos de checagem. O chamado “jornalismo de verificação” atua como instrumento de esclarecimento do cidadão com o objetivo de aprimorar os processos de verificação factual da realidade, promover competências informacionais aos cidadãos. Foram utilizadas checagens do Aos Fatos, Fato ou Fake/G1, Agência Lupa, UOL e Boatos.org. Também foi incluída uma carta do projeto de checagem local criado em Rondon do Pará pela Facom/UNIFESSPA, Duvide! Enquanto as demais têm relação com fatos nacionais, a carta da informação local diz respeito a um boato recorrente na cidade sobre pessoas em um carro, ora azul, ora preto, que sequestram crianças. A checagem, feita com a polícia local, mostra que essa informação nunca foi confirmada. Foram utilizadas ainda checagens realizadas por instituições como o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e paródias de notícias produzidas pelo site Sensacionalista, já que a sátira pode ter potencial de desinformação. Os textos passaram por uma adaptação ao formato do jogo que precisou ser resumido.

Buscou-se trabalhar com informações difundidas em diferentes formatos: vídeo, foto, texto e áudio, e de diferentes assuntos: saúde, celebridades, eleições, história, emprego etc. Foram evitadas notícias relacionadas à política para não estimular discussões que fujam do controle do aplicativo e que sejam levadas ao campo de preferências ideológicas sem fundamentação científica.

As cartas-perguntas sempre trazem uma imagem, uma pergunta em destaque e a contextualização do assunto. Diferentes

tipos de imagem foram usadas como um *print* vídeos ou da notícia de algum site, o meme que circulou nas redes sociais ou uma imagem que ilustrava o caso. Já a carta-resposta é composta por uma ilustração que mostra se é real ou fake, o texto explicativo, uma dica sobre como saber se aquele tipo de informação é verdadeira ou falsa e um *QRcode* que leva o jogador ao site que checkou aquele assunto.

Imagem 1 - Carta-pergunta e carta-resposta do jogo Real ou Fake

REAL OU FAKE?

OMS recomenda isolar homossexuais

Diretor da OMS recomenda isolar homossexuais

"Infelizmente são o grupo de variola do macaco e medidas precisam ser tomadas para que outras pessoas não se contamine disse Tedros Adhanom, diretor-geral da organização mundial de saúde."

Por g1
09/08/2022 08h43 - Atualizado
hora

NÃO CAIA EM FAKE NEWS 6

OMS recomenda isolar homossexuais por causa da variola do macaco?

Circula pelas redes um print de uma suposta notícia do G1 sobre a variola dos macacos.

Nela, o diretor da Organização Mundial de Saúde (OMS) faz a seguinte afirmação: "Infelizmente são o grupo de risco da variola do macaco e medidas drásticas precisam ser tomadas para que as outras pessoas não se contamine."

O próprio site G1 afirma que não fez nenhuma publicação com esse título e conteúdo.

Apesar de ser procurado pelo projeto de checagem Fato ou Fake, do G1, a Organização Mundial de Saúde afirmou que a frase atribuída ao diretor é falsa. A busca pela frase na íntegra revela que ela não foi publicada por nenhum meio de comunicação confiável.

NÃO CAIA EM FAKE NEWS 6

DICA:
SABIA MAIS APONTANDO SUA CÂMERA PARA O CÓDIGO

A produção de fake news é, muitas vezes, sofisticada. Pode parecer que a notícia falsa foi realmente publicada em um portal de notícias. Quando desconfiar, basta digitar no Google o título da matéria entre aspas e ver se realmente foi publicado no site ao qual se refere.

Além de adivinhar se a informação é Real ou Fake, é importante fazer com que o estudante compreenda na prática quais recursos estão disponíveis para que ele mesmo possa confirmar o fato. Assim, sugere-se a busca reversa no google imagem e outros sites semelhantes, a desconfiança sobre robôs quando os comentários são semelhantes e utilizam as mesmas hashtags, levar em consideração a importância dos meios de comunicação de referência, ter cuidado com o *click bait*, observar o endereço do site predatório que pode ser semelhante ao original, dentre outros.

Imagem 2 – Material completo do Real ou Fake - Capa



Imagem 3 – material completo do Real ou Fake - Conteúdo



A dinâmica para jogar o Real ou Fake se inicia com a divisão da turma em dois grupos iguais, em que um fica com as cartas-

perguntas e outro com as cartas-resposta, e a distribuição das cartas. De forma aleatória, no grupo dos estudantes que estiverem com as cartas-pergunta, o primeiro participante deve falar o número da sua carta, ler a pergunta em voz alta e dizer se acha que aquela informação é real ou fake. Quem estiver com a carta-resposta de número correspondente vai dizer se a pessoa acertou ou errou, ou seja, se é real ou *fake*. Além disso, o participante com a carta-resposta deve ler a explicação sobre a notícia com a dica de como não cair em *fake news*. E assim, todos devem ler suas cartas, adivinhar se a informação é verdadeira ou desinformação e, assim, serem instigados a comentar se já viram ou acreditaram em informações semelhantes.

Imagem 4 – Real ou Fake – Instruções



Todas as intervenções dos estudantes durante a aplicação do jogo foram apontadas em um diário de campo e, após o término, foi realizado um grupo focal para discussão sobre os seguintes pontos: a) utilidade do jogo no ensino-aprendizagem; b) discussões sobre as mídias digitais em sala de aula; c) acesso a computadores, celulares

e internet na escola; d) visão crítica sobre as informações que encontram na internet; e) influência da desinformação na sociedade.

Ação: aplicação do jogo e discussão com estudantes e professores

A aplicação do jogo foi realizada para três turmas do terceiro ano do Ensino Médio, em grupos de 40 alunos. Durante a ação, os estudantes foram estimulados a comentar sobre o que acharam das questões, se já tinham recebido algum *link* ou visto nas redes sociais.

Através dos depoimentos foi possível notar alguns posicionamentos importantes sobre o que pensam em relação às informações tratadas. Observamos que o público abordado é mais atento em relação aos conteúdos das plataformas de mídias digitais, inclusive sentem-se inseguros com determinados meios de divulgação, pois alguns já causam uma desconfiança prévia.

Por exemplo: a carta 1 relata o caso de um vídeo postado nas redes sociais mostrando ruas cobertas de neve, no interior de São Paulo, durante o outono. Após a pergunta, os estudantes analisaram rapidamente os fatos e questionaram: “neve? em maio?”, porque é um acontecimento incomum para a região. Ao ler a carta resposta, que afirmava ser uma notícia *fake*, logo os estudantes comentaram sobre o canal em que o vídeo estava circulando, o Kwai, uma rede social de vídeos curtos: “só podia ser mentira mesmo, logo no Kwai”. Para eles, a maioria dos conteúdos que circulam nessa rede são motivo de dúvida sobre a veracidade dos fatos, porque é comum encontrar desinformação vindo de lá. Além disso, os vídeos produzidos nessa plataforma podem ser baixados para o aparelho celular e divulgados em outros espaços digitais, como o WhatsApp e o Instagram, ou seja, não é necessário ter uma conta no aplicativo para ter acesso a algum conteúdo que circula por lá.

Para os estudantes, quando um acontecimento descrito é algo muito fora da realidade que vivem, já desconfiam. Esse é o caso da questão 13, que aborda o fato de um morcego gigante ter sido encontrado no Brasil. Para a turma, que chegou em consenso de que

seria mentira, a imagem pode ser alterada, como uma montagem. A desconfiança vem justamente dessa relação com a realidade, feita pelos estudantes, que sempre duvidam de acontecimentos muito estranhos ou "sem lógica", do ponto de vista deles. A foto que circulou com essa informação foi tirada de contexto. Na verdade, ela trata de uma espécie de morcego que só pode ser encontrada nas Filipinas, ou seja, algo incomum na realidade local/nacional. Através do jogo também é possível, portanto, explicar outras questões que envolvem a desinformação.

Outra carta que fez os estudantes ficarem desconfiados, para alguns a certeza de que era mentira, foi a de número 7, que pergunta sobre oferta de vagas de emprego no WhatsApp. Essa prática de aplicar golpes através de links que oferecem emprego é antiga e bem conhecida pela turma, inclusive comentaram: "salário alto oferecido no WhatsApp? Acho que não!". Ou seja, para esses estudantes, já é possível saber que, no cotidiano real, as vagas de emprego, ainda mais com alto salário, não são ofertadas dessa forma, além de já estarem acostumados a receber esse tipo de mensagem, que normalmente se trata de algum tipo de golpe.

No entanto, nem todos os assuntos são unanimidade em relação à veracidade do conteúdo. Quando envolve algumas questões de política ou saúde é possível notar que as opiniões divergem, como no caso da vacina contra Covid-19. Na carta de número 3, que relata o caso que circula nas redes de que uma vacina contém um chip que faz o controle populacional, todos concordaram ser mentira, embora alguns tenham dito que nunca foram imunizados por desconfiança sobre seus efeitos. Inclusive, uma aluna relatou que já caiu em uma desinformação sobre a vacina, mas logo em seguida descobriu que era mentira ao pesquisar na internet em sites confiáveis.

A carta que mais deixou os estudantes em dúvida foi a número 5, sobre fraude nas urnas eletrônicas, assunto muito abordado na internet na última eleição presidencial. Para alguns

estudantes é possível fraudar as urnas. As questões políticas são movidas pela emoção das pessoas, portanto, às vezes elas têm dificuldade em aceitar certos fatos, como uma aluna relatou: “às vezes a pessoa prefere acreditar na mentira”. Os jovens percebem que os valores individuais, a auto verdade (BRUM, 2019), se tornam mais importantes do que os fatos em si. As pessoas buscam legitimar seus pontos de vista por meio dos produtos midiáticos, e o fazem, muitas vezes, por meio de materiais desinformativos.

O jogo de cartas demonstrou ser uma experiência importante para os estudantes, que nem sempre são levados a refletir sobre desinformação. Muitos já haviam visto algumas daquelas informações, mas nunca foram procurar saber se eram verdadeiras ou não. Por isso, eles disseram achar importante esse tipo de dinâmica pedagógica, que os leva a refletir sobre determinados assuntos e entender mais sobre os tipos de notícias com as quais se deparam no dia a dia.

Os estudantes utilizaram o espaço da discussão para lamentar a falta de abordagem sobre as mídias digitais no cotidiano escolar, inclusive para que pudessem conhecer mais seus direitos e exercer integralmente sua cidadania. Um dos empecilhos seria a falta de suporte pessoal e tecnológico na escola. Apesar de terem um laboratório de informática com 35 máquinas (para uso de cerca de 900 estudantes), o ambiente é pouco usado porque não há professor, são poucos computadores e nem sempre a internet funciona. O acesso e uso (PÉREZ-TORNERO, VARIS, 2012) não são completamente possíveis nessa realidade e a desigualdade, portanto, leva esses jovens a diferentes níveis de participação na sociedade e desenvolvimento de capacidade crítica (Buckingham, 2012).

Ainda assim, é possível perceber que há alguma consciência sobre os processos de desinformação. “Às vezes temos o senso crítico, mas preferimos ficar quietos para não arrumar confusão”, relata um aluno que, mesmo consciente, sabe dos riscos que corre

ao transitar pelos ambientes digitais. "Provavelmente vamos cair em alguma *fake news*, pois existem pessoas que não estão nem aí e simplesmente querem acreditar na mentira, porque a verdade às vezes pode ser mais cruel".

Esse sentimento de vulnerabilidade é unânime, ainda mais quando unida à cultura do cancelamento, chamando atenção, também, para processos de despolitização (MAIA et al., 2018) e esfacelamento da esfera pública advindos do ecossistema das mídias e dos processos de desinformação. "A mentira pode ser muito prejudicial para sociedade, se ela for local pode causar mal para muitas pessoas e gerar uma instabilidade na cidade. Enquanto pode ser ruim para uns, também pode beneficiar outras pessoas", observa um aluno.

Estes depoimentos reforçam o que foi constatado no questionário, quando a maioria diz considerar esse assunto um problema social grave, com a consciência de evitar repassar informações duvidosas. Os estudantes estão cientes também da ação dos algoritmos, parte fundamental da arquitetura conectiva das plataformas (Van Dick et al., 2018). Se antes os estudos sobre internet baseavam-se em conceitos como colaboração, inteligência coletiva e web 2.0, hoje as pesquisas sobre mídias sociais e as plataformas em geral compreendem que não se trata apenas de ambientes de interações, mas também de materialidade e de centralidade no âmbito do regime capitalista. Este contexto precisa também ser levado em consideração para uma educação midiática que aborde as dinâmicas contemporâneas.

O ponto de vista dos docentes

Para compreender como os professores trabalham as competências midiáticas em sala de aula e de que forma o jogo de cartas poderia auxiliar no ensino-aprendizagem, foram realizadas complementarmente entrevistas em profundidade com três professores: Cristiane Miranda e João Evangelista, que ministram a

disciplina de História, e Sueli Cordeiro, que ministra Biologia. Os docentes acompanharam as explicações sobre o jogo, mostraram-se interessados e se disponibilizaram a compreender e aplicar a dinâmica proposta.

Segundo os docentes, assuntos relacionados à educação midiática estão começando a surgir dentro da formação continuada voltada para professores. Esses cursos complementares são realizados com o objetivo de inserir novas práticas pedagógicas para atualizar os conhecimentos e aplicá-los em sala de aula. A BNCC se apresenta como um documento que visa encaminhar metodologias para o currículo escolar e, de forma interdisciplinar, associar o uso de tecnologias digitais. No entanto, as referências abordadas não conseguem englobar a realidade das diversas regiões, como o contexto desta pesquisa. "A BNCC pensa muito numa proposta para o Sul e Sudeste, mas aqui para a gente o que é colocado para trabalhar a mídia nas escolas é algo muito distante. Esse mundo do digital é muito lento para as nossas regiões, demoram chegar as tecnologias", observa Cristiane Miranda. Segundo a professora, os estudantes não conseguem fazer o uso da internet nem para pesquisas básicas no ambiente escolar, como já percebido nos depoimentos dos alunos e nos dados sobre o acesso à internet na região.

Com a proposta do novo Ensino Médio, assuntos relacionados à cultura digital passaram a ser abordados nos livros didáticos, com foco voltado para as relações sociais e, conseqüentemente, para o uso das redes sociais. De acordo com os professores, no módulo atual está sendo trabalhada a questão da comunicação visual através dos memes, que é o que chama a atenção desse público, para depois fazer debates sobre direito e cidadania digital.

No entanto, todas essas questões são muito recentes. Antes da pandemia o que se fazia eram apenas alguns trabalhos que conseguiam inserir o uso das redes sociais para que os alunos

postassem trabalhos desenvolvidos na escola, com o objetivo de inserir o uso das tecnologias digitais. Então eventualmente os estudantes editavam vídeos pelo celular, produziam conteúdo, mas nada voltado para a educação digital ou midiática. "Quando havia alguma ação voltada para a internet, a gente tinha que falar sobre o marco civil, mas era mais como uma alerta e não como uma educação midiática mesmo", relata a professora Cristiane. É possível compreender o interesse em utilizar a experiência como veículo de aprendizado (BUCKINGHAM, 2012) mas que, sem os recursos necessários, não se concretiza.

Na escola existem diferenças socioeconômicas que impactam nas metodologias de ensino. Os professores identificaram que o público da manhã possui mais condições de adquirir um celular, enquanto os estudantes do período vespertino, a maioria proveniente da zona rural, não têm o mesmo acesso. Portanto, nem sempre é possível trabalhar em condições de igualdade para inserir determinados recursos no ambiente escolar. Além disso, a comunicação através de e-mails, fica impossibilitada, pois a maioria só usa esse recurso para entrar em redes sociais ou jogar.

Para que as mídias digitais sejam inseridas de forma eficaz na educação, é preciso fazer uma abordagem focada também na formação docente. Os professores entrevistados entendem a necessidade de passar por um processo contínuo de formação para que possam conhecer a melhor forma de utilizar a internet. Ou seja, também precisam passar pelo letramento midiático e se integrar às novas tecnologias. Ambos relatam que os professores, de forma geral, não têm familiaridade com os recursos digitais, isso evidencia lacunas na utilização desses métodos e faz com que o uso de determinadas tecnologias não seja abordado. A defasagem leva à percepção derrotista de Merrin (2008, apud Buckingham, 2012) de se perder a possibilidade de ensinar com qualidade sem os recursos digitais.

Os três professores consideram importante trabalhar a educação midiática na escola para despertar o senso crítico, especialmente quando criam ou reproduzem conteúdos. "Aquilo que sempre aplicamos pra vida, no cotidiano, agora precisa ser incorporado para uma cultura digital, de que esse aluno tenha a capacidade de usar o conhecimento ou os recursos midiáticos com responsabilidade, ética, senso crítico", relata o professor João Evangelista.

Os professores dizem ser recente discussões sobre desinformação na escola. Declaram que a partir do novo ensino médio já foram realizados alguns debates sobre o uso dessa tecnologia de forma responsável, o que é cada conteúdo, como verificar as notícias e que o jogo Real ou Fake pode ajudar nestas questões por ser de fácil manuseio e acesso. Inclusive, com a entrega das caixas com os jogos já realizaram uma primeira reunião para debater o uso. No Sobre o que diz a BNCC sobre o tema da desinformação, os três professores desconhecem as sugestões e normativas, mas consideram incorporar o jogo nas aulas para se aprofundar na temática. Segundo a professora Sueli Cordeiro, o material é muito interessante e atual, e chama a atenção por se tratar de algo novo dentro das metodologias que eles usam. Como em 2022 os professores já tinham suas aulas planejadas, eles relataram poder incorporar o jogo para o próximo período letivo.

Considerações finais

Esse artigo buscou compreender como o jogo Real ou Fake, desenvolvido a partir de princípios de educação midiática, pode contribuir para combater a desinformação entre os alunos da escola Dionísio Bentes de Carvalho, em Rondon do Pará. A pesquisa evidenciou a desigualdade de acesso às mídias digitais que atinge estudantes da região Norte como um todo, especialmente o interior, compreendido por zonas de silêncio midiático e tecnológico. O perfil de consumo de mídia e acesso à tecnologia na escola pelos jovens

medido na etapa do diagnóstico mostrou, por um lado, que a escola tem perdido espaço como agente socializador para as mídias digitais e, por outro, a necessidade de se trabalhar a educação midiática em sala de aula, uma vez que esse assunto é pouco debatido e que os estudantes consideram importante abordar as problemáticas da desinformação.

Os dados sobre o acesso à internet fizeram com que a escolha por um jogo de cartas em papel fosse entendida como o mais adequado. Embora o jogo trate de ações realizadas no ambiente on-line, a discussão em sala precisava ser com material didático impresso para que todos tivessem a oportunidade de participar de forma igualitária.

A construção do jogo teve como base vários estudos sobre desinformação, abrangendo uma diversidade de situações atuais para que os estudantes se sentissem interessados em discutir questões do tempo presente. Muitos dos assuntos que puderam debater a partir das cartas já haviam sido vistos por eles antes nas redes sociais ou em aplicativos de mensagens instantâneas. Percebeu-se que foram motivados, proporcionando uma conexão entre o aplicador e os alunos e entre os próprios alunos, que puderam interagir. As discussões mostraram também o que já havia sido evidenciado na aplicação do questionário, o fato dos jovens terem capacidade crítica diante de algumas situações, mas que ainda precisam ser reforçadas e trabalhadas a partir das competências midiáticas. De forma complementar, o debate com o grupo de alunos e as entrevistas com os docentes mostraram, como nos estudos de Buckingham (2012), que as críticas mais efetivas sobre a mídia partem dos que já têm consciência e interesse por questões sociais e políticas.

Pelo fato de a escola estar situada em um deserto de informações jornalísticas e midiática, podemos inferir quais interferências ocorrem nas dimensões da competência delimitadas por Perez-Tornero e Varis (2012). O acesso e uso às mídias é precário,

já que nem sempre os dispositivos e ferramentas tecnológicas necessárias estão à disposição dos estudantes e nem aos docentes, e não existem meios de comunicação com informações locais aos quais possam recorrer. Isso dificulta a competência crítica, a compreensão do que é uma notícia jornalística, o papel da mídia no cotidiano da sociedade e como acessar fontes com credibilidade sobre os assuntos de interesse. Sem essa habilidade, fica prejudicada a autonomia pessoal e capacidade de fazer escolhas e, portanto, o exercício pleno da cidadania. Percebe-se que há uma tentativa de desenvolvimento da produção criativa e comunicativa dos estudantes, que se dizem produtores de conteúdos nas redes sociais, mas essas habilidades não são desenvolvidas e estimuladas no ambiente escolar. As oportunidades existem, mas as competências necessárias não são igualmente distribuídas entre as pessoas e, ainda que fossem, nem todos usariam da mesma maneira somente porque têm acesso a tecnologia.

O cenário evidencia ainda que é necessário um trabalho também com o corpo docente para que possa estar a par das experiências de mídia dos alunos. Ainda assim, isso não significa que se tenha que importar os mais recentes dispositivos tecnológicos para uso em sala de aula ou passar a performar nas mídias digitais. É preciso conhecer para acompanhar o desenvolvimento e as mudanças pelas quais passam as mídias, aprimorando e atualizando assim a observação crítica.

De modo geral, embora tenham muitos desafios relacionados ao acesso à tecnologia e produtos midiáticos, os estudantes mostram preocupação com os processos de desinformação e abertos ao conhecimento e desenvolvimento intelectual. O jogo Real ou Fake se mostrou atrativo e útil para o uso dentro da perspectiva da educação midiática, ainda que seja necessária uma formação dos professores para que eles possam inseri-lo no momento mais adequado do conteúdo que lecionam e

possam desenvolver repertório e competências a serem repassadas aos discentes.

Real ou Fake demonstra, enfim, que a escola pode tornar a ser agente socializador fundamental para a formação de cidadãos críticos, dotados de informação qualificada, competências midiáticas e, por fim, habilidades políticas.

Referências

ABERNATHY, P. M. **The Rise of a New Media Baron and the Emerging Threat of News media Deserts**. The University of North Carolina Press: Center for Innovation and Sustainability in Local Media, 2016.

AGUADED, J. I.; ROMERO-RODRÍGUEZ, L. M. Mediamorfosis y desinformación en la infoesfera: Alfabetización mediática, digital e informacional ante los cambios de hábitos de consumo informativo. **Education in the Knowledge Society (EKS)**, 27 mar. 2015. v. 16, n. 1, p. 44–57.

ALLCOTT, H.; GENTZHOW, M. Social media and fake news in the 2016 election. **Journal of Economic Perspectives**, 31(2), 211-236, 2017.

BENNETT, W. L.; LIVINGSTON, S. The disinformation order: Disruptive communication and the decline of democratic institutions. **European Journal of Communication**, 1 abr. 2018. v. 33, n. 2, p. 122–139.

BERNARDI, A. J. B.; BAQUERO, M. JUVENTUDE E CULTURA POLÍTICA NA ERA DA PÓS VERDADE: AVALIANDO AS PERCEPÇÕES DOS JOVENS PORTO-ALEGRENSES SOBRE FAKE NEWS E POLÍTICA. **Conexão Política**, 2021. v. 10, n. 1, p. 5–28.

BEZERRA, A. C.; BORGES, J. Sleeping Giants: a ofensiva moral dos gigantes adormecidos contra o novo regime de desinformação. **Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura**, 19 mar. 2021. v. 23, n. 1, p. 178–195.

BUCKINGHAM, D. Precisamos Realmente de Educação Para os Meios?. **Comunicação & Educação**, 17(2), 41-60, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9125.v17i2p41-60>. Acesso em: 17 fev. 2023.

BRUM, E. Doente de Brasil: como resistir ao adoecimento num país (des)controlado pelo perverso da autoverdade. *El País*, São Paulo, 01 ago. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/01/opinion/1564661044_448590.html. Acesso em: 07 nov. 2022.

BUNING, M.D.C. et al. A multi- dimensional approach to disinformation - Report of the independent High Level Group on Fake News and Online Disinformation. **European Commission**, 12 mar. 2018. Disponível em: <http://ec.europa.eu/digital-single-market/en/news/final-report-high-level-expert-group-fake-news-and-online-disinformation>. Acesso em: 07 nov. 2022.

CORREIA, J. C. O novo ecossistema mediático e a desinformação como estratégia política dos populismos. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, 11 nov. 2019. v. 16, n. 2, p. 23–32.

COSENTINO, G. **SOCIAL MEDIA AND THE POST-TRUTH WORLD ORDER: the global dynamics of disinformation**. Place of publication not identified: SPRINGER NATURE, 2020.

CUNHA, H.S. **Brinquedo, desafio e descoberta**. Rio de Janeiro: AE/MEC, 1998.

DATASENADO PESQUISA - Portal Institucional do Senado. **Redes Sociais, Notícias Falsas e Privacidade de Dados na Internet**. 2019. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/institucional/ouvidoria/publicacoes-ouvidoria/redes-sociais-noticias-falsas-e-privacidade-de-dados-na-internet>. Acesso em: 1 dez. 2022.

DELMAZO, C.; VALENTE, J. C. L. Fake news nas redes sociais online: propagação e reações à desinformação em busca de cliques. **Media & Jornalismo**, 18 maio. 2018. v. 18, n. 32, p. 155–169.

DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1989.

FLICK, U. **The SAGE handbook of qualitative data analysis**. Los Angeles: SAGE, 2014.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1984.

IRETON, C.; POSETTI, J (Eds.). **Jornalismo, fake news & desinformação: manual para educação e treinamento em jornalismo**. Paris: UNESCO, 2019

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2009.

JR, E. C. T.; LIM, Z. W.; LING, R. Defining "Fake News". **Digital Journalism**, 7 fev. 2018. v. 6, n. 2, p. 137–153.

MAIA, R.; PRUDENCIO, K.; VIMIEIRO, A. C. (Org.). **Democracia em ambientes digitais: eleições, esfera pública e ativismo**. Salvador: EDUFBA, 2018.

MOGNON, Jocemara Ferreira. Motivação para aprender na escola. **Psico-USF (Impr.)**, Itatiba, v.15, n.2, p.273-275. Mai./ago, 2010.

OLIVEIRA, O. T. M. De. **Ciência em conflitos: negacionismo, desinformação e crise democrática**. [S.l.]: Autografia, 2022.

PEREZ-TORNERO, J.M.; VARIS, T. **Alfabetizacion mediatica y nuevo humanismo**. Barcelona: UNESCO, UAB y ATEI, 2012.

SANTIN, J. R.; PRA M. D. Relações de poder e democracia: como regular a desinformação no ecossistema das big-techs. **Revista Pensar**. v. 27, n. 2, p. 1-17, abr./jun. 2022

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 2017

VAN DIJCK, J.; POELL, T.; DE WAAL, M. **The platform society**. Oxford University Press, 2018.

ÍNDICE REMISSIVO

- Combate, 238
- Comunicação, 3, 7, 9, 10, 30, 51, 91, 92, 95, 98, 113, 114, 115, 116, 118, 119, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 143, 144, 150, 179, 195, 196, 199, 218, 220, 265, 269
- Covid-19, 50, 60, 61, 73, 74, 110, 116, 177, 178, 185, 192, 197, 203, 205, 221, 257
- Desinformação, 3, 7, 8, 10, 50, 60, 73, 98, 105, 110, 111, 147, 169, 170, 179, 193, 219, 220, 221, 222, 238, 250
- Educação, 3, 8, 9, 26, 28, 51, 64, 73, 74, 80, 83, 87, 89, 90, 91, 92, 93, 98, 101, 110, 111, 122, 124, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 154, 155, 156, 162, 172, 173, 178, 180, 183, 185, 186, 187, 188, 191, 192, 195, 199, 200, 201, 214, 217, 218, 245, 246, 265
- Educação midiática, 9, 92, 214
- Educomunicação, 8, 122, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 137, 138, 139, 140, 141
- Ensino, 3, 4, 7, 10, 75, 80, 84, 87, 90, 93, 98, 121, 124, 132, 140, 143, 150, 153, 198, 199, 215, 238, 244, 246, 255, 260
- Formação, 39, 132, 140
- Gênero, 122, 130, 131, 133, 134, 137
- Inclusão, 98, 150, 269
- Misinformation, 219
- Pandemia, 116
- Política, 26, 265
- Verdade, 9, 221

Alessandro Camara de Souza

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciências, Tecnologias e Inclusão pela Universidade Federal Fluminense (UFF-PGCTIn). Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense. Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense. Consultor em acessibilidade em filmes através de audiodescrição para o centro de produções de legendas CPL e professor da Fundação Municipal de Educação de Niterói, atuando no atendimento a alunos com baixa visão ou cegueira.

Camila Gusmão

Jornalista pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), atualmente cursa o mestrado em Comunicação no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Maranhão (PPGCOM/UFMA).

Cristiane Menezes Ferreira

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências, Tecnologias e Inclusão pela Universidade Federal Fluminense (UFF-PGCTIn). Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação de Ensino em Educação Básica no Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAp-UERJ). Professora do Ensino Fundamental II na Secretaria Municipal de Educação de Niterói.

Dagmar de Mello e Silva

Doutorado em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro Pós-Doutorado em Filosofia da Educação na Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Pós-Doutorado em Comunicação, Audiovisual, Cultura e Educação na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Graduação em Psicologia pela

Universidade Gama Filho (1985), Mestrado em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

Danilo de Melo Souza

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciências, Tecnologias e Inclusão pela Universidade Federal Fluminense (UFF-PGCTIn). Mestre em Educação pela Universidade de Brasília (UnB) e Docente do Quadro Efetivo da Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT). Foi Secretário de Cultura de Parnaíba-PI (1993-1996) e Secretário Municipal da Educação de Palmas -TO (2005-2010 e de 2014 a 2018).

Elaine Javorski

Doutora em Sociologia da Comunicação e dos Media pela Universidade de Coimbra. Possui graduação em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, especialização em Estudos do Jornalismo na Universidade Federal de Santa Catarina e Mestrado em Comunicação e Industrias Culturais pela Universidade Católica Portuguesa. Atualmente é professora adjunta do curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Maranhão, campus de Imperatriz

Francisco Gilson Rebouças Porto Junior (Gilson Pôrto Jr.)

Doutor em Comunicação e Culturas Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre em Educação pela Universidade de Brasília (UnB). Bacharel em Comunicação Social/Jornalismo pelo Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP-ULBRA) e licenciado em Pedagogia pela UnB. Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências, Tecnologia e Inclusão (PGCTIn-UFF), Ensino de Ciências e Saúde (PPGECS-UFT) e Museologia (PPGMuseu-UFBA) e Pedagogia da UFT. Coordenador do

Núcleo de Pesquisa e Extensão Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (OPAJE-UFT).

Gerlinde Agate Platais Brasil Teixeira

Graduada em Medicina pela Universidade Federal Fluminense (1982), mestre em Bioquímica e Imunologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (1995) e doutora em Patologia pela Universidade Federal Fluminense (2003). Paralelo a minha qualificação como imunologista busquei me qualificar como educadora. Sou professora da Universidade Federal Fluminense desde 1982. Diretora do Espaço UFF de Ciências desde 1999, um programa de formação inicial e continuada de professores e de divulgação científica.

Ivana Carvalho

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências, Tecnologias e Inclusão pela Universidade Federal Fluminense (UFF-PGCTIn). Graduada em Licenciatura em Ciências Biológicas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFAR). Possui especialização em Metodologia do Ensino de Biologia e em Atendimento Educacional Especializado e Educação Especial. É Mestra em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde, com estudos focados em Letramento Científico.

Janaína Silva de Souza

Doutoranda em Ciências, Tecnologias e Inclusão (UFF). Mestre em Diversidade em Inclusão (UFF), Especialista em Leitura e Produção Textual (UFF) e em Gestão Ambiental (UFRJ), Graduada em Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa (UFRJ). Professora dos anos finais do Ensino Fundamental na Secretaria Municipal de Educação de Niterói (SME). Atualmente estou fazendo parte da Coordenação de Educação em Sustentabilidade e Saúde (CESESS) da Subsecretaria de Desenvolvimento Educacional da SME- Niterói.

Janine Bargas

Doutora em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCOM/UFMG). Mestra em Ciências Sociais, com área de concentração em Sociologia, e graduada em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, ambas pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Professora da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA), onde é titular da Assessoria Especial de Comunicação Social (Ascom). Pesquisadora do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Estudos Comparados em Administração de Conflitos (INCT-InEAC / UFF/CNPq). Vice-presidenta da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (Compólitica), na gestão 2023-2025.

Kelly Cristina Martins

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências, Tecnologias e Inclusão pela Universidade Federal Fluminense (UFF-PGCTIn). Mestre em Diversidade e Inclusão pela UFF. Possui pós-graduação em Gestão, Supervisão e Inspeção Escolar pela Faculdade Metodista Granbery e graduação em Pedagogia pela Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO). Atuou como supervisora e orientadora educacional no Sistema Estadual de Educação de Minas Gerais.

Leila Adriana Baptaglin

Pós-Doutorado em Artes Cênicas (Migração) na Universidade de Brasília - UNB (2023-2024), Pós-Doutorado em Filosofia e Ciências Humanas em Nuestra América na Universidad Nacional Experimental Simón Rodríguez, UNESR, Venezuela (2018-2019). Doutora em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria- UFSM (2011-2014). Mestre em Educação e, Mestre em Patrimônio Cultural ambos pela UFSM (2008-2010). Especialista em Gestão Educacional-UFSM (2007-2008). Graduada em Desenho e Plásticas- Bacharelado pela Universidade Federal de Santa Maria, Graduada em Desenho e

Plásticas-Licenciatura pela Universidade Federal de Santa Maria (2007). Professora/pesquisadora do Curso de Artes Visuais/Licenciatura da UFRR.

Leiliane Domingues da Silva

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências, Tecnologias e Inclusão pela Universidade Federal Fluminense (UFF-PGCTIn). Mestre em Diversidade e Inclusão pela Universidade Federal Fluminense, Pós-graduada em Neurociências Aplicadas à Aprendizagem pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Pós-graduada em Psicopedagogia pela Universidade Cândido Mendes, Pós-graduada em Docência do Ensino Superior pela Universidade Estácio de Sá e Graduada em Pedagogia pela Universidade Estácio de Sá.

Luiz Antônio Botelho Andrade

Possui graduação em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Minas Gerais, mestrado em Bioquímica e Imunologia pela Universidade Federal de Minas Gerais e doutorado em Immunobiologie - Universite de Paris VI (Pierre et Marie Curie). Está como professor associado IV da Universidade Federal Fluminense. É membro do Curso de Mestrado Profissional da UFF (CMPDI), Vice-Coordenador do Programa de doutorado em Ciências, Tecnologias e Inclusão (PGCTIn-UFF), da Associação Internacional de de inclusão, interculturalidade e Inovação Pedagógica (AIIIIPE), da Sociedade Brasileira de Higiene e Saúde Pública - SOBRAHSP e do Projeto IntegraChagas-Brasil. Atualmente foi reeleito para o cargo de Presidente da Associação Brasileira de Diversidade e Inclusão (ABDIIn), com mandato até 2028.

Ruth Maria Mariani Braz

Pós-doc no programa de pós-graduação em Ciências, Tecnologia e Inclusão da Universidade Federal Fluminense. Doutora em Ciências

e Biotecnologia, do Instituto de Biologia da Universidade Federal Fluminense; Reconhecido o nível pela Universidade do Minho do doutoramento em ciências da Educação e realizei o doutoramento sanduiche na Universidade do Porto. Graduação em Licenciatura Plena em Educação Física pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

Sergio Crespo Coelho da Silva Pinto

Professor Adjunto na Universidade Federal Fluminense UFF. Docente credenciado como membro permanente do Programa de Doutorado em Ciência, Tecnologia e Inclusão da UFF. Líder do grupo de pesquisa CNPq: TeCEADI+: Tecnologias Computacionais no ensino e aprendizagem na ótica da Diversidade, Inclusão e Inovação. Foi professor convidado no Programa de Mestrado em TICs na Universidade Tecnológica do Panamá. Possui graduação em Tecnólogo Em Processamento de Dados pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Mestrado em Engenharia de Sistemas e Computação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - COPPE-Sistemas e Doutorado em Informática pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Vilson Junior Santi

Graduado em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Católica de Pelotas (2006); Mestre em Comunicação Midiática pela Universidade Federal de Santa Maria; Doutor em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2013), com período sanduíche na Universidade de Coimbra (2012-2013). Pós-Doutor em Filosofía y Ciencias Humanas en Nuestra América pela Universidad Nacional Experimental Simón Rodríguez (2019); e, em Epistemología y Metodología de la Comunicación pela Universidad de Guadalajara.

ENSINO, COMUNICAÇÃO e DEZINFORMAÇÃO

- Volume II -

Letramento e Educação Midiática

Organizadores:

Gilson Pôrto Jr.

Luiz Antonio Botelho Andrade

Danilo de Melo Souza



Observatório
Edições

ISBN: 978-6-59818-208-3



9

786598

182083